

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA

**A ÚLTIMA REVOLUÇÃO:
O GOVERNO LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL, 1959-1963**

Porto Alegre

2015

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA

**A ÚLTIMA REVOLUÇÃO:
O GOVERNO LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL, 1959-1963**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Prof^a. Dr^a. Claudia Musa Fay
Orientadora

Porto Alegre

2015

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA

**A ÚLTIMA REVOLUÇÃO:
O GOVERNO LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL, 1959-1963**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Musa Fay (PUCRS)

Prof. Dr. Mário José Maestri Filho (UPF)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva (FAMECOS/PUCRS)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (PUCRS)

*Com amor,
à Rossana, à Samanta, ao Marco, ao Vinicius
e ao Jean.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer inicialmente à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e à CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado. À minha orientadora, professora Dr^a. Claudia Musa Fay e aos demais colaboradores do departamento, em especial à secretária Carla Carvalho.

Nesses quatro anos que dediquei às pesquisas recebi a colaboração de pessoas generosas que foram fundamentais para a sua execução. Uma dessas pessoas foi o professor Dr. Mário Maestri, que me recebeu prontamente sempre que solicitei. Fez sugestões, incentivou e colaborou, decisivamente, para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

Também recebi a colaboração do professor Dr. René Gertz. Sempre pronto para dar sugestões e auxiliar, inclusive emprestar seus livros. Tive a valiosa ajuda do professor e mestrando, Rafael Lapuente, no levantamento de dados junto ao Museu Hipólito José da Costa e no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nas pesquisas de campo não foi diferente. Recebi da diretora do Museu Olívio Otto de Carazinho, Nanci Mafalda, importante colaboração, além de sugestões e do pronto acesso ao acervo da instituição para as minhas pesquisas.

Agradeço, também, à direção e aos colaboradores do Núcleo de Pesquisas Históricas de Camaquã, pelo auxílio e presteza. Pelas entrevistas, depoimentos e acesso ao acervo. Condição para que pudéssemos conhecer um pouco melhor a historiografia do Banhado do Colégio e o processo de reforma agrária desenvolvido pelo Governo de Leonel Brizola naquele local.

E, fundamentalmente, agradeço à minha esposa, conselheira e "secretária", Rossana, cujo auxílio, apoio e incentivo foram fundamentais.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo contribuir no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, ponderando o local e o global, de forma abrangente. Busca visualizar aquela gestão no seu conjunto e na vanguarda dos governos populares do período, a partir do entendimento de que aquele governo perseguiu o *nacional-desenvolvimentismo-reformador*, até o episódio da Legalidade, agosto/setembro de 1961. Após o qual assumiu um posicionamento radical, que denominamos de *nacional-desenvolvimentismo-popular-revolucionário*. O que, potencialmente, representou a última revolução brasileira.

Palavras-chave: Leonel Brizola. Nacional-desenvolvimentismo-reformador. Nacional-desenvolvimentismo-popular-revolucionário.

ABSTRACT

This research aims to contribute to deepen the knowledge of the Government Leonel Brizola in Rio Grande do Sul, from 1959 to 1963, considering local and global, comprehensive manner. Search view management as a whole and at the forefront of people's governments of the period, based on the understanding that this government pursued the national developmentalism-reformer, until episode of legality, August / September 1961. After which assumed a position radical, we call national developmentalism-popular-revolutionary. What, potentially, represented the last Brazilian revolution.

Keywords: Leonel Brizola. National developmentalism-reformer. National developmentalism-popular-revolutionary.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de GINI (quanto mais próximo de 1,000, maior é o nível de desigualdade)	19
Gráfico 2 - Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões – 1960	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Regiões socioeconômicas do Rio Grande do Sul	29
Figura 2 - Trólebus da linha Menino Deus, Porto Alegre - RS	64
Figura 3 - Brizoleta no bairro Belém Velho, Porto Alegre	148
Figura 4 - Brizoleta no bairro Belém Velho, Porto Alegre	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ordem de importância e participação no Valor de Transformação Industrial dos 10 principais gêneros da indústria de Transformação do Rio Grande do Sul e sua correspondência com os do Brasil - 1959.....	48
Tabela 2 - Taxa de crescimento da economia gaúcha (média anual).....	49
Tabela 3 - Taxas anuais de crescimento do produto industrial do Rio Grande do Sul e do Brasil - 1955-1961.....	50
Tabela 4 - Taxas anuais de crescimento do Valor Bruto da Produção, por categoria de uso, no Rio Grande do Sul - 1959-1962.....	77
Tabela 5 - Taxas anuais de crescimento do produto industrial do Rio Grande dos Sul e do Brasil - 1955-1961.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 2/12/1945	56
Quadro 2 - Eleições para o Senado Federal Rio Grande do Sul em 2/12/1945.....	56
Quadro 3 - Eleições para a Câmara Federal Rio Grande do Sul em 2/12/1945	56
Quadro 4 - Eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 19/1/1947.....	58
Quadro 5 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul: 3/10/1950.....	59
Quadro 6 - Eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 3/10/1950.....	59
Quadro 7 - Eleições para Governador do Rio Grande do Sul em 3/10/1958	67
Quadro 8 - Eleições para Senador do Rio Grande do Sul em 3/10/1958.....	67
Quadro 9 - Eleições para Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 3/10/1958.....	67
Quadro 10 - Eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 3/10/1958	68
Quadro 11 - Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outros Estados - 1940-60	76
Quadro 12 - Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outras regiões, 2000.....	76
Quadro 13 - Matrículas Efetivas – Ensino Primário Estadual(comum e rural, excluídas as escolas do SEDEP)	150
Quadro 14 - Estatística Geral de Prédios Escolares (CEPE)	150
Quadro 15 - SEDEP – Convênio de Colaboração, Estado e Municípios.....	151
Quadro 16 - Matrículas Efetivas – Ensino Primário Fundamental Comum.....	151
Quadro 17 - Ensino Médio – Ginásial e Colegial – Rede Estadual.....	151
Quadro 18 - Ensino Normal - Rede Estadual.....	151
Quadro 19 - Ensino Técnico: Agrícola, Comercial e Industrial – Rede Estadual	151
Quadro 20 - Números Totais: Matrículas e Corpo Docente – Rede Estadual	152
Quadro 21 - Ensino Primário Fundamental Comum – 1959	152
Quadro 22 - Ensino Primário Fundamental Comum – 1963	153
Quadro 23 - Áreas para reforma agrária.....	175

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROCURANDO AS RESPOSTAS	23
2 O RIO GRANDE DO SUL: UM BREVE HISTÓRICO	27
2.1 A FORMAÇÃO DAS OLIGARQUIAS RURAIS E AS ORIGENS DO "CACIQUISMO" NA POLÍTICA RIO-GRANDENSE.....	29
2.2 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E ECONÔMICA.....	31
2.3 A RUPTURA POLÍTICA: DO "IMOBILISMO" DO PL À "AÇÃO" DO PRR.....	33
2.4 REVOLUÇÃO DE 1930: A QUESTÃO SOCIAL DEIXA DE SER "QUESTÃO DE POLÍCIA"	37
2.6 O GOVERNO FLORES DA CUNHA E O "LIBERALISMO OLIGÁRQUICO".....	42
2.7 RIO GRANDE DO SUL: A CRISE ANUNCIADA.....	46
2.8 O ENSAIO POPULAR E O TRABALHADOR ELEITOR	50
3 RIO GRANDE DO SUL: BERÇO DO TRABALHISMO SOCIAL-REFORMADOR ...	54
3.1 ELEIÇÕES DE 3/10/1950: UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO NO RS	58
3.2 O PRIMEIRO GOVERNO TRABALHISTA DO RS E A REAÇÃO LIBERAL- CONSERVADORA DA "FRENTE DEMOCRÁTICA"	59
3.3 A ESTRATÉGIA SEMPRE EFICAZ: CONFUNDIR PARA DIVIDIR.....	61
3.4 TRABALHISMO, NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTISMO NO RS.....	62
3.5 O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO-REFORMADOR DE LEONEL BRIZOLA	68
3.6 OS BASTIDORES DO GOVERNO LEONEL BRIZOLA	70
3.7 "A CHAVE DO ENIGMA BRASILEIRO"	74
3.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	78
4 A ENCAMPAÇÃO DA BOND & SHARE	81
4.1 A ENCAMPAÇÃO DA ITT	84
4.2 OS ASPECTOS CENTRAIS NA ANÁLISE DAS ENCAMPAÇÕES	86
4.3 A FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL E O CAPITALISMO BRASILEIRO	87
4.4 O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO E O CAPITAL ESTRANGEIRO	91
4.5 A ENERGIA ELÉTRICA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO	94
4.6 A BATALHA PARA CONTROLAR O CAPITAL INTERNACIONAL.....	97
4.7 A LEI DE REMESSA DE LUCROS E A QUEDA DE JANGO	99
4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	101

5 O EPISÓDIO DA LEGALIDADE	103
5.1 AS FORÇAS EXTERNAS E INTERNAS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ..	104
5.2 AS FORÇAS INTERNAS E A AÇÃO VIOLENTA DOS MILITARES	111
5.3 A ADMINISTRAÇÃO PARALELA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK ...	114
5.4 POR QUE OS MILITARES GOLPISTAS NÃO FORAM PUNIDOS EM 1961?	116
5.5 O "ANIMAL POLÍTICO" CONTIDO	118
5.6 POR QUE BRIZOLA FICOU DE FORA DO GOVERNO GOULART?.....	121
5.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	124
6 A EDUCAÇÃO POPULAR: NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA	126
6.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA E O 'REORDENAMENTO SOCIAL'	129
6.2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA POSITIVISTA DO RIO GRANDE DO SUL	130
6.3 A REVOLUÇÃO DE 1930 E AS NOVAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO	131
6.4 OS ENTRAVES À ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE.....	133
6.5 A SITUAÇÃO PRECÁRIA DO ESTADO E O DESAFIO DO NOVO GOVERNO.....	135
6.6 AS AÇÕES INICIAIS DO PROJETO 'NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL'	137
6.7 UMA PROPOSTA DE GOVERNO TÉCNICO E DINÂMICO	138
6.8 UMA CARACTERÍSTICA RECORRENTE	140
6.9 UM PLANO OUSADO: "NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL"	141
6.10 AS BRIZOLETAS: UMA MARCA DA GESTÃO BRIZOLA NO RIO GRANDE	146
6.11 O QUE APURAMOS SOBRE OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	149
6.12 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	153
7 O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA: UMA AÇÃO POLÍTICA COM OBJETIVOS AMPLOS	155
7.1 UM <i>ETHOS</i> IBÉRICO DE FIDALGUIA, DE VIVER DE RENDAS	156
7.2 A REFORMA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, UMA CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	161
7.3 ALGO PRECISAVA SER FEITO	162
7.4 AS AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE	164
7.5 A CRIAÇÃO DO <i>MASTER</i>	167
7.6 O APARATO BUROCRÁTICO E SUA ESTRATÉGIA.....	168
7.7 FAZENDA SARANDI: MARCO DAS MOBILIZAÇÕES	170
7.8 O BANHADO DO COLÉGIO	172
7.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	177

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS.....	196

1 INTRODUÇÃO

O Governo de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963, desempenhou um significativo papel nas mudanças que se estabeleceram na história recente do estado e do país. Vivenciou uma grave crise econômica, política e institucional, além de ter sido protagonista de eventos marcantes e revolucionários.

Segundo o economista Cláudio Accurso, a reação daquele governo diante do quadro político-social regional e nacional expressou a sua capacidade de despertar o poder de escolha, “uma manifestação de volição coletiva”. (ACCURSO, 1982, p.41). Fato que suscita múltiplas inquietações historiográficas: concordemos ou não com os resultados obtidos no referido governo, o que transcende, quer nos parecer, foi a grande liderança política exercida por Leonel Brizola.

Segundo a cientista política Mercedes Maria L. Cánepa, o Governo Brizola representou um ponto de inflexão importante na política rio-grandense que não se restringiu a ele próprio. Sua influência teria se estendido à classe política em geral, a importantes setores da sociedade rio-grandense, às associações empresariais de vários setores da economia, à intelectualidade, aos sindicatos dos trabalhadores, etc. A autora afirma ainda que ganhou corpo uma nova visão dos problemas do Estado que, imerso numa profunda crise econômica, deixou de ser entendido como mero “celeiro do Brasil”, como fora proposto na era getulista. (CÁNEPA, 2002, p.326 e 343).

O historiador Moniz Bandeira chama a atenção para a autoconstrução da carreira de Brizola “como *self-made-man*, até ascender na política nacional, como líder de massas, autêntico interprete das camadas mais combativas do trabalhismo.” O que ratifica decerto modo, as considerações do brasilianista estadunidense, Thomas Skidmore, sobre a capacidade de comunicação de Brizola: “[...] tinha o que só outro político de estatura nacional, Jânio Quadros, podia dizer que também tinha: uma presença eletrizante em campanha. Ele era capaz de traduzir a retórica do nacionalismo radical na linguagem das ruas. [...]” Fato que ganha relevância em uma realidade onde o sistema político elitista “não conseguia ajustar-se a participação popular mais ampla que aumentara rapidamente desde 1945.” (BANDEIRA, 1978, p.10; SKIDMORE, 2010, p.326 e 343).

O economista e cientista social Miguel Bodea afirma que Brizola era o mais destacado político da ‘ala acadêmica’ do PTB rio-grandense e candidato natural à Assembleia no pleito de 1947. Afirma ainda que aquela ala acadêmica, mais tarde denominado de ‘ala moça’ ou

‘mocidade trabalhista’, sofrera a influência das três correntes internas do partido: *sindicalistas*, *doutrinário-pasqualinista* e *pragmático-getulista*. Ainda segundo o mesmo autor, Leonel Brizola, no discurso de lançamento público da sua candidatura, teria “prenunciado um estilo político que o faria ascender rapidamente, tanto na estrutura interna do partido, quanto na penetração popular e eleitoral” ao fazer uso eficiente do rádio, veículo de comunicação de massa por excelência, em tempos pré-televisivos, o que se tornaria “um dos grandes trunfos da carreira meteórica do jovem estudante de engenharia!” (BODEA, 1992, p. 20-45).

A relevância da análise crítica do período governamental de Leonel de Moura Brizola no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, se acentua em função dos objetivos gerais que as ações desse governo se desenrolam: conciliar o ideal democrático com a tensão social decorrente do que Thomas Skidmore afirma ser um “abismo entre o rápido crescimento econômico do passado recente e as enormes dificuldades do desenvolvimento que ainda falta alcançar.” (SKIDMORE, 2010, p. 33-34).

Nesse sentido, procuraremos demonstrar que, ao assumir o comando do Rio Grande do Sul, então um dos mais importantes estados da federação, Leonel Brizola buscou implantar o *desenvolvimentismo nacionalista* no estado. Modelo de gestão pública que, segundo o economista Ricardo Bielschowsky, se caracterizou pela construção de um capitalismo industrial moderno e intervencionista. Pautado por “políticas de apoio à industrialização integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.127).

Para efetivar aquele projeto, seria preciso superar a “vocação natural” do estado sulino de “celeiro do Brasil”, proposta no século XIX e retomada por Getúlio Vargas, após 1937, promovendo ações que dinamizassem a sua estrutura produtiva, ampliando dessa forma o crescimento econômico e os seus efeitos para uma faixa maior da população.

Não é demais enfatizar que essa gestão enfrentou um contexto social, político e econômico complexo que se consolidara na década de 1950, quando num processo de urbanização e de industrialização crescentes, nacional e regional. Constatação na qual, segundo Ricardo Bielschowsky, convergem as análises de grande parte dos historiadores e cientistas políticos que estudaram o referido período. Nesse sentido, a crise que se estabelecera em meados de 1950 gerou tensões e demandas entre os setores dominantes e também entre as classes populares urbanas, sobretudo. (BIELSCHOWSKY, 2000).

O historiador Jorge Ferreira defende a tese de que um novo personagem político surgiu já em abril de 1945, os trabalhadores. E, que a passagem para uma condição de maior abertura e participação política não poderia mais se restringir aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição. A participação dos trabalhadores e a sua intervenção no jogo político precisavam ser ponderadas. O que representava um novo fator condicionante das ações político-partidárias. (FERREIRA, 2005, p.31).

No Rio Grande do Sul, afirma Mercedes Maria Cánepa:

[...] a pressão pela participação no consumo por parte das classes populares urbanas, que se vinha fazendo sentir com certa intensidade desde os anos 40, acentua-se na década de 50, em que, dado o quadro de estagnação econômica [...] as classes populares têm suas fileiras engrossadas por amplos setores da classe média em descenso. (CÁNEPA, 2005, p.86).

A uma estrutura social de classes relativamente nova, onde se fortaleceram três setores: os industrialistas, a classe operária urbana e a classe média, devemos somar a crise institucional. Segundo Skidmore (2010, p. 32), a questão básica era a de criar instituições capazes de assimilar as rápidas mudanças sociais e econômicas do Brasil, a partir de 1930. Observa o mesmo autor que, desde 1945, a política nacional, que tinha sido em grande parte o jogo particular de uma pequena elite, começara a ser invadida por ‘líderes populistas’: Adhemar de Barros, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Leonel Brizola. Afirma ainda que, o êxito desses políticos teria por base a crescente, apesar de mal organizada, participação popular na política. (SKIDMORE, 2010, p.298).

Por outro lado, o cientista político Samir Perrone de Miranda observa que o governo Brizola, “ao atravessar as presidências de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart [...]” ofereceu “um privilegiado panorama das importantes contradições políticas e econômicas deste período histórico.” Tendo uma atuação política de vanguarda em várias ações que entraram para a história, como a desapropriação da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG), em maio de 1959, da Companhia Telefônica Nacional (CTN) em fevereiro de 1962 e, sobretudo, no episódio da Campanha da Legalidade, agosto/setembro de 1961, eventos em que seu nome ganhou notoriedade nacional. (MIRANDA, 2006, p.11).

Acreditamos, com o presente trabalho, poder contribuir para minorar as lacunas nas produções acadêmicas de todo o tipo, referentes ao governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, tanto na historiografia quanto nas ciências sociais.

De modo geral, os trabalhos produzidos têm contemplado apenas eventos ou episódios isolados daquele governo, faltando-lhes uma visão de conjunto. Carecem de sínteses que conjuguem as condicionantes históricas, em âmbito regional, nacional e global com os fatos analisados nos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, etc.

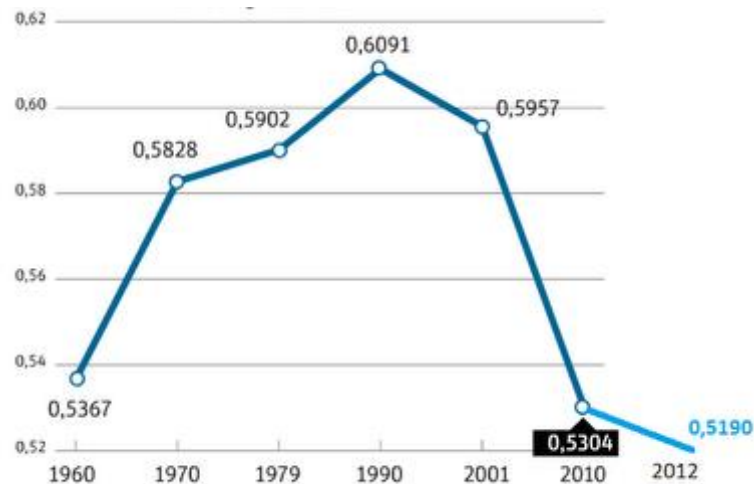
De forma semelhante, também os excelentes ensaios analisados contemplam aspectos biográficos gerais de Leonel Brizola, com destaque para a sua liderança política e partidária, como os de Cleber Dioni Tentardini (2013) e Kenny Braga et al. (2004). Ou enfatizam eventos pontuais da trajetória política e da gestão de Leonel Brizola no Piratini, destacando o episódio da Legalidade. Como os de Flávio Tavares (2012); Juremir Machado da Silva (2014); Almoré Zoch Cavalheiro (2014); Dione Kuhn (2004); Joaquim José Felizardo (1991); Carrion Jr. (1989); Anselmo F. Amaral (1986); Paulo Schilling (1979). Os desdobramentos da Legalidade com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, são, por sua vez, abordados por Flávio Tavares (2014); Juremir Machado da Silva (2014); Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014); Jorge Ferreira (2011); Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil, Marcio Antônio Both da Silva (2014); Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane, Adriano de Freixo (2006); Paulo Schilling (1979).

O tema reforma agrária foi contemplado, sobretudo, por trabalhos acadêmicos, como os de Córdula Eckert: "*Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*", [UFFRJ, 1984, mestrado]; Marluza Marques Harres, "*Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio, RS*", [UFRGS, 2002, doutorado] e Bernard José Pereira, "*A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*", [UFRJ, 2010, mestrado].

Procuramos contribuir nesse tema com enfoque diverso dos referidos trabalhos. Qual seja a da ingerência ou não do Governo de Leonel Brizola no movimento dos agricultores sem terra. Priorizamos sua ação de vanguarda no encaminhamento de soluções e de denúncia da histórica e inabalável concentração fundiária brasileira e seus efeitos contrários ao seu projeto nacional-desenvolvimentista.

O índice de *Gini* é a prova inexorável dessa constatação, como podemos apreciar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Índice de GINI (quanto mais próximo de 1,000, maior é o nível de desigualdade)



Fonte: IBGE - Índice de GINI- Brasil.

Sobre as encampações, em maio de 1959, da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense – CEERG [subsidiária da multinacional *Bond and Share*] e da Companhia Telefônica Rio-Grandense - CTN [subsidiária da norte-americana *International Telephone & Telegraph Corporation*] pelo Decreto nº13.186 de 16 de fevereiro de 1962, a dissertação de mestrado de Samir Perrone de Miranda: "*Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*"[UFRGS, 2006], aborda de forma generalizada o que consideramos episódio marcante da gestão de Leonel Brizola no Piratini: a denúncia e a reação frontal à exploração do capital internacional e associado.

Novas condições que inviabilizavam o projeto de um desenvolvimentismo nacional nos moldes planejados pelo então governador do Rio Grande do Sul e que estavam de acordo com o entendimento do economista Celso Furtado (1920-2004), para quem o sucesso da industrialização (condição básica para o projeto nacional-desenvolvimentista) dependia de um forte controle da economia e do capital estrangeiro. (FURTADO, 1975)

Constatamos um forte silêncio sobre o tema educação pública, que parece não ter empolgado ensaios e pesquisas acadêmicas. Salvo nosso engano, como referência única da gestão Brizola, temos o trabalho de Claudemir de Quadros: "*As brizoletas cobrindo o Rio*

Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)" (2002). Apesar de concordarmos, em linhas gerais com o mesmo, acreditamos que a referida gestão ultrapassou os aspectos restritos a um simples reformismo. Entendemos que o discurso e as ações representaram as bases do que se poderia denominar de escola popular no Rio Grande do Sul, e talvez do Brasil. Um passo importante rumo à formação e à qualificação de cidadãos participantes diretamente das decisões políticas, até então restritas aos alfabetizados, além de importante contribuição à construção de mão de obra qualificada para o projeto desenvolvimentista.

Ainda sobre os trabalhos acadêmicos, Daniela Görgen dos Reis (2012), em "Imagens do Poder" questiona e analisa a forma de divulgação, imagens de uma nova cultura visual, restrita à Campanha da Legalidade pela assessoria de imprensa do Piratini; Elenice Szatkoski (2008), em tese de doutorado, analisa a construção do brizolismo, a partir do jornal *Panfleto*. Sua leitura retrata o contexto amplo dos primeiros meses de 1964 através daquele jornal, destacando a defesa do discurso trabalhista e reformador de Leonel Brizola, sem se referir à sua gestão no Piratini. Flavia Cristina Maggi Bemfica (2007), em sua dissertação de mestrado, "Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos", não ponderou o contexto regional, nacional, tão pouco o internacional em sua "desconstrução". Deixou de lado a histórica polarização política do estado; a concentração fundiária; a baixa produtividade histórica; a cultura autoritária das elites políticas rio-grandenses e brasileiras; a crise econômica do período, consenso entre as fontes pesquisadas. Bemfica buscou fazer uma "sindicância" do governo Leonel Brizola, tendo como argumento de fundo da sua "desconstrução" a falta de um consenso político partidário, ao destacar as críticas dos opositores e minimizar as realizações daquele governo. O que, no nosso entendimento, pouco contribuiu para o entendimento daquela gestão e do momento histórico por ele vivenciado. Mas, por outro lado, nos dá uma dimensão do acirramento político-partidário e da falta de unidade na tentativa de viabilizar as soluções para os problemas históricos do Rio Grande do Sul. Maristel Pereira Nogueira (2006) em tese sobre o anticomunismo nos jornais da capital no início dos anos 1960 [*Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Última Hora*] afirma que a imprensa local apoiou a Rede da Legalidade. Sem se aprofundar na análise do evento, descreve o episódio como foi apresentado pela imprensa local. O trabalho não contempla igualmente as repercussões da reforma agrária brizolista e o movimento do Master, que também foi acusado de comunista.

De acordo como historiador e arqueólogo Arno Kern (1996, p.7-22) as teorias são imprescindíveis na produção historiográfica ao desempenharem múltiplas funções: explicam as evidências já conhecidas, propondo uma primeira solução; sugerem reinterpretções elaboradas sobre trabalhos anteriores; propõe totalizações sobre o saber acumulado; abrem novos horizontes à proporção que nos sugerem problemas inéditos e perspectivas inesperadas, que nos levarão à descoberta de novas evidências sobre o passado.

Na presente tese o conceito de *desenvolvimentismo* é aplicado segundo a conotação dada ao termo pelo economista Ricardo Bielschowsky, no trabalho que se tornou referência nesse tema. Aquele autor compreende a categoria como uma ideologia econômica de sustentação de projeto de industrialização integral, no qual distingue três correntes: 1ª) a do desenvolvimentismo do setor privado, representado pelo pioneirismo de Roberto Simonsen; 2ª) a do setor público [não-nacionalista] representado pelo pensamento de Roberto Campos e 3ª) a do setor público[nacionalista] cujo nome destacado é o do economista Celso Furtado. Com a qual queremos poder associar o Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul ao desenvolvimentismo-nacionalista, projeto de Governo de superação da condição do Rio Grande do Sul de "celeiro do Brasil", a partir da sua industrialização e de sua modernização, fortemente apoiada na ação e na propriedade públicas. Fato que o particularizou entre os demais Governos rio-grandenses do período democrático. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.77-179)

Nesse sentido, cabe salientar dois aspectos do Governo Leonel Brizola que a cientista política Mercedes Maria Loguercio Cánepa defende como ponto de inflexão na política rio-grandense: 1º - o caráter da interpretação da crise da economia rio-grandense, que se articula entre os níveis regional e nacional, “associando e acionando, ao mesmo tempo, economia e política.” 2º - a eclosão de movimentos sociais livres (às vezes até mesmo estimulados) que questionaram o sistema de propriedade, especialmente rural. Afirmações que podem ser constatadas a partir da criação de um Conselho de Desenvolvimento do Estado - CDE [Decreto 10.499 de 8/6/1959] segundo Dalmazo *apud* Mercedes Maria L. Cánepa, composto “por todos os secretários de Estado, pelo reitor da UFRGS e por mais dez membros escolhidos livremente pelo governador entre 'nomes de reconhecida capacidade técnica, notório saber e espírito público’”. (CÁNEPA, 2005, p.265-288).

A presente pesquisa está orientada por procedimentos metodológicos através dos quais os historiadores organizam a produção de seus objetos. Dentro deste universo, o pesquisador se depara com as mais diversas fontes que o conduz a uma multiplicidade de caminhos

determinando escolhas e explicitando as regras próprias do fazer historiográfico. Com efeito, para Michel de Certeau (2011)¹ a produção do discurso de práticas científicas e de uma escrita deve sempre levar em conta a relação entre o lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto.

Para privilegiar a fonte historiográfica como conhecimento histórico, levou-se em consideração a conjuntura em que a obra foi produzida, assim como a formação teórica dos autores. No procedimento metodológico pretendemos utilizar o critério qualitativo de análise historiográfica. Tal procedimento busca estabelecer a relevância de determinados estudos para a edificação argumentativa referente ao viés da pesquisa.

O método empregado para seleção e codificação documentais é, portanto, a *Análise Qualitativa de Conteúdo*. Para a prática deste método recorreremos ao trabalho de Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2011).² A pertinência desta metodologia está no fato de que ela recorre a indicadores que não têm uma frequência, mas, que por sua vez, permitem inferências, onde a presença ou ausência de um tema pode construir um indício tanto ou mais frutífero que a frequência de sua aparição. Nesse sentido, estamos buscando o cruzamento das informações. A partir dos documentos oficiais, com os da imprensa, jornais e revistas, pronunciamentos das bases de apoio e da oposição; entrevistas, artigos e referências bibliográficas.

Cabe salientar ainda, sobre as fontes de segunda mão, que segundo o historiador Antoine Prost

Um estudo de primeira mão, elaborado a partir dos documentos, pode ser destituído de interesse científico se responder a questões infornuláveis; inversamente, um estudo de segunda mão, baseado em trabalhos anteriores de outros historiadores, pode representar uma grande pertinência científica se vier a inscrever-se em um questionamento inovador. Para ser plenamente legítima para os historiadores, uma questão deve inserir-se em uma rede de outras questões, paralelas ou complementares, acompanhadas por resposta possíveis, cuja escolha dependerá do trabalho efetuado sobre os documentos. A questão histórica é, assim, aquela que se inscreve no que convém chamar, efetivamente, uma teoria. (PROST, 2014, p.80)

O objetivo geral da presente pesquisa é o de contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, ponderando o local e o global, de forma abrangente, buscando visualizar a gestão no seu conjunto. Pois, como foi destacado, percebemos, até aqui, trabalhos pontuais.

¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

² Sobre análise de conteúdo: MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. 2. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

Para tanto, utilizamos o conceito de *desenvolvimentismo nacionalista popular* protagonizado pelo setor público, num primeiro momento. E de forte viés reformista, a partir da Campanha da Legalidade. Fase que denominamos de *nacional-desenvolvimentismo-popular-revolucionário*.

1.1 PROCURANDO AS RESPOSTAS

Passados 51 anos do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, que instaurou uma ditadura de mais de duas décadas no Brasil, o projeto vencedor, do complexo IPES/IBAD³ de modernização capitalista conservadora, através de radicalização da taxa de exploração do mundo do trabalho, que em sua essência se manteve nos governos que a sucederam, nos legou um país com uma das maiores concentrações de renda do mundo⁴. Dados do Banco Mundial de 2013 revelam o paradoxo do "desenvolvimento brasileiro": a 7ª economia mundial ocupa o 79º lugar no IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que mede saúde, educação e renda da população.

A grande mídia nacional do período apoiou o golpe⁵. Aliás, a mesma que, em grande parte, ainda se mantém em nossos dias, sendo controlada por um punhado de famílias. Assim como os bancos privados "brasileiros" também representam na prática monopólios de grupos financeiros, que operam com as maiores taxas de juros do mundo. Os "resíduos" dessa política econômica e social se expressam nos altos índices de criminalidade e em uma população carcerária que está, também, entre as maiores do mundo, com crescimento superior ao crescimento vegetativo da população do país (população que as classes políticas conservadoras propõem aumentar, como pretensa forma de minoração da criminalidade comum). Acelera-se o padrão de exportação de *commodities* agrícolas e minerais e de importação de produtos com alto valor agregado. E as remessas de valores (capitais, lucros e *royalties*) para o exterior representam uma verdadeira "caixa preta".

O projeto derrotado, o das Reformas de Base, propunha alterações modestas na estrutura fundiária⁶ e buscava basicamente superar o atraso e a pobreza dentro de um quadro

³ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais / Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

⁴ Tomando como medida o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade na distribuição da renda em 187 países, apenas sete nações apresentam distribuição pior do que a do Brasil, segundo dados da ONU: Colômbia, Bolívia, Honduras, África do Sul, Angola, Haiti e Comoros. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111227_brasilrankings_ss.shtml>. Acesso em: 6 mar. 2015.

⁵ Ver SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

⁶ Segundo a Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, o período em análise, anos 1960, apresentava o Índice de GINI de 0,841, o que indica uma forte concentração fundiária.

geral capitalista. Mas que não logrou êxito. Muitos apresentam como motivos as divisões das esquerdas e dos partidos que defendiam mudanças sociais, sem considerar que elas expressavam, mais comumente, projetos e facções de classes diversas. Ou o que o jornalista Flávio Tavares apontou como sendo reflexo da jactância que dominava o cenário político do período. Que, abertamente e sem rodeios, de um lado pregava o golpe e de outro "a aniquilação dos golpistas com idêntica fanfarronice, como se isso não significasse um confronto militar, sempre perigoso e brutal." (TAVARES, 2014, p.23).

Entre aqueles que se posicionaram na defesa ferrenha das referidas Reformas de Base, ou mesmo de sua superação, e que foram derrotados, por tanto, está Leonel de Moura Brizola. Que, a partir das condições históricas estabelecidas, tornou-se o protagonista e símbolo, para o bem ou para o mal, de eventos marcantes da história política e econômica contemporânea do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Nosso estudo trata justamente desse protagonismo político, representado pela sua gestão como governador do Rio Grande do Sul, então um dos mais importantes estados da federação, que ensaiou um ponto de inflexão na política regional e nacional, com inevitáveis reflexos internacionais.

Leonel Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 na localidade de Cruzinha, hoje situada no município de Carazinho, planalto médio rio-grandense. De origem humilde ficou órfão de pai com um ano e dez meses. José Brizola foi assassinado em 1923 como represália ao seu engajamento em defesa dos federalistas de Assis Brasil, no episódio da Revolução de 1923.

Muito cedo o menino Leonel teve que se afastar do convívio de Oniva de Moura Brizola, sua mãe, e dos quatro irmãos do primeiro matrimônio materno, pela falta de recursos para estudar. Depois de breve passagem pela cidade de Passo Fundo, onde ele e o irmão Frutuoso moraram com a irmã Francisca e com o cunhado Alcebíades, Brizola, aos dez anos, foi viver sozinho em Carazinho. Primeiro fazendo alguns pequenos biscates: lavando pratos em troca de comida, carregando malas dos hóspedes do hotel em cujo sótão morou, até ir viver, por algum tempo, com o casal Isidoro Pereira, reverendo da igreja Metodista e sua esposa, Elvira. Assim pode financiar os seus estudos, auxiliando o casal nos cultos e serviços da Igreja Metodista de Carazinho. (BRAGA, 2004, p.17-31).

Aos quatorze anos, novamente sozinho, o jovem Leonel se transferiu de Carazinho para Porto Alegre⁷, onde empreendeu a sua revolução pessoal, ascendendo socialmente, aproveitando, com seu esforço, as oportunidades da época. Em 1947, no impulso da 'redemocratização', aos 25 anos, ainda estudante de engenharia, se elegeu, com 3.839 votos, deputado estadual, aproveitando a ampla votação do novo Partido Trabalhista Brasileiro [PTB]. Nesse período conhece Neusa Goulart, irmã de João Goulart, com quem casou e teve três filhos. Casamento que assinalava uma inflexão nos padrões sociais da época. Por se tratar de uma união desequilibrada socialmente, entre a filha de um rico estancieiro e um jovem de origem humilde. Momento que se consolidava, também, a transição da sociedade agrário-pastoril para industrial, no estado. (BRAGA, 2004; MAESTRI, 2010).

As experiências que vivenciou, somadas aos aspectos da cultura política regional, que certamente o influenciaram, podem, até certo ponto, explicar seus posicionamentos políticos que, segundo o jornalista e historiador Juremir Machado da Silva, eram o de um "homem de verbo fácil e das convicções duras". Característica reconhecida, até mesmo pelos seus opositores. A exemplo do coronel Alcio da Costa e Silva, filho do general Costa e Silva, que no episódio da Legalidade, era o chefe do serviço de comunicação do Quartel-General do III Exército. E, sobre Brizola, declarou em entrevista ao jornal Zero Hora, ser este "um homem de peito. Ele estava disposto a tudo. Tanto que na época ele montou uma operação com a presteza que poucos militares teriam." (SILVA, J., 2014, p.14; KUHN, 2004, p. 91).

Acrescentaríamos ainda às descrições sobre o perfil do gestor público, político e líder trabalhista, o espírito decidido e radical. De certa forma ratificada na entrevista à jornalista Dione Kuhn, em agosto de 2001, quando Brizola declarou, referindo-se a João Goulart e ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964: "Se o presidente fosse de outro temperamento, se soubesse que cairíamos numa ditadura de duas décadas, francamente teria preferido morrer resistindo." (KUHN, 2004, p.18).

Diferente da análise do historiador estadunidense Thomas E. Skidmore que, depois de omitir o protagonismo de Brizola no episódio da Legalidade, o qualificou de autoritário, grosseiro, briguento, arrogante, cuja coragem era reforçada por guarda-costas. Temperamento que, segundo o brasilianista, atraía as classes baixas, "ao mesmo tempo que enfurecia a classe média e a elite política 'respeitável'. Em suma, era o mais dinâmico dos populistas de esquerda." (SKIDMORE, 2010, p.254-326; grifos do autor).

⁷ Ver recibo do valor doado pela Prefeitura de Carazinho para a compra da passagem de Leonel Brizola para Porto Alegre, nos Anexos, p.192;

Nessas primeiras palavras, cabe destacar que a nossa seleção dos fatos e suas respectivas interpretações e análises estão de acordo com a visão de Edward Hallet Carr⁸ (1892-1982), para quem: "O historiador é necessariamente um selecionador". Carr afirma ainda que: "A convicção num núcleo sólido de fatos históricos que existem objetiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas que é muito difícil de erradicar." O que não nos impede de pretendermos nos aproximar, ainda que de forma tendencial, desse mesmo núcleo objetivo dos fatos. (CARR, 1996, p.39).

A partir desse entendimento, os fatos aqui selecionados pretendem resgatar uma visão de conjunto do Governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, como uma etapa do lento processo da "revolução burguesa" no Brasil. Que nas décadas de 1930-1960 se expressou poderosamente em defesa de um desenvolvimento autônomo para o Rio Grande e para o país. Projeto que foi abortado pelo golpe civil-militar, de 1964. O que determinou a inserção dependente da ordem capitalista nacional, a qual nos referimos na apresentação. Mais um ponto culminante, dentre outros, pois segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): "A grande revolução brasileira não é um fato que se registre em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século." Cujo marco mais visível, segundo o mesmo autor, foi a Abolição da Escravidão, em 1888. (HOLANDA, 1995, p.171-172).

⁸ Ver em: CARR, Edward Hallet. *Que é História*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

2 O RIO GRANDE DO SUL: UM BREVE HISTÓRICO

O que diferencia o Rio Grande do Sul, ou o torna semelhante aos demais estados da federação, em termos econômicos, políticos, sociais e culturais, capaz de ter produzido lideranças políticas e gestores do porte de Júlio de Castilhos, Flores da Cunha e Leonel de Moura Brizola?

Essa é a questão central que norteou as nossas primeiras linhas. Para tentar respondê-la, recorreremos a um breve histórico, cujo objetivo foi o de encontrar subsídios às respostas que procuramos. Sem determinismos, ponderando os condicionantes históricos, a partir de uma visão do local e do global.

O Rio Grande do Sul possui uma área de 280.476 km², equivalente a 3,2% do território nacional e na década de 1950 tinha uma população de 4.164.821⁹, 8,02% da população brasileira no mesmo período. A sua ocupação tardia está diretamente vinculada a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem oriental do Rio da Prata (atual território uruguaio) pelos portugueses, em 1680. Centro de contrabando anglo-lusitano concorrente do monopólio colonial espanhol e que pelo "fato de estar vazio o Rio Grande dificultava a ligação entre Sacramento e o Rio de Janeiro - capital colonial desde 1763." O que, na análise do historiador Ciro Flamarion Santana Cardoso (1942-2013) implica dizer também que a ocupação do atual território rio-grandense se caracterizou por uma "estruturação *sui generis* da economia e do trabalho em zona periférica da América portuguesa." Por ter desenvolvido formas alternativas à ocupação e à produção colonial, criando demanda para o gado e gerando produção de mulas para o transporte entre regiões das minas e a costa; pelo tipo de povoamento, iniciado em 1737 com militares que também criavam gado e, não raro, se tornariam estancieiros. Além de paulistas, lagunistas, colonos açorianos, gaúchos, índios e mestiços, que viviam da carne e da coleta da erva mate e, mais tarde, submetidos ao trabalho nas estâncias. (ROCHE, 1969, p.12-13; CARDOSO, 1990, p.108-109).

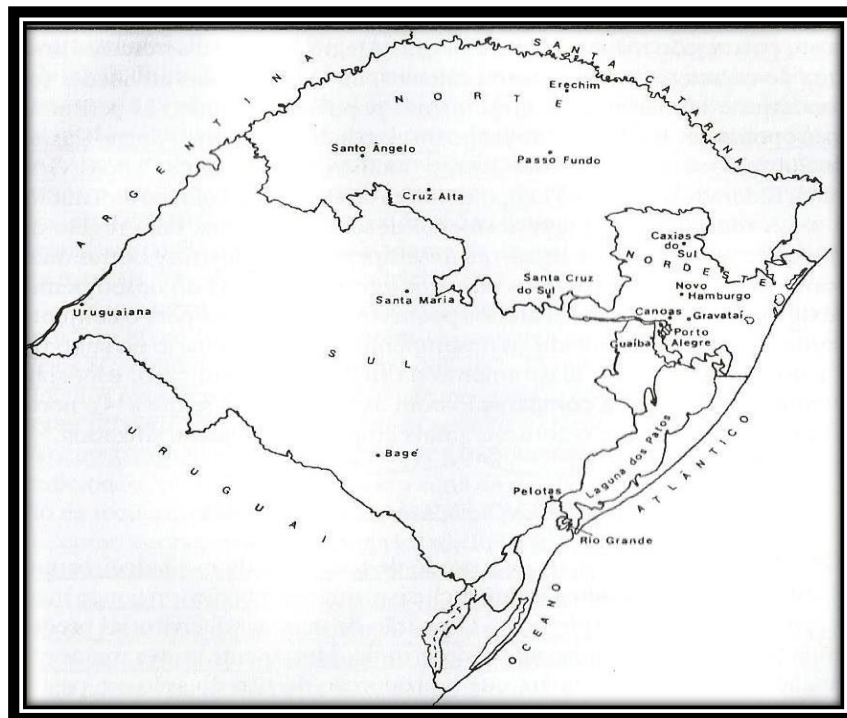
Província, cujas fronteiras foram delimitadas, após várias disputas e tratados entre Portugal e Espanha, em 1851. Quando ficou estabelecida a atual configuração da fronteira com o Uruguai. Mas, somente em 1895, foi reconhecida pela Argentina a soberania do Brasil sobre o território das Missões e de Palmas, afirma Jean Roche. (ROCHE, 1969, p.12-13).

⁹ Fonte: Um século de população no Rio Grande do Sul. IBGE (2001).

O geógrafo Milton Santos (1926-2001), ao citar M. A. Pereira Leite (1994, p.14), chama a atenção para o conceito de região, palavra de difícil precisão, mas "intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico." Com base nesse critério é que desenvolveremos nossas abordagens relativas às questões econômicas e políticas que se processaram no território rio-grandense, a partir das condicionantes históricas e das escolhas feitas pelos políticos e gestores que vivenciaram e interferiram, com suas ações e decisões, na sua configuração. (SANTOS, 2002, p.246).

De acordo com o mesmo critério, segundo o também geógrafo, Álvaro Luiz Heidrich, o Rio Grande do Sul pode ser dividido em três grandes regiões: sul, norte e nordeste. O sul, caracterizado pela predominância da atividade pastoril, pela concentração da propriedade fundiária, baixos índices de densidade demográfica e de reduzida utilização de mão de obra; o norte, de base agrícola, evoluiu dos latifúndios em zona de campo e de minifúndio em zona de mata, para granjas com o predomínio de estabelecimentos agrícolas pequenos e médios, direcionados em grande parte para as indústrias da região. O que, segundo o mesmo autor, gerou uma rede urbana densa, em oposição a região sul; o nordeste, região urbano-industrial e de serviços, composta pela região metropolitana que se estende "ao longo do eixo industrial Porto Alegre-Caxias do Sul, onde se agregam vários distritos industriais como os de Canoas, Gravataí, Eldorado do Sul, São Leopoldo, além do Polo Petroquímico de Triunfo." (HEIDRICH, 2000, p.104-106).

Figura 1 - Mapa das Regiões socioeconômicas do Rio Grande do Sul



Fonte: HEIDRICH, 2000, p. 105.

2.1 A FORMAÇÃO DAS OLIGARQUIAS RURAIS E AS ORIGENS DO "CACIQUISMO" NA POLÍTICA RIO-GRANDENSE

Até a década de 1820 quase todas as terras da região sul (Campanha) já estavam distribuídas e concentradas nas mãos de cerca de 500 proprietários, apenas. Assim como a maioria dos centros urbanos tradicionais da região fronteira estavam com seus alicerces lançados. A partir de um modelo de exploração econômica que, segundo o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, "mais se apropriava dos dons da natureza do que criava, com o trabalho humano, a riqueza. "Observação retificada por Cunha e citada por Jean Roche, ao afirmar que o Rio Grande do Sul, possuía" dois grandes sistemas para enriquecer: o primeiro consiste em possuir uma estância em bons campos e administrá-la bem; o segundo em possuir uma estância em maus campos e administrá-la mal." (LOVE, 1975, p.11; FRANCO, 1988, p.8; CARDOSO, 2003, p.71; ROCHE, 1969, p.29).

As estâncias se formaram na região sul¹⁰ do estado a partir da preia do gado xucro, rebanhos introduzidos com as Missões Jesuíticas no século XVII e que, segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1945-2009), "foram abandonados nos pampas e

¹⁰Representada de forma simplificada no Mapa nº 1.(Figura 1).

reproduzidos a solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como 'Vacaria del Mar'. Segundo o economista e historiador Paulo Schilling (1925-2012), algumas dessas estâncias chegaram a medir 100 léguas de sesmaria, ou 435.000 ha; foi o elemento característico da paisagem e representou do ponto de vista social e econômico, a célula fundamental da formação do Rio Grande do Sul; de uma sociedade rural que se organizou sob o regime dos latifúndios, como no resto do Brasil; um núcleo aristocrata representado pelo "Patrão", que conservou a autoridade que tivera como chefe guerreiro, também nos períodos de paz. Seu poder econômico e social fez dele o chefe natural do seu grupo, formado por peões, gaúchos livres, trabalhadores indígenas e escravos negros. Cabe destacar ainda que, segundo Fernando Henrique Cardoso, independentemente da quantidade de escravos no conjunto da população, a mão de obra cativa teve um papel decisivo para a economia do Rio Grande dos Sul, visto que esta "tendeu a organizar-se nos moldes da produção escravista." (PESAVENTO, 1997, p.9; SCHILLING, 1961, p.23; ROCHE, 1969, p. 35; CARDOSO, 2003, p.84-85).

Digno de nota, ainda sobre virtual formação econômica rio-grandense, foi a introdução da lavoura de trigo pelos açorianos no litoral, em meados do século XVIII. Afirma Joseph Love ser essa produção agrícola a principal concorrente da pecuária e do charque, pois chegou a representar "o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, atingindo um ponto máximo em 1813." Produto que segundo Mário Maestri contribuiu "significativamente para a primeira expansão econômica de Porto Alegre." Além de ter permitido o ingresso sistemático de mão de obra escravizada na província e de ter financiado "o estabelecimento de charqueadas e a construção de embarcações de cabotagem." Condição que, sem a devida proteção aduaneira, fez com que as exportações do cereal sulino para outras províncias e até para Portugal, sofressem a dura concorrência do trigo norte-americano. Que a partir de 1827 teve, inclusive, a sua taxa alfandegária reduzida nos portos brasileiros. (LOVE, 1975, p. 10; MAESTRI, 2010, p.34).

Alternativa econômica que teria falhado, também, pela ocupação temporária da Banda Oriental, a partir de 1811. Ocasão em que, segundo Maestri, os criadores sulinos invadiram o território uruguaio e promoveram "o saque dos rodeios orientais". O que, teria favorecido a "explosão da produção pastoril-charqueadora rio-grandense, contribuindo para a frustração definitiva da tricultura." (MAESTRI, 2010, p.34).

Outros aspectos significativos nessa sociedade que se formou a partir dos séculos XVIII e início do XIX, e que buscaram demarcar suas fronteiras, foram: a presença destacada

do inimigo tradicional, o castelhano; a prática dos assaltos, das arriadas, de qualquer dos lados da fronteira, e do contrabando. Que se consolidou, segundo a geógrafa, Adriana Dorfman, como um *ethos* de identidade de um lugar. Prática institucionalizada na fronteira, entre outros, pela figura poderosa do governador interino e coronel contrabandista, Rafael Pinto Bandeira, que devido as suas posses e capacidade de forjar alianças, ocupou vários postos de governo, outorgados pela Coroa e que representaram, na análise de Dorfman, a "privatização da fronteira [...] cobrando propinas ao invés de impostos, facilitando a passagem dos mesmos do bando e reprimindo o movimento dos rivais." (LOVE, 1975, p.10; DORFMAN, 2009, p.24-37).

Segundo Fernando Henrique Cardoso a formação de uma camada senhorial criada a partir de relações originadas nas estâncias, de bandos guerreiros e preadores de gado, gerou relações de características militares e seus subordinados civis; administradores e súditos *del-Rei*, mas também entre chefes de bandos de saqueadores que se afazendaram. Promoveu um sistema autocrático de dominação comandado pela violência e pela arbitrariedade, característicos da sociedade do final do século XVIII e início do XIX. O que está de acordo coma análise do historiador Carlos E. Cortés, ao afirmar que essa estrutura econômica, política e social estabelecida num ambiente de violência e construída a partir da tradição dos heróis militares, deixou como herança a ideia de que guerra e política tinham o mesmo sentido, o que também, segundo o mesmo autor, foi fator determinante para o estabelecimento do *caciquismo* na política rio-grandense. (CARDOSO, 2003, p.109; CORTÉS, 2007, p.31).

2.2 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E ECONÔMICA

O processo de imigração e de colonização que se estabeleceu no Rio Grande do Sul ao lado das atividades da pecuária, que tinha por base o trabalho familiar, possibilitou a formação da pequena propriedade e contribuiu de forma significativa para o aumento da população, que segundo Joseph Love dobrou entre os anos de 1872 e 1890. O autor afirma que cerca de 60 mil imigrantes, em grande parte alemães e italianos, se fixaram em território cedido pelo governo. Transformação, que entre outros objetivos, buscava diversificar a economia centrada nas atividades pastoris largamente utilizadas na província, além de contrapeso ao latifúndio da região Sul e dos campos da Serra. (LOVE, 1975, p.19).

Cabe destacar ainda sobre o tema as afirmações das sociólogas Aldair Marli Lando e Eliane Cruxên Barros de que no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina, nas zonas

coloniais, a pequena propriedade não resultou do desmembramento da grande propriedade. Fato histórico que, segundo Caio Prado Jr., citado pelas autoras, representou exceção, pois, afora as "regiões coloniais do Espírito Santo e do Extremo Sul, a grande propriedade precedeu sempre a pequena, que surgiu como fato posterior e como consequência da divisão daquela grande propriedade". O que foi possível devido a estrutura montada pelo sistema de colonização da terra baseado na pequena propriedade, que concedeu vantagens à imigração estrangeira amparada por legislação. Acrescente-se o fato de que, *a priori*, não havia concorrência entre as atividades desenvolvidas pelo latifúndio exportador e a produção da pequena propriedade direcionada para o consumo urbano. E, embora apontada pelas autoras acima como peculiarmente exitosa, a colonização no Rio Grande do Sul sofreu, de forma geral, a oposição permanente por parte dos grandes proprietários de terras. Que, segundo Mário Maestri, reprovavam o uso dos escassos recursos financeiros imperiais para à colonização, por restringirem seus ganhos e por se tratar de um modelo de propriedade e de trabalho antagônicos aos horizontes mentais e sociais dos latifundiários e dos trabalhadores. (LANDO; BARROS, 1996, p.39-42; MAESTRI, 2010, p.130).

A manutenção do latifúndio, como modelo hegemônico da estrutura agrária rio-grandense e brasileiro, fez com que, segundo Mário Maestri, a "*brecha camponesa*" somente se expandisse em áreas que não fossem do interesse ou de disputas desse modelo hegemônico. O historiador lembra ainda que: "As populações pobres do Brasil foram mantidas à margem dessa distribuição de terras." Discriminação imposta segundo Celso Furtado, citado por Loraine Slomp Giron, com base na ideia de "superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja 'raça' era distinta dos europeus que tinham colonizado o país." Tese que também ganhou força pelo deslocamento discricionário da população nordestina para a Amazônia, na segunda metade do século XIX. O que, *a priori*, parece refutar a suposta carência de trabalhadores estrangeiros. (MAESTRI, 2010, p.130-131; GIRON, 1996, p.55; GIRON, 1996, p.55).

Segundo o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca a economia rio-grandense do final do Império e no decorrer da República Velha se deparou com sucessivas crises intercaladas por períodos de euforia na produção pecuário-charqueadora. O que contrastava com o aumento da produção agrícola e com a exportação de banha da zona de imigração, que serviu de base para a ampliação da produção industrial e que encontrou em Porto Alegre escoadouro para a sua produção. (FONSECA, 1999, p.36).

Cabe salientar, também, que de acordo com historiador Jacob Gorender, (1923-2013), o Rio Grande do Sul e Santa Catarina representaram caso único no Brasil de uma acumulação de capital que não se processou a partir da economia escravista, mas "da economia de pequenos camponeses e artesãos livres, estabelecidos nas zonas de colonização alemã e italiana." E que teria sido capaz de gerar capacidade aquisitiva monetária suficiente para o surgimento de fábricas "em Blumenau, Joinville, Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e outras cidades." (GORENDER, 2004, p.31).

2.3 A RUPTURA POLÍTICA: DO "IMOBILISMO" DO PL À "AÇÃO" DO PRR

O Rio Grande do final do século XIX passava por transformações que diversificaram a sua economia, até então centrada, no que diz respeito às exportações, nas atividades pastoril-charqueadoras, com exceção da banha colonial. Sérgio da Costa Franco chama a atenção para as características sociais e políticas daquele período marcado pelos bacharéis, fenômeno típico do Brasil imperial e da Primeira República. Tratava-se de uma sociedade que permaneceu restrita a uma economia dominada pelo atraso tecnológico e submetida a relações de produção arcaicas e ao latifúndio. Onde não havia espaço para a atividade profissional do técnico e do empreendedorismo, no sentido moderno do termo. À exceção da economia colonial-camponesa alemã e italiana, que modificaria fortemente esse perfil, já na virada do século.

É nesse cenário que, no Rio Grande do Sul, a proclamação da República, diferente de outras regiões brasileiras, promoveu "a transição do poder político do bloco social pastoril-charqueador oligárquico hegemônico para uma nova composição de setores, mais ampla, mais diversificada." Processo em que se destacou a economia colonial-camponesa serrana, nos seus mais diferentes aspectos. (FRANCO, 1988, p.15; MAESTRI, 2010).

As mudanças econômicas, demográficas, sociais, culturais e estruturais ocorridas no Rio Grande, nascidas, sobretudo da pequena propriedade colonial, foram concomitantes à hegemonia política do Partido Liberal. Que, revezando-se com o partido conservador, passou a controlar a Assembleia Provincial, em 1872, sob o comando de Gaspar Silveira Martins, estancieiro da campanha. Descrito por Joseph Love como sendo o estereótipo do caudilho gaúcho: "Alto, de peito cheio e corpulento, com barba farta e ajeitada, olhava o mundo através de óculos redondos apoiados sobre um nariz romano." E que também, a exemplo de D. Pedro I, "era liberal por convicção - até de modo passional - mas autoritário por temperamento."

Líder incontestado de uma organização poderosa e disciplinada que se movia "como um regimento de Frederico [o Grande]" onde, segundo um liberal dissidente, nada se fazia sem a sua aprovação. (LOVE, 1975, p.24-26).

A polarização política entre o Partido Liberal de Silveira Martins e o Partido Republicano Rio-grandense de Júlio de Castilhos se estabeleceu quando o último concorreu a deputado geral pelo 6º distrito eleitoral, em 1889. Episódio em que pela primeira vez os republicanos atingiram votação superior aos conservadores.

Castilhos, filho de pequenos estancieiros, era diferente de Silveira Martins, fisicamente e de temperamento, segundo Sérgio da Costa Franco, era um "organizador", que "possuía qualidades especiais de inspirar fanatismo em seus seguidores e ódio em seus adversários." E, segundo Assis Brasil, referido por Joseph Love, ao compará-lo com Silveira Martins, destacou que Castilhos tinha uma "ponderada e refletida ambição de governar e de mandar, sem a qual homem algum chegará ao poder." Ambição nutrida por equilíbrio, inteligência e tenacidade que o tornaram apto para o papel que desempenhou na política. Pois possuía "esse dom misterioso de fazer prosélitos, de submeter as vontades de outros homens à sua, de impor confiança e obediência." (FRANCO, 1988, p. 58 e 153; LOVE, 1975, p.35-36).

Segundo Joseph Love o Partido Republicano Rio-grandense, comandado com mão-de-ferro por Júlio de Castilhos, tinha um projeto de governo marcado pelo conservadorismo paternalista e racionalista do liberalismo, interessado pelos elementos progressistas do Positivismo do século XIX. Suas ideias estavam voltadas para as liberdades individuais e, conseqüentemente, para a condenação da escravidão; defendiam a separação entre a Igreja e o Estado; a educação primária universal e intervenção estatal na defesa dos operários industriais. (LOVE, 1975, p.39).

Diante de um quadro de crise intermitente do setor agropecuário que atinge historicamente o Rio Grande do Sul submetendo-o à condição de fornecedor para o mercado interno, a partir de uma economia subsidiária de base fundamentalmente agrária, o PRR surgiu com "novas soluções para velhos problemas." Procurou implementar a transição ao domínio do capitalismo no Rio Grande do Sul, através da modernização econômica; do desenvolvimento das forças produtivas; do favorecimento à acumulação privada de capital e do progresso harmônico de todas as atividades. (PESAVENTO, 1988, p. 66-69).

Exceto pelos latifundiários e charqueadores, o PRR recebeu apoio político para a implementação desse programa. Contou com a adesão de parte de praticamente todos os

setores da economia regional (alguns destes de forma orgânica, inclusive) além de significativa aprovação no âmbito médio urbano da população rio-grandense. Segmentos localizados no centro e no norte do Estado, que já haviam ultrapassado economicamente a produção latifundiário-pastoril-charqueadora do meridiano sulino. O programa do PRR de autonomia regional e de construção de um Estado sólido abria espaços para alcançar novos patamares sociais, de estabilidade salarial e profissional, a partir da concessão de garantias ao funcionalismo público estadual; de "investimentos na educação pública" e de "atendimento às necessidades de uma sociedade produtivamente mais complexa." (MAESTRI, 2010, p.249).

Consumada a nova "ordem republicana", se estabeleceu a divisão política no estado entre o PL, defendendo as visões liberais, e o PRR, apoiado nos princípios positivistas. Júlio de Castilhos foi empossado como presidente do estado em 25 de janeiro de 1893 como primeiro governador do Rio Grande do Sul por "eleições populares", que ampliaram significativamente o corpo eleitoral, pondo em cheque o domínio da Campanha, de fraca demografia. Era o primeiro governo do período republicano, iniciado em 15 de novembro de 1889, e representou o marco de uma divisão político-econômica histórica no estado. O poder autocrático, que até então comandava a política rio-grandense, ganhou nova configuração e o aparelho de Estado passou a ser visto como *locus* de poder, disputa, domínio político e de transformação econômico-social, o que era completamente novo. (LOVE, 1975, p.81-122; MAESTRI, 2010).

Segundo Joseph Love o PRR não representava um segmento social, mas o próprio Estado. Segundo o autor, Júlio de Castilhos transformou o PRR em algo tão autoritário quanto o governo estadual "a ponto de ser capaz, mesmo após abdicar do governo, de dominar o Rio Grande mediante o controle sobre o partido, situação quase única no Brasil." Para este autor, os partidos políticos estaduais da República Velha "podiam ser vistos como *caucuses*¹¹ dentro de um vasto partido nacional." (LOVE, 1975, p.81-122).

Visão que difere da de Sérgio da Costa Franco, quando afirma que Júlio de Castilhos, "procurou armar para o Estado um sólido e eficiente aparelho governativo, em que a autoridade se casasse à responsabilidade." Para tanto, teve a capacidade de empreender as transformações ditadas pelo Positivismo de Comte, como método, organização, seriedade e controle financeiro. Fato que, em grande parte, se configurou, pelos atributos de "organizador e homem de ação". O que ficou evidenciado, quando estruturou suas bases políticas a partir

¹¹ Reunião quase secreta de líderes políticos do mesmo partido, comitê ou agrupamento; Segundo Love a expressão não encontra correspondência em português;

do entendimento da necessidade da ruptura com o modelo político liberal de Gaspar Silveira Martins, e o que essa ruptura representava para os seus planos. (FRANCO, 1967, p.103-203).

As modificações na hierarquia social, levadas a efeito por Castilhos, se deveram ao fato de que boa parte do eleitorado republicano provinha de setores da classe média, privados do exercício do voto pelo regime imperial. Ao oportunizar o acesso a cargos públicos a indivíduos de “baixa classificação social” (*sic*), buscava ao mesmo tempo neutralizar o poder das elites dirigentes locais tradicionais. Valendo-se disso, a hegemonia instaurada pelo PRR, sob liderança de Castilhos, decorreria da oferta de ascensão social e política a elementos da classe média. “Modestos funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar, profissionais de condição financeira medíocre” que fidelizavam o processo, ao impossibilitar a vitória oposicionista na simulação de voto em regime aberto. (FRANCO, 1967, p.103-203).

Segundo o historiador Gunter Axt, a hegemonia do PRR se estabeleceu entre 1895-1903, com a liderança unipessoal de Júlio de Castilhos e com o "quase extermínio da oposição". O autor refuta a tese nacionalista, socializante e desenvolvimentista do PRR. Uma visão que, segundo ele, deve-se à maioria dos historiadores que se debruçaram sobre o tema minimizarem a participação do Estado no sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul, durante a República Velha. (AXT, 2007, p.100).

Gunter Axt afirma que no Rio Grande do Sul existiu "a mesma indistinção entre o espaço público e privado que marcou o restante do país, ou seja, o mesmo cortejo de fraudes, de corrupção, de clientelismo, de prevaricação, etc.." E que, apesar do aparato burocrático representado pelo federalismo fiscal e institucional da República Velha, era preciso barganhar com os coronéis. Mandões locais que institucionalizaram o chamado coronelismo. Uma *rede de compromissos* em que o governo estadual, "garante para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos [...]". Por seu turno, o coronel dava garantia do seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Os governadores, assim, garantiam apoio ao presidente da República, recebendo em troca por parte deste o reconhecimento da sua supremacia no estado. (AXT, 2007, p.89-125).

O autor chama a atenção, ainda, para o fato de que, apesar do aparato burocrático estatal dispor de instrumentos coercitivos citados, a barganha e a delegação de poderes aos coronéis se torna reveladora de "um aparelho de Estado frágil". Aparelho que se submetia ao jogo político onde facções organizavam seus correligionários entre autoridades públicas, endinheirados locais ou até lideranças comunitárias e religiosas. Em cujo interior ocorria o tráfico de influências e o comércio de vantagens para os aliados amparados também pela

prevaricação de servidores e de magistrados. Uma imprensa que elogiava os amigos, "para cujos eventuais crimes havia mais indulgência." Diferente do tratamento dispensado às facções opostas, pois seus membros "eram perseguidos pelas autoridades públicas, espezinhadados pela imprensa e prejudicados profissionalmente." (AXT, 2007, p.109-111).

O coronelismo entrou em colapso no final da Primeira República, com o processo de urbanização, de industrialização e do crescimento populacional. Mas representou grande obstáculo à construção da cidadania, pois se manteve ainda por décadas, em maior ou menor grau, em várias localidades do Rio Grande do Sul. (AXT, 2007).

Digno de nota é o que representavam os distritos coloniais nesse contexto. Embora fazendo parte do sistema coronelista de poder, Axt (2007, p. 127) afirma se tratar de uma permanente ameaça de insubordinação, pois havia nessas comunas uma dinâmica própria, baseada em vínculos de lealdade, de identidade produtiva e de propriedade. Daí a necessidade de constante negociação com as lideranças comunitárias desses distritos.

Até aqui pudemos perceber que as disputas políticas pelo controle do Estado estiveram, historicamente, acima do interesse geral. O sectarismo político foi a tônica e suplantou os princípios básicos de gestão pública genuinamente republicana. Perdeu o Rio Grande por falta de projetos de Estado que unissem esforços em busca de um desenvolvimento social e econômico harmônico, proporcional às potencialidades humanas e materiais do Estado. Prevaleceram as lideranças que melhor costuraram os interesses dos mandões locais em benefício próprio e/ou de suas facções, sob a égide da arbitrariedade, do autoritarismo e da violência. Em um sistema eleitoral arbitrário, que não representava numericamente a população do Estado, tão pouco as classes populares.

2.4 REVOLUÇÃO DE 1930: A QUESTÃO SOCIAL DEIXA DE SER "QUESTÃO DE POLÍCIA"

Na opinião da historiadora Ângela de Castro Gomes, é de Azevedo Amaral a melhor análise sobre "o real significado político das alternativas existentes em 1930". Quando o autor, nas palavras de Gomes, afirma que a Revolução de 1930 impediu que "o antigo regime oligárquico desmoronasse ante as ameaças crescentes de caos." Pois, nas palavras de Amaral: "*A contemporização entre o regime oligárquico e as expressões cada vez mais acentuadas do descontentamento popular estava a esgotar seus recursos de protelação da crise.*" Efeito do crescimento do proletariado em função da "*aceleração do movimento industrializador*" após a

Primeira Guerra. É quando a questão social emergiu de forma concreta, "agravada pela ação deliberada de agitadores profissionais e pela incompreensão dos políticos da velha República." Tratava-se, portanto, de uma crise anunciada que a Revolução de 1930 interrompeu, "preservando o país de uma catástrofe e restaurando a '*personalidade nacional*'." Nesse sentido, o evento revolucionário representou um "movimento de libertação da trágica experiência liberal da Primeira República". (GOMES, 2005, p.192-193).

Para o historiador Boris Fausto a Revolução de 1930 representou o nascimento de um novo tipo de Estado. Diferente do Estado oligárquico, "não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia", mas pela sua composição social e política heterogênea: "militares, técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais." Portanto, há uma rotação no comando do Estado que se caracterizou pelo enfraquecimento do poder das oligarquias regionais e pela centralização das decisões políticas e econômico-financeiras, o que não significa afirmar que a "'troca de favores' deixasse de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro." (FAUSTO, 1999, p.326-327).

Segundo Boris Fausto o novo Estado que emergiu com a Revolução de 1930 se caracterizou, entre outros fatores, por três elementos: 1- pela atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promoção da industrialização; 2- pela disposição em dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, através de incorporações classistas determinadas pelo Estado; 3- pelo apoio das Forças Armadas, especialmente do Exército, ao projeto de criação de uma indústria de base e também como fator de garantia da ordem interna. (FAUSTO, 1999, p.327).

Ângela de Castro Gomes afirma que a questão social surgiu como "marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30." Para a historiadora, a Revolução de 1930 e, principalmente, o estabelecimento do Estado Novo, trouxe uma nova concepção de projeto político, "na medida em que afasta-se das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais." Reconhece ao processo um caráter revolucionário, pois, o tratamento dispensado ao problema da pobreza pelos governos da República Velha fora ode considerá-la "inevitável e até funcional para ordem socioeconômica." (GOMES, 2005, p.197).

2.5 OS DISSIDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930 NÃO ENTENDERAM OS NOVOS TEMPOS?

A Revolução de 1930 gerou uma expectativa junto às elites políticas rio-grandenses de uma virtual condição de intervir nos projetos do governo provisório que se instalara no Palácio Catete. Segundo os historiadores Sandra Jatahy Pesavento, Antônio Manoel Elfbio Jr. e Carlos Roberto da Rosa Rangel as oligarquias gaúchas esperavam assumir uma posição política destacada no cenário nacional, ocupando o lugar dos paulistas. Uma retribuição esperada devido à participação na Revolução e pelo fato de Vargas, um rio-grandense, ocupar o posto político mais alto do país. (PESAVENTO, 1997, p.106; ELÍBIO JÚNIOR 2006, p.67; RANGEL, 2007, p.21).

Carlos Roberto da Rosa Rangel afirma que na década de 1920 as reformas de Artur Bernardes (1922-1926) indicavam um direcionamento do sistema cada vez mais para o presidencialismo e menos para o federalismo. Sob um discurso que retomava os valores liberais do século XIX, mas na prática seus "instrumentos de ação política eram centralizadores e autoritários." A oposição a esse direcionamento, liderada pelos militares reformadores, "gerou mitos e heróis como a *Águia de Haia*, *Os dezoito do forte* e o *Cavaleiro da esperança*, mas não acrescentou proposta alguma para a participação popular nas decisões políticas." Os governos de Epitácio Pessoa, (1919-22) e de Washington Luís (1926-30) e de Artur Bernardes, teriam buscado conciliar o liberalismo individualista com o restabelecimento da ordem que era "constantemente ameaçada por movimentos contestadores da década de 20." Como exemplo desse posicionamento Rangel cita a "Lei de Expulsão de Estrangeiros, de 1921, contra os anarquistas, a Lei de Imprensa, de 23, e a dura ofensiva *bernardista* contra o movimento operário brasileiro." Episódios que se circunscreveram sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. (RANGEL, 2007, p.18).

No Rio Grande do Sul, nas primeiras três décadas do século XX ocorreram 136 greves de trabalhadores e várias greves gerais, o que revelaria o "alto grau de mobilização do movimento sindical gaúcho à época." As reivindicações dos trabalhadores rio-grandenses, entre outros itens, eram: reajuste salarial; pagamento de salários atrasados; redução da jornada de trabalho para oito horas diárias; melhor ambiente de trabalho; férias e repouso remunerado; regulamentação do trabalho do menor e da mulher; maior liberdade dos trabalhadores dentro das fábricas; autonomia sindical. Algumas dessas greves chegaram a mobilizar milhares de

trabalhadores, mas, suas conquistas restringiram-se a poucas categorias. (PETERSEN; PEDROSO, 2007, p.197).

Os instrumentos centralizadores e autoritários estiveram presentes também na interferência das eleições municipais, com emprego da violência e da fraude e com uso da Brigada Militar pelo governo Borges de Medeiros. Constatações que dão a dimensão da impossibilidade da participação popular nos destinos políticos do estado, nesse período. Segundo Pesavento, somente com a crise representada pela "incapacidade de equacionar satisfatoriamente os problemas que os pecuaristas enfrentavam", como a concorrência interna, a redução dos preços, a diminuição do consumo externo, foi que o governo cedeu espaço político para a oposição, representado pelo Acordo de Pedra Alta, de 1923. (*apud* RANGEL, 2007, p.19).

Uma nova geração de políticos republicanos, de cuja liderança faziam parte Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, José Antônio Flores da Cunha e Firmino Paim Filho, iniciou uma aproximação com a oposição, em 1926. Sua meta era por termo a divisão política histórica, condição fundamental para que o Rio Grande ganhasse projeção nacional. Estratégia política que se consumou com a formação da Frente Única Gaúcha - FUG, em 1929, e que representava a união dos republicanos e dos libertadores. Ajuste que tinha objetivos práticos. Acima de questões doutrinárias, acreditavam as suas lideranças que "a solução dos maiores problemas estaduais viria de cima, da elite esclarecida, mediante a conquista de postos junto ao governo federal." Portanto, nada acrescentando às formas tradicionais de participação política utilizadas até então. Mantiveram-se as pressões, subornos e coerções, como forma de manter o grupo dirigente no poder. (RANGEL, 2007, p.20).

Cabe destacar que nos dois primeiros anos do Governo Provisório, Getúlio Vargas confiou aos seus conterrâneos mais conhecidos o controle de tabelionatos federais e o comando de ministérios importantes, como o de Viação, Justiça e Fazenda. Porém, já em 1934 restava apenas "um gaúcho no gabinete, acompanhado por dois paulistas e três mineiros." Além das *eminências pardas* do governo, membros do movimento tenentista: Juarez Távora, João Alberto, o tenente-coronel Góis Monteiro e Osvaldo Aranha, que foram os "responsáveis pelo Pacto de Poços de Caldas, de onde saíram as medidas centralizadoras e autoritárias, como o Código dos Interventores e o Tribunal Revolucionário." (RANGEL, 2007, p.22).

Segundo o historiador Antônio Manoel Elíbio Júnior a redução dos conterrâneos rio-grandenses nos ministérios do Governo Provisório, conhecida como a "*crise dos*

demissionários gaúchos" se deveu a insatisfação desse grupo com a política centralizadora de Vargas e sua intransigência em "não ceder espaço na máquina do governo federal" aos rio-grandenses "que ocupavam cargos federais e tentavam torná-los representativos dos interesses da FUG." (LEÍBIO JÚNIOR, 2006, p. 67).

Getúlio Vargas justificou sua posição, em telegrama a Assis Brasil, datado de 17 de março de 1932, nos seguintes termos:

Não fiz política, na acepção comum que se dá entre nós ao vocábulo. (...) Consagrei-me a administrar. Se quisesse desenvolver atividade política nada mais fácil: bastaria abrir o cofre dos favores, seguindo os precedentes. Procurei, assim, governar afastado das influências partidárias. Surgiu a reação política e em consequência os choques entre os próprios elementos revolucionários. Não era intenção minha, afastar do governo a política. Antes queria, passada a hora da trégua, assegurada, com isenção absoluta, o surto de todas as atividades partidárias. Os atos praticados justificavam-se a este critério. A fase até agora decorrida do governo provisório não teve finalidade política. (VARGAS *apud* ELÍBIO Jr., 2006, p.73).

O autor chama a atenção para os argumentos de Vargas em defesa de uma administração que uma vez "livre das admoestações partidárias e regionais" teria produzido a um "*notável* resultado." Elíbio Jr. destaca ainda que o referido governo "soube mobilizar recursos suficientemente capazes para livrar o país da estagnação econômica." Constatação compartilhada tanto por liberais quanto autoritários, que defendiam "a solução técnica da organização governamental como única fórmula capaz de criar riqueza e desenvolvimento." Donde deduz o historiador que "se o mal é político, seria fundamental a criação de uma administração pública eficiente e técnica, segundo Vargas, despolitizada." (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p.74).

Para Sandra Pesavento, o rompimento do acordo político entre a FUG e o Governo Provisório se deu em decorrência da alegada morosidade de Vargas no atendimento às reivindicações das lideranças da Frente Única Gaúcha em punir os responsáveis pelo empastelamento do "Diário Carioca", em fevereiro de 1932, "por elementos tenentistas". (PESAVANETO, 1980, p.94).

Mas, a questão central estava na sobrevivência do capitalismo e na conservação das classes dominantes, com a submissão das oligarquias regionais à política do governo central. Visto tratar-se de um contexto econômico de crise mundial, em que o restabelecimento do equilíbrio da economia nacional demandava "corrigir as distorções de a mesma basear-se, quase exclusivamente, na venda de um único produto para o mercado internacional." Nesse sentido, o poder, que até então era exercido diretamente pelas oligarquias foi eliminado mas,

em contrapartida, o Governo Provisório buscou satisfazer suas exigências em nível econômico. (PESAVENTO, 1980, p.87-89).

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, a Revolução não alterou a hegemonia e predominância do setor agropecuário, garantido pelo seu interventor federal, Flores da Cunha, que "cumpria a função básica de regulamentar o funcionamento da sociedade e dar continuidade às relações que conservavam os senhores de terra e gado como classe dominante." (PESAVENTO, 1980, p.91).

Porém, os novos tempos restringiram o poder das oligarquias à manutenção do modelo econômica, apenas. O Governo Provisório, a partir do estabelecimento de uma clara tendência corporativista, tinha como objetivo solucionar a crise econômica brasileira, através da diversificação da economia e da inviabilização do ressurgimento do 'Estado oligárquico'. Ao mesmo tempo em que restringia (ou minimizava) o potencial de luta das "classes dominadas". (PESAVENTO, 1980, p.107).

2.6 O GOVERNO FLORES DA CUNHA E O "LIBERALISMO OLIGÁRQUICO"

A posse de Flores da Cunha como interventor no Rio Grande do Sul frustrou as expectativas dos libertadores que esperavam uma maior participação política, o que não aconteceu. Pelo contrário, intendentes do interior foram destituídos de seus cargos, a exceção dos republicanos ligados ao interventor. Junte-se a isso, o posicionamento ambíguo de Flores da Cunha (não podia concordar com a centralização do Governo Provisório, tão pouco decepcionar Vargas) diante do confronto armado entre o poder central e as oligarquias paulistas no episódio da "Revolução Constitucionalista" de 1932, que significava o retorno do poder latifundiário-oligárquico, no Brasil e no Rio Grande do Sul. A FUG e os paulistas contavam com a participação da Brigada Militar para o enfrentamento das forças do Exército. O que não aconteceu. Essa ambiguidade assumida como estratégia política pelo interventor rio-grandense fez com que ele fosse visto pelos líderes dos revoltosos como traidor. (RANGEL, 2007, p.24-25).

Digno de nota é a observação do historiador Carlos Roberto da R. Rangel de que os sediciosos da Revolução Constitucionalista de 1932 tiveram uma tímida adesão popular em São Paulo e frustrante no Rio Grande do Sul. O que reforça a tese de que o período iniciado com a Revolução de 1930, até a instalação do Estado Novo, teria representado uma disputa política entre oligarquias pelo controle do Estado. Ao mesmo tempo em que denota uma

crescente debilidade do regionalismo e do liberalismo políticos substituídos por uma ideologia centralizadora que, como foi destacado acima, não iniciou com Vargas. Tratava-se de um movimento histórico "que procurava superar o conceito de sociedade como uma coleção de indivíduos, colocando, em seu lugar, o conceito de nação como indivíduo coletivo." Aliás, no que se refere ao aspecto da centralização política, representou, como é sabido, uma tendência que não era estranha ao contexto político internacional do período, a exemplo da Itália e da Alemanha. (RANGEL 2007, p.26-27; MENDONÇA, 1990, p.324).

A partir do exame da correspondência de Flores da Cunha, Rangel afirma que Vargas propôs ao interventor do Rio Grande a criação de um partido de feição nacional, em substituição aos da Frente Única, que fugisse da fanfarronice do Clube 3 de Outubro e das frentes únicas. Sua ideia era a de "buscar apoio na massa amorfa, ignorante, mas facilmente plasmável nos moldes de uma nova organização política, que poderá ser um grande partido nacional." (RANGEL, 2007, p.27).

Para além das intenções de centralização política manifestadas por Vargas, entendemos que o documento sugere também uma percepção aguçada da política nacional e da necessidade de mudanças, para as quais a maioria das oligarquias e dos políticos tradicionais não considerava relevante ou se negava aceitar. Pois, segundo Ângela de Castro Gomes, no final dos anos 1920 já havia no país uma ética de valorização do trabalho e do trabalhador, "embora não existisse um cidadão-trabalhador." (GOMES, 2005, p.30).

Mas, Flores da Cunha não aceitou a proposta. Prevaleceram as suas ambições políticas, ou sua força de mediador dos interesses regionais junto ao poder central. Condição assegurada, num primeiro momento, pelo apoio das lideranças partidárias do Rio Grande, que ambicionavam ter ingerência nas decisões do Governo Provisório.

Consciente da sua posição privilegiada de mediador entre os interesses estaduais e federais, Flores da Cunha administrou o estado, nos primeiros anos após a Revolução de 1930, valendo-se das concessões financeiras e dos favores administrativos do governo central. Vargas, por seu turno, exigia de Flores o controle e a vigilância dos partidos estaduais. (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p.83).

O historiador Carlos E. Cortés afirma que a administração de Flores da Cunha foi progressista e criativa. Expandiu o programa de obras públicas; construiu as primeiras estradas pavimentadas intermunicipais; criou sindicatos oficiais (institutos), responsáveis pela comercialização de produtos básicos; iniciou as negociações para a criação de uma frota de

navios comerciais estatais "para aliviar a dependência econômica do estado da inadequada frota marítima mercante nacional." (CORTÉS, 2007, p.104-117).

Tratava-se, segundo Mário Maestri, que aponta no mesmo sentido, de um plano ambicioso de "relançamento estrutural da economia rio-grandense, apoiando a ampliação e circulação das relações mercantil-capitalista e a modernização pastoril-charqueadora." Foram construídas fábricas; escolas; ferrovias; e os "balanços de exportações e importações do estado quase quadruplicaram." Cortés propõe ainda que o processo de desenvolvimento do estado estaria relacionado à proposta de acordo entre Flores, Borges e Pilla, denominado de *modus vivendi*, firmado em janeiro de 1936, e que estabeleceria a paz no estado. Um acordo, segundo Mário Maestri, de curta duração, que fez o Rio Grande do Sul experimentar um crescimento industrial de 20%. (CORTÉS, 2007, p.104-117; MAESTRI, 2010, p.322-323).

Cabe destacar ainda que a gestão Flores da Cunha se notabilizou pela utilização de uma elite burocrática "despolitizada" formada por técnicos cujos objetivos eram o de ampliar e renovar a administração pública estadual. (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p.209-210).

Quanto às questões sociais, Antônio Elíbio Júnior afirma que o governo de Flores da Cunha se valeu de uma política intervencionista a partir da "imposição de procedimentos coercitivos à formação de doutrinas consideradas perigosas e à defesa da nacionalidade." As medidas intervencionistas do referido governo na política sindical, antes da Constituição de 1934, eram feitas através da invasão policial, "destruição das sedes dos sindicatos com abundantes espancamentos e prisões." A estratégia corporativista do poder central, teria sido utilizada também por Flores da Cunha. É o que se depreende, à medida que este entendia que as necessidades sociais "deveriam estar desvinculadas de grupos ou organizações políticas sem o controle do governo". O que representava, em última análise, um processo de incorporação dos trabalhadores ao governo sob o comando do executivo estadual, com o consentimento do Governo Federal. A mediação de Flores da Cunha entre as classes trabalhadoras e o Governo Federal estava consignada à cooperação daquelas com o executivo estadual. Política que na opinião do autor "visava minar a influência dos partidos políticos e dos '*cabecilhas comunistas*', possivelmente infiltrados junto às associações de trabalhadores." (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p.206-208).

Propõem-se como paradoxo do governo Flores da Cunha e das lideranças da FUG o discurso em defesa dos valores democráticos e constitucionais¹², mobilizados contra o Governo Provisório, acusado de ditatorial pelos seus críticos que, igualmente mantinham nos seus estados componentes antidemocráticos. Pois, na oportunidade de defesa desses preceitos legitimadores da democracia, a maioria dos deputados classistas rio-grandenses votou contra o direito de greve, na Assembleia Constituinte de 1934: 7 a favor e 11 contra. E, em 1935, a Federação Operária do Rio Grande do Sul [FORGS], entidade fundada em 1906 e que reunia as principais lideranças do movimento sindical do estado, foi proibida de funcionar. Apesar de intervenção de Dyonélio Machado na tentativa de reorganizá-la, com o apoio da Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual era o presidente, "a Lei de Segurança Nacional, em 1935, foi decisiva para a sua extinção." (PETERSEN; PEDROSO, 2007, p.200).

Para Sandra Pesavento, a classe dominante rio-grandense responsabilizou Flores da Cunha de '*não querer ou não poder*' resolver os problemas econômicos do Rio Grande, além de não ter seguido os princípios estabelecidos pelo PRL. Para ela, faltava à classe dominante sulina a consciência da dimensão das mudanças que estavam em curso: da subordinação econômica da periferia para com o centro; do aumento dos desníveis regionais; das questões estruturais de uma economia descapitalizada. Mudanças que, em última análise, foram atribuídos a "*má direção* de Flores no governo do estado." (PESAVENTO, 1980, p.170).

Mário Maestri tem visão diversa. Vê como causa da derrota de Flores da Cunha, diante da ofensiva getulista, que abriu caminho ao Estado Novo, a divisão nas classes dominantes sul-rio-grandenses, já que os setores agropastoris da campanha, da Região da Serra e do Planalto, que exportavam alimentos e matérias-primas para o restante do Brasil, se viam beneficiados na proposta do estado sulino como "Celeiro do Brasil". Um posicionamento que teria demarcado a falta de visão, ou até mesmo de pusilanimidade, dos segmentos dominantes rio-grandenses, que os caracterizariam, para este autor, até os dias atuais. (MAESTRI, 2010).

Ângela de Castro Gomes sustenta que nenhum dos governos pré-30 reconheceu a prioridade da questão social no Brasil e que a mesma teria surgido em decorrência "dos acontecimentos políticos do pós-30." Tratar-se-ia, portanto, da superação das "preocupações

¹² Importante destacar que o reclamado retorno às normas institucionais, também responsável pela Revolução Constitucionalista de 1932, representava modelos jurídicos de partidos políticos estaduais que na opinião de Joseph Love até 1930 podiam ser vistos como *caucuses*: reunião secreta de líderes políticos do mesmo partido, comitê ou grupamento de cúpula. Não havendo "nenhum processo formal de alistamento e nem critérios precisos para a associação de membros." E, mais significativo: a última eleição da República Velha, que elegeu Júlio Prestes, em 1 de março de 1930 teve um percentual de população votante de 5,7%! (LOVE, 1975, p. 122-124).

formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais." A historiadora afirma ainda que a finalidade principal da obra revolucionária dos anos 1930 foi a de enfrentar esse estado de constante necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizador que identificava o trabalho como um apanágio da pobreza. "Reconhecimento que, de acordo com o exposto, também faltou às classes dominantes rio-grandenses desse período." (GOMES, 2005, p.197).

2.7 RIO GRANDE DO SUL: A CRISE ANUNCIADA

Na década de 1930 o Brasil experimentou um vigoroso surto industrial. "Entre 1932 e 1939, a produção industrial cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, contra menos de 10% da produção agrícola." Período que representou "um salto qualitativo na história da formação industrial brasileira." O que, em outras palavras, indicava, ao menos aparentemente, o caminho para a solução da crise estrutural em que o modelo agrário-exportador se encontrava. Fato que empolgou as classes políticas, técnicas e empresariais do país, envolvidas por tal processo, e sustentou a formação de uma consciência desenvolvimentista de vocação industrial, em substituição à retórica da vocação agrícola nacional. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.253).

O cenário de crise do setor primário exportador nacional e a deflagração da II Guerra Mundial, ao lado da falência do Estado oligárquico, com a posterior centralização do poder em um sentido industrialista, sobretudo após 1937, levaram à formação de uma estrutura de controle das atividades econômicas no país, representada pelo Departamento de Administração do Serviço Público - DASP (1938); pelo Conselho Federal do Comércio Exterior - CFCE (1934); pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças - CTEF (1937); pela Coordenação de Mobilização Econômica - CME (1942); pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC (1944) e pela Comissão do Planejamento Econômico - CPE (1944). Arcabouço que tinha como meta a "defesa da economia nacional e de sua estruturação de forma a minimizar a vulnerabilidade às crises internacionais." (BIELSCHOWSKY, 2000, p.253-254).

Na opinião do economista Ricardo Bielschowsky, dada a conjuntura de transição para o capitalismo industrial, essas agências de planejamento, gerais e setoriais, teriam provocado a formação de "núcleos de reflexão coletiva sobre a problemática do desenvolvimento nacional. Desenvolvimento que subentendia, é claro, o desenvolvimento do capital industrial

do Centro Sul”. Centros que eram formados por "uma elite emergente de técnicos e militares que buscava a sua inserção no universo das elites brasileiras." Valendo-se da oportunidade "histórica, aberta pela Revolução de 30 e instrumentalizada pela valorização do conhecimento técnico e da segurança militar, de participação na esfera restrita do poder decisório sobre os destinos nacionais." (BIELSCHOWSKY, 2000, p.258).

Na esteira da reorientação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pelo projeto de industrialização dito nacional, em favor do Centro-Sul, as questões e necessidades regionais foram preteridas. O Estado central passou a lançar mão de recursos tributários, fiscais, impositivos, que favoreceram e privilegiaram os segmentos da economia que interessavam àquele projeto, em detrimento de outros, que se mantiveram na periferia. Para tal, desde a Constituição de 1964, mas, principalmente, após 1937, houve uma hipertrofia do poder central, em prejuízo do poder regional e municipal. (MAESTRI, 2010).

Afastado Flores da Cunha e seu projeto de industrialização, em 1937, o Rio Grande do Sul, sob o comando de interventores submetidos ao poder central, teve de buscar o desenvolvimento industrial a partir da acumulação de capital originário, em grande parte, da economia colonial camponesa. Visto a ausência de recursos do governo central em setores estruturais e estratégicos. Mas, em que pese ter sido preterido no projeto de industrialização nacional e com sérios problemas de infraestrutura (geração de energia, transportes, comunicação) o estado sulino conquistou importantes avanços industriais em Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo e no polo caxiense. Notadamente na produção de implementos agrícolas, bens de consumo corrente, voltados para o mercado regional. E até com tentativas ambiciosas, voltadas também para o mercado nacional, principalmente no setor metalúrgico, com as empresas Wallig, Berta, Tramontina, Rossi, etc. (MAESTRI, 2010; GORENDER, 2004).

Diante dessa conjuntura de divisão nacional do trabalho coube, prioritariamente, ao Rio Grande do Sul o papel de fornecedor de produtos alimentícios *in natura* ou beneficiados a baixo preço para o mercado brasileiro. Ao mesmo tempo em que se intensificava a entrada dos produtos produzidos pelas indústrias paulistas e cariocas no mercado nacional. (PESAVENTO, 2014, p.28).

Por outro lado, os projetos de superação dos problemas econômicos do Estado sulino, como a reforma agrária, o menor porte das empresas locais, a deficiência no fornecimento de energia elétrica e o enfrentamento dos obstáculos gerados com o desenvolvimento do país, chocavam-se com os interesses tradicionais. Onde o governo, representado por uma classe

dominante fraca, foi incapaz de remover as velhas estruturas e de renovar-se politicamente, reafirmando o domínio da sociedade política sobre a sociedade civil. (PESAVENTO, 2014, p.30).

Na análise do economista Cláudio Accurso, a crise profunda que se abateu sobre o Rio Grande entre os anos 1949-1960 foi causada por fatores internos, devido ao esgotamento da base física da produção primária, sem que houvesse um incremento na produtividade. Contexto representado pela permanência de uma estrutura fundiária concentrada e "blindada" à reforma agrária, no meridão do Estado, determinava que 85% da geração de trabalho eram originárias do minifúndio, áreas de até 24 hectares, da região colonial-camponesa, antiga e nova. Os arrendamentos chegavam a onerar 40% da produção rural; as inversões do setor primário eram direcionadas, prioritariamente, para o setor imobiliário¹³ e o setor industrial se notabilizou no período pela "baixa capacidade dos empresários de inovar em termos tecnológicos e administrativos." As consequências desse cenário podem se visualizadas na Tabela 1. (apud CANEPÁ, 2005, p.82-83).

Tabela 1 - Ordem de importância e participação no Valor de Transformação Industrial dos 10 principais gêneros da indústria de Transformação do Rio Grande do Sul e sua correspondência com os do Brasil - 1959.

Gêneros	Rio Grande do Sul		Brasil	
	Ordem	Participação%	Ordem	Participação%
Produtos alimentares	1	31,7	1	16,4
Metalúrgica	2	8,9	3	11,8
Química	3	8,4	4	8,6
Vestuário e Calçados	4	8,3	8	3,6
Madeira	5	6,6	10	3,2
Minerais Não-Metálicos	6	5,3	6	6,6
Bebidas	7	4,4	14	2,9
Couros e Peles	8	3,5	20	1,1
Têxtil	9	3,4	2	12
Fumo	10	3,2	19	1,3
Subtotal	-	83,7	-	67,5
Outros gêneros	-	16,3	-	32,5
Total	-	100	-	100

Fonte: Accurso (2014, p.25).

Digno de nota é também a avaliação do economista Paul Singer, com relação aos novos rumos da economia no pós-30. Afirma que o processo de industrialização

¹³ Segundo Schilling (1961, p. 24) a tendência *expansionista* era a mentalidade dominante no setor agrário rio-grandense. A produtividade, na maioria dos casos, foi preterida pela aquisição de mais terras.

implementado no período "induziu a urbanização de boa parte da população do país, ampliando dessa forma a demanda urbana por alimentos, o que, por sua vez, possibilitou a expansão da agricultura comercial." O economista afirma ainda que a elevação da demanda comercial de alimentos resultante da industrialização foi a responsável pela expansão da agricultura de mercado no país. Análise que reforça a tese de Cláudio Accurso de que a referida crise dos anos 1950, no Rio Grande do Sul, não ocorreu por falta de demanda. (SINGER, 2004, p.220).

É na confluência desses fatores que a pressão dos setores populares urbanos rio-grandenses pela participação no consumo se faz presente, com certa intensidade desde os anos 40 e de forma acentuada na década seguinte. Áurea Petersen lembra que no curto período democrático, 1945-64, o Rio Grande do Sul vivenciou 180 greves, o que representou 20% de todas as greves realizadas no país, fato que denota o grau de mobilização dos sindicatos no estado. (PETERSEN; PEDROSO, 2007, p.202).

Mercedes Maria Cánepa afirma que, na segunda metade dos anos 50, a pressão das camadas populares não mais se limitou às manifestações pela participação no consumo. Elas incluíam agora demandas por educação, emprego, habitação, saúde e também "reivindicações por maior participação social e política." E, que, no início dos anos 60, essa pressão ganhou o reforço de movimentos populares de setores rurais, formado por pequenos agricultores e assalariados rurais. Movimentos que foram "reprimidos em escala considerável pelos governos anteriores, gozam, durante o Governo Brizola (1959-1962) (*sic*) de ampla liberdade." (CÁNEPA, 2005, p.88).

Tabela 2 - Taxa de crescimento da economia gaúcha (média anual)

Setores da Economia	1949/53	1956/60
Setor Primário	9,8	-3,0
Setor Secundário	9,5	1,7
Setor Terciário	7,2	2,8
Total	8,6	0,3

Fonte: FGV - Revista Brasileira de Economia - 1962; citada por Cánepa (2005, p.78).

A partir dos dados da Tabela 2, cabe destacar que a estagnação do setor primário rio-grandense já era anunciada. Entre os motivos apontados acima por Cláudio Accurso destacamos dois aspectos fundamentais dessa estagnação que, acreditamos, não tem recebido a devida atenção da maioria dos pesquisadores sobre o setor agrário rio-grandense. Trata-se dos índices de produtividade da bovinocultura de corte, que mantinha e mantém, até hoje, a

mesma média de produtividade (kg de carne por ha/ano) do século XIX. Além dos arrendamentos de terras, prática histórica no setor, que onera a produção, desestimula o empreendedorismo e o avanço técnico.¹⁴

Tabela 3 - Taxas anuais de crescimento do produto industrial do Rio Grande do Sul e do Brasil - 1955-1961

Descrição	1955	1956	1967	1958	1959	1960	1961	1955-1961
Brasil	10,6	6,9	5,7	16,2	11,9	9,6	10,6	11,1
RS	1,4	8,8	1,8	16,6	3,8	7,8	9,0	7,9

Fonte: Accurso, (2014, p. 82).

Os dados da Tabela 3, associados ao desempenho negativo do setor agrário, apontados na Tabela 2, dão a dimensão da crise econômica do período. Que na verdade tratava-se de uma crise estrutural. Analisada e combatida, pela primeira vez no estado, na gestão de Leonel Brizola, através da implementação do processo de reforma agrária.

2.8 O ENSAIO POPULAR E O TRABALHADOR ELEITOR

O novo contexto mundial estabelecido com o final da Segunda Guerra Mundial, que decretou a derrota dos regimes de governos ditatoriais, promoveu o surgimento de novas forças políticas que visavam a renovação social, dentro de preceitos democráticos. Essa renovação ganha destaque através de grandes forças políticas: a socialdemocracia, o socialismo reformista, o comunismo, a democracia cristã e o trabalhismo. Também são representativos desse período a nacionalização, de forma subordinada ao imperialismo das economias capitalistas hegemônicas, de setores básicos da economia, como energia elétrica, gás, carvão, meios de transporte, bancos, entre outros. Diferentemente dos países socialistas, onde esse processo se deu sem a participação daqueles recursos imperialistas.

Na esteira desse novo contexto de polarização mundial estabelecido entre os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética, evoluíram ideologias dissidentes da Guerra Fria. Na Europa Ocidental, em regiões da África da Ásia e na América Latina houve manifestações de desejo de autonomia, de nacionalismo e de não sujeição a nenhum dos blocos dominantes. Além do surgimento de novas teorias políticas, como a da Democracia

¹⁴ Ver, SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Qual é o jogo?* Um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha rio-grandense. Porto Alegre: FCM, 2014; SORIO JUNIOR, Humberto. *A ciência do atraso: índice de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001; SCHILLING, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

Social, apresentada como uma terceira alternativa entre Capitalismo e Comunismo. Valores que, em grande parte, serão incorporados pelo Partido Trabalhista Brasileiro, a partir das ideias de Alberto Pasqualini, principalmente.

O novo cenário político que se estabeleceu, em nível nacional, a partir da Lei Agamenon de 28/05/0945, que tornou obrigatória, pela primeira vez na história do Brasil a formação de partidos de caráter nacional, e a destituição de Getúlio Vargas, em 1945, pondo fim ao Estado Novo, favoreceu o aparecimento categórico e irreversível do trabalhador no cenário das lutas políticas brasileiras, através do fortalecimento do Partido Comunista, fundado em 1922, a e do Partido Trabalhista Brasileiro. "Inúmeros artigos de jornais da época atestam com espanto este novo fato, e a ele atribuem a causa profunda da derrota do Brigadeiro. "Que tornara pública a sua recusa aos "votos da *'malta'* que ia aos comícios." (GOMES, 2005, p.292-293).

Na análise da historiadora Ângela de Castro Gomes, o impacto político das eleições de 1945 representou a transformação do contingente eleitoral e o "desmantelamento do sistema partidário guardado na memória dos políticos e da população em geral." (GOMES, 2005, p.294).

A historiadora afirma, também, que os principais responsáveis por essa mudança foram o PTB e o PC, "uma vez que eram os partidos que se dirigiam a um eleitorado mais urbano e definido pela ocupação profissional." E na avaliação dos analistas políticos da época, que questionavam os novos objetivos do sistema partidário do pós-45, é irrepreensível o prognóstico de Maciel Filho, citado por Gomes: "[...] o futuro seria dos partidos de massa e não mais dos partidos de notáveis, que não respondiam verdadeiramente à questão da participação política." (GOMES, 2005, p.294).

A transição para o regime democrático se restringiu quase que exclusivamente à forma do regime político, observa a cientista política, Mercedes Cánepa. Prevaleceu o antagonismo estéril entre Varguismo e Antivarguismo, em prejuízo de questões, como a "intervenção do Estado na economia, a desarticulação do sistema de propriedade rural, a forma de incorporação das classes populares, a estruturação do poder em nível regional, etc.", observa a autora. (CÁNEPA, 2005, p.93).

Cronologia

- 1945 - 14 de setembro: fundação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, no RS;
- 1947 - Brizola é eleito Deputado Estadual;
- 1950 - Ernesto Dornelles é eleito Governador do Estado pela coligação PTB-PSDA-PSP;
- 1950 - Brizola é reeleito Deputado Estadual. O mais votado de todos os partidos¹⁵;
- 1951 - Brizola concorre a Prefeitura de Porto Alegre pela aliança PTB-PRP-PSP e é derrotado pela "*Frente Democrática*" - PSD-PL-UDN, tendo como candidato, Ildo Meneghetti;
- 1953 - Brizola assume a Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e elabora o I Plano de Obras do RS;
- 1954 - Leonel Brizola é eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, com extraordinária votação; Pasqualini - PTB, é derrotado nas eleições para governador por Ildo Meneghetti: PSD-UDN-PL¹⁶;
- 1955 - Brizola é eleito Prefeito de Porto Alegre com ampla maioria dos votos;
- 1958 - Início de julho, Plínio Salgado visita o Rio Grande do Sul, em apoio a aliança PTB-PRP-PSP;
- 1958 - Brizola é eleito Governador do Rio Grande do Sul com 55,18% dos votos válidos;
- 1959 - Criação do Gabinete de Administração e Planejamento - GAP;
- 1959 - Desapropriação da CEERG, subsidiária da multinacional, *Bond and Share*, aos 103 dias de governo;
- 1959 - É criado o Conselho de Desenvolvimento do Estado - CDE, pelo Decreto nº10.499 de 8/6/1959; são criados, também, o Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário - SEDEP e a Comissão Estadual de Prédios Escolares - CEPE. Decreto nº10.416, de 25 de março de 1959;
- 1960 - Fundação da Comissão Estadual de Terras e Habitação - CETH;
- 1960 - Criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra - MASTER;

¹⁵ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 90.

¹⁶ Meneghetti confessaria, em entrevista publicada pelo *Coojornal*, em setembro de 1977, que sua vitória sobre Pasqualini nas eleições de 1954 foi mais uma das tantas armadilhas da política: "O grande erro da história do Rio Grande foi eu ter vencido Alberto Pasqualini em 1954. Ele tinha boas ideias e sabia como executá-las, eu não tinha nada. Se ele tivesse vencido, tudo era diferente e a revolução de 1964 não tinha acontecido." (*apud* CANEPA, 2005, p.219).

- 1961 - É instituído o "*Ano da Educação*" no estado, com a entrega simbólica de duas mil escolas;
- 1961 - Reunião de Florianópolis: Brizola lidera a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;
- 1961 - Jânio Quadros renuncia, em 25 de agosto;
- 1961 - Brizola lidera o Movimento da Legalidade, garantindo a posse do vice-presidente, João Goulart;
- 1962 - Expropriação do acervo da *International Telephone & Telegraph Corporation - ITT*, pelo Decreto nº 13.186, de 16 de fevereiro de 1962;
- 1962 - Criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA;
- 1962 - Primeiro acampamento de sem-terra do Governo Leonel Brizola: *Fazenda Sarandi*, no município do mesmo nome, em 8/1/1962; em 24 do mesmo mês, o segundo acampamento, no *Banhado do Colégio*, na cidade de Camaquã;
- 1962 - Brizola é eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro;
- 1963 - Robert Kennedy, secretário de Justiça dos EUA e irmão do então presidente John Kennedy, vem ao Brasil cobrar as indenizações à *UNFORP* à *ITT* e manifestar o desagrado de Washington com a aproximação comercial do Brasil com o Leste Europeu;
- 1964 - Cassado pela ditadura civil-militar de 1º de abril de 1964, Brizola se exila no Uruguai;

Principais obras e iniciativas do Governo Leonel Brizola:¹⁷

- Implantação da Aços Finos Piratini;
- Intervenção decisiva para a implantação da Refinaria Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul;
- Implantação da *Açúcar Gaúcho S/A - AGASA*;
- Criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;
- Criação da Caixa Econômica Estadual;
- Conclusão da Termelétrica de Charqueadas e de Candiota;

¹⁷ CARRION Jr., Francisco M. *Brizola, momentos de decisão*. 1989, p. 67.

3 RIO GRANDE DO SUL: BERÇO DO TRABALHISMO SOCIAL-REFORMADOR

No Rio Grande do Sul o sistema político partidário, inicialmente, seguiu o mesmo padrão nacional: de um lado os anti-varguistas, reunidos "em torno da União Democrática Nacional [UDN], do outro, as correntes fieis ao oficialismo, articulando, a partir sobretudo da estrutura interventora estadual, o Partido Social Democrático [PSD], aparentemente fiel a Vargas." (BODEA,1992, p.17).

Em torno da UDN se reuniram lideranças políticas tradicionais que haviam rompido com Getúlio Vargas. Entre essas: Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros. Políticos e legenda que não conseguiram empolgar grupo significativo de antigos 'correligionários e de simpatizantes', dentro das novas regras eleitorais e da nova realidade socioeconômica do Estado, tão pouco conseguiu formar aliança com outros partidos rio-grandenses.

Caso semelhante ao do Partido Libertador de Raul Pilla, representante do latifúndio meridião rio-grandense, derrotado pelas armas em 1893-95 e em 1923. Mas que não conseguiu perceber a mudança dos tempos e se manteve aferrado a uma tradição liberal elitista, "visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária." (BODEA, 1992, p.18).

O PSD rio-grandense, inicialmente um partido forte criado a partir da máquina governamental local interventora, passou por uma clivagem que se manifestara a partir de 1946. Segundo o economista Miguel Bodea, um "choque entre líderes políticos tradicionais e 'elitistas' como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo 'populista' do outro." Cujas expressão máxima era representada por José Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, e que segundo Bodea tinha forte liderança sobre os ferroviários. (BODEA, 1992, p. 19).

O resultado imediato desse choque entre essas lideranças foi a criação do que Bodea denominou de "ala trabalhista do PSD", germe na verdade da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro." (BODEA, 1992, p.19).

O Partido Trabalhista Brasileiro rio-grandense foi fundado em 14 de setembro de 1945, após o envolvimento da ala trabalhista do PSD com o "queremismo", movimento que defendia a reeleição de Getúlio Vargas. Em consequência, distanciando-se da cúpula do

partido que estava alinhada à candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra. (BODEA, 1992, p. 21).

No Rio Grande do Sul, o PTB se formou a partir da convergência de três correntes: a *sindicalista*, núcleo inicial dos legítimos fundadores do partido no Estado, que criou as *Alas* dos bancários, dos metalúrgicos, dos gráficos, etc.; a *doutrinária* composta por intelectuais, em sua maioria bacharéis e profissionais liberais, cuja liderança era exercida pelo advogado Alberto Pasqualini, inspirado no social-reformismo do trabalhismo britânico e da socialdemocracia europeia, em menor grau; e a terceira vertente, a *pragmático-getulista*, composta por políticos profissionais originários do PSD, cujas lideranças eram representadas por José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. (BODEA, 1992, p. 23-29).

Digno de nota foi a disputa entre o PSD e o PTB rio-grandense pela condição de herdeiro da Revolução de 1930 e, conseqüentemente, do acervo político-eleitoral getulista. (BODEA, 1992, p. 34).

As eleições de 2 de dezembro de 1945 no Rio Grande deram ampla vitória ao PSD, após o apoio de Vargas à candidatura Dutra. Mas o que as urnas realmente confirmaram foi o peso político e o prestígio eleitoral de Vargas em seu estado natal: "[...] sem sair de São Borja ele elegeu-se senador com mais de 74% dos votos, superando a votação do próprio Dutra que aplastava tranquilamente a candidatura udenista, graças ao apoio declarado de Vargas." (BODEA, 1992, p. 34).

O espectro político das eleições de 1945 pode ser definido da seguinte forma: UDN e PL, partidos liberal-conservadores e antigetulistas, de um lado; do outro, uma incipiente e efêmera ala pró-getulista, que reunia segmentos da classe média, pequenos proprietários, etc. no PSD, e uma ala trabalhista, no PTB. Agremiações que eram flanqueadas pelo PCB, que nesse momento propunha a colaboração de classes, com força nas cidades e entre os operários, e pelo PRP, tentativa de conversão da antiga Ação Integralista Brasileira em partido católico conservador, com força, sobretudo na região colonial. (BODEA, 1992; MAESTRI, 2010).

Quadro 1- Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul em 2/12/1945

Candidato	Partidos	Votos	% Votos
Eurico Gaspar Dutra	PSD	447.517	72
Eduardo Gomes	UDN-PL	110.444	18
Yedo Fiuza	PCB	50.200	8
Mário Robim Telles	-	341	0
Branços	-	15.001	2
Nulos	-	2.337	0
Total		625.840	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Bodea, (1992, p.35).

Quadro 2- Eleições para o Senado Federal Rio Grande do Sul em 2/12/1945

Candidatos	Partidos	Votos	%Votos
Getúlio Vargas	PSD	461.913	74
Ernesto Dornelles	PSD	460.113	74
Joaquim Luiz Osório Suplente:	UDN-PL	95.794	15
Francisco Maciel Jr.		95.154	15
Luiz Carlos Prestes Suplente:	PCB	37.033	6
Álvaro Moreira	PCB	35.033	6
Branços		27.777	4
Nulos		3.328	1
Total		625.840*	2X100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, *apud* Bodea, (1992, p.35).

Quadro 3- Eleições para a Câmara Federal Rio Grande do Sul em 2/12/1945

Partidos	Votos	%Votos	Cadeiras	%Cadeiras
PSD	389.975	62	17	76
UDN	58.663	9	2	9
PL	51.409	8	1	5
PTB	40.116	6	1	5
PC	38.159	6	1	5
PRP	21.197	4	0	
Branços	9.244	2	-	
Nulos	17.047	3	-	
Total	625.840	100	22	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, *apud* Bodea, (1992, p. 36).

Miguel Bodea observa que nas eleições de 1945 misturaram-se, pela primeira e última vez, os votos destinados a Getúlio Vargas com os do PSD no Rio Grande do Sul. O partido ainda não havia passado pelo processo de 'desgetulização', o que será percebido de forma mais nítida nas eleições de 1947, para o Governo do Estado e para a Assembleia Legislativa (Constituinte Estadual). (BODEA, 1992, p.34).

A campanha eleitoral de 1947 revelou a super-representação política do PTB, que ficou com 23 das 55 cadeiras da Assembleia Legislativa. Fenômeno que se efetivou pela união das três correntes: *sindicalista, doutrinário-pasqualinista e pragmático-getulista* e que conseguiu mobilizar várias categorias profissionais (Alas) metalúrgicos, ferroviários, portuários, gráficos, bancários, etc., em torno de um projeto de governo novo, que tinha propostas de governo e de Estado, fundamentadas em argumentos coerentes e experiências bem-sucedidas, como ficara demonstrado nos discursos e publicações de Pasqualini, encampadas pelas demais correntes do PTB.

Miguel Bodea chama a atenção para a participação da "ala acadêmica", composta por estudantes universitários da qual o primeiro presidente foi o estudante de engenharia Leonel de Moura Brizola. Dessa "ala acadêmica" ou "ala moça", como também ficou conhecida, faziam parte, além de Brizola, Fernando Ferrari, Sereno Chaise e Wilson Vargas da Silveira, entre outros".(BODEA, 1992, p.44).

Cabe destacar que uma das características da "ala acadêmica trabalhista" foi a de que seus componentes sofreram a influência simultânea das três correntes já referidas, formadoras do trabalhismo no Rio Grande. "Simbiose política" que segundo Miguel Bodea se "expressaria, na sua plenitude, apenas após a morte de Vargas e a segunda derrota de Pasqualini, em 1954, quando este novo quadro de lideranças assumiria a direção do partido." Afirma ainda o autor que "Leonel Brizola foi o mais destacado líder da ala acadêmica, que o indicaria como candidato a deputado estadual." (BODEA, 1992, p.44-45).

Brizola era dono de um estilo político marcante que o teria feito ascender rapidamente dentro do partido, como também conquistar uma forte penetração no eleitorado popular. Bodea lembra que, na "Assembleia Estudantil, realizada em 12/12/1946, não apenas contou com a presença prestigiosa de Pasqualini, mas a fala do jovem candidato seria irradiada por uma emissora local." O autor observa ainda que: "O uso eficiente dos modernos meios de comunicação de massa viria constituir um dos grandes trunfos na meteórica carreira do jovem estudante de engenharia." (BODEA, 1992, p.44-45).

3.1 ELEIÇÕES DE 3/10/1950: UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO NO RS

As mudanças socioeconômicas que se processaram no país em 1945, com o fim do Estado Novo [1937-1945], alteraram a base social da política de forma irreversível.

Ao lado de um indiscutível desenvolvimento industrial, houve um acentuado crescimento da população urbana e um aumento absoluto da população alfabetizada. (SKIDMORE, 2010, p.65).

Segundo Ângela de Castro Gomes a percepção de um novo cenário político nacional, que se estabeleceu a partir das eleições de 1945, foi expresso com perplexidade por José Lins do Rego diante, da derrota dos perrepostas em seus tradicionais feudos políticos: "não era possível mais fazer cálculo sem contar com o povo, e as massas trabalhistas sufragaram Vargas." Assim como previu o analista político, Maciel Filho, para quem os partidos de massa representavam o futuro, não mais os partidos de "notáveis", que restringiram e conduziram a participação política, até então. O que se confirmaria nas eleições que se seguiram. (GOMES, 2005, p.292-294).

Houve um crescimento exponencial do PTB em nível federal, nas eleições de 1950. Seu percentual de 6% em 1945 saltou para 41%. Diferente dos dois grandes partidos concorrentes que reduziram seus representantes. O PSD perdeu metade da sua bancada: de 62% despencou para 31% e a UDN caiu de 9% para 6%. O PL manteve os seus 8% e o PRP subiu dos 4% da última eleição para 7%. Números que confirmavam o cenário de crescimento do PTB ocorrido nas eleições estaduais de 1947 e que se mantiveram em 1950, representados nos quadros 4,5 e 6. (BODEA, 1992, p.90).

Quadro 4- Eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 19/1/1947

Partidos	Nº de Votos	% de Votos	Nº de Cadeiras
PTB	171.605	31	23
PSD	170.786	30	16
PL	54.832	10	5
UDN	47.280	9	4
PRP	46.783	8	4
PCB	32.009	6	3
PSP	2.727	0,5	0
ED	2.543	0,5	0
Branços	25.172	5	-
Nulos	1.876	0	-
Total	555.609	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Bodea, (1992, p.55).

Quadro 5 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul: 3/10/1950

Candidatos	Partidos	Votos	% Votos
Ernesto Dornelles	PTB-PSDA-PSP	329.884	45,85
Cylon Rosa	PSD-UDN-PRP	283.942	39,47
Edgar Schneider	PL	80.798	11,23
Mendonça Lima	PSP	858	0,11
Branços		18.401	2,56
Nulos		5.451	0,76
TOTAL		719.334	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Canepá, (2005, p.154).

Quadro 6- Eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 3/10/1950

Partidos	Nº de Votos	% de Votos	Nº de Cadeiras
PTB	250.108	34,76	21
PSD	209.404	29,11	17
PL	70.343	9,77	6
PRP	53.861	7,48	4
UDN	53.423	7,42	4
PSP	26.165	3,63	2
PSB	12.867	1,78	1
PR	12.329	1,71	0
Branços	20.321	2,88	-
Nulos	10.513	1,46	-
Total	719.334	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Canepá, (2005, p.154).

Os deputados mais votados nas eleições de 1950 foram, também, do PTB, respectivamente José Diogo Brochado da Rocha, para Câmara Federal, e Leonel Brizola, para a Assembleia Legislativa. Estabelecendo-se, a partir daí, novas lideranças políticas populares, a exemplo de João Goulart, Ruy Ramos, Fernando Ferrari e Leonel Brizola, logo abaixo de Getúlio Vargas e de Alberto Pasqualini. (BODEA, 1992, p.90).

3.2 O PRIMEIRO GOVERNO TRABALHISTA DO RS E A REAÇÃO LIBERAL-CONSERVADORA DA "FRENTE DEMOCRÁTICA"

O Governo de Ernesto Dornelles, 1951-54, manteve a tradição de governos partidários, como fizera o seu antecessor, Walter Jobim, do PSD. Seu secretariado formado, exclusivamente, por políticos trabalhistas e dissidentes do PSD, teve na importante secretaria do Interior e Justiça o recém-eleito deputado federal, João Goulart, presidente regional do PTB. E, em 1952, duas jovens lideranças em ascensão foram convocadas: Mariano Beck, ex-

dirigente da Juventude do Partido Social Democrático Autonomista [PSDA], para a secretaria da Educação e Cultura, e o engenheiro, Leonel Brizola, para a secretaria de Obras Públicas. (BODEA, 1992, p.95).

Sereno Chaise, integrante da "ala moça" petebista, lembra que conseguiram convencer Dornelles a substituir o secretário de obras, Aníbal di Primo Beck. "Um homem de idade, advogado e empresário. O governo estava muito lento. Nós fizemos um movimento para colocar Brizola nas Obras Públicas." Brizola mudou tudo: "A secretaria parecia um formigueiro. Qualquer um que passasse por ali, às onze da noite veria tudo iluminado e todos trabalhando." Recorda que na época "era vereador e ia lá todo o dia. Dava umas incertas e passava por ali em diversos horários." Surpreso, Chaise revela que: "Uma vez fui às 6 da manhã, e todos estavam ali. Não acreditei naquilo, mas logo Brizola começou a fazer obra em cima de obra: pontes, estradas, escolas, prédios públicos..."(sic). (CHAISE, 2007, p.26).

Segundo Miguel Bodea, Brizola se revelou um administrador dinâmico e empreendedor, passando a desfrutar uma presença hegemônica no secretariado de Dornelles. Elaborou o primeiro Plano de Obras do governo trabalhista. Plano que teve um sentido pioneiro, pois "inaugurava, no Estado, a ideia de integração do planejamento de curto, médio e longo prazo, com projetos de estudos de viabilidade não só técnicos como também socioeconômicos." O referido Plano de Obras incluía, entre outros, o projeto e o início das obras da famosa ponte sobre o Rio Guaíba, o asfaltamento e a abertura para o tráfego internacional Brasil-Uruguai da ponte sobre o Rio Quaraí, a construção da ponte sobre o rio Pardo, a reestruturação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Execução de 96 projetos de construção e ampliação de estradas de penetração e interligação. A construção da estação ferroviária de Diretor Pestana, a implantação dos trens movidos a diesel, os famosos "Expressos Minuanos", a construção do Aeroporto "Salgado Filho", de Porto Alegre, o reaparelhamento do Departamento de Portos, Rios e Canais, (DEPRC), além do projeto de implantação de doze novos portos lacustres e fluviais. Brizola também foi responsável pela construção de 39 hidráulicas para o abastecimento de água de cidades do interior. A construção do quartel do Corpo de Bombeiros, o início das obras do novo palácio da Justiça, a ampliação dos prédios das secretarias de Obras Públicas, da Fazenda e da Imprensa Oficial, além do projeto e obras do Colégio Estadual Júlio de Castilhos. (BODEA, 1992, p.95).

A experiência na secretaria de Obras do Governo Dornelles credenciaria o jovem deputado para o futuro exercício dos mandatos de prefeito de Porto Alegre e governador do

Estado. Muitos dos planos e projetos realizados na sua gestão à frente da secretaria (1953-54), somente se implementariam no seu próprio mandato de prefeito (1955-58) ou de governador (1959-63). “Brizola de fato deixaria a sua marca de dinamismo e liderança, conquistando uma presença hegemônica no seio do primeiro governo trabalhista estadual.” (BODEA, 1992, p. 95-96).

Os resultados contundentes que o PTB tivera em outubro de 1950, somados ao surgimento de novas lideranças, a exemplo de Leonel Brizola, causaram reações das hostes liberais-conservadoras. Uma ampla coligação se formou entre o PSD (desgetulizado), a UDN e o PL, sob o nome de "Frente Democrática". Bloco liberal-oligárquico que passou a disputar os votos dos eleitores com a "Frente Popular", que reunia o PTB, PRP e o PSP. Era a polarização política que, novamente, se instalara no Rio Grande, em prejuízo do desenvolvimento regional.

3.3 A ESTRATÉGIA SEMPRE EFICAZ: CONFUNDIR PARA DIVIDIR

Na análise de Miguel Bodea, o bom desempenho do primeiro governo trabalhista no Estado e a reaproximação de Vargas com a base do PTB estadual gerou um certo otimismo, com vistas a reedição da vitória petebista de 1950. Porém, a crise política que se abateu sobre o país, em 1953-54, provocou a radicalização que tinha, de um lado o caráter liberal-conservador do PSD, e a sua profunda atração "pelo modelo de desenvolvimento dependente associado, defendido por boa parcela das elites brasileiras e, de outro, a força insuficiente do PTB nacional para respaldar, sozinho", projeto nacional-desenvolvimentista em nível federal. (BODEA, 1992, p.106-174).

Para o historiador Jorge Ferreira as críticas violentas da imprensa, dirigidas a Vargas e Goulart, nesse período, na realidade "escamoteavam os verdadeiros personagens que se queria atingir: os trabalhadores e o movimento sindical". Em um sentido mais amplo, tentava-se destruir o projeto nacional-desenvolvimentista e o bloco social que o sustentava. Não por acaso, a primeira ação tomada pelos governos de então, nos episódios dramáticos do suicídio de Vargas, em 1954, na Campanha da Legalidade, em 1961, "ou nos primeiros dias de abril de 1964, a primeira medida tomada pelos governos estaduais conservadores tenha sido prender líderes e dirigentes sindicais, sempre com o pretexto de resguardar a 'ordem pública'". (FERREIRA, 2001, p.119).

Avaliação que está de acordo coma de Thomas Skidmore, para quem,

[...] os sinais do despertar político das massas nos setores urbano e rural amedrontavam os grupos que tinham mais a perder se o equilíbrio de poder fosse perturbado pelos políticos populistas: os proprietários rurais, nunca antes ameaçados, nem mesmo na fase populista de Vargas; a classe média urbana, ainda pessoalmente ligada aos proprietários rurais e insegura quanto ao seu status futuro num período de rápidas mudanças; e a classe dos oficiais, cuja aversão ao populismo vinha em parte do medo de perder a posição de supremo árbitro político, e em parte de seus próprios dilemas sobre a estratégia adequada para o desenvolvimento do Brasil. (SKIDMORE, 2010, p. 223).

Moniz Bandeira, cientista político e historiador, afirma que as corporações internacionais não estavam dispostas a tolerar, no Brasil, as mesmas negociações que eram forçadas a fazer na Europa com os partidos socialistas ou socialdemocratas. Aqui, "onde o capital era predominantemente estrangeiro e o trabalho nacional, as reivindicações econômicas do proletariado afetavam, diretamente, os interesses do imperialismo." (BANDEIRA, 1979, p.37).

Diante desse cenário político, em que o desenvolvimento econômico industrial independente era obstaculizado pelos interesses do capital associado, dos trustes e cartéis, "somou-se às reivindicações de classe, no plano da produção". Entrelaçamento que fez com que o PTB "trilhasse na direção da esquerda, talando o campo das mudanças, que os assalariados, a pequena burguesia e outros segmentos nacionais da sociedade brasileira reclamavam, no início da década de 1960". Segundo Moniz Bandeira, Leonel Brizola talvez tenha sido o "intérprete mais autêntico desse PTB". (BANDEIRA, 1979, p.37).

3.4 TRABALHISMO, NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTISMO NO RS

O projeto do Partido Trabalhista Brasileiro para o país tinha uma concepção distributiva de bens e de benefícios. Para a historiadora Lucília de Almeida Neves se tratava da

[...] expressão melhor acabada do trabalhismo brasileiro, desde a sua fundação apresentou um programa pautado por princípios objetivos que permitiam inferir que as preocupações básicas daquela agremiação partidária relacionavam-se com os seguintes temas: direitos trabalhistas; garantia de emprego; políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador; previdência social ampla; políticas públicas/sociais voltadas para o lazer, a saúde, a educação, a proteção à infância e à maternidade; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; distribuição de renda e de riquezas; extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária voltada para a distribuição de terras e fixação do homem rural no campo; incentivo ao cooperativismo econômico e à "solidariedade entre todos os cidadãos", visando à paz social. (NEVES, 2001, p.175).

Leonel Brizola era um homem de partido. Sua trajetória no executivo, como secretário de obras do governo Dornelles, 1953/54, como prefeito de Porto Alegre, 1954/58, e como governador, 1959/1963, seguiu, em linhas gerais, o Programa do PTB. Seu discurso, além de um forte apelo à mobilização popular, procurava mostrar a sua fidelidade aos ideais do trabalhismo, do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Já nas eleições de 1950, Brizola foi o mais votado de todas as legendas, em nível estadual. (BODEA, 1992, p. 90).

Essa característica recorrente se destaca quando Leonel Brizola, ao assumir a prefeitura de Porto Alegre, imprime um novo tipo de gestão pública. Mesmo antes do discurso de posse, agenda reunião com seus assessores e secretários de governo, para o dia 2 de janeiro, às 7h. Obtém crédito junto ao Governo federal de 60 milhões de cruzeiros para um plano emergencial, visando melhorar o serviço público da capital. No seu discurso de posse como prefeito da capital, em 3 de janeiro, após falar de união, concórdia e fraternidade, como forma de atender as expectativas do povo, alerta: “O luxo e a frivolidade em que se desperdiça o tempo e a vida é uma perigosa provocação aos deserdados da sorte.” E segue: “O próprio instinto de sobrevivência deve levar dirigentes e dirigidos a promover a justiça social.” (CORREIO DO POVO, 1956, p.20 e 44).

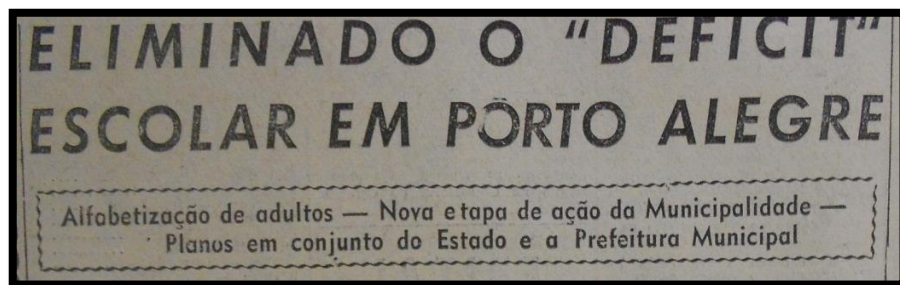
Os primeiros meses da administração municipal foram de ações voltadas para a diagnose da situação do município e de busca de recursos junto ao Governo Federal, com o objetivo de minimizar o estado precário do transporte coletivo da capital. Paralelamente a análise e levantamento da situação do município, o prefeito e sua equipe promoveram ações emergenciais, como as que são citadas em reportagem de 25 de janeiro de 1956, onde o jornal *Correio do Povo* destaca a recuperação da frota de ônibus e o jornal *A Hora*, destaca que o prefeito estava autorizado a efetivar a compra de sessenta ônibus. O jornal *Diário de Notícias*, informa a compra de cinco ‘papa-filas’, com capacidade para 59 passageiros sentados e 121 de pé. O mesmo jornal destaca a implantação dos *trólebus* na capital. Em 10/9/1957 foi autorizada o aval do estado, Lei 3191/57, para a compra de cem ônibus elétricos para a capital. (CORREIO DO POVO, 25/1/1956; A HORA, 1956, p.9; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p.10).

Figura 2 - Trólebus da linha Menino Deus, Porto Alegre - RS
Trólebus Massari/Villares.



Fonte: Fotolog-terra, 2015.

Ainda no primeiro ano de mandato, a administração Brizola de Porto Alegre tem sequência, juntamente com o programa de melhoria do abastecimento de água e do saneamento da cidade, no *Plano Municipal de Escola Popular*, com a entrega de nove pavilhões escolares, de um total de sessenta e cinco, em outubro de 1957. Este fazia parte de um programa de construção de prédios escolares, cujo objetivo era o de combater o déficit escolar que se registrara no princípio do ano e, também, o de atender os bairros de população operária da capital. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/9/1957, p.11 e 5/10/1957, p.3).



Fonte: *Diário de Notícias*: 4/7/1958. p.14.

A gestão de Brizola a frente da prefeitura de Porto Alegre chamou a atenção de outros gestores públicos, pela sua vanguarda em setores como transporte público, educação e saneamento. O prefeito de Recife, Pelópidas Silveira, visitou a capital rio-grandense, para saber detalhes do processo de implantação e financiamento dos *trólebus*. Interessou-se também pelo programa de construção de prédios escolares, implementado pelo prefeito da

capital. Da mesma forma, a prefeitura de Belo Horizonte se interessou pelo Programa de Escolas Populares. Celso Melo de Azevedo, prefeito da capital mineira, enviou o engenheiro Murilo Garzon, para observar a execução do referido Plano: “[...] a construção de unidades escolares em Porto Alegre está alcançando repercussão e causando excelente impressão, como há dias me referiu o Sr. Ministro da Fazenda dr. José Maria Alkimim. (*Diário de Notícias*: 19/9/1957, p.11 e 1/2/1958, p.3).



Fonte: *Diário de Notícias*: 2/7/1958. p.16.

Não é difícil supor que o resultado da gestão Brizola no paço municipal o tivesse credenciado para disputar o Governo do Estado com o coronel Perachi Barcelos, ex-secretário do Interior do Governo de Ildo Meneghetti, e vencê-lo por larga margem de votos, após intensa campanha por todo o Estado sob o lema "Educação Popular e Desenvolvimento Econômico". Projeto que apontava para os interesses dos segmentos médios e trabalhadores, interessados no crescimento econômico e na educação pública, além de estender a mão aos industrialistas regionais. (BANDEIRA, 1979, p.56).



Fonte: *Diário de Notícias*: 27/7/1958. p. 14.



Fonte: *Diário de Notícias*, 10/7/1958. p.9.

A cientista política Mercedes Maria Loguercio Cánepa, ao analisar "quais os fatores que explicam uma vitória tão expressiva de Leonel Brizola frente a um governo que se 'jactava' da realização de tantas obras?" destaca quatro fatores significativos: 1º) a coligação exitosa do PTB com o PRP, por ter atingido a zona colonial e os pequenos produtores e, também, por ter neutralizado a influência religiosa dos partidos conservadores. Além da coligação com o PSP, no entendimento da autora, "o único outro partido de corte popular (populista) até aquele momento, dando uma ideia de unidade dos setores populares." 2º) a estabilidade política vigente no Governo J.K. que teria inviabilizado "o discurso 'anticomunista' do 'perigo iminente', como queriam alguns dos adversários do PTB." Contexto que segundo a autora fez o discurso da "ordem" cair no vazio; 3º) as críticas ao Governo J.K. e ao seu desenvolvimentismo, feitas pela Frente Democrática, que comandava o governo estadual, "tendiam a soar como um indicativo de 'atraso'." 4º) as diferenças nos programas e propostas de governo, distintas em apresentação e conteúdo programático. "Também aqui o PTB de Brizola aparecia como o 'novo' frente a uma forma 'tradicional' de proposição de governo." (CÁNEPA, 2005, p.260-261).

Acrescentaríamos aos fatores elencados o que, no nosso entendimento, representou o 5º elemento que concorreu para o resultado do pleito, desprezado na análise da autora: o currículo do candidato Brizola, que agregava uma origem popular, à juventude e a passagem exitosa pela Secretaria de Obras do Governo Dornelles e pela Prefeitura de Porto Alegre. Oportunidades em que executou e propôs medidas de interesse dos segmentos médios e trabalhadores. Uma tal experiência não poderia deixar de fazer diferença na vitória expressiva do então candidato.

Os quadros abaixo nos dão a dimensão do cenário político-partidário regional no período e a sólida posição alcançada pelo PTB no estado.

Quadro7 - Eleições para Governador do Rio Grande do Sul em 3/10/1958

Candidatos	Partidos	Votos	%
Leonel de Moura Brizola	PTB-PRP-PSP	670.003	55,18
Walter Peracchi Barcellos	PSD-UDN-PL(PSB)	500.944	41,20
Branços		23.293	1,91
Nulos		19.854	1,63
TOTAL		1.214.094	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Cánepa, (2002, p. 254).

Quadro 8- Eleições para Senador do Rio Grande do Sul em 3/10/1958

Candidatos	Partidos	Votos	%
Guido Fernando Mondin	PTB-PRP-PSP	617.385	50,08
Carlos de Brito Velho	PSD-PL-UDN(PSB)	494.316	40,71
Gabriel Pedro Moacyr	PR	21.237	1,74
Branços		48.449	3,99
Nulos		32.707	2,69
TOTAL		1.214.094	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Cánepa, (2002, p. 254).

Quadro 9- Eleições para Câmara Federal no Rio Grande do Sul em 3/10/1958

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
PTB	602.925	49,66	14
PSD	288.287	23,74	7
PL	120.912	9,95	2
PRP	63.932	5,26	1
UDN	49.182	4,04	0
PDC	20.835	1,71	0
PSP	1.694	0,13	0
Branços	54.843	4,51	-
Nulos	11.484	0,99	-
TOTAL	1.214.094	100	24

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Cánepa, (2002, p. 255).

Quadro 10- Eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 3/10/1958

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
PTB	480.866	39,60	24
PSD	272.779	22,46	13
PL	145.441	11,97	7
PRP	71.958	5,92	3
UDN	67.726	5,57	3
PSP	55.466	4,56	2
PDC	39.103	3,22	2
PR	22.595	1,86	1
Branco	40.651	3,34	-
Nulos	17.509	1,50	-
TOTAL	1.214.094	100	55

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul *apud* Cánepa (2002, p. 255).

3.5 O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO-REFORMADOR DE LEONEL BRIZOLA

Nas eleições de 1958, a campanha de Leonel Brizola inovou, ao abrir a possibilidade da população se manifestar através de sugestões, para a elaboração do seu plano de governo. Participação que poderia ser feita diretamente ou por carta, ao comitê central da campanha. As manifestações e opiniões foram colhidas em todo o estado e o conteúdo das principais reivindicações foi encaminhado à assessoria de campanha. O programa, então elaborado, foi apresentado aos eleitores e ao público, em geral, através de "A *pedidos*" publicados na imprensa e levados ao ar, em programas de rádio. Ferramenta que se tornou indispensável nas campanhas eleitorais, a partir daí.

A composição partidária de apoio a Brizola era formada pela aliança PTB-PRP-PSP, partidos que já mantinham aproximação na Assembleia Legislativa e que haviam governado. Coligação que, na avaliação das lideranças do PTB, principal partido, seria a única com chance de vencer a composição liberal-conservadora que formava a "Frente Democrática": PSD-PL-UDN. Até porque, na avaliação dos trabalhistas, o projeto nacional-desenvolvimentista de Brizola não se antagonizava, nesse momento, com a proposta burguesa conservadora do PRP, de Plínio Salgado.

A campanha transcorreu dentro de um modelo histórico regional: polarizada e pouco informativa. Mas, na avaliação de Mercedes Cánepa, Brizola reuniu no seu discurso as ideias de planejamento associadas ao desenvolvimento, à vontade e à capacidade política, conseguindo assim o apoio de parte do empresariado interessada no desenvolvimento,

especialmente dos setores do comércio e da indústria. Mesmo resultado foi obtido com o pequeno agricultor, que até então estava dividido entre o apoio ao PSD e ao PRP, mas em função da crise e do esgotamento da fronteira agrícola, teria optado pelo PTB, cujas propostas vislumbravam outras possibilidades para o setor no Estado. Quanto ao eleitorado flutuante, afirma Mercedes Cánepa, teria sido conquistado pelo "candidato mais moderno, desenvolvimentista." (CÁNEPA, 2005, p.287-288).

Mercedes Cánepa afirma, ainda, que a consagrada vitória de Leonel Brizola nas eleições de 1958 representou um ponto de inflexão na política rio-grandense. Pois interpretou a crise da economia rio-grandense a partir da sua articulação com a nacional,

associando e acionando, ao mesmo tempo, economia e política. Daí porque a questão das classes ganham relevo da perspectiva de todos setores e grupos sociais;" "a segunda razão, mais vinculada à segunda fase do Governo Brizola, diz respeito à própria característica da luta política que, em condições sociais propícias combinada com a ausência de repressão (e às vezes, até mesmo , contando com o incentivo por parte dos órgãos públicos), permite a eclosão de movimentos sociais de porte e a agudização dos conflitos, colocando em questão o sistema de propriedade (no caso, especificamente o rural) até então em vigor. (CÁNEPA, 2005, p. 288).

E segue:

Assim, embora ausente de parte do governo qualquer projeto propriamente socializante, a possibilidade de políticas de tipo "redistributivo" é suficiente para alterar o caráter da disputa política. Em outros termos, se até então, ainda que com diferenças político-partidárias marcantes, as sucessões para o governo do Estado não implicavam diferenças fundamentais na definição das políticas públicas, a partir do Governo Brizola esta questão passa a ser colocada claramente. (CÁNEPA, 2005, p.288).

Cabe ponderar, também, que o Governo Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, se manteve fiel ao projeto global desenvolvimentista do getulismo, o da *Carta*, e "cobrava" o mesmo do PTB nacional. (BODEA, 1992, p.174).

Visita de Plínio Salgado ao comitê central do PTB-PRP, Porto Alegre, em julho de 1958. Da esquerda para a direita: dep. Onil Xavier; dr. Aristides Milani; Plínio Salgado; Secretário da Agricultura Alberto Hoffmann; Secretário de Obras Públicas Mário Maestri; Antonio Pires, chefe do gabinete do gabinete do secretário da Agricultura.



Fonte: Acervo particular do historiador Mário José Maestri Filho.

3.6 OS BASTIDORES DO GOVERNO LEONEL BRIZOLA

O economista e historiador Paulo Schilling (1925-2012), que acompanhou grande parte da trajetória política do líder trabalhista, como integrante da sua assessoria, lembra que, eleito governador, Brizola, "num idealismo tipicamente pequeno-burguês, levava grandes planos de governo." Tinha como objetivo "revolucionar os métodos administrativos, dinamizá-los e arrancar o estado da estagnação econômica em que se encontrava." Mas, as dificuldades que o aguardavam, afirma o autor, eram "insuperáveis para o administrador convencional". (SCHILLING, 1979, p.216).

O primeiro grande desafio era romper o gargalo que obstruía o desenvolvimento econômico do Rio Grande: a falta de energia elétrica. Serviço que estava sob o controle da *Bond and Share*, subsidiária da *American Foreign Power*, truste norte-americano que atendia a capital do estado e região metropolitana.

Paulo Schilling afirma que esse foi o "batismo de fogo de Brizola." E que o jovem governador teria sentido "na própria carne a verdade das denúncias feitas por Getúlio em seus

últimos discursos e na *Carta*. Começou a aprender na prática o que não havia lido nos livros." (SHILLING, 1979, p.217).

A meta estabelecida por Brizola no primeiro item (Educação) foi a de que todos conseguissem aprender a ler e escrever. Esse foi o objetivo central do Programa de Governo de Brizola e, também, o mais ousado, até então. Além das dificuldades materiais e estruturais de tamanho projeto, havia uma forte oposição política à escola pública. Vista pela "*Aliança Democrática*" como antidemocrática e onerosa para o Estado, pois o ensino público gratuito deveria ser apenas "suplementar a iniciativa privada". (CORREIO DO POVO, 14-9-1958, p.24; SCHILLING, 1979, p.226).

Em uma das várias conferências e palestras que Brizola proferiu, merece destaque a da União Nacional dos Estudantes - UNE, realizada no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961. Nessa conferência, Brizola reafirmou as prioridades do seu governo: educação e desenvolvimento. Metas complementares, uma vez que: "Desenvolvimento sem educação é criação de riqueza apenas para alguns privilegiados. É fazer os ricos mais ricos e poderosos, e os pobres mais dependentes." Brizola, na mesma ocasião, revelou o desejo de que sua política educacional pudesse representar "uma experiência-piloto" para o Brasil e também para a América Latina. (SCHILLING, 1981, p.132-133).

A educação nesse governo representou avanços quantitativos da maior importância, em que pese às opiniões em contrário, na maioria das vezes de opositores ou desinformados. Os dados levantados na presente pesquisa e apresentados no capítulo VI: *Educação Popular: nenhuma criança sem escola* nos permite fazer tal afirmação.

Mas, o ponto de virada do Governo Leonel Brizola, consenso entre os historiadores, foi, sem dúvidas, o Movimento da Legalidade. Novamente Paulo Schilling nos auxilia na retomada desse acontecimento marcante da nossa história recente. O economista e historiador lembra que a notícia da renúncia de Jânio Quadros e a ocupação do poder pelos ministros militares caíram como uma "notícia-bomba" no meio da tarde de 25 de agosto de 1961, no Piratini. Tudo levava a crer que "era um fato consumado, irreversível. Discutimos a situação, na assessoria e concluímos que não havia nada a fazer. A solução era limpar as gavetas e ir antes que chegasse o 'milico' nomeado interventor." E segue: "Brizola, porém, revelando todo o seu sentido de oportunismo (no bom sentido da palavra) resolveu enfrentar a situação. Em uma decisão que se nos afigurou inicialmente suicida, resolveu resistir." (SCHILLING, 1979, p.220-221).

Os fatores surpresa e audácia foram determinantes para o êxito do plano do governador. Pôs em pé de guerra a Brigada Militar e a *Rádio da Legalidade* ganhou forte adesão ao constitucionalismo entre os soldados e suboficiais do exército e da aeronáutica, no Rio Grande do Sul e no Brasil. O povo nas ruas dividiu as Forças Armadas, mostrando forte inclinação em resistir pelas armas. Ações combinadas que determinaram o desfecho vitorioso do movimento. Paulo Schilling recorda: "Não havia transcorrido 72 horas do início da crise e todo o Rio Grande do Sul já era 'território livre'." E segue: "O povo havia ganho sua primeira batalha, que significava o controle dos três estados do sul e do mais poderoso dos quatro corpos de exército." (SCHILLING, 1979, p.222-223).

Mas, se a resistência democrática foi vitoriosa, a revolução foi derrotada. Pois, com a chegada de João Goulart ao país, Brizola teria perdido o controle da situação. O que antes havia sido um incitamento à revolução deu lugar à conciliação. Avalia Schilling. (SCHILLING, 1979, p.225).



Fonte: Google, 2015.



Fonte: Google, 2015.

Após a Campanha da Legalidade, Brizola passou a representar uma liderança política nacional. Saiu da crise amadurecido ideologicamente e determinado a por em prática as reformas entendidas como necessárias para a execução do seu Programa de Governo, elaborado a partir do resultado de pesquisa realizada pelo PTB junto a população, em todo o Rio Grande do Sul, durante a campanha eleitoral de 1958, e que estabeleceria os seguintes pontos:

- I- EDUCAÇÃO (o grande esforço do futuro governo)
- II- SAÚDE, TRABALHO E HABITAÇÃO.
- III- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- IV-TRANSPORTE E ARMAZENAGEM
- V- ENERGIA (o maior e mais forte ponto de estrangulamento de nossa economia)
- VI- COMUNICAÇÕES
- VII- ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
- VIII- MECANIZAÇÃO
- IX- PRODUÇÃO
- X- TURISMO
- XI-PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO
- XII- PROGRAMA PARA OS SERVIDORES DO ESTADO (*Roteiro do Programa de Governo do Engº Leonel Brizola*. Porto Alegre: Gabinete de Administração e Planejamento, 1962, p.5-8).

Outra característica marcante do político e gestor, Leonel Brizola, apontada por Paulo Schilling, em um sentido fortemente apologético, diz respeito a sua "maior contribuição", que teria sido a "conscientização e a politização populares", por meio de programas de rádio. O autor afirma que até então a "participação do povo, especialmente das populações rurais, era insignificante no processo político. [...] Depois das eleições, o diálogo povo-governantes interrompia-se totalmente." (SCHILLING, 1979, p.227).

Segundo Schilling, Brizola inovou ao manter o diálogo permanentemente com o povo, tanto na prefeitura de Porto Alegre, quanto no Governo do Rio Grande do Sul. Através de "milhares de cartas que recebia e das palestras radiofônicas semanais que realizava." (SCHILLING, 1979, p.228).

3.7 "A CHAVE DO ENIGMA BRASILEIRO"¹⁸

Em sua Conferência na UNE, em 16 de junho de 1961, Brizola questionou: "Por que, dos quase 200 projetos de reforma agrária propostos ao poder competente, o Congresso Nacional, nenhum deles, sequer o mais brando deles consegue converter-se em realidade?" Inquiriu ainda os motivos para "essa nossa incapacidade de reformar, de executar as modificações que nós próprios proclamamos como indispensáveis para que o nosso País venha romper, definitivamente, o subdesenvolvimento?" (SCHILLING, 1981, p.134).

Discurso que repetiu na Câmara dos Deputados, em 2/6/1963, como deputado federal mais votado do Brasil:

Queremos decisões. Não há justificativa alguma para que 200 ou 300 projetos de Reforma Agrária aí estejam dormindo nas gavetas. E não há justificativa para nós, deputados, investidos nesses deveres e com tais compromissos deixemos as nossas funções para ir cuidar das nossas indústrias, das nossas fazendas, dos nossos bancos. (BRIZOLA *apud* RUAS, 1986, p.75).

O processo de industrialização realizado em ritmo acelerado entre as décadas de 1930 e 1950 foi uma "válvula de escape na perigosa cadeia social que é o campo brasileiro". O êxodo rural significou, no período, a transferência de milhões de camponeses para áreas urbanas. Representava a alternativa ao

domínio absoluto e brutal do latifúndio - que explora violentamente, que o trata como animal, que violenta suas filhas e que, quando já não se interessa por seu trabalho, destrói suas plantações, incendeia seu rancho e o lança à estrada com toda a família - é o sonho da crescente maioria do campesinato brasileiro. (SCHILLING, 1979, p.130-131).

Visão caótica sobre a realidade social decorrente do modelo agrário, também rio-grandense, compartilhada pelo jornalista Franklin de Oliveira (1916-2000), em seu famoso ensaio "*Rio Grande do Sul: um novo Nordeste*":

Alegrete é um paradigma: 67% de sua população é marginal. As moças, ainda quase meninas, vivem na dependência dos quartéis militares que são, na cidade, em número de quatro. Aliás, a cidade está rodeada por um verdadeiro cinturão de favelas, do qual o símbolo revoltante é o Povo da Lata. Pela pressão da miséria, a prostituição está subindo das classes pobres para as classes médias. O problema social da Campanha estoura: [...]. Mas esse quadro não é novo, não se vincula a atual crise. Ele integra a paisagem social do pastoril extensivo: é uma diátese do latifúndio. (OLIVEIRA, 1960, p. 25-27).

¹⁸ Expressão tomada por empréstimo de Brizola, em sua Conferência na UNE - Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961. Citado por SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1981, v. 2, p.134.

E segue:

[...] A alegação é a de que as terras não servem para a agricultura. Ninguém se lembra de que em terra de campo limpo, entre Castro e Ponta Grossa, no Paraná, colonos holandeses com seus cereais e seus laticínios, criaram na paisagem brasileira uma mancha de civilização rural que lembra a Holanda ou o *Middle West*. Ao norte de Campinas, no pior trecho de terras paulistas, outros neerlandeses abriram uma outra bela paisagem europeia em chão brasileiro: Holambra. (OLIVEIRA, 1960, p.25-27).

No Censo de 1960 as propriedades com mais de 1000 hectares representavam 47,3% do total. E os produtos do latifúndio, café, algodão, açúcar, cacau, entre outros, se direcionavam para a exportação, basicamente. Mas, comparativamente à indústria, os dados do censo apontavam o declínio da produção latifundiária. Apesar dessa queda, a classe latifundiária mantinha um considerável peso na economia nacional, o que, em outras palavras, significa poder político. O suficiente para controlar cerca de 70% dos pequenos municípios brasileiros. "Na maioria das unidades federativas acontece o mesmo: o poder estadual é exercido ou controlado pela aristocracia rural." Força política com grande capacidade de resistência e determinação de luta na defesa de seus privilégios. Uma unidade de ação monolítica com habilidade para conseguir aliados. Atributos que ficaram explícitos "no período 1961/64, quando a campanha pela reforma agrária chegou em seu clímax." (SCHILLING, 1979, p.55-56).

No que diz respeito à questão agrária rio-grandense, o geógrafo Álvaro Luiz Heidrich afirma que, nos anos 1950, as lavouras capitalistas de arroz e de trigo se destacam na economia sulina. Afirma ainda que "a pecuária da campanha gaúcha era alvo de críticas pelo seu parasitismo. Este, em parte, decorria do aproveitamento da renda que a estância auferia pela valorização da terra". Valorização que deve ser entendida aqui pela sua exploração na forma de arrendamentos promovidos pelos estancieiros. Nesse período, do total do arroz produzido no estado, cerca de 75% era produzido em terras arrendadas ao latifúndio, o que onerava a produção em cerca de 20 a 40% do seu valor bruto (HEIDRICH, 2000 p.102).

Ainda na década de 1950, Heidrich aponta o esgotamento da pecuária e os limites da expansão da lavoura colonial. Surge desse contexto "a lavoura moderna e a indústria como formas privilegiadas de alcance do desenvolvimento econômico." Por consequência, é a partir desse esgotamento que se consolida a territorialização da indústria rio-grandense na porção nordeste, da agricultura no norte e da bovinocultura de corte ao sul. Com efeito, o "Rio Grande do Sul, já nos anos de 1950, apresentava-se como o estado que mais população

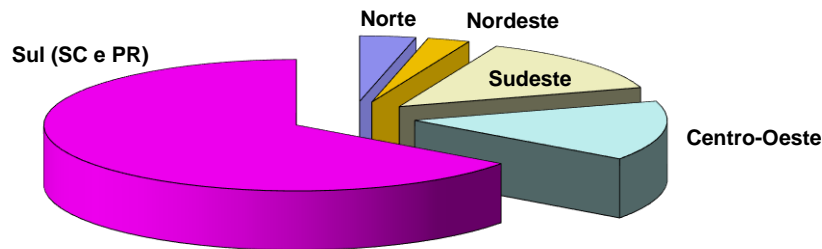
emigrante fornecia para os outros estados, enquanto que era também a unidade da federação que menos brasileiros recebia.” (HEIDRICH, 2000, p.103; PESAVENTO, 1997, p. 124).

Quadro 11 - Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outros Estados - 1940-60

Década	Contingente
1940	131.127
1950	205.127
1960	418.843

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2004).

Gráfico 2- Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões - 1960



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2004).

Quadro 12- Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outras regiões, 2000

Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro Oeste	SC e PR
Total	36.331	27.422	141.619	148.700	658.518
Percentual	3,59	2,71	13,99	14,68	65,03

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2004).

Para Geraldo Müller os limites da expansão-retração da economia sulina na formação nacional estariam restritos a uma classe periférico-dependente com tendência a reproduzir sua existência nos moldes pelos caminhos de menor resistência, visto que sua posição “heteronímica na formação e autônoma na área não lhe possibilita tornar eficaz os projetos sociais que ultrapassem sua atividade prática imediata.” Nesse sentido, afirma Müller que a ação do Estado, como órgão de coesão e de regulação da área, assume um papel de fundamental importância no que diz respeito ao atendimento dos “interesses que não se encontram no núcleo da classe dominante agropecuária, à medida que ele regula a coesão dos interesses gerais da área.” (MÜLLER, 1972, p.127).

Com relação a intervenção estatal na economia, notadamente pelo viés nacional-desenvolvimentista do Governo de Leonel Brizola, em sua expressão regional, cabe destacara análise do economista Cláudio F. Accurso. Quando o mesmo afirma que os períodos de expansão e a retração da economia estão associados respectivamente aos movimentos do setor industrial. Nesse sentido, o período de 1959-1962 (do Governo de Leonel Brizola, portanto) é apontado por Accurso como representativo do crescimento acelerado da indústria no estado. (ACCURSO, 2014, p.77-85).

O economista ressalta que a indústria de Bens de Capital foi a que obteve o crescimento mais expressivo no estado, elevando-se de cerca de 3%, "para aproximadamente 4,2 do valor da produção da Indústria de Transformação gaúcha entre 1959 e 1962." São citados pelo autor, como exemplos desse crescimento o ramo de Mecânica e Material, de Transporte, e de máquinas-ferramenta. O que é representativo do esforço da gestão trabalhista, que compreende o mesmo período. (ACCURSO, 2014, p.86-87).

O período em análise representou a passagem da chamada industrialização restringida para a industrialização pesada. Mudança que determinou a alteração "no padrão de acumulação com a instalação de setores da indústria pesada de forma significativa, embora incompleta." E, apesar da grande concentração "industrial em São Paulo e de seu papel dominante em nível nacional, outras regiões aceleraram sua taxa de expansão industrial, respondendo aos estímulos do Plano de Metas, que não se restringiu ao centro do País." (ACCURSO, 2014, p.82-83).

Tabela 4- Taxas anuais de crescimento do Valor Bruto da Produção, por categoria de uso, no Rio Grande do Sul - 1959-1962

Categoria de uso	RS 1959-1962
Bens de Consumo Duráveis	11,6
Bens de Consumo Não-Duráveis	9,7
Bens de Capital	25,4
Bens Intermediários	14,2
Indústria de Transformação	11,6

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *apud* Accurso (2014, p.85).

Tabela 5- Taxas anuais de crescimento do produto industrial do Rio Grande dos Sul e do Brasil - 1955-1961

Discriminação	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1955-1961
Brasil	10,6	6,9	5,7	16,2	11,9	9,6	10,6	11,1
RS	1,4	8,8	1,8	16,8	3,8	7,8	9,0	7,9

Fonte: Análise da indústria de Transformação no Rio Grande do Sul, *25 anos de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, FEE, v.4, 1976, *apud* Accurso (2014, p.82).

3.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Diante dessa síntese do processo histórico rio-grandense e de seus condicionantes, pudemos inferir alguns elementos que são dignos de nota. O primeiro diz respeito a estrutura produtiva do estado.

Fica evidente que o modelo da matriz produtiva não conseguiu ascender a um estágio de sustentabilidade e de inversão necessários, dentro de uma lógica capitalista. O processo histórico e o perfil empresarial do estancieiro e do charqueador, até prova em contrário, não demonstraram ser o de um empreendedor. O aumento da produção se verificou, via de regra, a partir da incorporação de novas terras e de mais gado, no caso do estancieiro, e da expropriação da mão de obra, notadamente, no caso do charqueador.

Os baixos índices de produtividade históricos e a qualidade desses produtos são as evidências dessa assertiva. Junte-se a esses fatores determinantes, as crises cíclicas nesse setor da economia: concorrência platina; concorrência interna; falta de planejamento para a expansão produtiva integrada com vistas a diversificação da produção de forma global, em oposição a soluções setoriais e fragmentadas; políticas equivocadas de incentivos onde prevalecia o tráfico de influência, a barganha e não os condicionantes da produção e de metas de desenvolvimento para esses setores.

Os lucros alcançados nos momentos de euforia, de maneira geral, foram usados para fins diversos, como a compra de imóveis nos grandes centros do país, carros de luxo, viagens, etc., e muito pouco no setor produtivo. Os resultados dessa inversão de prioridades podem ser verificados na bovinocultura de corte, nos seus índices médios de produtividade Kg/ha se mantiveram os mesmo do século XIX; em 1965 a produção média no estado era a de 18kg de carne por cabeça de gado, contrastando com a média norte-americana: 73 kg por cabeça; Argentina 48kg por cabeça e com a média da América Latina, que era a de 28kg por cabeça de gado. No caso dos charqueadores, entre outros fatores, chama a atenção a defasagem na

implantação do sistema de frigorificação no estado, somente em 1917, mesmo assim carente de capitais, em 1921 foi vendido para a Westey Brothers. Enquanto na Argentina e o Uruguai, o sistema já estava em uso no final do século XIX. (SILVA M., 2014, p.68, a; CORTÉS, 2007, p.161; PESAVENTO, 1997, p.83).

A exceção, como foi destacado, ficou a cargo da produção colonial, sobretudo alemã e italiana, que contrastou com a estagnação e a letargia do modelo latifundiário-charqueador. Pelo seu protagonismo no processo de industrialização e desenvolvimento social.

No que diz respeito à política, fica clara a divisão e a falta de um projeto de Estado para o Rio Grande do Sul. O que observamos nesse quesito foi a falta de autonomia, em grande parte relacionada com o modelo de economia subsidiária desenvolvida no estado, mas também relacionada com as disputas políticas internas e com a falta de unidade nos projetos que visassem a tão almejada autonomia. É o que se pode verificar nos momentos em que as oportunidades se apresentaram. Momentos em que se evidenciam nitidamente a disputa pelo poder entre as diferentes facções e caciques políticos, em detrimento de ações e projetos que viessem solucionar os problemas históricos, crônicos do estado. Consenso entre os diferentes gestores e empresários, como transporte, energia, educação, produtividade, etc.

Quanto as virtuais oportunidades de incrementar a matriz produtiva, a partir do uso de novas tecnologias e de técnicas de produção, a constatação de Gunter Axt é ilustrativa. O autor observa que o Rio Grande do Sul viveu um período de notável autonomia, a partir de 1910, durante o governo de Hermes da Fonseca, politicamente controlado pelo senador Pinheiro Machado. Período em que vários rio-grandenses ocuparam postos-chave na política nacional. (AXT, 2007, p.97-99).

Axt afirma ainda que “não houve espaço para uma política industrializante na prática governativa do PRR.” E mais, sustenta que “os políticos do PRR demonstraram ao longo da República Velha estreita sintonia com a oligarquia cafeeira do centro do país.” (AXT, 2011, p.308-311).

Com relação as questões propostas no início do capítulo: *O que diferencia o Rio Grande do Sul, ou o torna semelhante aos demais estados da federação, em termos econômicos, políticos, sociais e culturais, capaz de ter produzido lideranças políticas e gestores do porte de Júlio de Castilhos, Flores da Cunha e Leonel de Moura Brizola?* A partir do exposto, já podem ser respondidas, senão no todo, pelo menos em parte.

Acreditamos que o Rio Grande do Sul, no seu processo histórico, apresenta mais semelhanças do que diferenças em relação aos demais estados da federação nos quesitos elencados. Especificamente nos seus aspectos políticos e sociais. Porém, entendemos que a aproximação entre as grandes lideranças políticas exercidas por Júlio de Castilhos, Flores da Cunha e Leonel Brizola, pode ser feita em alguns quesitos: no aspecto cultural, todos foram influenciados, em maior ou menor grau, pelo autoritarismo sectário, pelo caudilhismo e pelo positivismo, que no caso de Brizola era proveniente, possivelmente, da sua formação, pois segundo Luiz Otávio Ferreira, citado pelo historiador André Luís B. Lopes, a tradição positivista era uma característica dos cursos de engenharia civil e militar. (LOPES, 2013, p.45).

Na política, as disputas e rivalidades não se diferenciavam muito da guerra, para os dois primeiros; todos foram homens de ação, de partido e defensores do nacionalismo. Líderes hegemônicos, caudilhos, que tiveram um forte apoio de suas bases partidárias.

Por último, mas não menos importante, todos foram, também, grandes gestores públicos. Cada um, a seu modo, buscou a autonomia econômica e o protagonismo político para o Rio Grande do Sul no cenário nacional. Exceção deve ser feita a Leonel Brizola pois, além do apoio partidário, contou com o apoio popular, dentro de outro contexto social e político diferente dos dois primeiros. O que lhe conferiu maior legitimidade. Ao mesmo tempo em que deu mais liberdade aos seus opositores e críticos de se expressarem livremente, no frágil regime democrático, que apenas engatinhava.

4 A ENCAMPAÇÃO DA BOND & SHARE

A pureza é uma ideia de faquir ou de monge. Para vocês, os intelectuais, serve de pretexto para não fazer nada. Não fazer nada, permanecer imobilizados, apertar os cotovelos contra o corpo, usar luvas. Eu tenho as minhas mãos sujas, até os cotovelos. As meti em excrementos e em sangue. E daí? Você imagina que se pode governar impunemente?

(Hoederer)¹⁹.

Flávio Tavares, jornalista e escritor que vivenciou os bastidores do governo de Leonel Brizola nos seus momentos cruciais, afirma no seu livro, "1961: o golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade", que o governador dizia ter descoberto o imperialismo com a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense - CEERG, cuja concessão já estava vencida. Esta era uma prestadora dos serviços de eletricidade para Porto Alegre e cidades da região metropolitana. Subsidiária da multinacional *Bond and Share* que, por sua vez, era uma empresa da *American & Foreign Power - Anforp*. Tratava-se, portanto, de uma poderosa corporação internacional que operava no Brasil desde a década de 1920 e já controlava 70% da geração de energia no País, na década de 1930. (TAVARES, 2012, p.214-215; BRAGA, 2004, p.53; BANDEIRA, 1979, p.61).

A desapropriação da concessionária de energia elétrica, CEERG, aos 103 dias de governo, foi uma grande batalha que representou a concretização de uma promessa de campanha eleitoral: solucionar o problema crônico de abastecimento e de interrupção do fornecimento de energia elétrica que já se arrastava desde a década de 1940, mas que se agravara na década seguinte. O objetivo era o de reverter o quadro de estagnação da agricultura, da indústria, da economia do estado, como um todo, carente deste insumo básico. Foi uma iniciativa que se somou à política de encampações que já era praticada pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) de adquirir pequenas empresas privadas e municipais. Prática recorrente que representou 70% do total da energia elétrica controlada por autarquias estaduais, anteriores a encampação da CEERG. (TAVARES, 2012, p.214; BRAGA, 2004, p.53; MIRANDA, 2006, p.101).

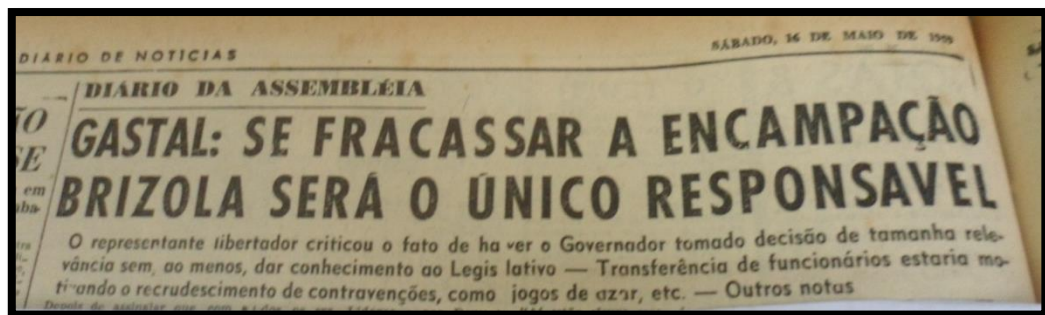
Os resultados dessa intervenção foram positivos. O potencial instalado de 180 mil kW passou para 400 mil kW. O valor da tarifa foi reduzido e encaminhado o projeto para elevar a produção, para um milhão de kW. Bem diferente do quadro anterior, em que a *Bond and Share* produzia 18% da energia e ficava com o lucro pela distribuição dos restantes 82%

¹⁹ Personagem de SARTRE em: "As mãos sujas", apud RIBEIRO, Renato Janine. Disponível em: <<http://revista.revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-pensador-que-engajou-a-filosofia-na-politica/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

gerados nas hidrelétricas estatais. Além de ter condicionado novos investimentos, somente "se o governo liberasse as tarifas e lhe renovasse por mais 35 anos (prorrogáveis automaticamente) a concessão prestes a concluir". (SCHILLING, 1979, p.227; TAVARES, 2012, p.214).



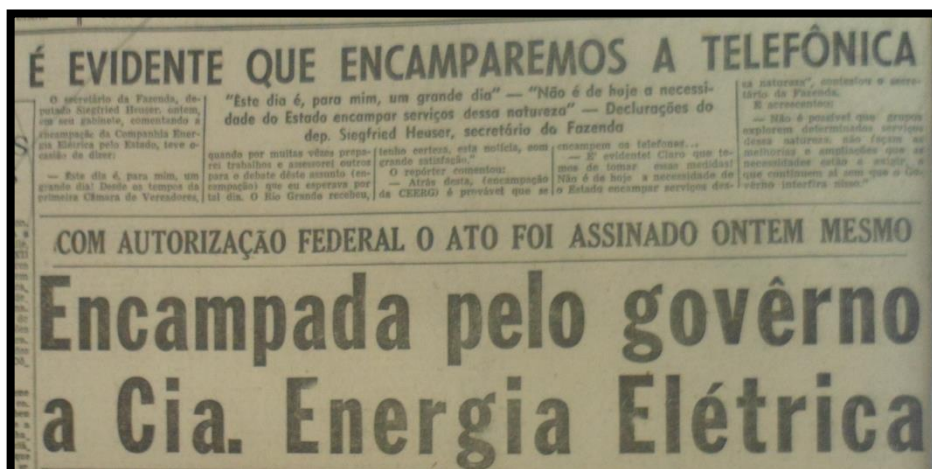
Fonte: *Correio do Povo*, 5/8/1959. p. 12.



Fonte *Diário de Notícias*, 16/5/1959.



Fonte: *Correio do Povo*: 14/8/1959. p. 14.



Fonte: *Diário de Notícias*: 12/5/1959.

Pelo destaque que ganhou na imprensa, podemos deduzir que foi um ato ousado do governador. Segundo Moniz Bandeira, inédito na América Latina, que antecedeu até mesmo as expropriações das empresas estrangeiras realizadas por Fidel Castro, em Cuba. E que obteve, num primeiro momento, amplo apoio da opinião pública e da maioria dos parlamentares da Assembleia Rio-Grandense, por se tratar de procedimento legal, dentro do estatuto jurídico e após auditoria contábil. Como se pode observar nos jornais da época. Porém, mais tarde, representou divisões internas no PTB nacional e colocou às claras a subserviência da política econômica nacional aos interesses e à ingerência norte-americanas. Em decorrência deste ato, também, o governador do Rio Grande do Sul passou a ser visto pela oposição como uma liderança da esquerda negativa e como um dos responsáveis pelo agravamento das relações com os Estados Unidos. Além de ser taxado pelo presidente norte-americano, John Kennedy, de não ser "dos mais amigos" dos Estados Unidos da América. (MONIZ BANDEIRA, 1979, p.62-66; CARRION JÚNIOR, 1989, p.44; SKIDMORE, 2010, p.261).

O processo de desapropriação, como já referido, se desenrolou de acordo com o que a legislação brasileira vigente consagrava, a partir do tombamento físico e contábil da empresa, cujo prazo de concessão vencera. Para a efetivação do pagamento indenizatório, foi descontado "o que não era investimento real e concreto." Como os lucros ilegais enviados para o estrangeiro, as doações de terrenos e de equipamentos, feitos por prefeituras do interior e pelo Estado. Assim, após os referidos descontos, a *Bond and Share* passou a ser devedora do Estado. E, após o depósito em juízo do valor simbólico de Cr\$1,00 (um cruzeiro), o governador solicitou ao Poder Judiciário a imissão de posse. Concedida pelo juiz Borges Fortes, da Fazenda Pública. Sentença que foi publicada no *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, em 13 de maio de 1959. (TAVARES, 2012, p. 214; MONIZ BANDEIRA, 1979, p.61-62).

A questão da expropriação da concessionária de energia elétrica chegou à esfera federal. Brizola foi interpelado pelo presidente Juscelino Kubitschek, meia hora após ter consumado o ato de encampação. Informou-lhe o presidente ter sido procurado pelo senador Assis Chateaubriand que protestou contra o que chamou de "atitude louca" de Brizola. O governador explicou ao presidente tratar-se de um processo conduzido dentro da lei e que fora o "Judiciário que imitira o Estado do Rio Grande do Sul na posse e não se tratava, portanto, de um ato arbitrário do Executivo." (MONIZ BANDEIRA, 1979, p.62).

O Secretário do Tesouro Americano, Douglas Dillon, segundo o jornalista Moniz Bandeira, considerou a encampação da CEERG um "mau exemplo" para os demais países latino-americanos. Mas, de fato, serviu de incentivo para que outros estados da federação como Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, se dispusessem a "nacionalizar igualmente outros concessionários de serviços públicos. Gerou-se uma crise nas relações entre Brasil e os Estados Unidos, que explodiria no Governo João Goulart". (MONIZ BANDEIRA, 1979, p.62).

4.1 A ENCAMPAÇÃO DA ITT

No *Roteiro de Programa de Governo do Eng. Leonel Brizola* (1962, p.6) o setor das comunicações recebe as seguintes considerações: "Precisamos de um serviço telefônico de acordo com o nosso progresso - Melhor padrão técnico, serviços para o interior, Rio e São Paulo, e 10.000 telefones para Porto Alegre - Encampação, se necessária." No jornal *Correio do Povo* reportagem qualifica a situação das comunicações no Rio Grande do Sul como uma "verdadeira catástrofe." Declara o presidente da Comissão Estadual de Comunicação, engenheiro Homero Simon. Na mesma reportagem, afirma que dos 118 municípios gaúchos, 26% não possuem telefone e que 52% do total dos municípios do Rio Grande do Sul têm central a magneto, instalações obsoletas e antieconômicas. Que somente 5% do total dos municípios dispõem de centrais automáticas. Simon afirma ainda ser o "autofinanciamento" a única fórmula possível de resolver o problema. (CORREIO DO POVO, de 12/4/1959, p.60).

Brizola e sua assessoria tomaram algumas precauções, para melhor enfrentar a encampação da Companhia Telefônica Nacional - CTN, subsidiária desde 1927 da empresa norte-americana *International Telephone & Telegraph Corporation* - IT&T, cuja concessão já estava findando. Entre essas precauções, cabe destacar a dotação de recurso financeiro estabelecido pela Lei nº3.859, de dezembro de 1959: "suplemento 'Comunicação'", aumentando em 50% (10% para 15%) a alíquota que insidia sobre todos os impostos estaduais. Buscou também subsídio técnico. Para tanto, enviou engenheiros à Europa para que "se especializassem" no campo das comunicações e criou Grupo de Trabalho IV, que foi incumbido de analisar e de propor soluções para o problema da telefonia." O resultado desse trabalho culminou com o Projeto de Lei 157/60, que propôs a criação da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações - CRT. Empresa de economia mista em que o Estado seria o acionista majoritário e que previa a participação da ITT. Moniz Bandeira observa ainda que o

Estado havia criado um fundo, "taxa comunicação" para o desenvolvimento do setor. Importante recurso para fazer frente aos desafios do setor. E que, também, no início do seu governo, Brizola convocara a direção da referida concessionária para discutir a situação da telefonia no Estado. As discussões se estenderam por mais de dois anos. A empresa fez exigências semelhantes às da *Bond and Share*: renovação da concessão por trinta e cinco anos e aumento de tarifas. As negociações evoluíram e, enfim, o acordo foi firmado, a partir da criação de uma sociedade de economia mista, em que o Estado participaria com 25%, a *International Telegraph and Telephone - ITT*, também com 25% e os restantes 50% ficariam por conta do público usuário dos serviços. (MIRANDA, 2006, p.115; BANDEIRA, 1979, p.63).

A segunda etapa das negociações envolvendo a ITT e governo estadual parou no impasse quanto a avaliação do acervo da operadora. A saída encontrada entre as partes foi recorrer a um juízo arbitral. Bandeira afirma que: "Brizola convidou para representante do Estado um adversário político, membro da UDN, o Professor Luiz Lessegneiu de Farias, diretor da Faculdade de Engenharia." Por sua vez, a ITT convidou "o Engenheiro Frederico Rangel, também professor universitário e colaborador da companhia no Brasil." Apresentados os respectivos laudos pelos árbitros, "Brizola, embora tenha considerado alta a avaliação, não se manifestou, pois se sentia comprometido com a solução." Por sua vez, a ITT silenciou. Passados dois meses, o governo pediu uma posição da operadora sobre a sua integração na sociedade de economia mista. Brizola obteve como resposta, dada por um novo Vice-Presidente da companhia, que os laudos dos árbitros não lhe satisfizeram. Aquela altura dos acontecimentos, a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações já estava em fase de constituição. O governador, segundo Bandeira, se surpreendeu com a atitude da Companhia norte-americana. E, concluiu que o recuo da ITT era uma estratégia para ganhar tempo, até que Brizola terminasse o seu mandato. Diante desse quadro, o governo do estado resolveu retomar os serviços e, através do Decreto nº13.186, de 16 de fevereiro de 1962, "expropriou o acervo da Companhia, com base nos valores encontrados pelos árbitros." (MONIZ BANDEIRA, 1979, p.63-64).

A reação imediata do governo norte-americano expôs a sua política de Estado imperialista para com o Brasil. Reação que se radicalizou, quando da expropriação da referida subsidiária local da *International Telegraph and Telephone - ITT*, uma empresa do maior truste norte-americano de então, o grupo *Morgan*. Segundo Paulo Schilling os jornais nacionais e os dos Estados Unidos refletiam a indignação dos acionistas locais da ITT.

Denunciavam " 'um novo Fidel', cujo *hobby* era expropriar bens norte-americanos. Chegou-se a cogitar a solução tradicional: o envio de *marines*".(SCHILLING, 1979, p.217).



Fonte: *Correio do Povo*: 12/4/1959. p.60.

4.2 OS ASPECTOS CENTRAIS NA ANÁLISE DAS ENCAMPAÇÕES

As condicionantes históricas que perpassam o processo das encampanções do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul não pode ser descoladas da formação da burguesia industrial brasileira e regional. Assim como do encaminhamento das negociações entre o Estado brasileiro e as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, através das diferentes correntes desenvolvimentistas. Muitas vezes executadas, de forma setorizada, sem uma visão global (como foi o caso do setor de energia elétrica e de comunicações). Esse é um aspecto relevante que precisa fazer parte da análise, a partir da qual, talvez, possamos compreender melhor como se estruturou o modelo de gestão pública, denominada pela cientista política Eli Diniz de "negociação bipartite", comandada por representantes empresariais, políticos e por funcionários governamentais. Trata-se, também, do jogo de forças econômicas e políticas do país no relacionamento do Estado com a empresa privada e com os trustes, no qual, segundo o sociólogo Octavio Ianni, "o Brasil foi pensado com base de operações e não como economia independente." (DINIZ, 1997, p. 23; IANNI, 1965, p. 28).

Cabe destacar, a propósito, os convênios negociados com Washington pelo cônsul brasileiro, Salvador Mendonça, no final do século XIX. Aprovados, segundo o historiador Sérgio da Costa Franco, pelo "suspeitíssimo Gabinete do Barão de Lucena", entre tantas "escandalosas conquistas do imperialismo americano", sob o Decreto nº 1338, de 5/2/1891, estabeleceu isenções para importação de artigos norte-americanos, além da redução de 25% sobre os tributos incidentes na "vasta pauta de artigos industriais e agrícolas, muitos dos quais em concorrência com produção nacional equivalente." Em troca da garantia de mercado ao café brasileiro nos Estados Unidos, e que beneficiava fluminenses, paulistas e mineiros. Convênios, estes, que sofreram forte oposição pelos representantes rio-grandenses, no

Congresso Nacional, durante o Governo Provisório, entre eles Júlio de Castilhos, antecipando, segundo o mesmo historiador, posições nacionalistas. O que se tornaria uma tendência recorrente no estado sulino. (LOVE, 1975, p.50-51; FRANCO, 1988, p.93-94).

Todavia, o aspecto central que nos propomos a examinar nesse capítulo sobre as encampações de CEERG e da ITT diz respeito ao que entendemos se tratar do "calcanhar de Aquiles" da já frágil estabilidade política nacional do período em estudo: a regulamentação das remessas de lucros para o exterior das empresas estrangeiras e associadas. Em especial a Lei nº 4.131, promulgada em 3 de setembro de 1962. Assunto ainda pouco estudado, mas que, sem dúvidas, está diretamente relacionado com o presente capítulo e com a pressão exercida e sofrida por Leonel Brizola, quando liderou a reação à espoliação dos trustes estrangeiros e do capital nacional associado.

Nossas pesquisas nos levam a acreditar que a referida lei, assim como as que a precederam, com o mesmo objetivo (entre as quais destacamos a Lei 7.666, de 22 de junho de 1945, também conhecida por Lei Malaia, que segundo Paulo Schilling, está relacionada com a deposição de Vargas, em 1945), foram decisivas para a criação de organizações financiadas pelo capital estrangeiro e associado, como o IPES e IBADE. Ou seria mera coincidência a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando da sua manifestação no sentido de regulamentar as remessas de lucros para o estrangeiro? Como veremos adiante, assim como o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, logo após ser regulamentada pelo Decreto nº 53.451, de 17 de janeiro de 1964 a Lei de Remessa de Lucros nº 4.131, aprovada no Congresso Nacional, em 3 de setembro de 1962. É o que passaremos a examinar.

4.3 A FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL E O CAPITALISMO BRASILEIRO

Retrocedendo um pouco mais ao episódio das encampações, constataremos que o processo histórico de formação da burguesia industrial brasileira, segundo o historiador e cientista político, René Armand Dreifuss (1945-2003), ocorreu sob a tutela político-ideológica da oligarquia agro-comercial. É justamente em torno da formação dessa classe social burguesa que ocorrerão os desdobramentos das políticas econômica e sociais.(DREIFUSS, 1981, p.21).

No final do século XIX, enquanto os países desenvolvidos faziam a sua Segunda Revolução Industrial, no Brasil, com o fim da escravidão e com a marcha acentuada da imigração, principalmente de italianos e ibéricos, teve início a industrialização. Primeiramente de produtos e artigos de menor valor, consumidos pela massa assalariada, cuja importação

tornava-se inviável devido aos altos custos de transporte. Além do que, tal iniciativa proporcionava "substancial margem de proteção à produção local". Margem que se ampliaria com a elevação das tarifas aduaneiras. Além de aumentar a receita fiscal do Estado e de proporcionar o desenvolvimento da indústria têxtil, como também de outros ramos da indústria leve. Esse quadro tomou maior impulso com as dificuldades de importação causadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Estabelecendo-se assim o processo de industrialização que ficou conhecido por *substituição das importações*. (SINGER, 2004, p. 212-213).

As dificuldades impostas à marcha para a industrialização antes de 1930 estão associadas ao temor que as oligarquias cafeicultoras tinham de provocar represálias contra uma política protecionista para os produtos brasileiros. Por outro lado, o economista, Paul Singer, afirma que além dessa prioridade da produção voltada para o mercado externo, havia forte desaprovação e rejeição, por parte das oligarquias e da classe média urbana, ao produto nacional. Que na sua fase inicial, observa o economista, provavelmente deveria ser de qualidade inferior e de preço mais elevado do que o importado similar. Situação que teria provocado "arraigadas convicções livre-cambistas [...] à proteção das indústrias consideradas 'artificiais' num país cuja vocação agrícola não era disputada por ninguém." Paul Singer afirma ainda que o processo inicial de industrialização do "Brasil entre 1885 e 1930 não passou de uma consequência secundária de reorganização capitalista do Sistema de Mercado Externo - SME, particularmente de sua parte mais dinâmica: a cafeicultura". (SINGER, 2004, p.215-216).

A longa depressão dos anos 1930, que se manteve durante a Segunda Guerra Mundial fez com que o SME fosse destituído da sua importância. Situação extremamente desfavorável "para um país tão dependente da economia mundial como o Brasil." Essa crise trouxe a ruína para as oligarquias agroexportadoras que perderam a sua força política. "Em seu lugar ocupou o poder uma coligação de capitais agrícolas e industriais ligados ao Setor de Mercado Interno - SMI." (SINGER, 2004, p.216-217).

Nesse sentido, a grande mudança no setor industrial do País ocorrida no pós 1930 foi a de que o poder político passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, no crescimento 'para dentro'. Seu objetivo era o de tornar a economia nacional "o menos dependente possível do mercado mundial". Para tanto, teve de passar à fase do capital monopolista. Representada pela Companhia Siderúrgica Nacional, construída durante a Segunda Guerra Mundial e que começou a produzir em 1946, reduzindo a dependência

externa no setor metalúrgico. Período em que também foi travada grande batalha contra a entrega do petróleo brasileiro para empresas estrangeiras. Vencida pelo governo de Getúlio Vargas, em 1953, e que estabeleceu o monopólio estatal da exploração e do refino do petróleo para a Petrobrás. (SINGER, 2004, p.224).

Entre as décadas de 1940 e 1950 iniciaram as inversões estatais em energia elétrica, cujo evento representativo foi a construção da grande usina hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco. Mas, as concessionárias privadas do setor demonstraram incapacidade ou desinteresse em estender o abastecimento de acordo com a demanda, o que levou à lenta e progressiva estatização do setor, "que culminou com a proposta de criação da Eletrobrás, simultaneamente holding e órgão de financiamento das empresas estatais de energia elétrica, que se multiplicaram a partir dos anos cinquenta." (SINGER, 2004, p.224).

Aqui, temos uma questão pertinente proposta por Paul Singer, que passaremos a examinar. Questiona o economista:

Poder-se-ia perguntar por que o Brasil, após ter lançado os fundamentos de uma estrutura industrial moderna com recursos próprios, abriu a economia ao capital estrangeiro a tal ponto que este acabou dominando suas indústrias mais dinâmicas.²⁰ A resposta mais óbvia é que o aporte de capital das multinacionais era indispensável. Mas os dados não chegaram a confirmar essa hipótese. (SINGER, 2004, p.226).

Singer conclui que:

Embora somando empréstimos e inversões se pudesse chegar à conclusão que o capital estrangeiro pode ter contribuído com algo mais de 20% para a formação bruta do capital fixo no período 1956-62, é mais provável que seu aporte tenha sido de maior importância para elevar a capacidade de importar, condição possivelmente essencial para se atingir as metas de industrialização propostas pelo governo Kubitschek. Mas mesmo isso é duvidoso. Em primeiro lugar porque descontando os rendimentos do capital estrangeiro (juros, lucros e dividendos) remetidos ao exterior e as amortizações, a entrada líquida cai a uma média de 159,6 milhões de dólares.²¹ E em segundo lugar porque das inversões diretas entradas no país, entre 1956 e 1960, 69,3% vieram sob a forma de equipamentos, em grande parte já usados, havendo boas razões para se crer que seu valor tenha sido superestimado por ocasião do seu registro. (SINGER, 2004, p.227).

Paul Singer afirma ainda que entre os anos 1933 e 1955 foram lançadas as raízes do capital monopolista no Brasil. Antes de 1930 restrito aos serviços de infraestrutura, e que

²⁰ Singer (2004, p. 226), aponta entre essas empresas, em 1960: a farmacêutica, 86%; máquinas 59%; autopeças, 62%; veículos a motor, 100%; vidro, 90%; pneus (borracha), 100%.

²¹ Valor que representa 5,28% da formação bruta do capital fixo, que chegou a 3019 milhões, em 1962. (FGV apud SINGER, 2004, p. 226).

passaram a dominar o processo de industrialização a partir de 1956. Mas que em sua maior parte, continuou sendo estatal e multinacional. (SINGER, 2004, p.228).

Por outro lado, o intelectual, ativista de esquerda e historiador Jacob Gorender (1923-2013) defende a tese de que o investimento industrial estrangeiro apresentava dois aspectos combinados: o da 'bomba de sucção', metáfora que representa o envio de remessas de amortizações e rendimentos para as matrizes, com flagrante exorbitância sobre o montante original. Mas que, por outro lado, esse capital também dinamizou o mercado interno. Como é o caso das montadoras de automóveis, que carecem de aço, metais não-ferrosos, vidros, borracha, materiais plásticos, tintas, peças e componentes. Dinamização da economia que aumentou a massa de empregos e refletiu no crescimento do setor de bens de consumo. (GORENDER, 1990, p.88-89).

Segundo Gorender, a burguesia nacional assumiu uma posição consensual, "na qual se aliou o protecionismo alfandegário à aceitação do investimento estrangeiro dentro do País, uma vez que se subordine a critérios seletivos e condições especiais de operação." O autor sustenta sua argumentação com um documento: 'Carta Econômica de Teresópolis', 1945. Documento assinado pelos mais representativos empresários entre o empresariado nacional e que foi ratificado em 1977. No referido documento, os empresários reconhecem a contribuição da empresa estrangeira na construção da economia do Brasil, mas alertam a necessidade da fixação de políticas que regulem a entrada de capital de risco. Regras bem definidas para o ingresso de empresas estrangeiras, a partir do interesse nacional.(GORENDER, 1990, p.88-89).

Conclui Jacob Gorender que "o capital estrangeiro não entrou no Brasil por manobra solerte de uma 'camarilha', ou de um grupelho, [...]. Foi a própria burguesia, como classe, que precisou do capital estrangeiro e o incentivou a vir para o Brasil". (GORENDER, 1990, p.88-93).

Some-se ao que foi exposto acima a contribuição de René Armand Dreifuss, quando afirma que, ao se aproximar o final da Segunda Guerra Mundial, a retomada das aspirações democráticas provocou agitação nas classes trabalhadoras dos centros urbanos, em função da sua condição miserável que alcançou o ponto máximo em meados da década de 1940. O que parecia uma séria ameaça ao *status quo*. Foi nesse contexto "que as associações empresariais convocaram convenções e congressos nacionais, a fim de repensar o seu papel no período pós-guerra." Entre esses eventos destacou-se a Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil, realizada em Teresópolis, em maio de 1945. Cujas 'Declaração de Princípios' adotou

a "repressão pacífica" como estratégia para esvaziar o descontentamento popular e absorver suas lideranças, através da burocratização das suas demandas, estabelecidas pelo Estado patrimonialista e cartorial. (DREIFUSS, 1981, p.26).

Dreifuss afirma, também, que embora limitada, a mobilização das classes trabalhadoras "era temida pelas classes dominantes, pois poderia dar a Getúlio Vargas o apoio necessário para o estabelecimento de um executivo relativamente independente." O que colocaria "Vargas acima do controle das Forças Armadas. Mas não era apenas isso, o presidente tinha uma estratégia de desenvolvimento econômico nacionalista e estatizante-distributivo". Que obstaculizaria as ligações dos industriais nacionais com interesses multinacionais na tentativa de conseguir capital e tecnologia. Mas, antes que Vargas pudesse consolidar seu bloco de poder, um grupo composto de industriais locais, pelas oligarquias, pelas classes médias e por empresas multinacionais, sob o comando do "Exército, tendo como ponta-de-lança os oficiais da FEB," depôs o presidente. (DREIFUSS, 1981, p.28).

O Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), eleito com o apoio de Getúlio Vargas, pela coligação PSD e PTB, assumiu a presidência e demonstrou "que suas ideias políticas diferiam grandemente das de seu predecessor, principalmente no que dizia respeito às suas posições quanto ao nacionalismo e à participação das classes trabalhadoras." Influenciado por empresários, o governo Dutra favoreceu o *laissez-faire* na economia e a empresa privada, em detrimento das classes subordinadas, que sofreram um forte controle político. Dutra desativou organizações estatais "e a tendência para o nacionalismo e desenvolvimento estatizante sofreu retrocesso. [...] a economia foi reaberta ao capital estrangeiro em condições muito favoráveis." (DREIFUSS, 1981, p.28-29).

4.4 O DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO E O CAPITAL ESTRANGEIRO

Segundo o economista Ricardo Bielschowsky o desenvolvimentismo "foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza dos brasileiros", planejada e apoiada pelo Estado. Suas origens estão associadas à crise econômica internacional dos anos 1930-45. Cujas repercussões internas foram a Revolução de 1930 e a centralização da política nacional, sustentada em dois pilares: o setor privado, comandado pelas associações como CNI, FIESP, etc. e o setor público, que, a partir de 1930, criou uma série de agências, comandadas por técnicos civis e militares, encarregadas de pensar o desenvolvimento econômico nacional de "forma integrada

e abrangente", o que, segundo o economista, teria gerado a ideologia desenvolvimentista. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.77-78).

É a partir dessa ideologia de industrialização capitalista que se desenrola a discussão sobre a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização nacional. Tema que se constituirá em uma das questões mais controversas e polêmicas da historiografia nacional. Pois, segundo Bielschowsky (2000, p.78) os desenvolvimentistas se dividiam, em três correntes, uma no setor privado e duas no setor público. O primeiro grupo, desenvolvimentistas do setor privado, cuja liderança mais representativa foi o industrial paulista Roberto Simonsen (1889-1948), era favorável, ora com facilidades, ora com restrições, ao capital estrangeiro. Posicionamentos que refletiam o contexto internacional de escassez ou não de capitais no mercado, como afirma Bielschowsky, respectivamente nas décadas de 1940 e de 1950. Protecionistas, fizeram uma série de recomendações com o objetivo de corrigir as distorções da instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, introduzida em 1955 pelo então ministro da fazenda do governo Café Filho (1954-55), Eugênio Gudin. A corrente desenvolvimentista do setor privado tinha ainda "uma dupla preocupação: defender um projeto de industrialização planejada e defender os interesses do capital industrial privado nacional." Era representada por uma pequena elite empresarial que teve participação em várias agências econômicas governamentais. Nessa elite empresarial destacavam-se Roberto Simonsen, que apresentou, em 1944, um projeto de criação de uma "Junta Nacional de Política Industrial e Comercial, que o próprio Simonsen criara no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em conjunto com o ministro Marcondes Ferraz e o advogado San Tiago Dantas." Grupo que, segundo Bielschowsky, representou o auge da concepção desenvolvimentista, por congregar o profícuo entrelaçamento de visão de mundo com as ideias e conceitos desenvolvimentistas. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.79-96).

No setor público os desenvolvimentistas se dividiam a partir das suas posições frente a intervenção estatal e à participação do capital estrangeiro. Entre os economistas "não-nacionalistas" o nome destacado é o do economista Roberto Campos, que minimizava os argumentos dos nacionalistas, quanto às remessas de lucros e dividendos para o exterior. Argumentava que os efeitos positivos do capital estrangeiro superavam as possíveis "sangrias" da visão nacionalista. Campos defendia ainda a quebra do monopólio estatal e a associação com o capital estrangeiro no setor de energia elétrica e de transporte, devido a sua "baixa rentabilidade". Nacionalista pragmático, Roberto Campos ironizava os seus opositores como sendo nacionalistas temperamentais ao invés de racionais. Importante destacar que

Roberto Campos ocupou vários cargos públicos, durante os governos Vargas, Kubitschek e Goulart, mas após o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, permaneceu ao lado dos golpistas, como ministro do planejamento do governo Castelo Branco. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.123-124).

Os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público tiveram como principal representante o economista Celso Furtado (1920-2004), que segundo Bielschowsky tornou-se "uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50. "Tendo, inclusive, colaborado com as teses cepalinas, no Chile, entre 1949-1953, sob a chefia do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), que ocupou o principal cargo no comando da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, de 1949 a 1963.

Celso Furtado "foi um dos principais autores da escola estruturalista." Defensor do *Manifesto Latino-Americano* de Prebisch, que incentivava os jovens economistas latino-americanos a assumirem uma postura teórica independente frente a "tarefa de analisar as realidades latino-americanas e a contestação do falso 'senso de universalidade' que, segundo pensava, existia na teoria econômica empregada nos países desenvolvidos". (PREBISCH *apud* BILSCHOWSKY, 2000, p.134).

Para Celso Furtado o sucesso da industrialização do país passava necessariamente pelo controle sobre as decisões fundamentais para a economia do Brasil. Em função disso, via como indispensável a participação ampla do Estado na captação e alocação dos recursos, "através de um sistema de planejamento abrangente e de pesados investimentos estatais. Considerava também necessário um controle do capital estrangeiro." Pois via como falsa a tese de que o desenvolvimento nacional carecesse da entrada de poupança externa, observando que "a entrada de capitais externos significa a criação de um influxo permanente de renda de dentro para fora do país." (BIELSCHOWSKY, 2000, p.151).

O pensamento econômico desenvolvimentista, ainda segundo o mesmo autor, que surgiu entre os anos 1930 e 1945, alcançou seu amadurecimento na década de 1950, para entrar em crise na década seguinte. Frente ao surgimento de "formulações analíticas" que visavam o estabelecimento de um capitalismo "com maior justiça social e com redistribuição de renda e de propriedade." (BIELSCHOWSKY, 2000, p.434).

Especula o economista o surgimento de "um novo ciclo ideológico, 'reformista' ou de 'desenvolvimento reformista', em substituição ao ciclo anterior, que havia se esgotado." Mas,

que o golpe civil-militar de 1964 abortou ainda nos seus primeiros passos. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.434).

4.5 A ENERGIA ELÉTRICA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Em 1912 foi criado o conglomerado *Brazilian Traction, Light and Power Co. (Light)*, com atuação nas principais regiões metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, cujo objetivo era "consolidar as três empresas do grupo de acionistas que já operavam no Brasil." E, já na década de 1920, tinha absorvido concessionárias menores na região do Vale do Paraíba, com vistas à integração das duas regiões metropolitanas. Ao mesmo tempo em que a norte-americana *American & Foreign Power Co. (Amforp)*, que já operava na América Central, "constituiu uma *holding* local para coordenar operações no Brasil, denominada Empresas Elétricas Brasileiras." Que a partir de 1927 adquiriu empresas no interior de São Paulo, Rio de Janeiro e nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e em mais outros cinco estados. (BASTOS, 2012, p.275).

Os contratos dessas empresas com os estados e municípios previam a correção média de 50% das tarifas pela variação cambial. Era a chamada cláusula-ouro, que protegia a rentabilidade dessas concessionárias em moeda internacional forte. Desconsiderando o estatuto legal federal de 1904 que determinava revisões de tarifas a cada cinco anos. As vantagens óbvias decorrentes da prestação desses serviços podem ser constatadas, segundo o economista Pedro Paulo Z. Bastos, pela série histórica das tarifas da Light, indicando que, unicamente com as receitas obtidas com as tarifas, a referida empresa era capaz de financiar integralmente a construção de usinas e linhas de transmissão, fazer remessas de lucros, sem necessitar de aportes externos, "pelo menos até que a escala de demanda de energia do mercado brasileiro assumisse novo patamar pós-Segunda Guerra Mundial." (CASTRO *apud* BASTOS, 2012, p.275).

A situação se alterou com a promulgação do Código das Águas, de 1934, no governo de Getúlio Vargas, quando ficou estabelecida uma série de disposições quanto à concessão, o uso dos cursos e quedas d'água, e a remuneração "justa" das empresas, que seria determinada pelo levantamento dos investimentos feitos por esta até o momento do inventário, quando então seria determinada "uma taxa de lucro anual 'justa' que remunerasse a empresa, com a cobrança de tarifas de acordo com o 'lucro do serviço' que prestava." (BASTOS, 2012, p.275).

Todavia, Bastos afirma que as medidas de cunho nacionalistas do referido Código não tiveram efeito prático. Basicamente por dois motivos: a falta de regulamentação do Código em lei, o que ocorreu somente em 1950, e pelo desinteresse e carência de recursos do empresariado nacional para fazer frente aos desafios do setor de energia elétrica na escala necessária. Com o agravante de ter servido de pretexto aos monopólios estrangeiros do setor, que se disseram impedidos legalmente para expandir a oferta dos serviços de energia a preços baratos. O que teria levado ao estabelecimento da crise energética do início dos anos 1950. Argumentação que foi ratificada pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1954. Mas, refutados pelos defensores da intervenção estatal, que acusaram os monopólios do setor de energia elétrica de querer rentabilidade em dólar, o que, obviamente, não era previsto nos contratos desses serviços. (BASTOS, 2012, p.277-278).

Apesar de alguma ameaça jurídica à rentabilidade das empresas, efetivamente não houve redução de tarifas. Bastos pondera ainda a possibilidade de que a crise de oferta de energia, dos racionamentos e ‘apagões’ do início dos anos 1950 tenham suas origens na dificuldade em manter a remuneração elevada em dólares, com a extinção da cláusula-ouro em 1933. A exemplo da política praticada por Franklin Roosevelt, no *New Deal*. (BASTOS, 2012, p.278-279).

Em outras palavras, a política para o setor elétrico no primeiro governo Vargas, 1930-1945 não conseguiu avançar na fiscalização da rentabilidade das empresas e nem na expansão da oferta de energia elétrica. Fato que o economista Pedro Paulo Z. Bastos relaciona com uma possível hierarquia de prioridades deste governo em que o problema da eletricidade cara, mas abundante nos principais centros industriais do país na década de 1930, tenha sido preterido pelo setor siderúrgico. (BASTOS, 2012, p.279-280).

Os anos 1950 refletiram as duas décadas anteriores de crescimento industrial e urbano que não foram acompanhados pela oferta de energia elétrica. Diante desse contexto o segundo governo Vargas, em Mensagem Presidencial de 1951, “propunha que o governo federal assumisse a responsabilidade direta de construção de sistemas elétricos, apoiando também as iniciativas estaduais que tinham se antecipado à ausência de interesse privado.” (BASTOS, 2012, p.280).

Vargas acreditava que conseguiria financiamento externo junto às fontes de capitais públicos, como o *Eximbank*, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o FMI. Visto que o Brasil estava incluído no programa denominado “Ponto IV” que previa “a assistência do governo norte-americano às regiões economicamente subdesenvolvidas”. Mas,

o financiamento desse programa estatizante demandava “cooperação internacional”, pela “barganha de recursos transferidos junto ao Banco Mundial”. (VARGAS *apud* BASTOS, 2012, p.282; BASTOS, 2012, p.281).

O governo brasileiro se deparou, então, com uma situação diferente do da construção do setor siderúrgico. A regra para liberação de empréstimos no Banco Mundial passava agora pela “influência desproporcional dos representantes norte-americanos no Banco Mundial.” Cujas doutrina era a de que seus empréstimos deveriam “pavimentar o caminho para que novos investimentos privados pudessem ser realizados.”(MASON; ASHER, *apud* BASTOS, 2012, p.282).

Diante desse cenário, o programa nacionalizante para o setor elétrico tornara-se inexecutável, por falta de cooperação internacional e pelo desinteresse do empresariado nacional. Além de que os empreendimentos estatais concorriam com projetos privados da *Light* e da *Anforp*, monopólios internacionais com grande participação de acionistas norte-americanos.

O Departamento de Estado norte-americano estava ciente dessa situação no início dos anos 1950 e aconselhara o atendimento de financiamento a *Anforp* com vistas a minimizar as críticas e a melhoria dos serviços dessa empresa. Assim descrito no *National Archives*²², (NA 832.2614/11-7-51) segundo Bastos (2012, p.285):

Em vista da crescente agitação política no Brasil para a estatização do ramo de energia, é muito importante não aumentar os problemas desse capital americano (considerado o maior do Brasil) por meio de qualquer ação que tenda a atrasar a conclusão do seu programa atual. (BASTOS, 2012, p. 285).

Pedro Paulo Z. Bastos observa ainda que dentro desse quadro de cautela compartilhada entre a diplomacia norte-americana e o Banco Mundial está a solicitação do governo do Rio Grande do Sul para financiamento do plano de eletrificação do Estado, no início dos anos 1950. Solicitação que somente foi aceita após opinião oficial do responsável do Banco Mundial e relatada pelo cônsul norte-americano à direção do Banco, de que os projetos do governo rio-grandense serviriam para minorar a insatisfação “popular com a falta de energia elétrica e poderiam até aumentar a rentabilidade da filial estrangeira no setor de distribuição (antecipando o modelo que se consolidaria alguns anos depois no resto do Brasil)”. (BASTOS, 2012, p. 287).

²² Arquivo dos documentos oficiais dos Estados Unidos, segundo Bastos (2012, p. 284).

O aspecto revelador da estratégia para a “sobrevivência da filial estrangeira” na opinião do responsável do Banco Mundial relatado pelo cônsul norte-americano em Porto Alegre era de que:

A franquia está programada pra fechar em sete anos, mas ainda estará em condições de seguir operando, particularmente porque é a única empresa que tem linhas de distribuição em Porto Alegre. Pelo menos um quadro profissional da BIRD comentou que ele, pessoalmente, não vê como um empréstimo par a CEEE poderia prejudicar a Ceerg de alguma maneira. Ele sustenta que a usina de geração da Ceerg é ineficiente [...], mas que a empresa tem um investimento valioso nesse sistema de distribuição. Ele afirma que é com essa usina ineficiente da Ceerg que eles devem estar lucrando, e não com a geração, portanto, se a usina a vapor for usada não fará muita diferença financeiramente. Ele também afirma que se a CEEE não for capaz de abastecer a cidade até 1962, 1963, ou 1964, em vez de 1957 ou 1958, haverá muito mais pressão e mal-estar para a Ceerg. (NA 832.2614/12-1351 *apud* BASTOS 2012, p.288).

O jogo político do Departamento de Estado norte-americano e das instituições de crédito e cooperação: Banco Mundial e *Eximbank*, juntamente com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, demonstrava claramente a sua contrariedade às iniciativas estatizantes de Vargas. Que mais tarde se tornaram impositivas, com a ruptura unilateral da cooperação para o financiamento de programas estatais, quando o general Dwight D. Eisenhower, republicano que assumiu o governo dos Estados Unidos, entre os anos 1953-1961, prometendo fazer uma 'cruzada' contra o comunismo. Esse cenário foi determinante para que o presidente do Brasil e sua equipe, comandada por Jesus Soares Pereira, criassem mecanismos internos para angariar recursos, cuja principal ação data de março/abril de 1953, com a criação do primeiro dos quatro projetos de lei, que iria reformular o setor elétrico no país. O Fundo de Eletrificação, enviado ao Congresso em maio de 1953, foi aprovado em 31 de agosto de 1954, alguns dias após o suicídio de Vargas. Bastos pondera, inclusive, que esse episódio trágico poderia ter contribuído para superar as oposições ao programa de nacionalização do setor elétrico. (BASTOS, 2012, p.291).

4.6 A BATALHA PARA CONTROLAR O CAPITAL INTERNACIONAL

Segundo Fábio Antonio Campos, professor do Núcleo de História Econômica da Unicamp, as condições históricas estabelecidas no início da industrialização brasileira foram diametralmente opostas a construção de uma sociedade autônoma, como se processou nas grandes potências capitalistas. Onde houve a transferência de capital na forma de investimento direto estrangeiro (IDE) com controle financeiro e tecnológico, como os

investimentos ingleses feitos na Alemanha e nos EUA, na passagem da Primeira para a Segunda Revolução Industrial. (CAMPOS, 2014, p.7-8).

No Brasil, o "imperialismo total" - fase de amadurecimento do capitalismo monopolista, representada pelo *fordismo*, em que os Estados Unidos se tornaram a grande força hegemônica do pós Segunda Grande Guerra - não ofereceu as mesmas condições, pois, entre outros fatores, contou com o apoio da burguesia nacional, que bloqueou as tentativas de criar um desenvolvimento industrial com maior presença do Estado e de seu ímpeto discricionário, no sentido de submeter o acúmulo de capital às necessidades da sociedade, presentes nos governos de Vargas (1930-45 e 1951-54). (CAMPOS, 2014, p.3-8).

Cabe destacar os investimentos diretos externos (IDEs) representados por máquinas e equipamentos usados e defasados tecnologicamente, mas altamente requisitados na América Latina. Todavia, esses investimentos seguiam normas criteriosas. Na visão imperialista, o Brasil reunia uma série de condições favoráveis a esses investimentos: estrutura urbana, financeira, comercial, concentração de renda e também demográfica. Representava o mercado latino-americano mais viável para a instalação daquelas estruturas produtivas. Estratégia a qual a burguesia brasileira se integrou, valendo-se das condições arcaicas de exploração do trabalho como forma de viabilizar seus negócios. Tratava-se de uma "'dupla articulação' intrínseca à formação histórica brasileira", segundo Florestan Fernandes citado por Campos. (CAMPOS, 2014, p.8-9).

Esses investimentos diretos estrangeiros - IDEs, para o mercado latino-americano, entre 1956 e 1960, totalizavam US\$ 4,5 bilhões, dos quais 44%, cerca de US\$ 2 bilhões, foram direcionados para a Argentina, Brasil e México. Representados por máquinas e equipamentos já defasados tecnologicamente, como referido acima, mas que causaram impacto na economia brasileira pelo novo ritmo da produção que impuseram "muito à frente do crescimento do mercado interno, sendo que as importações deslocaram sua pauta de produtos finais para bens de capital, bens intermediários e combustíveis." (CAMPOS, 2014, p.10-11).

Campos afirma ainda que essa internacionalização produtiva (sem transferência desses novos padrões tecnológicos), representada pelas empresas transnacionais, teve sua primeira fase entre os anos 1956-1960, no processo de industrialização do governo de Juscelino Kubitschek, através do *Plano de Metas*. Sob o discurso desenvolvimentista controlado pelo Estado, mas que na realidade eram as empresas transnacionais que detinham o controle

financeiro, sociocultural e tecnológico do processo, a partir de suas matrizes. (CAMPOS, 2014, p.11).

O refluxo do processo de penetração dos novos padrões de produção e de dominação controlados pelo "complexo multinacional", em parceria com a burguesia brasileira, que afiançou os empreendimentos transnacionais, se estabeleceu com a crise no governo Goulart (1961-1964) através da elevada concentração de renda ou inadequação do sistema financeiro à indústria pesada, estrangulamento cambial, déficit público e inflação. "Foi justamente quando a crise veio à tona, e com ela, o acirramento de muitas contradições denunciadas por inúmeras reivindicações sociais, que a tragédia desnudou-se." O que provocou a formação de uma força de resistência, o "complexo nacional-popular". Movimento social que uniu partidos políticos, sindicatos, trabalhadores rurais, estudantes, militares de baixa patente, e parte da classe média, além de alguns empresários. (CAMPOS, 2014, p.14).

Nesse contexto de resistência, as encampações das subsidiárias norte-americanas CEERG e ITT pelo governo rio-grandense, iniciadas em 1959, assim como a posição independente na política externa, que desafiava a negociação da dívida externa, são apontadas por Campos como fatores que desencadearam a aprovação da Lei de Remessa de Lucros em 1962, pelo Congresso Nacional. (CAMPOS, 2014, p.14).

4.7 A LEI DE REMESSA DE LUCROS E A QUEDA DE JANGO

Essa batalha pelo controle do capital internacional, que iniciou nos anos 1930, com o *Código de Água e de Minas*, de 1934, passou pela *Regulamentação dos Serviços de Radiocomunicações em Território Nacional* (entre 1931 e 1934); pelo *Código Brasileiro do Ar*, de 1938, além dos códigos da pesca, caça, florestas, propriedade industrial e culminou com a Lei Malaia: Lei 7.666, ápice da campanha nacionalista de Getúlio Vargas, e que talvez tenha sido, um dos elementos determinantes para o golpe de 29/10/1945 que derrubou o ditador. Logo revogada pelo Decreto 9.167, do Governo Provisório de José Linhares. Pois, a referida Lei, além de vetar a formação de trustes e cartéis, determinava também, a criação de uma Comissão Administrativa de Defesa Econômica - CADE, que interviria nas empresas nacionais ou estrangeiras que praticassem atos contrários aos interesses nacionais. (CAMPOS, 2014, p.18; SCHILLING, 1979).

O sociólogo Octavio Ianni (1926-2004) chama a atenção para uma característica marcante no jogo de forças econômicas e políticas do país no relacionamento do Estado com a

empresa privada. Afirma que: "Nesse jogo o Brasil foi pensado como base de operações e não como economia independente e autônoma." Acrescenta que essa característica é decorrente das contradições da burguesia, que "além de dividida em interesses divergentes e muitas vezes voltada para o exterior, foi decisiva a atuação dos centros de decisão externos." E justifica essa afirmação: "É que as decisões sobre o tipo de desenvolvimento preconizado para o país foram adotadas de comum acordo com empresas e órgãos financeiros internacionais". (IANNI, 1989, p.28).

As facilidades especiais para a entrada de capital externo acabaram se transformando em um problema. Segundo Ianni, como a opinião pública reagiu e pressionou "contra a entrada intempestiva daqueles capitais, pelos seus efeitos regressivos na tendência de autonomia do desenvolvimento do Brasil, a política vigente começou a ser posta em discussão." (IANNI, 1989, p.34)

Cabe destacar também na análise de Octavio Ianni sobre o tema "*Estado e empresa privada*" a sua referência à manifestação de Jânio Quadros, em *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1961, p.85, onde o presidente alertava para necessidade de uma ação disciplinar e seletiva à entrada de capital estrangeiro, assim como "a remessa de rendimentos para o exterior que se processe de forma imoderada ou se constitua num fator permanente de intolerável evasão de recursos." Essa posição adotada por Jânio Quadros não passaria impunemente, constata Ianni, pois os grupos ameaçados teriam se organizado e: "No fim do mesmo ano o Brasil era governado por outro presidente." (IANNI, 1989, p.35).

O economista Fábio Antonio de Campos afirma que todas as iniciativas que se opuseram frontalmente ao capital internacional não resistiram por mais de um ano. Esses esforços se dissolveram, diante dos incentivos e facilidades da associação da burguesia nacional à mobilidade do capital internacional e associado. Constatação que não exclui a Lei 4.131 de 3 de setembro de 1962, e que representou, segundo Campos, "uma inflexão no marco institucional destinado a regular o capital internacional por várias razões." Mas, fundamentalmente pela sua "discricionariedade da política econômica perante as ações do complexo multinacional." Ao impor uma alíquota "de 8% do capital inicial para remessas de juros e de 5% às remessas de *royalties*, assistência técnica e científica." Diploma legal que somente foi regulamentado em 17 de janeiro de 1964, através do Decreto nº 53.451, pouco mais de dois meses antes do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, que o revogou. (CAMPOS, 2014, p.22).

Cibilis da Rocha Viana (1920-2014), economista, chefe da equipe técnica que assessorou o governador Brizola no Piratini, afirma que a referida lei foi uma das mais importantes aprovadas pelo Congresso, pois "ajustava-se aos termos do projeto do Conselho de Ministros, atendendo, satisfatoriamente, aos interesses nacionais." Mas, pressionado pelo embaixador norte-americano, Lincon Gordon, que por sua vez era sempre assessorado pelo senador Mem de Sá (mais tarde ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, em 1966, no governo de Castelo Branco), por Roberto Campos e Moreira Sales, entre outros, Goulart não sancionou a lei, "deixando transcorrer o prazo para a sanção, transferindo ao Presidente do Senado a competência para fazê-lo." Logo em seguida alterada pelo governo Castelo Branco, que suprimiu os seus princípios fundamentais: "limitação de lucro e identificação do lucro excedente como capital nacional (Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964." (VIANA, 1980, p.180).

4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Acreditamos que as encampações da CEERG e da ITT significaram um divisor de águas na gestão pública regional e nacional, pelo processo que desencadearam ao alertar para os limites da abertura e das concessões ao capital internacional. Feitas sem um projeto global para a economia nacional, que incluíssem a transferência de tecnologia e o controle de inversões e de remessa de lucros pelas empresas. E, também, porque as encampações representaram o que Bielschowsky denominou de "desenvolvimento reformista". Um novo ciclo ideológico que foi marcado pela formação do que Campos (2014) chamou de "complexo nacional-popular". (BIELSCHOWSKY, 2000).

Por outro lado, a estatização das subsidiárias norte-americanas pelo governo Leonel Brizola desnudou a estratégia do modelo dos Investimentos Diretos Externos - IDEs. A participação do capital associado e o jogo político do Departamento de Estado norte-americano, que consignou a liberação de novas linhas de crédito para o Brasil ao pagamento dos valores reclamados pela *Bond and Share* e pela ITT, a título de (nova)indenização. Ignorando, de forma arbitrária a legislação brasileira, assim como a sentença do Poder Judiciário do país. Tendo enviado, inclusive, o secretário de Justiça, e irmão do presidente norte-americano, Robert Kennedy, ao Brasil em visita de inspeção, em que teria feito exigências percebidas como "virtuais ultimatoss" ao governo Goulart. (SCHILLING, 1979, p. 268; BANDEIRA, 1977, p.82-87).

No que diz respeito a CEERG, ficou demonstrado pela análise de Pedro Paulo Z. Bastos, a partir de documentos do *National Archives* (NA 832.2614/12-1351), que a franquia estava programada pra fechar em sete anos (no término do contrato, em 1959) e que seus objetivos a partir de então eram apenas o de tirar vantagem, ao máximo, daquela situação. Não havendo, declaradamente, o mínimo interesse em investimentos que pudessem minimizar o problema da geração e da distribuição de energia elétrica no estado sulino. Informações que reforçam o acerto da medida tomada pelo governo Brizola em estatizar a referida empresa.

Pelo exposto, acreditamos que as encampações da *Bond and Share* e da ITT denunciaram o esgotamento de um modelo político, econômico, social e cultural que já 'fazia água', pela sua incapacidade de atender o aumento da demanda e, como ficou demonstrado, pelas divergências entre o interesse público e o interesse privado dos trustes internacionais. O que também era incompatível com a ideia de soberania nacional. Representaram ainda uma iniciativa decisiva para a aprovação da Lei 4.131, de três de setembro de 1962, avanço significativo na regulamentação das remessas de lucros para o exterior pelas empresas estrangeiras e pelo capital associado. De acordo com uma nova visão de gestão pública e de política econômica e social. Mas, alterada pelo governo Castelo Branco, que eliminou sua essência: limitação de lucro e identificação do lucro excedente como capital nacional, através da Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964. (VIANA, 1980, p. 180).

5 O EPISÓDIO DA LEGALIDADE

A ação política nunca perde sua natureza de arte por mais que se fundamente em conhecimentos teorizados. Arte significa, no caso, a relação criativa com os homens, os movimentos sociais e as instituições. Que não se aprende nos livros, pois deve ser vivenciada e intuitiva.

(Jacob Gorender)

A liderança exercida por Leonel de Moura Brizola foi fundamental para conter o golpe de Estado perpetrado pelos três ministros militares: da Guerra, Odílio Denys, da Marinha, Sílvio Heck e da Aeronáutica, Gabriel Grün Moss. O vice-presidente, João Belchior Marques Goulart, foi impedido de assumir, em decorrência da renúncia do então presidente, Jânio da Silva Quadros, em 25 de agosto de 1961, sob a acusação de animar, influenciar e apoiar manifestações grevistas e por sua “incontida admiração” ao regime político da China e da União Soviética. O que, na visão dos três ministros militares, teria ficado evidente a partir da sua viagem, como representante oficial àquelas nações. Questionado pelo deputado Ruy Ramos (PTB), um dia após a renúncia de Jânio, sobre os rumores de um possível veto dos ministros militares à posse de Jango, o marechal Odílio Denys, ministro da guerra respondeu que “o vice-presidente João Goulart não assumiria o comando do país. Se pisasse em solo brasileiro, seria imediatamente preso.” Decisão que Ramos comunicou a Brizola, por volta do meio-dia de sábado, 26 de agosto de 1961. Informação que seria confirmada mais tarde pelo marechal Henrique Teixeira Lott, através de uma ligação telefônica feita ao governador rio-grandense. Segundo o jornalista Flávio Tavares, Lott teria informado Leonel Brizola da tentativa que fizera de demover seu colega militar de praticar tal violência, sem obter resultado. (KUHN, 2004, p.40; TAVARES, 2012, p. 19-20).

Entendemos que esse fato histórico merece um maior aprofundamento, visto tratar-se de uma ação de extrema relevância no desfecho dos acontecimentos de 1º de abril de 1964, quando o país mergulhou numa ditadura civil-militar, ou como sugere René Armand Dreifuss, ditadura empresarial-militar, de vinte e um anos, causando, talvez, o maior retrocesso político-social da história recente do país. (DREIFUSS, 1981).

As questões que nos propomos analisar no presente capítulo dizem respeito, primeiramente, aos motivos da impugnação intempestiva e violenta dos três ministros militares à posse do vice-presidente, João Goulart. Fato que deixa transparecer a possível existência de um projeto político, ou empresarial-militar, que teria sido rompido com a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros e que a posse do vice-presidente dificultaria ou

inviabilizaria. Ao mesmo tempo, buscamos interpretar a estratégia utilizada pelo governador Leonel Brizola, para conter e frustrar o referido golpe militar. Em seguida, examinaremos os motivos pelos quais, após o referido golpe e a sua neutralização pela ação conjunta de Brizola e da anuência de Goulart ao parlamentarismo, o governador do Rio Grande do Sul ficou de fora do grupo de lideranças do governo central. Efetivamente, ele não ocupou ministério algum, tão pouco teve ingerência no comando e nas decisões do governo central. Entretanto, a partir do episódio da Legalidade, Brizola tornou-se uma liderança inquestionável da política nacional. Fato que não condiz com o papel de coadjuvante que o novo governo lhe reservou, num primeiro momento. Mais, ainda: uma vez neutralizado o golpe perpetrado pelos três ministros militares em agosto de 1961 e recuperada a “normalidade” da ordem institucional, seus responsáveis não foram submetidos às sanções penais previstas em Lei. Afinal, houve grave agressão aos preceitos constitucionais. Além do que foram mobilizadas forças militares e civis, com custos financeiros e econômicos, gerando pânico na população e prisões ilegais de cidadãos. Com base nesse entendimento, o episódio da Legalidade pôs em evidência toda a fragilidade e subserviência do sistema político nacional aos interesses (forças) de grupos internos e externos do período. Trata-se, portanto, de questões pendentes, que nos propomos a examinar no presente capítulo.

Faremos primeiramente uma síntese do contexto dos anos 1930 a 1960, nos aspectos relacionados à crise do modelo oligárquico-exportador latino-americano e nacional; seus obstáculos ao desenvolvimento interno dos países ibero-americanos; as tentativas de integrar as várias classes sociais, a partir da superação da crise dos anos 1930. Solução burguesa, que segundo o historiador e professor Luiz Fernando Silva Prado, foi protagonizada por um novo modelo de Estado, o Estado de colaboração nacional, como forma de superar o modelo oligárquico; a formação das oposições e os projetos de integração das classes populares. Crise que, ainda segundo o mesmo autor, se manifestou a partir da consolidação de novos seguimentos sociais, através da industrialização, da urbanização e de uma nova cultura política associada às mudanças internacionais do período, assim como também, as possíveis convergências desse cenário com o contexto nacional e regional do período. (PRADO, 2004).

5.1 AS FORÇAS EXTERNAS E INTERNAS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Iniciaremos com uma breve síntese dos fatores externos que teriam influenciado de forma determinante o jogo político que resultou no golpe de Estado, de 1961, contra a posse

do vice-presidente eleito, João Goulart. Evento que passou para a história como a “Campanha da Legalidade”. Torna-se relevante destacar, no contexto externo do período, o imperialismo estadunidense, sistema que se consolidou como centro hegemônico do capitalismo mundial durante a Segunda Guerra Mundial. Pois, segundo Silva Prado, uma vez concluída a reconstrução da Europa do pós-guerra, os investimentos estadunidenses foram redirecionados para a América Latina. Todavia, a expansão e maturação do capitalismo monopolista ianque, em sua fase oligopólica, ao expandir-se, teriam provocado um processo contínuo de descapitalização, desnacionalização e drenagem dos excedentes latino-americanos. As reações a ação imperialista teriam se apresentado, basicamente, de três formas, a partir das condições históricas presentes nos diferentes países latino-americanos: pelo grau de desenvolvimento do sistema produtivo, pelo nível de articulação com o mercado internacional e pelos arranjos e conflitos entre os grupos que detinham o poder. (PRADO, 2004).

No primeiro caso, Silva Prado aponta a maioria dos países centro-americanos, (excetuando Cuba e Costa Rica) onde “os levantes e as revoluções não teriam sido suficientemente fortes para impor seus projetos.” Pois, com a crise dos anos 60 gerada pelo descompasso tecnológico industrial, os grupos dominantes voltaram atrás nas suas concessões sociais e optaram pelas soluções de força. E, diante das repercussões da Revolução Cubana (1959-61), estes países, Brasil, México e Argentina, teriam se aliado ao imperialismo norte-americano no continente tendo assim protelado as mudanças sociais iniciadas; no segundo caso, houve o esgotamento da via populista-nacionalista iniciada nos anos 1930. Alianças entre os setores sociais envolvidos na crise, cujos exemplos mais conhecidos, segundo o mesmo autor, seriam os mesmos países que se aliaram ao imperialismo ianque, já referidos: Argentina o Brasil e o México. Estabelecendo-se, a partir daí, a restauração liberal-conservadora apoiada por regimes militares e por ditaduras. (PRADO, 2004, p. 88-89).

No terceiro caso, as condições históricas teriam permitido a instalação e a manutenção de projetos que conseguiram preservar as mudanças sociais estabelecidas no período entre os anos 1930-1960. Cuba e Costa Rica, embora com práticas e projetos opostos, através da revolução e do enfrentamento da crise econômica, respectivamente, teriam conseguido alcançar seus objetivos, sem recorrer ao receituário neoliberal ou ao liberal-conservadorismo disseminados no subcontinente. (PRADO, 2004, p.88-90).

Nas três primeiras décadas do século XX, segundo Luiz Fernando Silva Prado, o sistema de poder e de dominação oligárquico hegemônico no continente latino-americano baseava-se no modelo de desenvolvimento de “expansão para fora”, a partir da exportação de

produtos agropecuários e de mineração. Mas, a dinâmica da demanda externa teria provocado, de acordo com o nível de organização e de resistência dos setores do poder estabelecido em cada região ou país, o desarranjo do sistema, a partir do surgimento de uma paulatina economia urbano-industrial, que fez emergir novos grupos sociais de pressão e de oposição ao modelo dominante. Fenômeno novo protagonizado por setores médios urbanos e pelo operariado que, na década de 1920, formaram frentes de oposição àquele modelo. Surgiram sindicatos de trabalhadores; novos partidos de oposição; movimentos de reforma universitária, rebeliões de jovens oficiais; movimentos de renovação artístico-culturais; ensaios críticos ao colonialismo e ao imperialismo cultural que submetia a região. O nacionalismo passou a ser defendido. A mestiçagem foi valorizada e transformada em bandeira de luta e de afirmação de uma identidade latino-americana, em oposição às teorias do “branqueamento” racial. (PRADO, 2004, p. 12-13).

Ainda segundo Silva Prado, essa fase de transição teria se acentuado na década de 1930, com a crise econômica de 1929, que expôs as fragilidades do sistema de “expansão para fora” sinalizando a necessidade de modelos alternativos de desenvolvimento capitalista. Eclodia um complexo processo que teve em seu bojo o nacionalismo burguês modernizador, que gerou novos fenômenos políticos. Como o populismo e o nacionalismo que, entre os anos 1935-1955, na esteira da industrialização, se configurou num projeto nacional, a partir da tentativa de integrar as várias classes sociais. Sua meta era a superação da crise dos anos 1930. Solução que, segundo Moraga citado por Silva Prado, foi protagonizada por um novo modelo de Estado: o *Estado de colaboração nacional*, o primeiro a conseguir uma autonomia relativa frente às classes dominantes e ao imperialismo. Conquista que legitimou o aparelho de Estado perante as classes populares e, em função desta legitimidade, conteve a luta de classes. (PRADO, 2004, p.32).

Entre os anos 1930 e 1960, na esteira desse processo modernizador, diante do impasse político entre a superação do modelo oligárquico e a configuração de uma nova forma de ordenamento político e de projeto econômico, se estabeleceram em vários países da América Latina, movimentos nacionais populares e políticas de massas, também chamados de fenômeno “populista”. São exemplos bem-sucedidos desse processo as reformas de Lázaro Cárdenas, no México (1934-1940), que se caracterizou pela política de concessões aos trabalhadores urbanos e rurais: exigiu o cumprimento constitucional das regulamentações trabalhistas, modernizada e reforçada, em 1931, pela Lei Federal do Trabalho; legalização do direito de greve; empenho na criação de novas centrais trabalhistas, entre elas a Confederação

Nacional Camponesa (1935) e a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (1936); Está no mesmo caso Jacobo Arbenz, na Guatemala, que iniciou, em 1952, mudanças estruturais, como a reforma agrária e a desapropriação das terras da *United Fruit Company*, proprietária de milhares de hectares no país. Processo contido pela invasão externa estadunidense, que levou à deposição de Arbenz e a instalação da ditadura de Castillo Armas. (PRADO, 2004, p.62-70).

O desenvolvimento da economia latino-americana rumo à industrialização, estimulada pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, conseguiu atender de forma satisfatória diversos setores sociais. Fator que possibilitou alguma convergência na busca de soluções políticas por mais de um setor social. Todavia, nas décadas de 1950 e 1960, essa ‘industrialização autóctone’ começou a dar sinais de esgotamento. O avanço tecnológico e a concorrência dos oligopólios norte-americanos demonstraram toda a fragilidade do sistema industrial latino-americano. A simples manutenção da produção dependia diretamente da importação de máquinas e equipamentos para a sua continuidade. Situação que encontrou na internacionalização progressiva do mercado interno, na desnacionalização da economia, na aliança entre as oligarquias latino-americanas e o imperialismo norte-americano (prática constante nas décadas de 1960 e 1970) a saída liberal conservadora. Decisão que, ao mesmo tempo, pôs termo aos entendimentos e acordos estabelecidos anteriormente, uma vez que, para fazer frente às perdas, a burguesia latino-americana repassou esse deságio aos salários dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que a ausência de desenvolvimento e de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio fizeram com que as oligarquias transferissem seus excedentes populacionais para os centros urbanos industriais, aprofundando a pauperização e a marginalização dos excluídos do sistema. (VIANNA, 1980; PRADO, 2004; GUAZZELLI, 2004).

O economista Celso Furtado afirma que o desenvolvimento autônomo de tipo capitalista latino-americano apenas se esboçou. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, sempre que o seu desenvolvimento precisou apoiar-se na industrialização, “refletiu a estratégia da superestrutura de conglomerados, o que implicou em crescente dependência externa, ou ação autônoma do Estado nacional.” O mesmo autor afirma ainda que: “As empresas autenticamente nacionais e privadas, com raras exceções, tiveram um comportamento reflexo, cumprindo tarefas auxiliares ou confinando-se em setores estagnados.” E segue o economista: “As empresas nacionais com atuação em setores estratégicos são quase sempre estatais.” No caso da América Latina, fortalecer a iniciativa

privada, nesse contexto, não se traduzia em debilitar o Estado como centro de decisões independentes dos conglomerados internacionais, “[...] significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional.” (FURTADO, 1975, p.55).

Entre as análises de Celso Furtado sobre a hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento latino-americano, cabe destacar sua crítica sobre a doutrina elaborada pelos técnicos do M.I.T. liderados por W.W. Rostow, apresentada ao Senado estadunidense, em julho de 1957: “*The objectives of United States Economic Assistance Programs*”. Ou seja, sugestões para melhor alcançar uma “ajuda orientada” aos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, o desenvolvimento proposto pelo referido programa deveria ser orientado de fora para dentro, cabendo aos Estados Unidos “criar estados independentes, modernos e em desenvolvimento”. Tese, que segundo Celso Furtado, “deu a sua mais brilhante e florescência na Aliança para o Progresso [...]”. Em outras palavras, afirma o autor que o “objetivo da política dos Estados Unidos é conservar integrada a sua esfera de influência e que o desenvolvimento deste ou daquele país deve ser considerado como meio para alcançar esse fim.” (FURTADO, 1975, p.36).

Segundo Celso Furtado, a referida “ajuda” para o desenvolvimento latino-americano ficaria a cargo praticamente das empresas privadas estadunidenses que estariam sob proteção da emenda Hickenlooper, que criou uma supergarantia política para as empresas ianques, ao colocar os governos locais sob ameaça constante. A emenda proibia todo e qualquer auxílio, empréstimos ou outras formas de investimentos para governos que expropriassem empresas norte-americanas, “sem a correta e adequada compensação”. Lei que foi acionada em 1959, contra o Rio Grande do Sul, pelo então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, quando da encampação feita pelo governo rio-grandense da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG), subsidiária da multinacional *Bond and Share* (empresa da *American & Foreign Power – Amforp*). Ação impugnativa estadunidense que provocou no Brasil reação do presidente Juscelino Kubitschek, ao repassar a reclamação do colega da Nação do norte, num telefonema a Brizola em que “pede explicações pelo ato intempestivo.” Segunda Flávio Tavares, prática utilizada pelos EUA na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina, especificamente em Cuba e no Chile de Salvador Allende. Episódio que segundo Tavares teria feito com que Brizola ‘conhecesse’ quem manda na política e ‘descobrisse’ o imperialismo. (FURTADO, 1975, p.39; TAVARES, 2012, p.215).

A pergunta, deveras pertinente, que Celso Furtado faz é: do ponto de vista da América Latina, que tipo de organização política poderia ser compatível com um sistema econômico tutelado por poderosas sociedades anônimas norte-americanas, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar assegurada por esses mesmos países “beneficiados” por essa “ajuda”? (FURTADO, 1975, p.40).

A partir desse cenário, Celso Furtado afirma que as decisões econômicas de caráter estratégico estariam fora do alcance dos governos latino-americanos. Impactados pela inflexibilidade administrativa e pelo grande poder financeiro desses consórcios, os desequilíbrios estruturais, como disparidade do nível de vida entre grupos da população e o desemprego, afirma Furtado, agravam as tensões sociais. O que levaria o Estado a assumir políticas cada vez mais repressivas. Receita perfeita para o estabelecimento de governos ditatoriais. (FURTADO, 1975, p.36-42).

Diante do exposto, o economista advertia: “O desenvolvimento econômico, nas condições adversas que a América Latina enfrenta presentemente, dificilmente se fará sem uma atitude cooperativa de grandes massas de população”. E segue: “É por esta razão que as tarefas mais difíceis são de caráter político e não técnico.” Nesse sentido: “Uma difícil ação política deverá ser realizada, e isto somente será possível com apoio nos atuais centros de poder político nacional”. (FURTADO, 1975, p. 42).

Carlos Fico (2008, p.28-29) referindo-se às contradições e equívocos da Aliança para o Progresso, afirma que “a moldura ideológica imposta pelos formuladores – que a delineavam, sobretudo como um instrumento de combate ao comunismo no contexto da Guerra Fria – terminava por limitá-la.” Como exemplo das distorções e desses componentes ideológicos, o autor cita a implantação do referido programa no Brasil, no então governo Jânio Quadros, após visita a SUDENE, então dirigida por Celso Furtado, em fevereiro de 1961, pelos assessores do governo Kennedy. Um relatório formulado pela equipe norte-americana propôs “iniciativas inteiramente discrepantes das da SUDENE e destinadas a causar impacto na opinião pública, como a implantação de chafarizes em algumas cidades nordestinas.” E mais: “Todas as benfeitorias deveriam ser identificadas visualmente com a marca ‘Aliança para o Progresso’”. Destaque-se que sendo que um: “dos primeiros programas de assistência técnica oferecidos ao Nordeste foi o de modernização e reequipamento das polícias civis”. Fato que teria frustrado as expectativas de Celso Furtado ao perceber que se tratava de manipulação da opinião pública e que tinha como objetivo central contrapor-se as Ligas Camponesas, vistas como um temível movimento pelo governo

estadunidense. Liga que, na visão de Celso Furtado, não passava de “um proto-sindicalismo de reivindicações sobremodo modestas”. Fato que tornava clara a tutela ianque percebida pelo economista:

Surpreendeu-me que os membros da missão (...) que certamente haviam sido amplamente assessorados por agentes da CIA, não compreendessem quão contraproducente seria encher o Nordeste de tabuletas da Aliança para o Progresso, alardeando pequenas obras de fachada (...) As autoridades norte-americanas se consideravam com o direito de contrapor-se e sobrepor-se às autoridades brasileiras (...) para alcançar seu objetivo de “deter a subversão no hemisfério”. (FURTADO *apud* FICO, 2008, p.29).

O historiador Cesar Augusto B. Guazzelli ratifica a presença da tutela estadunidense no continente e também as acusações de Celso Furtado, quando este aponta as ações imperialistas de contraposição e de sobreposição à soberania dos demais Estados latino-americanos. Guazzelli lembra que a intervenção ianque teria desenvolvido duas estratégias fundamentais: a “política do dólar” denominada de “Aliança para o Progresso”, cuja meta era a de impedir o agravamento das tensões sociais, apoiando os governos reformistas e buscando o afastamento das oligarquias mais reacionárias, evitando assim novas ações revolucionárias como a cubana. E a versão moderna do *Big Stick*, “dando uma conotação ideológica para situações de dependência econômica.” Pois, as ocasionais “reações aos problemas decorrentes do capitalismo dependente eram consideradas como sinais do avanço comunista, cabendo medidas de repressão pelos signatários de tratados com os Estados Unidos.” Especificamente, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Tratados que instituíam mecanismos de controle geopolítico convergentes com o entendimento estadunidense daquilo que diz respeito a sua “segurança nacional”. (GUAZZELLI, 2004, p.26-27).

O imperialismo estadunidense recrudescer no governo Lyndon Johnson: 1963-69. O cenário político latino-americano se alterou. Surgiu a "Aliança para o Progresso", consolidaram-se as oligarquias conservadoras e os regimes populistas foram destituídos. Conjetura que, segundo a tese de Guazzelli, favoreceu a instauração de ditaduras militares em toda a América Latina, que se mantiveram através de mecanismos sofisticados de repressão interna, sufocando qualquer manifestação de oposição. Efeitos de uma crise hegemônica das burguesias latino-americanas que se viram “ameaçadas em suas prerrogativas e aceitando o que lhes parecia um mal menor.” Nesse sentido, cabe destacar a relação que o mesmo autor faz entre as ditaduras militares que se estabeleceram nos anos 60 e 70 e a crise hegemônica das burguesias latino-americanas, que não teriam sido capazes de exercer uma

dominação de caráter representativo. Ao invés disso, esses mesmos grupos trataram de resguardar seus interesses, associando-se ao imperialismo e ao uso da violência. (GIAZZELLI, 2004, p.26-34).

Por último, mas não menos importante, o brasilianista Alfred Stepan afirma que: “Os estados Unidos realmente apoiaram esta mudança radical”. E segue: “O governo central deixou de receber qualquer garantia de ajuda, enquanto os seus opositores políticos, como por exemplo, o governador da Guanabara, Calos Lacerda, obtinha tratamento preferencial.” O autor enfatiza a existência das “ilhas de sanidade” no Brasil, representadas pela política de ajuda às forças de oposição. (STEPAN, 1975, p.94).

Com base no exposto, acreditamos que os motivos externos para a ação violenta dos três ministros militares, em 1961, não podem ser descolados desse cenário. Contexto determinado, em especial, pela tutela estadunidense - associada a empresários locais - e a sua ingerência na política e na economia do Brasil, como de resto em toda a América Latina. Ingerência que ia do (TIAR), em 1947, da (OEA), em 1948; da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que visava o incremento da cooperação econômica e militar, do final do governo de Eurico Gaspar Dutra, 1951, a dissolvida em 1953, no governo de Getúlio Vargas. Assim como a "Aliança para o Progresso", em 1961. Essa última, motivada pelo evento da Revolução Cubana e sua provável disseminação pelo continente, com possível envolvimento do maior país da América Latina e o estabelecimento de regimes políticos com tendências esquerdistas, o que ampliaria a órbita de influência comunista. Hipótese inadmissível para os Estados Unidos. (FICO, 2008, p.41).

5.2 AS FORÇAS INTERNAS E A AÇÃO VIOLENTA DOS MILITARES

Thomas Skidmore (2010, p.251) afirma que: “A chave para entender a luta subsequente em torno da posse de Jango está numa análise dos sentimentos políticos dentro do Exército.” No que diz respeito às forças internas, passaremos a analisar a participação das Forças Armadas brasileiras no jogo do poder pelo controle do Estado. O que, segundo René A. Dreifuss (1981, p.23) trata-se de uma característica da instituição, que teria iniciado no Estado Novo. Todavia, essa participação no jogo político, segundo o mesmo autor, teria se alterado com o compartilhamento das ações militares, através da FEB na Segunda Guerra Mundial. A aproximação (aliança estreita) entre oficiais brasileiros e norte-americanos, que em muitos casos transformaram-se em amigos pessoais, teria feito com que vários

brasileiros voltassem “com novas ideias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país.” Dreifuss afirma ainda que os oficiais opositores a Vargas conspiravam contra ele “a quem consideravam chefe de um regime neofascista”. (STEPAN *apud* DREIFUSS, 1981, p.23-27).

Outro fator importante nesse cenário político foi a mobilização dos trabalhadores que, “apesar de limitada, era temida pelas classes dominantes, pois poderia dar a Getúlio Vargas o apoio necessário para o estabelecimento de um executivo relativamente independente.” Condição rechaçada pelos industriais e pelas oligarquias, pois colocaria o presidente acima do controle das Forças Armadas. Previsão que teria feito com que Vargas fosse deposto pelo exército sob a vanguarda dos oficiais da FEB, em 1945, antes de conseguir consolidar a suposta estratégia de formar um novo bloco de poder. Ação que foi apoiada pelos industriais locais, pelas oligarquias, pelas classes médias e, por empresas multinacionais, que haviam renovado o interesse pelo Brasil. (DREIFUSS, 1981, p.27-28).

Foi durante o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra que os norte-americanos e seus associados obtiveram a abertura ao seu capital em condições ainda mais favoráveis. Com a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo objetivo era o “de estudar a situação brasileira e esboçar um programa de desenvolvimento econômico para o país.” Também neste governo foi implantada no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG), oficialmente criada por decreto presidencial, a 20 de agosto de 1949. E, para a qual, teriam ocorrido oficiais anti-varguistas e pró-udenistas. Sua missão era a de preparar “civis e militares para desempenhar as funções executivas e conselheiras, especialmente naqueles órgãos responsáveis pela formulação, desenvolvimento, planejamento e execução da política de segurança nacional.”²³ Entenda-se política de segurança nacional o combate aos comunistas e a qualquer tipo de divisão interna que questionasse o sistema defendido pelos mentores da referida instituição. Portanto, empenhada, desde a sua criação na Guerra Fria, em conter o crescimento do Partido Comunista, que dera uma demonstração de força nas eleições estaduais de 1947, alcançando o quarto lugar entre os maiores partidos, em termos de voto popular e o terceiro em São Paulo. Resultados que colocavam o PC acima do PTB em termos organizacionais e ideológicos. (DREIFUSS, 1981, p. 29).

Segundo Alfred Stepan a ESG reunia um corpo docente ativo e importante centro de “‘conspiração defensiva’ contra o governo Goulart”. A ideologia dessa instituição teria sido “um fator relevante” no golpe civil-militar de 1964, como teriam afirmado 102 generais da

²³ Decreto nº 53.080, de 4 de dezembro de 1963, cap. II, seção 4. (*apud* STEPAN, 1975, p. 130).

ativa e egressos da ESG, na época do golpe. De que estariam muito bem representados “entre os conspiradores ativos contra Goulart.” Stepan afirma ainda que: “Dos generais que se haviam diplomado na ESG, 60% eram conspiradores ativos, enquanto apenas 15% dos que não haviam frequentado a ESG se achavam entre os conspiradores ativos.” (STEPAN, 1975, p.135-137).

Em entrevista realizada em Brasília, em 18 de setembro de 1967, o general Golbery, considerado o “pai da ESG” teria afirmado que: “Como a ESG está organizada para analisar os problemas do país e encontrar soluções, é muito natural que, se um governo for fraco, a ESG se oponha a ele.” E segue: “Como os governos de Vargas, Kubitschek – o melhor deles – e Goulart eram fracos, é natural que a ESG estivesse intelectualmente contra eles. Nunca assumimos uma posição contra Jânio Quadros.” Porém, Stepan não define o que poderia ser um ‘governo fraco’ na opinião do general Golbery e, por extensão, da ESG. Já que o governo Jânio, em seus pouco mais de seis meses, teria renunciado. Convenhamos, muito pouco tempo para demonstrar ser um governo forte ou fraco. Cabe perguntar: se realmente tratava-se de um governo forte apoiado pela ESG, como deixa transparecer a afirmação de Golbery, por que Jânio Quadros renunciou? (GOLBERY DO COUTO E SILVA *apud* STEPAN, 1975, p.136).

A oposição militar sobre o governo Vargas recrudescer em meados de 1953, com a dissolução da Comissão Mista Brasil Estados Unidos, que seguindo Jacob Gorender “pôs à luz a oposição do imperialismo norte-americano ao desenvolvimento da industrialização brasileira” e à reorganização do seu ministério, ao recorrer às classes trabalhadoras como grupo de pressão. Getúlio Vargas nomeou João Goulart como ministro do trabalho, que teria radicalizado na cooptação dos trabalhadores através dos sindicatos, agravando-se a polarização política e ideológica em torno de assuntos nacionais e trabalhistas. Essa fase culminara com o memorando dos coronéis, de fevereiro de 1954, que ocasionou a demissão de Goulart e do ministro da guerra Estillac Leal. Mas, a pressão militar, apoiada por empresários e pelo governo americano se manteve. O que teria levado Vargas a adotar uma posição política defensiva, diante da forte campanha desmoralizante e difamatória da imprensa, protagonizada por Carlos Lacerda e por políticos mordazes e agressivos. Fatores que teriam determinado o golpe de Estado e o suicídio do presidente, tal era o nível de pressão por que passava o seu governo. Getúlio Vargas deixou como seu herdeiro político João Goulart, cuja candidatura à vice-presidente da República, na chapa de Juscelino Kubitschek sofreu a tentativa de impugnação de grupos reacionários do empresariado e das Forças

Armadas, com o apoio do PSD. (GORENDER, 2014, p.19; BANDEIRA, 1977, p.32; (DREIFUSS, 1981, p.32).

5.3 A ADMINISTRAÇÃO PARALELA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK

Um Congresso conservador e clientelista associado às práticas do sistema populista; a presença de uma pequena burocracia no interior de um Estado cartorial, administrado por interesses tradicionais, cercado por um grande número de funcionários relativamente parasitas, desempenhando funções igualmente irrelevantes. Esses são alguns dos fatores apontados por René Dreifuss como responsáveis por ter feito com que os interesses multinacionais e associados procurassem outros meios para alcançar a sua consolidação econômica. Juscelino Kubitschek proporcionara tal estrutura, com a implantação do Plano de Metas e a criação de ampla rede de organismos de planejamento, consultoria e comissões de trabalho. Os chamados ‘Grupos Executivos’ teriam formado então a “administração paralela”. Situação que teria coexistido com o Executivo, duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis. Essa administração paralela, “composta por diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos e por oficiais militares”, fizera com que os “interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista.” Sob a cobertura ideológica de uma “racionalidade técnica” e “perícia política”, tal organização conseguiu favorecer ou bloquear o acesso à ajuda financeira e tecnológica das corporações. Todavia, o sistema dependia da “boa vontade que o Executivo demonstrasse quanto ao seu funcionamento”. Para tanto, seria necessário que “os interesses multinacionais e associados conseguissem o comando do Estado e a ocupação de postos burocráticos na administração”. (DREIFUSS, 1981, p.35).

O Plano de Metas teria sido o pano de fundo do segundo estágio da “nacionalização formal” da economia. O que encobria a função do Estado de mero produtor de bens e serviços estratégicos para a infraestrutura. “Porém, o papel do Estado como fator de desenvolvimento conseguiu dissimular o domínio real do capital.” A orientação da nova estrutura de produção, em que pese a expressiva presença do Estado na economia, era feita pelo capital transnacional, “que tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista.” Portanto, era imperativo reafirmar a manutenção “absoluta da posse

privada dos meios de produção.” O que tornava-se “a bandeira de luta dos empresários e até mesmo dos militares.” (DREIFUSS, 1981, p.35-36).

Entre alguns dos importantes efeitos sociais da política desenvolvimentista do governo Kubitschek estão a transformação da divisão do trabalho industrial, a urbanização do país e a expansão do setor de serviços. Fatores que teriam proporcionado transformações político-psicológicas, com a criação de uma consistente consciência coletiva da classe trabalhadora. E, ao mesmo tempo, teria enfraquecido o domínio ideológico das classes dominantes. São representativas desse período, as Ligas Camponesas e a liderança de Francisco Julião, movimento que, em 1955, de Pernambuco se irradiou para várias regiões do país; o florescer da atividade sindical; a intensa mobilização estudantil e de debate no interior das Forças Armadas, cuja tônica era a questão do nacionalismo e do reconhecimento da classe trabalhadora como protagonista político-social, embora ela não fosse vista como força política legítima pelas classes dominantes. Não por acaso, esse foi o período em que as noções de segurança interna se concretizaram no país. Fato que detonaria o crescimento do aparelho repressivo do Estado e a “mudança das Forças Armadas, passando da defesa do território para uma estratégia de contra-insurreição”. (DREIFUSS, 1981, p.36-37; GORENDER, 2014, p.20).

Outro aspecto relevante a ser observado é a relação de afinidade ideológica da ESG com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais -IPES. Ambas, afirmam Moniz Bandeira e Jacob Gorender, eram instituições que estabeleceram vínculos entre o grande empresariado e a alta oficialidade das Forças Armadas. O que teria possibilitado, mais tarde, a “unificação de ideias e ações na montagem da operação de derrubada do governo Goulart.” Afirmação que pode ser ratificada pela presença de um dos assíduos conferencistas da ESG: Roberto Campos, que lá ministrava, em média, duas conferências por ano, desde meados da década de 1950. E que, juntamente com Delfim Neto, Otávio Gouveia de Bulhões, entre outras eminências pardas, mais tarde, fariam parte do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES. E, não por mera coincidência, Roberto Campos se tornaria Ministro do Planejamento de Castello Branco, em 1964. Há consenso entre autores pesquisados de que o IPES juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBADE visavam, além do exposto, a desestabilização do futuro governo de João Goulart.(BANDEIRA, 1977, p.65; VIANA, 1980, p.125; DREIFUSS, 1981; GORENDER, 2014, p.59; MELO, 2014, p.92).

Digno de nota sobre a Escola Superior de Guerra (ESG) é o fato de que a sua eminência parda, Golbery do Couto e Silva, que teria ingressado na instituição, em 1952,

como adjunto no Departamento de Estudos, na divisão de assuntos Internacionais e após na Divisão Executiva, teve suas teses, segundo Amanda Simões Fernandes, citada por Helder Gordim da Silveira, transformadas nas diretrizes da referida Escola. Golbery participou do golpe civil-militar contra a posse de João Goulart, em 1961. Foi, reconhecidamente, um dos mentores da chamada ‘solução parlamentarista’, na ocasião, como chefe do gabinete da Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em setembro do mesmo ano, solicitou sua transferência para a reserva. E, a partir da sua condição de civil, passou a comandar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no Rio de Janeiro. (SILVEIRA, 2014, p.89-104).

5.4 POR QUE OS MILITARES GOLPISTAS NÃO FORAM PUNIDOS EM 1961?

Na introdução desse capítulo, observamos que nos causara perplexidade o fato de os ministros militares golpistas da Guerra, Odílio Denys, da Marinha, Sílvio Heck e da Aeronáutica, Gabriel Grün Moss não terem sofrido qualquer tipo de sanção penal, após o retorno a normalidade institucional no país, em 1961. Presume-se que isso não teria ocorrido em qualquer país democrático, em que as instituições sociais exercessem o seu papel legítimo de proteger a sociedade dos abusos de poder.

Algumas pistas para o entendimento dessa impunidade inexplicável, que além de ter violado a Constituição, causou prisões ilegais, pânico, despesas aos cofres públicos, podem ser percebidas nas declarações do próprio marechal Odílio Denys, chefe da conspiração militar de 1961. Afirma o marechal que: “A democracia brasileira é dirigida, orientada e governada pelas elites, civil e militar.” Afirmação que denota a clara exclusão da participação do povo na ingerência do que o marechal chama de ‘democracia brasileira’. Um tipo de democracia diferente, observa o marechal: “Cada país tem o governo que quer, sendo democracia; a nossa pode diferir das outras, mas é a que nos convém, a que nos dá segurança e é a que devemos defender.” Observa também o militar que: “Se naquele momento a elite política, civil, se propunha a governar o país com um regime que limitava os poderes do Executivo, não havia como duvidar da sua sinceridade.” Denys justifica ainda o manifesto dos ministros militares contra a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, sob o argumento de que o povo, “com o tempo”, entenderia o golpe como a forma para conter o “totalitarismo de esquerda”. Segundo Juremir Machado da Silva a “estranha democracia de Odylio Denys já

mostrava a cara de ditadura que teria a partir de 1964". (SILVA, H., 2014, p.157-160; SILVA, J., 2014, p.67).

Em nenhum momento das afirmações o ex-ministro da Guerra admite a emenda constitucional com a alternativa encontrada pelos congressistas e pelos militares (como referimos acima sobre a participação de Golbery do Couto e Silva) para solucionar o impasse causado pela divisão dessas mesmas elites citadas. Argumenta apenas que a anuência à mudança na forma de governo proposta teria sido feita “para evitar maiores sacrifícios ao país; [...]” Afirma Denys que o manifesto dos ministros militares teria se transformado em “um documento sério que serviria para vigiar e comparar seu texto com os atos do governo.” Além de o referido manifesto ter servido para consolidar o que Odílio Denys chama de uma “união sagrada entre as forças armadas, que se mantém e manterá para salvaguarda da nossa democracia.” Essa ‘união sagrada’ das Forças Armadas, talvez possa ser uma das razões para a ausência das sanções penais, contra os golpistas. O que teria possibilitado a continuidade da conspiração iniciada pelos militares, ainda no último governo de Vargas e que se manteria por todo o tumultuado governo de João Goulart. Como pode ser observado na afirmação de Hélio Silva quando o mesmo afirma que “justo no momento em que deixam as pastas militares, os três signatários do manifesto de protesto começam a conspirar”, inicialmente na própria residência de veraneio do marechal Odílio Denys e de alguns importantes oficiais de alta patente do Exército, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. (SILVA, H. 2014, p.159).

Segundo o brasilianista Alfred Stepan o *padrão moderador*²⁴ era o fator inibidor do movimento militar para a deposição do governo civil, entre 1945 e 1964, pois, segundo o mesmo autor, havia “a pouca convicção dos militares acerca de suas qualificações para governar o país.” O papel exercido pelas Forças Armadas no jogo político, até os golpes de 1945, 1954 e 1955, tinham como característica a não-expulsão dos partidários do governo deposto. Incluindo aí os elementos militares contrários aos referidos golpes. Em geral eram apenas transferidos para postos distantes e suas promoções retardadas. O que, de certa forma, poderia também explicar a impunidade dos golpistas do episódio da Legalidade dentro da instituição, após a posse de João Goulart e o retorno da “normalidade” institucional. Todavia, para Jacob Gorender o comportamento das Forças Armadas deve ser entendido a partir de três fatores principais: 1- o instrumental: no qual as Forças Armadas representariam o órgão coercitivo supremo do Estado burguês; 2- o organizacional: através da hierarquia e da

²⁴ Ver: STEPAN, Alfred. *Os militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 53 a 92.

disciplina rígida, tenderia a autopreservação; 3- a origem de classe: fator que refletiria o estado de espírito das camadas médias, da qual a oficialidade era egressa, o que determinaria um viés profissional intermediário próprio. Fatores que representariam, na opinião de Gorender, a manutenção da integridade das Forças Armadas, elemento essencial para a “defesa do Estado burguês.” (STEPAN,1975, p.91; GORENDER, 2014, p. 60-61).

Diante do exposto, acreditamos possível entender as causas da impunidade dos ministros militares e dos demais envolvidos no golpe de 1961. Primeiramente a superação da divisão dentro das Forças Armadas, no contexto da Guerra Fria, através da hierarquia e da rígida disciplina para a manutenção da sua unidade. Além do que, como observa Gorender, a integridade dessa instituição era o elemento essencial para a defesa do Estado burguês de frágeis instituições sociais, como no caso do Brasil, observado por Alfred Stepan. Caso fossem punidos exemplarmente, como defendia Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, talvez o papel moderador histórico das Forças Armadas pudesse se fragilizar. E, por extensão, o próprio Estado burguês. Mas ainda, entendemos que o discurso do marechal Denys, acima transcrito pelo historiador Hélio Silva, é elucidativo. Diz o militar: “Cada país tem o governo que quer, sendo democracia; a nossa pode diferir das outras, mas é a que nos convém, a que nos dá segurança e é a que devemos defender.” Essas são, claramente, palavras de quem tem o poder e não as de quem se submete a ele. Nesse sentido, Flávio Tavares lembra que o manifesto dos ministros militares estaria “impregnado do espírito da Guerra Fria”. Mas, adverte que esse argumento não pode ser descolado das questões relacionadas à existência de greves (vistas como agitação e desordem social) e a ausência de referências à realidade brasileira. Uma realidade centrada na visão conservadora “que via o operário e o trabalhador rural apenas como esfarrapados prestadores de serviço, incapazes de se integrarem à sociedade e à vida cidadã.” (STEPAN, 1975, p.53; TAVARES, 2012, p.153-155).

5.5 O "ANIMAL POLÍTICO" CONTIDO

Darcy Ribeiro, ao se referir a Brizola em uma entrevista, destacou a capacidade desenvolvida pelo líder trabalhista de “ler” pessoas. Atributo que talvez tenha se desenvolvido pela necessidade de conviver, de se relacionar, de sobreviver e de superar as adversidades que teve de enfrentar, ainda criança. Habilidades intrínsecas do *animal político*, que precisa ser persuasivo, convincente, observador, intuitivo. Peculiaridade que, possivelmente, lhe valeu

para perceber o que estava sendo arquitetado pelos golpistas e de organizar a reação. Quando a sua assessoria havia concluído, como referido acima: "que não havia nada a fazer" diante da ocupação do poder pelos ministros militares." E, a decisão de enfrentá-la, um suicídio. O governador surpreende a todos, ao decidir enfrentar os golpistas. (SCHILLING, 1979, p.220-221).

Seja como for, o fato é que os relatos do seu protagonismo no episódio da Legalidade, obriga-nos a inquirir: por que Brizola não obteve o reconhecimento do seu empenho e liderança pelo governo de João Goulart? Pois, após o golpe de Estado de 1961, e a sua neutralização pela ação de Brizola, o governador do Rio Grande do Sul teria ficado de fora do grupo de lideranças do governo central. Não ocupou ministério algum ou teve ingerência no comando e nas decisões do governo central. A partir do episódio da Legalidade, Brizola se tornara uma figura destacada da política nacional, passando “a competir pela liderança do PTB em âmbito nacional, atuando nessa perspectiva e sendo avaliado pelos demais contendores (dentro e fora do PTB) também com essa perspectiva.” Não houve reconhecimento dessa liderança nacional, por parte do governo João Goulart. (CÁNEPA, 2005, p. 263).

Antes do golpe de 1961, o governador do Rio Grande do Sul já vinha demonstrando um tipo de gestão pública diferenciada, que lhe valeu declarações, como as do então presidente Jânio Quadros, que teria declarado, em visita ao estado, durante a Festa da Uva, em Caxias do Sul: “Se tivesse dois ou três governadores como Brizola, o Brasil estaria salvo (...).” (SILVA, J., 2014, p.31).

Após a Campanha da Legalidade, com o estabelecimento do sistema parlamentarista, o governo recém-empossado de João Goulart, segundo o economista Cássio Silva Moreira teria iniciado com um ministério conservador. O primeiro-ministro Tancredo Neves nomeou para a pasta da Fazenda o banqueiro Walter Moreira Salles, que teria adotado um receituário ortodoxo de combate à inflação através do Plano “Ação Emergencial”, que tinha como meta o controle do déficit público e o equilíbrio no balanço de pagamentos. Medidas de austeridade que visavam “ganhar credibilidade interna e externa. Para acalmar os ânimos, o governo adotou como prioridade, no curto prazo, o combate à inflação.” O que justificaria, num primeiro momento, a exclusão do nome de Brizola para essa formação inicial do gabinete de Tancredo Neves, na perspectiva de acalmar os conservadores. Na fase seguinte, com Miguel Calmon no lugar de Moreira Salles, a partir de setembro de 1962, a política econômica tornara-se “mais flexível e tolerante com a inflação.” Simultaneamente os discursos de

Goulart passaram a destacar a necessidade das reformas estruturais, como prioritárias para a retomada do crescimento. E, para vencer a paralisia do país, atribuída ao sistema parlamentarista, propôs a antecipação do plebiscito, para o retorno do sistema presidencialista. Posição defendida também por Brizola desde a aprovação da emenda parlamentarista. Mas, o posicionamento e as críticas do governador rio-grandense à alternativa parlamentarista lhe valeram forte oposição das lideranças políticas conservadoras que lhe acusavam de representar o comando da chamada esquerda negativa. (MOREIRA 2011, p.108).

Diante do quadro descrito percebemos a incompatibilidade das estratégias dos atores centrais desse jogo político. Todavia, Brizola enxergava o momento como propício ao embate e à radicalização, a partir da experiência da primeira fase de seu governo. Quando teria tomado consciência da profundidade da crise em que se encontrava o Rio Grande do Sul e as causas estruturais dessa crise. Mercedes Cánepa lembra ainda que, além das críticas à política econômica de JK, Brizola denunciara as restrições sofridas pela sua gestão, após a encampação dos serviços de eletricidade em Porto Alegre e Canoas explorados pela CEERG. A encampação da distribuidora provocara a reação do governo dos Estados Unidos e o pronto telefonema do presidente Juscelino Kubitschek, pedindo explicações ao governador rio-grandense, sobre o “ato intempestivo.” Brizola reagiu de forma eficaz através de um duro comunicado:

Para mim, nada existe de mais impatriótico, do que pretender entorpecer o progresso de um Estado, pela simples razão de ter seu Governo agido legalmente contra a ação perniciosa do capital explorador estrangeiro. No caso da "Bond and Share" não havia nenhuma escolha para um Governo que desejasse realmente cumprir com seu dever, senão tomar os serviços pessimamente explorados pelo truste internacional." (BRIZOLA in OLIVEIRA, F. *apud* CANEPÁ, 2005, p.267).

A decisão foi característica da trajetória política do governador rio-grandense, reconhecida até mesmo pelos seus opositores. A exemplo da entrevista ao jornal Zero Hora, em 2001, o coronel Alcio da Costa e Silva, chefe do serviço de comunicação do Quartel-General do III Exército, em Porto Alegre, teria dito ao jornal Zero Hora, em 2001, sobre a crise de 1961, segundo Dione Kuhn (2004, p.90-91) ao afirmar que: “(...) o governador Brizola, verdade seja dita, é um homem de peito. Ele estava disposto a tudo. Tanto que na época ele montou uma operação com a presteza que poucos militares teriam.” E segue: “Convocou voluntários, fez banco de sangue, fez o diabo.” (KUHN, 2004, p.90-91).

Em 1961, Leonel Brizola teve a percepção ou a intuição do momento histórico e teria advertido João Goulart da necessidade de eliminar o mal pela raiz. Os golpistas deveriam ser

liquidados para que não retornassem. Observa o jornalista Flávio Tavares, espectador privilegiado daqueles acontecimentos. (TAVARES, 2012, p.181).

Intuição que era procedente, se tomarmos por verdadeiras as declarações do general Olympio Mourão Filho, sobre a conspiração protagonizada pelo referido general, quando servia em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Segundo relata Hélio Silva, em: "A verdade de um revolucionário" e "O diário de Mourão". Conspiração golpista que teria ocorrido ainda durante o governo Brizola, qualificado pelo militar de “vasta e perigosa conspiração contra o regime.” Relata Mourão Filho que, ao chegar a Santa Maria articulou contatos com Saint Pastoux, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL. Teria feito o mesmo com o “presidente da Federação das Associações Comerciais; com o engenheiro Ildo Meneghetti, então candidato ao governo do Rio Grande, cuja eleição era vista por Mourão como “importantíssima”; com o coronel Peracchi Barcelos e outros numerosos personagens de importância no Rio Grande do Sul.” Nesse cenário, seu plano, denominado de “Operação Junção”, propunha derrubar o governo de Leonel Brizola e prender o general Jair Dantas Ribeiro, comandante do 3º Exército. O que não se concretizou. Mourão Filho tria afirmado: “Posso dizer, sem medo de errar, que essa foi a primeira reunião civil-militar, início da conspiração contra o governo de João Goulart.” Referia-se a reunião do dia 15 de janeiro de 1962, na qual o general Penha Brasil, a mando de Mourão, convocara ao QG do 3º Exército o doutor Saint Pastoux, presidente da Farsul. (SILVA, H. 2014, p.166-169).

5.6 POR QUE BRIZOLA FICOU DE FORA DO GOVERNO GOULART?

A recuperação da credibilidade no jogo da política econômica, almejada pelo governo Jango, junto as classes proprietárias - essencial para a encaminhar mudanças e ganhar sustentação política - enfrentara grande dificuldade. Foram cinco ministros da Fazenda, entre o período parlamentarista e o presidencialista, que teriam adotado estratégias políticas, ora ortodoxas, ora mais flexíveis. A exemplo do Plano Trienal, implementado pelo terceiro ministro, San Tiago Dantas, sob o comando de Celso Furtado, ministro do Planejamento, entre 24/01/1963 e 20/06/1963. (FONSECA *apud* MOREIRA, 2012, p.105).

No geral, foram políticas econômicas que, segundo Fonseca citado por Moreira, tinham entre elas lógica e coerência, não podendo ser consideradas irracionais ou erráticas. Todavia, não logram o êxito esperado, sobretudo, por falta de apoio político-social. (*apud* MOREIRA, 2012, p.105).

Fracassaram também as negociações externas e algumas políticas teriam sofrido forte resistência entre os próprios aliados do governo. Embora fossem coerentes entre si, as medidas adotadas para conter a crise econômica, ganhar credibilidade e sustentação política, excluíram posições reformistas estruturais presentes no discurso trabalhista e exigidas pela população. As ações moderadas e temporizadoras do governo João Goulart eram incompatíveis com a presença de um líder com o perfil de Brizola, devido as suas posições e ações no comando do Piratini, quando do movimento anti-golpista e como representante do nacionalismo radical. O que destoava politicamente dos notáveis do governo, próceres da história republicana tradicional, como o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, da Educação e Cultura, Paulo de Tarso Santos, da Agricultura, José Ermírio de Moraes, do Planejamento, Celso Furtado, entre outros. (SCHILLING, 1979).

É preciso considerar, também, as ações conjuntas da oposição política e da conspiração para desestabilizar o governo Goulart, levadas a efeito pelo IPES e pelo IBAD, apoiadas pela CIA, segundo René Dreifuss e Moniz Bandeira. Ações confirmadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Federal, em 1962, na qual participou o deputado petebista Rubens Paiva, assassinado pela ditadura, como demonstrado pela atual Comissão da Verdade, em 2014. (DREIFUSS, 1981; BANDEIRA, 1977, p.70-71).

Esse movimento oposicionista às Reformas de Base, protagonizado pelas classes empresariais-militares e pela mídia, teria conquistado o apoio de grande parte das classes médias urbanas. Um *handicap* negativo para a execução daquelas Reformas. O que também demonstrou o nível de enraizamento do modelo associado-dependente iniciado no governo JK e que se consolidou no regime militar, a instaurado em 1964.

A retirada tática forçada pela Campanha da Legalidade, em 1961, do bloco político-social conservador, não reprimido, teria permitido a recomposição das forças golpistas, a partir da combinação de esforços empresariais (nacionais e estrangeiros), militares e da diplomacia estadunidense. A meta golpista era inviabilizar todo e qualquer esforço de gestão dentro dos parâmetros convencionais assumidos pelo governo João Goulart. Leonel Brizola percebera ou intuía esse cenário, alertando João Goulart, que subestimou o aviso, acreditando no diálogo e na composição de fórmulas alternativas à mobilização para um enfrentamento social inevitável, proposto pelo governador do Rio Grande do Sul. Naquele momento, Leonel Brizola trabalhava no sentido da história e João Goulart já fora totalmente ultrapassado por ela, observa Maestri. (MAESTRI, 2010).

Acuado pelo desenrolar dos acontecimentos, após a queda de San Tiago Dantas do Ministério da Fazenda, no segundo semestre de 1963, e do bloqueio dos créditos externos do país pelo governo Kennedy, Jango teria chamado Brizola. No encontro, ocorrido no Palácio das Laranjeiras, Goulart teria lhe exposto a gravidade da situação e que seu governo estaria sofrendo um forte assédio. Segundo Moniz Bandeira, Jango teria afirmado que era “preciso, portanto, tomar atitudes enérgicas de sorte que o governo pudesse realizar reformas de base e entrar numa fase muito dinâmica, com a participação popular.” No que precisava do apoio do então deputado federal. Brizola teria dito que estava solidário com os esforços do cunhado, mas que precisava refletir melhor com suas bases sobre o assunto. Após alguns dias, já ciente de que as medidas enérgicas tratavam-se do pedido de Estado de sítio, teria tido novo encontro com o presidente, na residência do general Assis Brasil. Oportunidade em que o presidente teria manifestado o desejo de contar com a participação do ex-governador rio-grandense no ministério de Obras Públicas. Ou seja, em pasta sem maiores condições de ingerência nos rumos da política. (BANDEIRA, 1979, p.88-89).

Brizola teria respondido que “não tinha motivação nem ânimo para promover a construção de estradas, pontes, etc..., como fizera antes no Rio Grande do Sul.” Ponderou que: “Suas preocupações eram outras, de âmbito mais geral, porém, observou que essa não era a principal razão da recusa”. E segue: “Diante da insistência de Goulart e do General Assis Brasil, Brizola acentuou que, antes de mais nada, Goulart precisaria assegurar o apoio das Forças Armadas e o respaldo popular ao Governo.” E teria feito uma contraproposta: “[...] ele e Goulart, conjuntamente escolheriam um novo Ministro da Guerra, um militar de confiança mútua. Uma vez empossado, esse ministro, em nome do Presidente, daria posse a Brizola no Ministério da Fazenda.” Diante da resposta de Brizola, Goulart teria sorrido e perguntado qual seria o nome do Ministro da Guerra, ao que Brizola teria respondido que “ainda não pensara no assunto, mas, prontamente, poderia indicar o nome do Marechal Henrique Teixeira Lott.” O assunto teria se encerrado aí. Evidenciava-se claramente que, uma vez aceita a proposta, Goulart interpretara que perderia o comando político do governo. Com o abandono de suas esperanças de contemporização e transição social, já plenamente superadas pelos fatos, quando da sua impugnação pelos militares, em 1961. (BANDEIRA, 1979, p.88-89; MAESTRI, 2015).

5.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Avaliando os acontecimentos, passados mais de cinquenta anos da Campanha da Legalidade e privilegiados pelo distanciamento dos fatos, acreditamos que João Goulart ao ceder ao parlamentarismo teria dado um ‘salto no escuro’, ou, literalmente, "para trás", no sentido histórico, apostado na sua capacidade de mediador e contado com o apoio popular e de seu partido, que crescera consideravelmente. Porém, lhe faltou a capacidade de interpretar adequadamente o momento histórico que estava vivendo.

Caio Prado Jr. chamou de “agudeza política” o atributo desenvolvido por poucos políticos, mas indispensável para a tomada de decisões irreversíveis, como era o caso em análise. Diante de um modelo econômico que se esgotava pela falta de avanço tecnológico; pela dificuldade em compor novas possibilidades de exploração do país pelos grupos empresariais privilegiados; pelo aumento das demandas de inserção social e econômica, de consumo, segundo Mário Maestri, adquiridas desde a Greve dos 300 mil, de março-abril de 1953 e também, pela derrota do golpe em 1961. “Eventos em que os trabalhadores teriam conhecido nos anos pré-golpe o momento de maior força na história do Brasil”. Ou, como afirmou Florestan Fernandes, pela falta de “coragem em romper com a dominação imperialista e com os liames que as prendiam às várias formas de subdesenvolvimento interno”. (PRADO Jr., 1966, p.19; MAESTRI, 2005; FERNANDES, 2006, p.365).

Em matéria publicada no jornal *Correio do Povo* o governador do Rio Grande do Sul fez uma síntese de todo o episódio da Legalidade. Advertiu que o governo seria representado por um Congresso conservador. Disse, também, estar inconformado com a mudança na estrutura do sistema político, pela sua profundidade incompatível “para uma legislatura ordinária, efetuada com tanta rapidez e ainda tão desconhecida”. Modificação incompreendida pela população, até aquele momento. E que somente “poderia ser acatada, respeitada e prestigiada pelo povo, quando unida de um referendo popular, através de plebiscito.” E afirma: “Nenhum país, dentro da ordem democrática, modifica profundamente o seu regime sem a concordância popular”. Sua crítica também demonstra uma visão contextualizada dos regimes políticos da América Latina, quando afirma existirem diversos regimes, de ditaduras brandas as ferozes, passando pelas eventuais que se instalam por longos anos. Mas, afirma que “todas se identificam pela miséria e subdesenvolvimento.” E adverte: “Não nos devemos iludir. O atual sistema pode ser uma solução política e até mesmo administrativa, mas o que o país necessita é de reformas. Esta jornada provou que o povo é capaz de reagir”. No mesmo

jornal também são muitas as manifestações de apoio à Campanha da Legalidade desencadeada pelo governador rio-grandense. São comícios populares, na capital do Rio Grande do Sul; manifestação de apoio dos trabalhadores unidos pela Legalidade; de estudantes; greves de sindicatos cariocas, dos Ferroviários da Santos-Jundiaí, na Fábrica Nacional de Motores – FNMA, dos Ferroviários da Leopoldina e dos operários navais; apoio, também, dos governadores, como Mauro Borges, de Goiás, Luís Cavalcante, de Alagoas, Cid Sampaio, Pernambuco, Juracy Magalhães, Bahia; das Assembleias dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo que também se posicionaram favoráveis à posse de João Goulart. Todas essas anteriores a aceitação dos militares a emenda parlamentarista. O que talvez tenha também pesado na decisão dos ministros golpistas. (CORREIO DO POVO, 6-9-1961, p. 12).

Quando Jango aceitou o condicionamento de sua posse à emenda parlamentarista, teria esvaziado o apoio popular e sua capacidade de reagir ao golpe. Frustrando toda a estratégia construída por Brizola e seus apoiadores, que Flávio Tavares afirma ter sido unânime, por parte da imprensa - local, nacional e estrangeira - que cobria a Campanha da Legalidade, no Palácio Piratini. Além da Rede da Legalidade (através das ondas da Rádio Guaíba de Porto Alegre), estrategicamente organizada por Leonel Brizola e que teria alcançado grande parte do território nacional, dando conta do que estava acontecendo, a partir da sua análise. (TAVARES, 2012).

Com base no exposto, nos parece aceitável a hipótese lançada acima para justificar a impunidade dos militares golpistas, pois a integridade da instituição teria sido o elemento essencial para a defesa do Estado burguês. Assim como, a incompreensível ausência de Leonel Brizola no primeiro escalão do Governo Goulart. Não apenas pela sua estratégia vitoriosa na Campanha da Legalidade, mas, também, pela liderança que passaria a representar, dentro e fora do seu partido, o PTB.

6 A EDUCAÇÃO POPULAR: NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA

É espantoso, é monstruoso, que um país onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica (...) é monstruoso que num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, mas apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual - ensino, biblioteca, museus, escolas especiais, observatórios, etc.!

(Manuel Bonfim)

No presente capítulo analisaremos o item considerado mais importante do decálogo do Programa de Governo²⁵ de Leonel Brizola: a educação popular²⁶. Episódio marcante da gestão trabalhista que precisa ser melhor compreendido, pois reúne elementos que compõem o projeto de Estado do referido governo, ditado pelo seu caráter desenvolvimentista, assim como pelo aspecto simbólico das *brizoletas* que o particularizou entre os demais governos do Rio Grande. Mais ainda, a proposta do presente capítulo é a de destacar o elemento novo, em termos de gestão pública rio-grandense: a inclusão das camadas populares. Desafio do contexto dos anos 1950, que, segundo Skidmore (2010) se consubstanciava em dirigir os benefícios do crescimento econômico a uma faixa maior da população.

A educação ganhou um papel de destaque como meio de mobilidade social, dentro de uma lógica voltada para as novas potencialidades das formas de organização do trabalho, representadas pela industrialização e pela urbanização. Assim também como a escola pública, instituição que desempenharia um papel-chave para alcançar tais objetivos, em um estado com elevados índices de analfabetismo. Educação e desenvolvimento passariam a compor o eixo do projeto político implementado pelo Piratini, com vistas à superação da crise

²⁵ RIO GRANDE DO SUL. *Roteiro do Programa de Governo do Engº Leonel Brizola*. Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962, p. 12.

²⁶ Segundo César Picon (2006) “o que tipifica a Educação Popular não é um método, mas sua concepção e intenção transformadora.” E segue: “A consolidação e aprofundamento do *resgate* do espaço público, em que haja uma convergência da participação e ação do Estado e da sociedade civil, é uma tarefa da Educação Popular [...]”. E segue: “Tal tarefa, dentro das correspondentes circunstâncias nacionais, pode ser impulsionada por meio de mecanismos já estabelecidos pelos Estados nacionais. Caso não existam esses mecanismos, impõe-se o desafio de promovê-los e estabelecê-los pela ação cidadã.” Com efeito, Picon afirma ainda que: “A Educação Popular possui um papel fundamental no processo de construção de tal resposta.” No que se refere à participação dos cidadãos no controle social da qualidade da educação e “na elaboração e avaliação das políticas públicas de educação, no que diz respeito à qualidade, equidade, gestão, cumprimento de objetivos e metas, resultados a serem medidos com indicadores específicos.” Afirma ainda que: “Na maioria dos países latino-americanos, não existe ainda uma cultura de avaliação e de prestação de contas. A Educação Popular, por meio de seus espaços e experiências, pode compartilhar solidariamente suas contribuições, reflexões e propostas.” (PICON, Cesar. *A educação popular caminhando para o futuro*. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (Orgs.). *Educação Popular na América Latina*. Brasília: UNESCO; CEAAL; MEC, 2006, p. 163-171).

econômica e à inserção do Rio Grande do Sul no patamar compatível com aquele ocupado pelos estados industrializados do sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Antes, porém, destacaremos algumas análises relevantes da conjuntura nacional e regional do período, no que se refere à política educacional, em que pese a carência de trabalhos sobre a história da educação pública no Rio Grande dos Sul no referido período. Constatação que indica o potencial do tema para a pesquisa, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o longo caminho percorrido para reunir as condições históricas necessárias à consolidação da escola primária para o povo. Embora o sociólogo Celso de Rui Beisiegel advirta que a educação para o povo teria sido concebida e conduzida pelas elites intelectuais, com vistas à preparação da coletividade para a realização de certos fins dentro de uma dimensão ideológica voltada para o controle social. (BEISIEGEL, 1974).

Examinaremos de forma objetiva a evolução histórica das políticas voltadas para o que, provisoriamente denominaremos de “educação para o povo”. Nesse sentido, destacamos que a partir das Cortes Constituintes de 1821, instaladas em Lisboa com o objetivo de reestruturar o poder político lusitano, já aparecem manifestações dos constituintes em defesa da instrução pública como forma de possibilitar a evolução da situação político-social, também como fator de progresso econômico, pois: “Assim como a classe comerciante prosperava no reino precedente graças a uma educação bem concebida, assim o setor agrícola conheceria doravante sólidos avanços mediante uma atualizada instrução teórica.” Na oportunidade, o professor Rogério Fernandes afirma que os deputados paulistas foram portadores das “Instruções” de 9/10/1821, das Câmaras Municipais, que entre outros temas reivindicavam um sistema de ensino próprio do Brasil. Este deveria ser “capaz de formar o capital humano necessário ao seu desenvolvimento.” O autor chama a atenção, também para o “elevado grau de consciência cultural e de capacidade para desenhar alternativas às políticas conservadoras” desses deputados brasileiros, destacando Francisco Moniz Tavares, representante do Maranhão, para quem deveria ser superada a visão da educação de base colonial, a qual temia os efeitos “potencialmente revolucionários do acesso à escolarização e à cultura”. (FERNANDES, 2011, p. 20-31).

As discussões sobre a criação de escolas para o povo no Brasil datam da segunda metade do século XIX. Com vistas a expansão destas escolas, Maria Helena Câmara Bastos (2011, p.40) faz referência à adoção do método monitorial/mútuo (método Lancaster) no período 1819 a 1827. Mas, alerta que, diferente dos países centrais em processo de industrialização que necessitavam formar cidadãos preparados para essa realidade, no Brasil,

agroexportador e escravocrata, a proposta acabaria por se transformar “num fator a mais para a fragilização, em termos de qualidade, do ensino público elementar no período.” (BASTOS, 2011, p.48).

Maria Cristina G. Machado afirma que nas últimas décadas do século XIX as transformações sociais, políticas e econômicas na Europa, em grande parte decorrentes da Segunda Revolução Industrial, geraram a necessidade de adequação da educação a essas transformações. “O Brasil, para acompanhar esse movimento, precisava modernizar-se, isto implicava em transformações na forma de trabalho.” Seria preciso formar cidadãos-eleitores e superar o estigma do trabalho manual, até então relegado aos escravos. Missão ideológica que se faria através da educação. O grande número de analfabetos impunha a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que desencadeou a preocupação com a educação do liberto, pois era preciso “ ‘ensinar-lhe’ a amar o trabalho.” A autora destaca ainda a existência de vários projetos relativos à instrução pública, em especial o Decreto nº 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879), e os *Pareceres /Projeto* de Rui Barbosa (1882-1883) que, segundo a mesma fonte, estariam indicando a urgência do investimento em educação por parte do governo brasileiro. (MACHADO, 2011, p.91-101).

No Decreto nº 7247 de Leôncio de Carvalho, de 1879, é possível perceber o início do processo de organização da escola pública. A educação deveria ser obrigatória dos 7 aos 14 anos, para ambos os sexos. Pelo mesmo Decreto, seria garantida ainda a livre frequência e a possibilidade de prestação de exames nas escolas, a qualquer pessoa que quisesse prestar exames, mesmo sem estar matriculada. Mas, o ensino deveria ser totalmente livre. Sua proposta tinha por objetivo incentivar a livre concorrência que, no seu entendimento, beneficiaria alunos e professores, por um lado, e destituiria o Estado do monopólio da educação, por outro. Maria Cristina Machado (2011, p.97) destaca ainda que o Decreto dava conta da precariedade do ensino no país, afirmando que “as escolas eram escassas e organizadas de forma precária, cada província determinava, independentemente, seu programa e sua legislação de ensino.” Fato que estaria evidenciando a necessidade de uma “uniformização do ensino”.

Rui Barbosa, nos seus *Pareceres/Projeto* sobre o ensino primário, rejeita *in totum* o que existia. Faz uso de dados estatísticos para mostrar o estado caótico em que se encontrava o ensino brasileiro. Aponta como condição para reverter a situação, a “interferência do Estado, financiando diretamente ou fiscalizando o trabalho realizado nas escolas.” A condição para tanto seria a centralização das ações num “Ministério da Instrução Pública, que deveria

coordenar a organização do sistema nacional de ensino.” O parlamentar defendia ainda a criação de escolas públicas em número suficiente para atender a demanda da obrigatoriedade do ensino, dos 7 aos 14 anos; o controle pelo Estado das emissões de títulos universitários e a liberdade de ensino. No caso do Brasil, a liberdade de ensino para ele significaria o monopólio da Igreja Católica, única instituição devidamente estruturada no período. Seu posicionamento enfatiza que somente com o apoio do Estado seria possível alcançar o ensino livre, mas que o mesmo não supriria a falta do ensino oficial, que carecia de investimento. Afirmava que: “O Estado, no Brasil, consagra a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram 20,86% da despesa total.” (MACHADO, 2011, p.98).

Maria Cristina Gomes Machado, professora da Universidade Estadual do Paraná, destaca que, embora a insistência de alguns parlamentares e de setores da sociedade, o Estado, durante o Império, se omitiu diante das necessidades de uma escola primária para o povo. Instituição que deveria ser capaz de atender às exigências dos novos tempos, representadas pelas mudanças no processo produtivo, a partir da abolição da escravidão; da construção de uma sociedade nacional que buscava mão de obra livre para a agricultura e a indústria, através da imigração; do processo de urbanização e suas implicações estruturais. A autora finaliza com a convicção de que a criação da escola primária para as classes populares foi uma construção conquistada pelas “lutas travadas em meio às contradições da sociedade” que somente se concretizou na segunda metade do século XX. Quando foram reunidas as condições históricas necessárias para que se consolidasse essa instituição. (MACHADO, 2011, p. 100-101).

6.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA E O 'REORDENAMENTO SOCIAL'

As ideias de Augusto Comte foram incorporadas por grande parte das elites brasileiras. Não por acaso, pois, segundo José Murilo de Carvalho, o “papel de protagonista político caberia às classes educadas.” O autor lembra ainda da “luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos.” Entre os quais destaca: os monumentos, a bandeira republicana; pelo mito de Tiradentes e pela figura feminina. Sob o viés ideológico, o positivismo, segundo Elomar Tambara, se contrapôs, com sucesso, ao liberalismo, paradigma dominante no período, além de representar um processo de renovação à ordem monárquica até então existente. Tambara lembra ainda que, o sucesso do

positivismo, segundo Leonel Franca, estaria associado à propaganda do “aparelho matemático e científico de que se revestia a propaganda, apto de si para cativar engenheiros e militares; a organização unida e disciplina do grupo”. Fato que estaria associado à presença marcante do positivismo na área da educação, “particularmente no Rio Grande do Sul, em função da presença do Partido Republicano Rio-Grandense.” O autor chama a atenção, também, para o fato de que as áreas de caráter técnico estariam relacionadas às orientações positivistas. (CARVALHO, 1990, p.140; TAMBARA, 2011, p.166-170).

A questão central que se estabelece no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com a República, é o reordenamento da estrutura social. Momento em que, não por acaso, o papel da educação ganha destaque. Objetivamente, tratavam-se de novas formas de dominação, a partir de dois elementos: controlar homens livres, formalmente iguais e garantir a desigualdade. A construção da diferença entre seus membros estaria na raiz da moderna sociedade capitalista burguesa. Simultaneamente, se desenvolve a ética do trabalho, presente no discurso liberal. Era preciso convencer as pessoas de que o trabalho era o fator gerador de riqueza, em oposição à escravidão do sistema monárquico. (CORSETTI, 2008, p. 58-60).

Outro aspecto importante nesse contexto de mudança, além da ética do trabalho, está associado à constituição do povo. Para tanto, este precisava ser inculcado com os valores da consciência nacional e de cidadania, através da educação, segundo critérios científicos e “sob o ponto de vista positivo”. O que também significava organizar, através da educação profissionalizante, cidadãos prontos para o mercado de trabalho. Segundo a historiadora “representava um novo mecanismo de coerção social sob os projetos de hegemonia de uma fração dos segmentos dominantes.” Processo que seria regulado pelo Estado a partir do estabelecimento harmônico da organização do trabalho. (CORSETTI, 2008, p.60-61).

6.2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA POSITIVISTA DO RIO GRANDE DO SUL

Em âmbito regional os preceitos comtianos de modernização protagonizados pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) se consubstanciaram na construção de uma sociedade racional, diferente da anterior. As lideranças políticas, capitaneadas por Júlio de Castilhos, buscavam a incorporação do proletariado à sociedade moderna, a partir de uma lógica burguesa de realidade, limitando o seu agir e normatizando a sua participação social. Condição que exigiria a utilização sistemática da educação moral e a prática do trabalho

regular. Tratava-se, objetivamente, de modelar o proletariado à conduta dos cidadãos. Resolver os antagonismos e as desigualdades sociais resultantes do próprio sistema, além de oferecer-lhe um trabalho regular subordinado aos interesses da burguesia. (CORSETTI, 2008, p.61-62).

É importante destacar que, segundo Azevedo citado por Elomar Tambara a reforma do ensino de Rivadávia Correia, de 1911, “refletiu a orientação positivista dominante no Rio Grande do Sul”, a qual instituiu o regime de ensino livre, retirando do Estado a sua condição de exclusividade sobre a educação. A ideia central, inspiradora da referida Reforma, era, segundo Berenice Corsetti a “liberdade de ensino”, instituída pelo governo de Júlio de Castilhos, garantindo maior espaço para iniciativa privada ampliar a sua atuação. Entenda-se aí a “acomodação de interesses entre o governo do PRR e a Igreja Católica.” Instituição que, segundo Corsetti, desempenhou papel importante no processo de consolidação da dominação republicana. (TAMBARA, 2011, p.173; CORSETTI, 2008, p.63).

A educação no Rio Grande, durante a República Velha, caracterizou-se pelo intervencionismo do Estado. O ensino deveria refletir o projeto político conduzido pelo executivo, de forma autoritária, hierárquica e centralizada, a partir da separação dos saberes; do controle disciplinar como condição de inserção do indivíduo no modelo de sociedade em construção; da qualificação de mão de obra para o mercado. Para alcançar tais objetivos seria fundamental a fiscalização do ensino executada de forma inovadora pelos republicanos, a partir de funcionários do Estado com o auxílio dos conselhos escolares, formados por pais de alunos que, gratuitamente, desempenhavam tarefas de fiscalização do comportamento moral e civil dos professores, o exame da escrituração, matrícula, frequência e disciplina escolar. O exame do aluno, para verificar seu andamento, bem como o atestado mensal do exercício. Aspectos considerados “relevantes ao serviço público”. É a partir da instalação do PRR no poder que a escola pública, configurada no seu *aspecto quantitativo* e adequada ao projeto político positivista republicano de “‘modelagem’ da modernidade”, tornou-se uma realidade, no Rio Grande do Sul. (CORSETTI, 2008, p.67-68).

6.3 A REVOLUÇÃO DE 1930 E AS NOVAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

Segundo o historiador Marcos Cezar de Freitas, historiador e pesquisador do CNPq: “A Revolução de 1930 ampliou o uso das palavras ‘renovação’ e ‘reconstrução nacional’.” O autor destaca as disputas travadas entre intelectuais que representavam grupos de interesses.

Educadores e seus grupos; Igreja Católica e seus grupos; exército e seus grupos. Todos disputavam um espaço no “coração do Estado”, fato que denota o jogo político presente nos novos rumos da reconstrução da educação no Brasil. Marcos Cezar Freitas destaca ainda que as diretrizes para a reconstrução da educação brasileira nesse novo período podem ser dimensionadas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932*. Especificamente em dois aspectos: 1- na renovação das questões metodológicas e pedagógicas, a partir de uma nova escola, “para que a república pudesse ‘civilizar’ seus filhos em novas instituições”; 2- o posicionamento frente aos novos rumos que determinariam “qual república deveria ser consolidada” e as respectivas adaptações frente aos novos tempos. (FREITAS, 2011, p. 166-167).

Quanto à escola pública, razão primeira do Manifesto dos Pioneiros de 1932, Marcos Freitas chama a atenção para a heterogeneidade das fontes a partir das quais buscavam dar suporte teórico ao documento, deixando dúvidas quanto à sua natureza e função. Por outro lado, afirma também que a escola pública não se concretizou dentro das expectativas do Manifesto. O período, segundo o mesmo autor, é marcado por uma forte oposição, notadamente por parte das escolas confessionais e de seus defensores, que, em nome da “liberdade de ensino”, exigiam a privatização da educação pública, através da compra de vagas, pelo poder público. (FREITAS, 2011, p.176).

O Manifesto é rerepresentado, em 1959, sob o título: “*Mais uma vez convocados.*” Segundo Freitas: “A escola pública, naquele momento, era objeto de significativos ataques por parte daqueles que defendiam um financiamento público às instituições particulares de ensino, especialmente as de corte confessional.” O novo Manifesto reafirmava a escola laica e universal, além de manter a fidelidade aos princípios republicanos contidos no documento de 1932, ratificava o compromisso com “um único pensamento social devotado à defesa da escola pública.” O caráter inconcluso da República, denunciado no Manifesto de 1932, abrangia uma lacuna: a disseminação da escola pública. Constatação que ainda era observada e proclamada com veemência pelo documento de 1959, como parte das obrigações governamentais. (FREITAS, 2011, p.178).

Claudemir de Quadros lembra que a ação desencadeada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, se refletiu na Constituição de 1934, assim como na de 1937. Mas, que, somente na década de 1950 é que a educação tornar-se-ia objeto de planejamento permanente nos projetos dos organismos governamentais. Aparecendo, pela primeira vez, como meta

setorial específica num plano de governo. Período em que começam a ser disseminadas as ideias que relacionam educação e desenvolvimento. (QUADROS, 2002, p.42).

Nesse sentido, consideramos oportuno destacar que teria surtido efeito a pressão política exercida pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932. Não por acaso, segundo o professor Carlos Roberto Jamil Cury a educação pública e gratuita, um direito de todos e dever do Estado, aparece pela primeira vez na Constituição de 1934. Assim como também é criado um Plano Nacional de Educação, que obriga os municípios, estados e união a destinar um percentual dos seus respectivos impostos para a “criação de fundos para uma gratuidade ativa (merenda, material didático e assistência médica) a progressividade da gratuidade para além do primário, a confirmação de um Conselho Nacional de Educação.” Todavia, segundo o mesmo autor, a Constituição outorgada de 1937, teria retirado a vinculação de impostos para o financiamento da educação, cabendo aos mais ricos assistir aos mais pobres “com uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.” Sendo que o resgate da vinculação de impostos para o financiamento da educação somente ocorreria novamente com a Constituição de 1946. (CURY, 2011, p. 22-23).

6.4 OS ENTRAVES À ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Historicamente, a educação, diferente dos demais setores que compõem a gestão pública brasileira, como o sistema financeiro, a segurança pública, a infraestrutura, etc., não recebeu a mesma atenção. Essa assertiva pode ser corroborada pela constatação de que a escola pública somente passaria a fazer parte dos projetos dos governos, nas diferentes esferas, de forma compulsória, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024 de 1961, publicada após treze longos anos de tramitação do anteprojeto, apresentado por Clemente Mariani, em 1948, com base num trabalho realizado por educadores, comandado por Lourenço Filho. O projeto fora barrado por reacionários, a exemplo do então deputado Carlos Lacerda, representante dos interesses conservadores que através de substitutivo, apresentado em 1959, em defesa da iniciativa privada, deslocava o debate para a “liberdade de ensino”. (ARANHA, 2006, p.310).

Em oposição à ação dos reacionários, o “*Manifesto dos Educadores. Mais uma vez convocados,*” de 1959, assinado por Fernando de Azevedo e mais 189 pessoas recebeu o apoio de intelectuais, lideranças estudantis e sindicais, dando início à campanha em defesa da escola pública. Nesse documento seus signatários, além de defender uma política educacional

e as mesmas diretrizes pedagógicas de 1932, consideravam legítima a existência das duas redes de ensino, a particular e a oficial. Porém, “as verbas públicas deveriam ser exclusivas da educação popular.”(ARANHA, 2006, p.310).

Segundo a historiadora Maria Lúcia Arruda Aranha, a LDB – nº 4.024/1961 já estava ultrapassada, quando da sua publicação, em decorrência das transformações sociais e econômicas do período. O país se transformara rapidamente, pelo processo de industrialização e pela urbanização. Além das distorções na aplicação do dinheiro público, pois, embora as “pressões para que o Estado destinasse recursos apenas para a educação pública, a lei atendia também as escolas privadas.” E segue:

Dizia o artigo 95: ‘A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de: (...)c) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos estados, municípios e *particulares* [grifos da autora] para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor’. (ARANHA, 2006, p.311).

Digno de nota é também o fato de que as escolas particulares faziam parte dos conselhos de educação, nas suas esferas federal (CFE) e estadual (CEE). Participações que, segundo Maria Lúcia Aranha, levavam a uma pressão inevitável para a obtenção de recursos e de “cooperação financeira”. Fato que “contribuía para manter a situação de injustiça numa sociedade em que 50% da população em idade escolar se encontrava fora da escola.” (ARANHA, 2006, p. 311).

Para que tenhamos uma noção do que significam esses índices excludentes, Pires, citado pelo sociólogo Celso de Rui Beisiegel, afirma que no período em análise, 1957 a 1964, de cada 1000 alunos que em 1957 se encontravam na 1ª série, 416 alcançavam a segunda série em 1958;316 a 3ª série em 1959;207 a 4ª série em 1960;106 a 5ª série em 1961;89 a sexta série em 1962; 75 alcançavam a 7ª série em 63; 64 somente alcançavam a oitava série em 1964. As explicações para esse enorme fracasso do sistema, segundo Beisiegel são de natureza interna e externa. *Internamente* os altos índices de reprovação nas séries iniciais teriam como causas principais o despreparo do corpo docente, em grande parte causada pelo recrutamento de professores “leigos”; as deficiências materiais e a escassez ou, em alguns casos, a falta absoluta de recursos didáticos; a existência de numerosas escolas de professor único para alunos de séries diversas; a curta duração diária dos trabalhos escolares; um ensino arcaico e resistente às tentativas de modernização; o desencontro da escola com as características socioculturais de grande número da população; um ensino desvinculado dos

estilos de vida das populações do interior; calendário escolar que não pondera as condições peculiares do trabalho nas áreas rurais.

Para explicar as *causas externas* do fracasso escolar, Celso Beisiegel cita primeiramente Florestan Fernandes, para quem estes fatores estariam associados primeiramente aos ônus diretos e indiretos da educação, inviáveis para muitas famílias pobres. Observa ainda Florestan que a “compreensão da importância da educação e sua valorização societária dependem de convicções e conhecimentos compartilhados, em regra, pelos círculos sociais dominantes.” Por outro lado, Beisiegel aponta a falta de escolas em grande parte das regiões do território; a subnutrição ou a carência alimentar, que inicia durante a gestação e se estende à criança no seu crescimento. O que, segundo Cunha *apud* Beisiegel pode causar retardamento mental de diversas graduações. Fatores que estariam associados ao não ingresso escolar ou ao seu abandono precoce. E, complementando, são citados ainda pelo autor os estudos de Luiz Pereira (1971), relacionados às características socioculturais da clientela, principalmente as interioranas, e a ocorrência do que ele denomina de um choque cultural. Situação que ocorreria em função da aplicação de conteúdos escolares descolados da realidade dos educandos, das suas condições de vida econômica, social e cultural. (BEISIEGEL, 2004, p.402-404).

Ainda, com relação as causas do fracasso escolar, Claudemir de Quadros chama a atenção para as características contraditórias do acesso à escolarização. Destaca como protagonistas dessa conjuntura, de um lado a classe média, cujo nível de renda se encontrava virtualmente reduzido na década de 1950. De outro lado, as elites mantidas no poder que buscavam a manutenção do caráter elitista das escolas, de forma a conter a sua distribuição ilimitada. Em decorrência dessa disputa, a expansão do sistema escolar teria ocorrido mais em função das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação. (QUADROS, 2002, p.40-41).

6.5 A SITUAÇÃO PRECÁRIA DO ESTADO E O DESAFIO DO NOVO GOVERNO

A educação representou uma das principais preocupações no Governo de Flores da Cunha, "consumindo grandes somas de recursos orçamentários." Representava um setor estratégico de doutrinação política, por incluir o controle dos conteúdos programáticos e a contratação ou exoneração de professores, além de atender a formação de mão de obra demandada pela urbanização. E como instrumento de acesso à participação política com a

criação de "exércitos de novos eleitores", num período em que a alfabetização era um pré-requisito para o voto. Afirmção corroborada pelos números expressivos para o período, declarados pelo governador ao ministro Gustavo Capanema, em 15 de abril de 1935, portando, nos quatro primeiros anos de sua administração: construção de 37 grupos escolares e a nomeação de 1022 novos professores. (ELÍBIO JÚNIOR, 2006, p.245-259).

Elíbio Júnior lembra que foi através da mediação de Flores da Cunha entre as "classes de estudantes" e o Governo Federal que, em 20 de janeiro de 1934, sob o decreto nº 4.929, foi oficializada a *Universidade Technica do Rio Grande do Sul*. Quatro meses depois, o Governo Federal atendeu a nova solicitação do então interventor, para a criação da Universidade de Porto Alegre. (ELÍBIO, 2006, p.244).

A partir de 1946, Claudemir de Quadros lembra que houve uma multiplicação de prédios escolares, em decorrência de iniciativas do governo central e dos governos estaduais, embora fosse mantida a centralização do sistema na esfera federal. Esse aumento também se fez sentir no Rio Grande do Sul. Notadamente na década de 1950, quando, segundo o mesmo autor, a contribuição do Estado para o aumento no número de vagas teria sido significativa. Porém, acreditamos que essa expansão tenha ocorrido em função da vinculação do imposto para o financiamento da educação determinado pela Constituição de 1946, referido acima, por Carlos Roberto Jamil Cury. (QUADROS, 2002, p.45-46; CURY, 2011).

A expansão no número de escolas teria ocorrido sem estudo ou planejamento prévio. Além de que "as chagas" da educação pública: a evasão e a repetência, não faziam parte do debate. Fato que se refletiria nas palavras do então secretário da educação do governo Ildo Meneghetti, que concluía o seu mandato. Em 29 de janeiro de 1959, o secretário de educação, Adroaldo Mesquita da Costa, em reportagem do jornal *Correio do Povo*, faz um 'balanço' da situação da sua pasta, na gestão que findava. Afirma o secretário que: "É preciso construir 800 prédios escolares para resolver o problema do ensino no Estado." Na mesma entrevista o secretário informa que a maioria das salas de aula não comportava mais do que vinte alunos. Situação que estaria provocando a contratação de um número de professores acima da média professor/aluno considerada aceitável, que segundo a reportagem seria de 40 a 45. Além do gasto desnecessário com a locação de salas e prédios. Visto que várias escolas da capital estavam com capacidade ociosa e outras superlotadas com três turnos de duas horas cada. (CORREIO DO POVO,29/01/1959, p.18).

6.6 AS AÇÕES INICIAIS DO PROJETO ‘NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL’

É importante enfatizar que o fio condutor do presente capítulo está fundamentado, particularmente, no conceito *nacional-desenvolvimentista-reformador*, justificativa acima. Entendemos tratar-se de uma categoria de análise apropriada para o tema, por sua abrangência e significado para o contexto histórico do período. Especialmente nos seus aspectos intervencionistas pró-crescimento e também porque retrata um elemento que diferenciou Leonel Brizola como gestor público e a sua fidelidade ao programa do PTB, que tinha entre as suas proposições programáticas as "políticas públicas/sociais voltadas para o lazer , a saúde, a educação, a proteção à infância e à maternidade"²⁷.

Ao assumir o comando do Piratini, Leonel Brizola manteve a mesma característica que o notabilizou na Prefeitura de Porto Alegre no quesito educação. Podemos constatar que também essa foi uma prática que o particularizou como gestor público. Aspecto referido por Claudemir de Quadros, quando lembra que “a educação ou, pelo menos, a construção de prédios escolares é uma constante na sua trajetória e no discurso político de Brizola.” Quadros lembra ainda que como prefeito de Porto Alegre, entre 1956 e 1958, construiu escolas; fato que se repetiu quando governador do Rio Grande do Sul e também quando governador do Rio de Janeiro, oportunidade em que “trouxe para o centro das discussões educacionais os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps)”. (QUADROS, 2002, p.104).

Chamamos a atenção para o fato de que se tratava de uma prioridade planejada, pois, antes mesmo de assumir o comando do Executivo estadual, Brizola consegue aprovar na Assembleia Rio-Grandense, em novembro de 1958, o estabelecimento de uma taxa para a educação, defendida pelo então deputado petebista, Sereno Chaise, como condição *sine qua non* para a execução dos projetos para o setor, prometidos na campanha eleitoral. Ainda no final de 1958 é aprovada a lei 3.601, referente ao II Plano de Obras do Estado²⁸. Chamam a atenção os números previstos para a educação e cultura, encabeçando a previsão de investimentos: Cr\$10.000.000.000,00 – 28% do total, para o quadriênio, 1959/1962. (CORREIO DO POVO, 6/02/1959, p.7).

²⁷ Item retirado do Programa do PTB - Arquivo Getúlio Vargas - GV - 45000/1-FGV-CPDOC -RJ, *apud* NEVES, Lucília de Almeida. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 175.

²⁸ RIO GRANDE DO SUL. *Roteiro de Programa de Governo do Eng. Leonel Brizola*. Gabinete de Administração e Planejamento. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial: Porto Alegre, 1962, p. 89.

As manchetes nos jornais dão conta de uma série de medidas tomadas, logo de início, sinalizando o comprometimento com o discurso de campanha. Com efeito, é anunciada a criação de subsecretarias de Estado, num total de doze, cujos objetivos seriam os de apoiar, organizar e planejar ações em conjunto²⁹; é noticiada a batalha contra o analfabetismo e o plano de emergência para a expansão do ensino primário³⁰; é divulgada a formação da Comissão Estadual de Prédios Escolares - CEPE³¹; a Secretaria de Educação incentiva professores com a remuneração de CR\$3.000,00, por aluno adulto alfabetizado;³² é anunciado o pagamento atrasados, da gestão anterior, aos empreiteiros de prédios escolares, assim como a quitação das dívidas com bolsas de estudo e matrículas, também do governo anterior;³³ é noticiada a assinatura de edital de abertura de concorrência para a construção de mil prédios escolares que corresponderiam a 300 mil novas matrículas;³⁴ é divulgada a “descentralização do ensino primário”, medida que teria como objetivo delegar às prefeituras municipais a direção, orientação e a fiscalização das atividades dos grupos escolares estaduais;³⁵ é divulgado que “cinco mil professoras primárias serão contratadas até o fim deste ano”;³⁶ Informações que, a priori, geraram expectativas positivas para o setor.

6.7 UMA PROPOSTA DE GOVERNO TÉCNICO E DINÂMICO

Sob o slogan: “Educação e Desenvolvimento Econômico”³⁷ a campanha de Leonel Brizola ganha as ruas. Promover o desenvolvimento social e econômico; aumentar a riqueza e intensificar as atividades ligadas à produção; elevar a produtividade de tal forma que a todos fosse permitido alcançar os bens da civilização; um melhor padrão de vida, sob a égide da justiça social. Para tanto, o empirismo do passado deveria ser substituído “pelo impulso de uma mentalidade criadora, de otimismo, de confiança no futuro, a exemplo da inspiração e da orientação pessoal e direta do digníssimo presidente Juscelino Kubitschek.”³⁸ Estas palavras de ordem faziam parte do discurso do então candidato, que afirmava: “Todos os problemas que interferem com o nosso desenvolvimento econômico abrangem questões eminentemente

²⁹ *Correio do Povo*, 21/2/1959. p. 7.

³⁰ *A Hora*, 26/03/1959. p. 5.

³¹ *A Hora*, 30/03/1959. p. 5.

³² *Diário de Notícias*, 19/05/1959.

³³ *Diário de Notícias*, 20/06/1959. p. 5.

³⁴ *Idem*, 24/06/1959. p. 7.

³⁵ *Idem*, 25/6/1959.

³⁶ *Correio do Povo*, 2/07/1959, p. 18.

³⁷ *Correio do Povo: Panorama Político*: 2/09/1958. p. 5.

³⁸ *Correio do Povo: Panorama Político*: 2/09/1958. p. 5.

técnicas.”³⁹ E segue: “[...] para a conjugação desses fatores é indispensável o concurso de uma verdadeira multidão de técnicos e especialistas.”⁴⁰ É um momento de otimismo e de confiança. Segundo Mercedes Cánepa “vive-se um momento de relativa estabilidade política em âmbito nacional.” (CÁNEPA, 2005, p. 221).

Outro aspecto relevante do discurso de Brizola, ainda como candidato, que denota seu empenho por mudanças estruturais, diz respeito à condição geográfica e a formação histórica do Rio Grande. Afirmava que: “Estamos sofrendo as consequências do nosso isolacionismo.”⁴¹ Critica a pouca importância dada ao panorama geral do país na busca de soluções dos problemas ligados ao desenvolvimento. Segundo a mesma matéria, faltaria uma visão de conjunto dos fatores que se inter-relacionam com o desenvolvimento. Advertia que: “Praticamente estamos ausentes do progresso do pós-guerra. Em 1957, apenas 1,35% dos investimentos estrangeiros vieram para o Rio Grande.” Alertava ainda que o superdesenvolvimento de algumas áreas do país poderia trazer consequências muito sérias para o futuro do Brasil, o que resultaria em “evasão de capitais e de valores humanos.”

E segue:

As soluções para os nossos problemas do desenvolvimento dependem da capacidade de articulação do Estado – sobre quem repousa a responsabilidade e o maior interesse nas soluções – com o governo federal, e a prática adotada e seguida por seus diversos órgãos. (CORREIO DO POVO, Panorama Político: 2/09/1958, p. 5).

As manifestações da oposição se fizeram ouvir, já nas primeiras ações do governo, determinando o ‘tom’ em que se daria o diálogo político no estado. Mercedes Cánepa lembra que o PSD rio-grandense não seguiu a orientação de apoio a J.K., como ocorrera em Minas Gerais, pois este tinha João Goulart do PTB como seu vice. Fato que teria gerado uma relação ambígua, mais próxima da oposição e do ressentimento, desde 1954, entre o governo estadual (PSD) e o Governo da União (também PSD). A autora lembra ainda que PSD e PTB regionais representavam a polarização da política rio-grandense desde 1947, quando passam “a aglutinar as demais agremiações na disputa eleitoral pelo Governo do Estado.” (CÁNEPA, 2005, p. 221).

³⁹ *Correio do Povo*: Panorama Político: 2/09/1958. p. 5.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Idem*.

6.8 UMA CARACTERÍSTICA RECORRENTE

Consideramos pertinente destacar a experiência de Brizola na Prefeitura de Porto Alegre, embora em outro contexto, por se caracterizar como um traço das suas administrações. Trata-se do *Plano Municipal de Escolas Populares* implementado na capital do estado. Experiência bem-sucedida, assim descrita pelo jornal *Diário de Notícias* informa: “Prefeitura propiciou ensino elementar a 35 mil crianças. Através desse programa, a administração municipal lançou a construção de 120 prédios escolares.” A mesma reportagem destaca a forma criativa encontrada pelo executivo municipal. Diante da falta de recursos financeiros, para a aquisição de terrenos, assim como para agilizar o atendimento escolar às populações carentes desse serviço, sem ter de arcar com os custos e com as exigências e trâmites legais, com desapropriações, que além de onerosa, exigiria uma espera que o problema não comportava. Foi adotada, então, a seguinte estratégia: “[...] apelar à população, aos proprietários de terrenos no município, para que cedessem suas áreas a Prefeitura, em regime de comodato, afim de que neles fossem construídas as unidades escolares planejadas. [...]” O retorno dos proprietários foi satisfatório e 120 unidades foram construídas, com a entrega à população em início de abril de 1957. Condição que possibilitou a 24.950 crianças porto-alegrenses o ensino primário. Perfazendo um total de 33.130 alunos já atendidos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8/6/1958, p.15).

Cerca de um mês após, novamente o *Diário de Notícias* de 4/7/1958, p.14, destaca a eliminação do déficit escolar na capital. Informação ratificada pelo jornal *A Hora*. É noticiada a finalização de um plano de construção de 200 escolas municipais em Porto Alegre. A reportagem diz ainda que a administração Brizola volta-se para a segunda etapa: a alfabetização de adultos, “outro importante problema da capital.” A matéria mostra a estratégia administrativa adotada para a construção de 200 escolas. Aqui melhor explicada: 1º O município colocou em prática um convênio, firmado em 1949 com o estado, no qual essas duas esferas de poder colocariam em prática um plano para tentar solucionar o problema. 2º Foi lançado apelo aos proprietários para que cedessem seus imóveis, em regime de comodato, “afim de que fosse possível concretizar a ideia.” (A HORA, 23/9/1958).

“Porto Alegre é um dos dez municípios brasileiros de maior progresso”. Esse é o título da matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*. A reportagem faz referência ao concurso nacional de progresso dos municípios brasileiros promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. A capital do Rio Grande ganha destaque por ter

promovido “uma revolução administrativa.” O referido Instituto, segundo o jornal, teria atribuído essa classificação pelo conjunto de obras e serviços, que vão da construção de prédios escolares, ampliação da rede de água e esgoto a melhoria geral dos serviços prestados aos porto-alegrenses. Entre os dados fornecidos pela reportagem, chama a atenção o índice de alfabetização de 79,70%, um dos mais altos do país. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/7/1958, p.9).

6.9 UM PLANO OUSADO: “NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA NO RIO GRANDE DO SUL”

Feita a observação acima sobre algumas das características da atuação de Brizola como gestor público, especialmente nos aspectos relacionados com a educação, passaremos a analisar a suas ações no comando do Piratini.

Para execução de suas metas a Secretaria da Educação e Cultura passou por uma reestruturação. Foram criadas três subsecretarias: do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Técnico. O objetivo evidente era buscar a especialização. Aspectos que, juntamente com uma grande quantidade de ações, que vão de medidas emergenciais de expansão e descentralização do ensino primário e técnico a convênios, parcerias, concessão de bolsas, compra de vagas, cedência de professores para as escolas particulares em troca de vagas. Passando pela construção e reforma de prédios escolares. Tudo relatado nas 67 páginas sobre o tema “*Educação Popular*” na *Mensagem à Assembleia Legislativa* de 1960.

Antes, porém, precisamos registrar um fato que passou despercebido nos trabalhos consultados, mas que consideramos relevante, na medida em que o mesmo enriquece a análise e o entendimento que o governo Brizola tinha sobre a função social da educação e da cultura. Trata-se do trabalho desenvolvido pela professora de artes e pianista Lila Ripoll (1905-1967). Artista que, segundo João Batista Marçal⁴² desenvolveu, com o incentivo deste governo, relevantes trabalhos de formação teatral e musical junto aos sindicatos e demais instituições ligadas à educação no estado. Com apresentações públicas e populares, trabalho inédito até então, segundo a mesma fonte.

A fórmula encontrada pelo governo Brizola para enfrentar desafio de cumprir a promessa de campanha: “nenhuma criança sem escola” está diretamente relacionada com o

⁴² *50 Anos da Legalidade: o Rio Grande na luta pela liberdade*. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital do Rio Grande do Sul, s.d. DVD.

seu programa *nacional-desenvolvimentista-reformador* do Estado. É o que verificamos na criação de estruturas burocráticas, como o SEDEP – Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário e da CEPE - Comissão Estadual de Prédios Escolares, que ganham destaque como a descentralização do ensino primário. A estratégia é explicada na Mensagem à Assembleia Legislativa. Resumidamente, o referido plano de expansão constituía-se numa parceria entre municípios e Estado, onde este último fornecia os meios técnicos e financeiros. Um pequeno grupo supervisionava e coordenava. Dava suporte técnico e pedagógico, além de fiscalizar os trabalhos e a execução do plano. Os municípios encarregavam-se do esforço administrativo. O referido documento oficial informa ainda que o programa iniciou em fins de 1959, com 51 acordos e que no decorrer de 1960, mais 96 foram firmados, somando 147 acordos especiais, para um total de 152 municípios que compunham o estado. E, que, “com apenas 6 funcionários coordena-se o PLANO em todos os municípios rio-grandenses”. (*Mensagem à Assembleia Legislativa, 1960*).

Inicialmente, foi criado um GT-1, Grupo de Trabalho encarregado de analisar de forma crítica a situação do ensino primário no estado. Relatar as deficiências e, “ao mesmo tempo, apontar as medidas corretas julgadas necessárias.” Os dados do relatório elaborado pelo GT-1 apontaram um total de 1.003.830 crianças entre 7 e 14 anos no estado. Desse total havia 730.735 frequentando escolas primárias, em 1 de janeiro de 1959. Este número estava distribuído, segundo o mesmo relatório, entre: escolas particulares: 129.735; escolas municipais: 320.048 e nas escolas estaduais: 281.370. O que representava um déficit escolar de 284.652. O documento projeta ainda que se, “mantido o mesmo ritmo de alfabetização dos últimos anos anteriores a 1958, jamais o ensino primário conseguiria eliminar o analfabetismo no Estado gaúcho.” (REVISTA DO ENSINO, v. 10, n. 76, 1961, p.12).

O jornal *Diário de Notícias* destaca reportagem sobre o SEDEP:

Os acordos firmados entre o Estado e os municípios para a construção de escolas, vêm se constituindo num grande êxito - 103 comunas já firmaram tais acordos, cujos frutos estão surgindo celeremente. [...] Deve-se notar que este Plano do Governador Leonel Brizola foi executado pela primeira vez no Brasil e vem merecendo elogios unânimes das mais destacadas autoridades em matéria de ensino. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/2/1960, p.21).

Dentro da mesma lógica administrativa referida acima, a Comissão Estadual de Prédios Escolares – CEPE, criada pelo decreto nº 10.416, de 25 de março de 1959, era um órgão de cooperação entre a secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria de Obras Públicas. Presidida pelo secretário da Educação e Cultura, tinha como função coordenar o

planejamento e a execução conservação, reparação, construção e aparelhamento de prédios escolares. O plano era o de construir duas mil escolas em dois anos.

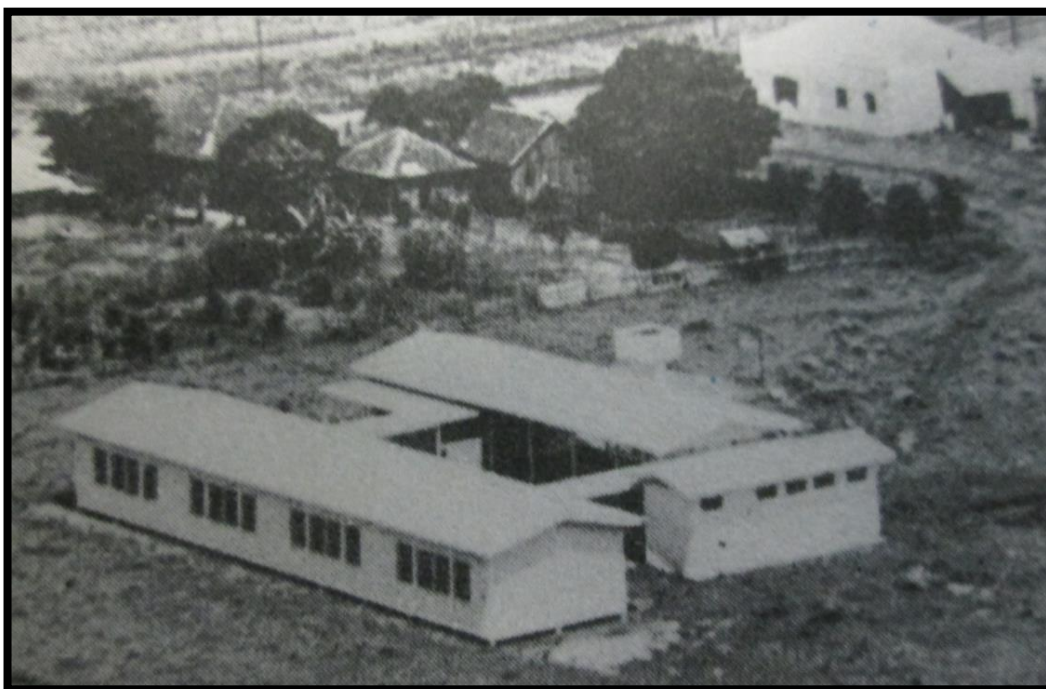
Em reportagem à *Revista do Ensino*(v.10, n. 76, 1961, p.6) Brizola expõe suas realizações nos dois primeiros anos de governo: “[...] 2 mil escolas, 300 mil matrículas, aumento de 160% no corpo docente primário, 9 bilhões de cruzeiros aplicados.” E segue: “O maior esforço já realizado na América Latina, no setor educacional.” Segundo a mesma reportagem, o plano educacional que visava a erradicação do analfabetismo estaria sendo amplamente apoiado pelos municípios do Rio Grande do Sul. Ainda na mesma revista sob o título: “Duas mil em 2 Anos, um Plano Educacional faz o Brasil voltar-se para o Rio Grande do Sul”. A reportagem denota o lugar de vanguarda nos novos rumos do ensino brasileiro pleiteado pelo governador. O ano de 1961 foi instituído o ano da educação no estado e, para registrar a sua política educacional, o governo, em solenidade realizada na Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul, fez a entrega simbólica de duas mil novas escolas primárias. (REVISTA DO ENSINO, v. 10, n. 76, 1961, p. 6-11).

As ações desenvolvidas para alcançar os números anunciados no decorrer do ano de 1961, segundo matéria do jornal Folha da Tarde, de 8 de março de 1961, reproduzida na Revista do Ensino, foram “levar a escola até os recantos mais longínquos, de modo que as populações residentes nas zonas interioranas não continuassem privadas dos benefícios da instrução primária.” O plano anunciado era o de eliminação do déficit escolar da periferia para o centro. Esforço que não excluía o ensino técnico-profissional, com vistas ao avanço técnico e científico. Política que, segundo o jornal, estaria em harmonia com as diretrizes do Ministério da Educação. (REVISTA DO ENSINO, v. 10, n. 76, 1961, p.8).

A revista destaca ainda o que se constituiria na “prova de fogo” para os governantes rio-grandenses: os grandes contingentes de analfabetos. Índices que estariam crescendo no Brasil e no Rio Grande, (de 34,1% em 1950 para 34,6% em 1956) testemunhando a incapacidade dos governantes e das lideranças políticas na resolução do problema, embora houvesse incentivos para a sua solução. Seria preciso perceber a necessidade de o executivo assumir “novas posições em face de velhos problemas”. (REVISTA DO ENSINO, v. 10, n. 76, 1961, p. 6-11).

Outro ponto destacado na reportagem da *Revista do Ensino* diz respeito ao déficit escolar, a partir da seguinte equação: manter o número de matrículas; aumentá-la na proporção do crescimento vegetativo da população e eliminar o déficit educacional existente. Para tanto, seria preciso que o número de matrículas da rede municipal e da rede particular acompanhasse a “linha ascensional” das suas respectivas demandas. Já, ao Estado caberia

arcar com um esforço adicional capaz de elevar o total de matrículas de 281.370 em 1958, para 350.000 em 1960; 586.090 em 1961 e 605.066 em 1962. Esforço que deveria se estender ao incremento no número de professores estaduais na ordem de 23.000 e o número suplementar de salas de aula elevado para 10.000, dentro do mesmo cronograma. O custo estimado para a execução desse plano foi o de Cr\$11.810.000,00 (onze milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros), nos de 1961 e 1962. (REVISTA DO ENSINO, v. 10, n. 76, 1961, p.13).



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 10, n. 76, 1961.

Fôlha da Tarde

2 MIL EM 2 ANOS

ENSINO PRIMÁRIO

Em solenidade ontem levada a efeito, o governador gaúcho Rio entregou simbolicamente a duas mil novas escolas primárias, desativadas pelo Interior das nossas instituições. Este oculto de unidades escolares na rede do ensino público oficial representa um índice de progresso em novos investimentos para as crianças rio-grandenses, no decorrer desta ano letivo, conforme exposição feita pelo chefe do Poder Executivo. Com este gesto decisivo, o Rio Grande do Sul marcha resolutamente como vanguarda da campanha pela verificação do analfabetismo, emprestando um sentido prático e objetivo às realizações programadas para o corrente ano, denominada significativamente de "Ano da Escarificação". O critério observado pelas autoridades educacionais do Estado foi o de levar a escola até os recantos mais longínquos, de modo que as populações residentes nas zonas interiores não continuassem privadas dos benefícios da instrução primária. E não há dúvida que um plano nacional de alfabetização para produzir resultados realmente positivos, deve começar pela eliminação do déficit escolar no seu íter, pequenas comunidades rurais, onde não se a ação governamental da prefeitura para o centro, uma vez que, nas cidades, o problema apresenta sempre características mais atenuadas. O Governador do Estado também as atenuações das zonas rurais, por sua relevante importância como ponto angular da progressão técnica e científica. Coincidentemente a nova Ministra da Educação, em entrevista publicada pela imprensa brasileira, definiu as ações básicas de sua administração a dar especial destaque ao combate do analfabetismo pela escolarização intensiva e ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional em todas as unidades federativas. É importante constatar esta harmonia de diretrizes entre os governos do Estado e da União em matéria de política educacional, pois este fato poderá proporcionar ao Rio Grande do Sul maiores e melhores recursos para a execução dos seus planos de trabalho, mediante convênios com o Ministério da Educação.

O Estado mais alfabetizado do Brasil quer trocar o mais por um completamente

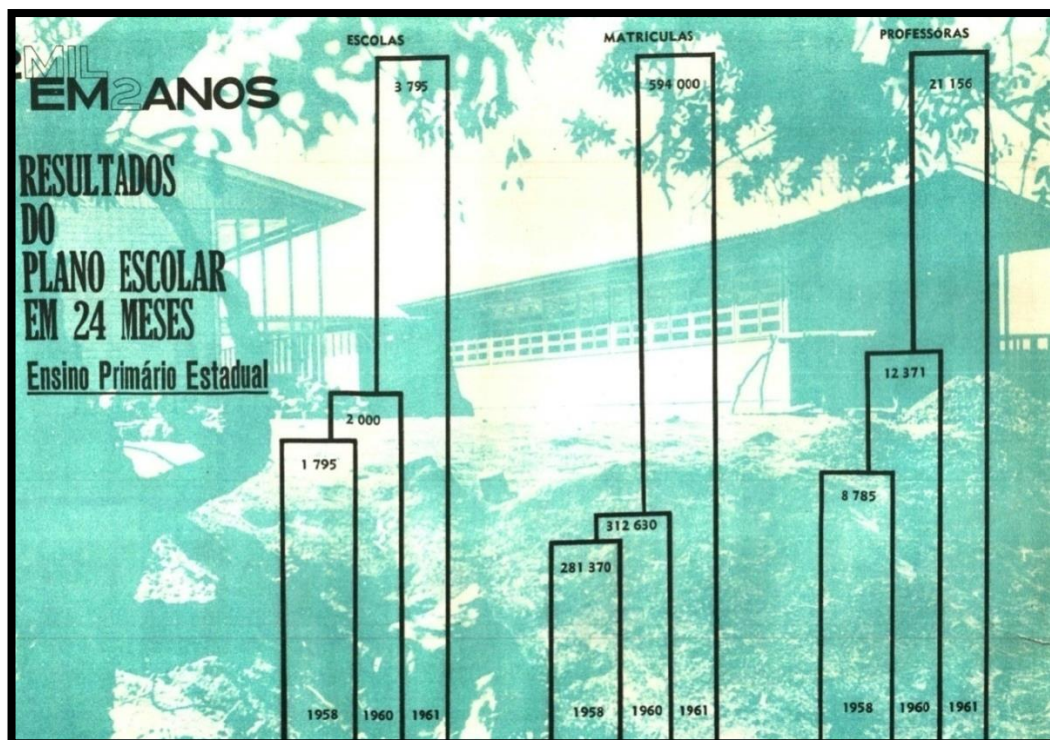
UMA CRIANÇA SEM LUGA

NO RIO GRANDE DO SUL

O FOTOGRAFO se encontrou no momento em que se dirigiam à escola e pediram uma pilha. "Lá está a nossa escola", apontou uma delas, e o fato foi batido. Da mesma forma todos os quadros em todas as escolas poderão dizer o mesmo. Lá está a nossa escola! O melhor investimento de um país são os recursos aplicados à educação de seu povo — disse o colega — Governador, aplicou no ensino, em 24 meses, as expressas na foto ao lado: cada pontinho apresenta uma unidade escolar, o que significava 300.000 matrículas.

03/05/2013

Fonte: Revista do Ensino, v.10, n. 76, 1961.



Fonte: Revista do Ensino, v. 10, n. 76, 1961.



Fonte: *Revista do Ensino*, v.10, n. 76, 1961.

6.10 AS BRIZOLETAS: UMA MARCA DA GESTÃO BRIZOLA NO RIO GRANDE

O aspecto mais significativo da expansão quantitativa da rede estadual de ensino primário foi sem dúvidas a sua interiorização durante o governo de Brizola. A partir dessa política, comandada pelo Serviço de Expansão e Descentralizada do Ensino Primário – SEDEP e pela Comissão Estadual de Prédios Escolares – CEPE, já referidas acima, é que o acesso à escola se tornou realidade para uma parte significativa das populações interioranas. Segundo *Relatório de Obras da Cepe*⁴³, 1963, citado por Quadros, 53,77% dos prédios, com 38,80% das salas de aula, vinculadas ao *Plano B*, localizavam-se em zonas rurais ou de pequena densidade populacional. Política inclusiva que buscava atender quem, muitas vezes, precisava caminhar vários quilômetros para chegar às raras escolas das vilas distantes. (QUADROS, 2002, p.66).

Ainda, segundo o mesmo *Relatório de Obras da Cepe*, os projetos de construção dos prédios escolares estavam organizados a partir de oito tipos diferentes: *prédio piloto*: destinado à substituição ou a ampliação de escolas já existentes; *plano A*: escolas de madeira ou de alvenaria, contendo de duas a oito salas de aula, dependências para a administração, sanitários e pátios cobertos. Construídas nas sedes dos municípios ou no interior destes,

⁴³ Fizemos várias buscas pelo *Relatório de Obras da Cepe, 1963*, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; na Secretaria de Obras e na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. No Centro Administrativo Fernando Ferrari, em Porto Alegre, entre os meses de abril e maio de 2014, sem sucesso. Os funcionários responsáveis pelos arquivos não souberam informar a sua localização nem sequer sabiam da sua existência!

representavam novas unidades escolares, a substituição de prédios irrecuperáveis ou a ampliação da capacidade das escolas já existentes; *Plano B*: representou o projeto com o maior número de prédios construídos. Estes eram geralmente de madeira, contendo de duas até quatro salas de aula, espaço para a administração e depósito. Localizados em zonas rurais ou de pequena densidade demográfica, eram utilizados também para ampliar a capacidade das escolas já existentes; *Projeto ou plano especial*: grupos escolares de primeira categoria, geralmente para ensino médio e escolas técnicas. Eram prédios com até 17 salas de aula, auditório, pavilhão de educação física e demais dependências; *Retomadas*: obras que estavam paradas e que a partir da CEPE foram concluídas; *Plano F*: obra licitada e construída exclusivamente por Toigo S.A. Prédios construídos em alvenaria comportavam entre três e oito salas de aula, administração, moradia para professor e demais dependências; *Plano FM*: obra licitada e construída exclusivamente pela construtora Azmus Ltda. Prédios de madeira com capacidade para três a oito salas, administração, moradia para professor e demais dependências e, por último, o projeto *Ampliações* ou *brizoletas*: prédios padronizados, em geral localizados no interior do estado e que continham um número variado de salas de aula, com capacidade para 35 alunos; eram construções simples que incluíam espaço para a administração e circulação. (QUADROS, 2002, p.57- 62).

As *brizoletas*, segundo Quadros: “Não têm fachadas imponentes ou majestosas; muitas, tampouco, são sólidas [*sic*], já que foram construídas em ritmo de *emergência*.” E segue: “Pelo contrário, são edifícios simples e modestos, mas que trazem, na sua concepção, uma missão civilizadora e modernizadora.” Análise que deixa transparecer a importância dada ao estabelecimento de condições mínimas de inserção social e também para que fossem minimizados os efeitos do êxodo rural visto a incapacidade da indústria local em absorver os altos índices dessa mão de obra excedente. Situação já caracterizada como crise econômico-social. E, que, segundo Accurso citado por Cánepa (2005, p.78) atingia, sobretudo, o setor primário rio-grandense de forma mais acentuada, entre os anos de 1956/1960, com crescimento negativo de 3%. (QUADROS, 2002, p.64-65).

Figura 3 - Brizoleta no bairro Belém Velho, Porto Alegre



Fonte: Autor.

Figura 4 - Brizoleta no bairro Belém Velho, Porto Alegre



Fonte: Autor.

6.11 O QUE APURAMOS SOBRE OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, gostaríamos de destacar a dificuldade de acesso a alguns documentos oficiais (afora as Mensagens à Assembleia) sobre os números da educação: números de escolas construídas e de matrículas nos diferentes níveis de ensino, incluído aí o ensino técnico, o normal e os auxílios e bolsas de estudo, no estado do Rio Grande do Sul, no período em análise. Documentos que deveriam estar, respectivamente, nos arquivos da Secretaria de Obras Públicas do estado e na Secretaria de Educação, sumiram. A impressão que se tem é a de que os mesmos foram deliberadamente ocultados, extraviados ou até mesmo destruídos. Nesse sentido, é importante frisar que os dados referentes ao total de escolas construídas, o número de professores e de matrículas divulgados pelo governo Brizola não se confirmaram em nossas pesquisas. O cruzamento dos dados divulgados pela *Mensagem à Assembleia* (1962), confrontados com os dados do IBGE, mostram números diferentes. Por outro lado, no quesito matrículas do período, as dificuldades relativas à checagem dos números são ainda maiores, devido às diferentes formas de inserção de alunos, que eram feitas de forma regular, em escolas públicas, do estado e municípios; pela compra de vagas em escolas particulares; pela permuta entre instituições particulares e o estado, que financiou alguns projetos dessas escolas, como a construção de ginásios desportivos, entre outras construções; pela cedência de professores do estado às escolas particulares em troca de vagas.

A solução encontrada foi a busca por uma terceira fonte: as Mensagens à Assembleia, anterior e posterior ao governo Brizola. No caso, ambas as gestões de Ildo Meneghetti. Se compararmos os números divulgados na *Mensagem à Assembleia* de 1958 com a de 1963, teremos outros números, que, por motivos óbvios, são de certa forma insuspeitos. O que nos permite fazer mais um cruzamento dos dados.

Os números anteriores e posteriores ao governo Brizola são os seguintes: Meneghetti, em sua *Mensagem à Assembleia* de 1958, relata que o número de matrículas na rede estadual teria aumentado em 25.348 alunos, em comparação a 1956, quando assumiu o governo, passando para 223.739, em 1958, último ano de sua primeira gestão. Mas, quando retorna ao Piratini, em 1963, afirma na *Mensagem à Assembleia* do respectivo ano, que o total de matrículas era de 379.749, o que representa um aumento de 69,73%. Bem superior aos 12,77% da sua gestão anterior. O corpo docente, que no término da sua primeira gestão era de 9.579, salta agora, no início da segunda gestão, para 24.925, um aumento de 160,20%; da mesma forma, o ensino normal, que em 1958 alcançava 70 unidades escolares, com 5.810

matrículas, reaparece em 1963 com 147 unidades escolares e 14.546 matrículas. Um aumento de 110% e de 150,36%, respectivamente. O ensino secundário, em 1958 perfazia um total 44 escolas, divididos em 12 colegiais e 32 ginásios, com um total de 18.053 alunos; em 1963, o secundário alcança um total de 125 unidades escolares. Um aumento de 184%.No ensino profissional: agrícola, comercial e industrial, o número de matrículas total passou de 4.401 para 20.307. Um aumento, portanto, de 361,41%.

Nas tabelas abaixo podemos visualizar melhor esses dados divulgados pelo governo Brizola, em suas Mensagens à Assembleia, 1960, 1961 e 1962; os números do IBGE e, por fim, os do governo Meneghetti, também a partir da Mensagem à Assembleia dos anos de 1958 e de 1963:

Quadro 13- Matrículas Efetivas⁴⁴ – Ensino Primário Estadual(comum e rural, excluídas as escolas do SEDEP)

Ano	Nº de Matrículas
1958	281.370
1959	336.497
1960	415.595
1961	460.694

Fonte: *Mensagem à Assembleia*, (1962).

Todavia, se agregarmos os dados relativos ao CEPE, Tabela 2 e SEDEP, Tabela 3, teremos um incremento significativo no número total de matrículas.

Quadro 14- Estatística Geral de Prédios Escolares (CEPE)

Ano	1960	1961	Capacidade de Matrículas
Prédios Concluídos	492	1.686	118.030
Prédios em Obras	235	838	58.650
Prédios em Obras autorizadas	356	1.219	85.330

Fonte: *Mensagem à Assembleia*, (1962).

⁴⁴ Não foi possível encontrar os dados de 1962.

Quadro 15- SEDEP – Convênio de Colaboração, Estado e Municípios

Em dois anos:1960 e 1961	Prédios	Salas	Capacidade de Matrículas
Total solicitado para convênio	4.110	5.447	381.290
Total concluído	2.711	3.295	230.650

Fonte: Mensagem à Assembleia, (1962).

Quadro 16- Matrículas Efetivas – Ensino Primário Fundamental Comum

Ano	Estaduais	Municipais	Particulares
1958	216.005	274.255	97.980
1959	253.048	266.680	97.735
1960	276.296	271.931	99.032
1961	300.148	276.663	96.297
1962	349.788	304.682	114.374
1963	367.124	314.519	117.725

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE.

Quadro 17 - Ensino Médio – Ginásial e Colegial – Rede Estadual

Ano	Matrículas
1959	25.998
1963	54.905

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE.

Quadro 18- Ensino Normal - Rede Estadual

Ano	Matrículas
1959	2.455
1963	5.144

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE.

Quadro19- Ensino Técnico: Agrícola, Comercial e Industrial – Rede Estadual

Ano	Matrículas
1959	1.886
1963	3.789

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil –IBGE.

Comparativamente, teríamos o seguinte cenário:

Quadro 20- Números Totais⁴⁵: Matrículas e Corpo Docente – Rede Estadual

	Dados Gov. Brizola	Dados IBGE	Dados Gov. Meneghetti
Total Matrículas:1959-1963	460.694	413.576	414.602
Total Corpo Docente:1959-1963	24.794	18.392	24.925
Total de Unidades Escolares1959-1963 ⁴⁶	4.113,33	3.692,64	3.701,80

Fontes: Mensagens à Assembleia (Governo Brizola e Governo Meneghetti) e IBGE.

Importante destacar também que os números apontados por Quadros (2002, p.66) revelam diferenças gritantes da tabela 8, acima. Com base no *Relatório de Obras da CEPE*, 1963, o autor citado apresenta um total de 1.045 obras concluídas no governo Brizola, totalizando 3.360 salas de aula, com capacidade para 235.200 alunos. Todavia, se fizermos a média alunos/salas de aula esse número seria de 70 alunos em cada sala. O que é pouco provável. A média de alunos por sala de aula nos dados levantados nas nossas pesquisas aponta para 35 alunos. O que representaria o dobro do número estimado por Quadros, ou 6.720 salas de aula. Utilizamos esta mesma média para chegarmos aos totais de unidades escolares, para todas as fontes referidas na tabela acima. Outro dado significativo é o número muito próximo do total de matrículas e do corpo docentes divulgados pelas duas gestões. Dados que ratificam de forma marcante a expansão quantitativa do ensino público no estado na gestão Brizola.

Digno de nota são também os altos números da retenção e da evasão nesse período. Podemos ter a dimensão dessa chaga da educação, a partir dos Quadros 9 e 10. Percentuais que se aproximam do Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais, (1961, apud QUADROS, 2005, p. 84-85).

Quadro21 -Ensino Primário Fundamental Comum - 1959

Escolas	Matrículas Totais	Matrículas Efetivas	Evasão	Aprovação Geral	Reprovações
RS - Total	724.764	619.484	14,52%	390.077	37,03%
Estaduais	306.616	253.048	17,47	154.943	38,76%

Fonte IBGE: Estatísticas do século XX.

⁴⁵ Número total de matrículas que inclui o ensino primário, extra primário, normal e técnico (ensino agrícola, comercial e industrial).

⁴⁶ Os números refletem uma média de 3,2 salas de aula por unidade escolar.

Quadro 22- Ensino Primário Fundamental Comum – 1963

Escolas	Matrículas Totais	Matrículas Efetivas	Evasão	Aprovação Geral	Reprovações
RS- Total	932.665	799.402	14,28%	516.732	35,36%
Estaduais	441.459	367.124	16,83%	237.165	35,39%

Fonte IBGE: Estatísticas do século XX.

6.12 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O sociólogo Celso Beisiegel, ao analisar a modificação ocorrida no estado de São Paulo, em 1945, com a queda do Estado Novo, até o final da década de 1960, período marcado por profundas transformações socioeconômicas e políticas, (que podem ser estendidas também para o contexto rio-grandense). Afirma que as transformações ocorridas nos movimentos educativos teriam sido implementadas muito mais em função dos interesses das classes dominantes “desejosas de imprimir um ritmo desenvolvimentista à sociedade brasileira, do que ao propósito de atender as necessidades da grande massa da população.” O que no seu entendimento desqualificaria a ideia de “escola popular”. Afirmção que representa, no caso em análise, uma verdade parcial. Visto que em seu discurso, Brizola, de fato, defende a educação como elemento fundamental para a promoção do “desenvolvimento em todos os seus escalões, desde a mão de obra especializada até à substituição da importação de ‘*know how*’”; e segue: “educação para criar necessidades e estimular o desenvolvimento; educação para saber fruir as vantagens do desenvolvimento.” Isto é, metas e objetivos que estavam de acordo com a necessidade de dirigir os benefícios do crescimento econômico a uma faixa maior da população. ((BEISIEGEL, 1979, p.77; BRIZOLA *apud* OLIVEIRA, 1960, p. XIX).

Defendemos que o Governo Leonel Brizola deva ser entendido, dentro de uma visão sociológica, como um governo que defendia os interesses burgueses nacionais, em um viés claramente popular-desenvolvimentista. Um projeto que previa o desenvolvimento para a população, através do crescimento da economia nacional e regional industrial-capitalista. Com toda a complexidade que o conceito estabelece. Dentro dos limites impostos por uma política econômica de um país latino-americano comandado por grupos econômicos conservadores, no contexto da Guerra Fria. De “caça às bruxas”, em que mudanças estruturais poderiam ser vistas como uma guinada para o comunismo. Situação que somada à crise econômica do período, já referida acima, pode nos dar a dimensão e o significado dos avanços quantitativos alcançados na educação rio-grandense.

Por outro lado, o governo Brizola não conseguiu se diferenciar dos demais governos no que se refere aos altos índices de reprovação e de evasão característicos do modelo de ensino excludente. Os resultados obtidos na educação pelo seu governo não se diferenciaram do contexto nacional da educação destacado acima, no que diz respeito aos seus aspectos qualitativos. O que no nosso entendimento não desabona o esforço empreendido no sentido de minimizar este grave e complexo problema social. Que, para o seu efetivo avanço, precisaria conjugar os fatores internos e externos referidos. Desafio que ainda hoje, passado mais de meio século, os governos que se sucederam no estado do Rio Grande do Sul não foram capazes de equacionar a contento. Lamentavelmente, ainda se mantêm elevados os índices de evasão e de repetência da escola pública, se comparados aos das escolas particulares. Principalmente no ensino médio.⁴⁷

A partir do exposto, ponderando as influências do processo histórico objetivamente descrito, associado ao contexto nacional e internacional, específico do período 1959-1963, entendemos que os resultados obtidos pelo referido governo foram relevantes e únicos na história da educação no Rio Grande do Sul. O que, por si só, justificaria, no nosso entender, a notoriedade atribuída à gestão Leonel Brizola no quesito educação.

Considerado os pressupostos do conceito de Cesar Picon (2006) sobre educação popular, referidos acima, concluiremos que o mesmo se adequa ao projeto implementado pelo governo Brizola no Rio Grande do Sul, visto que diante do exposto podemos afirmar que houve *intenção transformadora*, como também se estabeleceu o resgate do espaço público, a partir da expansão da rede escolar. E, por último, entendemos ser inegável a convergência da participação e ação do Estado e da sociedade civil na proposta estabelecida pelo seu programa de governo, denominado “*A educação popular: nenhuma criança sem escola.*” Elementos que nos levam a acreditar que a ideia de educação popular dava os seus primeiros passos no Rio Grande do Sul. Além de que o Governo Leonel Brizola pôs em evidência o problema da educação popular e colocou o tema na pauta das discussões política, pelo menos por um breve período.

⁴⁷ AZEVEDO, José Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio (Orgs.) *Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática*. São Paulo: Fundação Santillana, 2013, p. 249-255.

7 O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA: UMA AÇÃO POLÍTICA COM OBJETIVOS AMPLOS

- *Essa cova em que estás, com palmos medida é a conta menor que tiraste em vida.*
 - *É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe desse latifúndio.*
 - *Não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida.*

(João Cabral de Melo Neto)

O presente capítulo faz uma análise do programa de número 4: *Política Agrária e Produção Agropastoril*,⁴⁸ do decálogo, 'Educação e Desenvolvimento', que integram as prioridades do Governo de Leonel Brizola, 1959-1963.

As ações desse governo, no sentido de implementar uma reforma agrária no Rio Grande do Sul, ocorreram em um contexto nacional de "forte instabilidade política, inédita mobilização por reformas sociais, grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo em 1963), acentuado declínio das taxas de crescimento." (BIELSCHOWSKY, 2000, p.409).

O pensamento desenvolvimentista entrou em crise devido a essa conjuntura e a uma maior politização alcançada pela sociedade brasileira. É nesse contexto que a reforma agrária aparece como opção de mudança no padrão de distribuição de renda, pois o "desenvolvimento industrial não conseguiria resolver, como se havia pensado, o problema do desemprego e da pobreza da maioria da população e de vastas regiões do país." (BIELSCHOWSKY, 2000, p.409).

O Governo Leonel Brizola foi capaz de interpretar o seu momento histórico e as condições políticas que lhe eram oferecidas, usando os mecanismos legais de que dispunha. Não por acaso, o estado do Rio Grande do Sul, com o apoio e incentivo do governo estadual, esteve na vanguarda das experiências de reforma agrária do Brasil desse período.

⁴⁸ RIO GRANDE DO SUL, Governador Leonel de Moura Brizola. *Mensagem à Assembleia Legislativa*: apresentada pelo Governador do Estado. Sessão Legislativa de 1961. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1961, p. 18.

7.1 UM *ETHOS* IBÉRICO DE FIDALGUIA, DE VIVER DE RENDAS

Primeiramente, cabe destacar o tratamento histórico, sob o viés político, que foi dado à questão da terra e ao trabalhador rural no Brasil. A historiadora Aspásia Camargo lembra que as instituições sociais brasileiras produziram uma classe política coesa “simultaneamente vinculada aos interesses agrários e ao desempenho das funções do Estado”. Combinação responsável pela manutenção do monopólio da terra e pelo “rígido enquadramento político das populações rurais”, que em função disso, não conseguiram se firmar enquanto classe como campesinato autônomo e estável. Ao contrário, a autora afirma que populações rurais teriam sido excluídas do jogo do poder. Por outro lado, dados da década de 1960 apontados pela autora dão conta de que “cabe ao pequeno produtor abastecer o mercado e alimentar as cidades” revelando assim a sua importância estratégica, “incompatível com as lamentáveis condições econômicas e sociais em que sobrevivem”. E segue: “[...] os imóveis de 100 *ha* são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação e constituem 80% do total das propriedades.”⁴⁹ (CAMARGO, 2004, p.123-125).

O monopólio da terra e o controle do voto foram os atributos que, segundo Aspásia Camargo, mantiveram as oligarquias, do período de 1930 a 1964, permanentemente imbricadas nos centros de poder. Fato que teria permitido a formação de um centro estabilizador necessário à implementação de políticas industrializantes, utilizado por Vargas e por sucessivos governos, mas que teve como contrapartida a garantia do monopólio da terra. Afirma a autora: “A tendência à ‘oligarquização do voto’”, neutralizou os projetos democratizantes “tornando parcialmente inócuas as medidas que conduziram, a partir de 1945, ao alargamento da participação e à ampliação da comunidade política.” Situação que teria levado o Congresso, “sede das aspirações regionais, a tornar inoperantes os numerosos projetos de reformulação da estrutura agrária, através de artifícios legais ou da recusa frontal.” Com base nesses elementos, a autora afirma que, no caso brasileiro, a questão agrária não pode ser tratada ao nível institucional sob pena de ser absorvida no confronto das forças políticas, “pois encontra suas origens em sólidas alianças que definem com rigidez o perfil da sua própria estrutura.” (CAMARGO, 2004, p.126-128).

Outra análise possível sobre o tema pode ser feita sob o viés cultural. Historicamente, a terra tem simbolizado poder, *status*, um patrimônio renovável, perene, transmissível por herança e, mais recentemente, ativo financeiro. Ou seja, a terra revela um aspecto polivalente:

⁴⁹ Dados de 1960 a 1967; Graziano *apud* Camargo (2004, p. 124).

bem patrimonial, bem de produção e símbolo de poder. Por outro lado, há uma forte relação entre as características culturais dos atores sociais, seus objetivos, decisões, a partir do universo rural em que estejam inseridos. É nessa perspectiva dialética que esses atores interpretam ou atribuem significados e valores às coisas, da mesma forma que a sociedade a sua volta interpreta essas questões, pois os sujeitos estão imersos ou fazem parte dela. (ANDREATTA, 2009).

Lançando o olhar em uma dimensão histórica mais longa, podemos associar as raízes culturais ibéricas e a sua ação política e comercial à distribuição das terras. Diante disso, o ponto de apoio da conquista do Brasil, segundo o jurista e historiador Raymundo Faoro (1925-2003) em sua obra seminal, "Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro" estava "sobre a agricultura, capaz de condensar populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação." E segue: "A monarquia lusa, nessa tarefa de povoar um território imenso, encontrou, nas arcas da sua tradição, um modelo legislado: a sesmaria." (FAORO, 1976, p. 123).

O Estado português de há muito fizera uma coalizão entre a burocracia e os grandes comerciantes, em detrimento dos barões feudais, quando da ocupação do Brasil. Aqui a terra voltou a ser a principal fonte de riqueza e de poder e, conseqüentemente, os proprietários, às vezes nobres portugueses empobrecidos, recuperavam o antigo prestígio. O latifúndio escravista foi o elemento determinante na redução do poder centralizador do Estado, assim como um fator relevante na construção do Estado do Brasil. (FAORO, 1976).

No Brasil Colônia, a terra se mantém como garantia de poder e também como a única possibilidade de realização da dominação social, o que se adequava à escravidão. No Rio Grande do Sul, o estancieiro se serviu dela para prear o gado e posteriormente para a criação extensiva. Para ele, estancieiro, quanto mais terra, maior a possibilidade de arrebanhar ou criar gado. Defendia-se com o uso das armas e por meio do seu poder político advindo das terras que pudesse concentrar. Nesse contexto, o poder local, a quem o poder real teve de reconhecer a autoridade, se consolidou na figura senhorial desse estancieiro, descentralizado com relação à Coroa, mediante o esquema da distribuição de terras e pelo enriquecimento na exploração do trabalho escravo e de peões. (CARDOSO, 2003).

Raymundo Faoro confirma esse viés cultural ibérico, ao dizer que: "A terra, base do sustento expandiu-se para título de afidalgamento com o latifúndio monocultor em plena articulação." E segue: "De outro lado, a sesmaria serviu para consagrar as extensões latifundiárias.[...] tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no

plano político, da autonomia do potentado rural.”⁵⁰ Em Portugal, ainda segundo o autor, nos séculos XV e XVI, a posse de terras era o elemento mais importante para distinguir socialmente os indivíduos, pois mesmo os comerciantes (burguesia), dominados pela mentalidade aristocrática, usavam seus lucros pra comprar terras e viver como os nobres. O que, de certa forma é reforçado por Gilberto Freyre (1900-1987), quando enfatiza o traço de fidalguia do colonizador da seguinte forma: “A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, [...]” Enfatiza que: “[...] a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.” Finaliza: “Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar.” (FAORO, 1976, p.126; FREYRE, 1981, p. 18-19).

Também, sob o viés burocrático, a historiografia sugere que esse traço cultural, esse *ethos* ibérico se configura nas administrações e nos cargos públicos, a partir do estabelecimento do Governo Geral no Brasil. Estes cargos, historicamente sempre foram exercidos por nobres de sangue ou cortesãos. Com efeito, para investidura em muitas funções públicas era condição indispensável que o candidato fosse “homem fidalgo” de limpo sangue ou de boa linhagem. Porém os “homens bons” passaram a compreender, além dos nobres os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua inclusão da burguesia comercial (FAORO, 1976).

Ainda na esteira da formação e consolidação das nossas estruturas sociais, Fernando Henrique Cardoso explica que a apropriação estamental das posições burocráticas pelos senhores locais permitiu a utilização do poder estatal, com o propósito exclusivo de fortalecer o poder pessoal e de considerar a riqueza familiar. Nesse sentido, desfigurava-se o significado da ordem patrimonial-estatal e alicerçava-se o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril, mais de acordo, segundo ele, com o patrimonialismo patriarcal do que com o patrimonialismo estamental. (CARDOSO, 2003).

Luís Augusto Ebling Farinatti em sua tese sobre famílias da elite social agrária da fronteira sul do Brasil, afirma: “[...] a família é a resposta para a combinação de áreas de atuação diferentes.” E segue: “Vários dos recursos que não podiam ser acessados individualmente, o eram através das alianças familiares, sobretudo através de matrimônios.”

⁵⁰ Entendemos que o modelo também se adequa ao Rio Grande do Sul, por valer-se do mesmo estatuto jurídico (a sesmaria) e por estar associado ao mesmo ideal político: “a autonomia do potentado rural.”

Com efeito, teria sido a partir da instituição familiar que se estabeleceria o desenvolvimento de uma rede de relacionamentos que proporcionou o trânsito e o acesso à burocracia estatal, de forma que houvesse a ingerência na condução do poder governamental em benefício desses mesmos grupos. (FARINATTI, 2007, p. 398).

A concentração fundiária é outro elemento que precisa ser fundamentado historicamente. O sociólogo Octavio Ianni (1926-2004) observa que no Império já havia o cuidado com o livre acesso às terras. Nesse sentido, afirma que: “Houve a preocupação de encarecê-las, para evitar que os trabalhadores livres viessem a se tornar facilmente proprietários, fugindo assim à condição de vendedores de força de trabalho.” Lembra ainda que a Lei de Terras, nº 601, de 18 de setembro de 1850, tinha no seu espírito todo o processo de imigração e de colonização da segunda metade do século XIX, “em especial até a queda do governo monárquico”. (IANNI, 2004, p. 14-15).

No processo de formação do poder político e econômico do Rio Grande do Sul, é importante perceber que ele foi consolidado historicamente na região da *Campanha*. Centro difusor da cultura e das tradições do estado. Onde a apropriação do espaço ocorreu, segundo o historiador Joseph Love, (1975, p. 11) nos séculos XVIII e XIX, assim como em outras partes do Brasil. No Rio Grande, “em 1803 havia somente cerca de 500 proprietários,⁵¹ não obstante a maior parte da campanha estar teoricamente ocupada.” O que, de certa forma, é ratificado pelo geógrafo Jean Roche (1969, p.39), quando afirma que “embora a população houvesse sextuplicado entre 1780 e 1822, o Rio Grande do Sul parecia quase despovoado: possuía apenas cem mil habitantes.” Roche destaca ainda que, na *Campanha*: “22.000 habitantes, ou seja, menos de 31% da população” se concentrava naquela região. Outro aspecto a ser considerado é o relacionado ao poder desses latifundiários, tanto na questão política e econômica, quanto cultural. Donos de vastos campos, gado, escravos e dispendo do trabalho de muitos peões, teriam se formado as estruturas materiais e simbólicas para a consolidação do que denominamos de *ethos* ibérico de fidalguia, de viver de rendas, em analogia ao que o historiador Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) se refere como ‘ócio com dignidade’:

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. (HOLANDA, 2002, p.38).

⁵¹ É importante perceber que esse número representa 0,5% do total de habitantes do estado e cerca de 2% do total da região da Campanha.

A partir desse processo histórico em que os estancieiros, nas constantes disputas de fronteiras e nas guerras, a exemplo de seus ancestrais ibéricos no processo de reconquista, deixaram suas marcas na cultura Rio-grandense. Esses elementos, de alguma forma, segundo Fernando Henrique Cardoso (1977), Marilena Chauí (2000) e Raymundo Faoro (1976) têm a ver com o perfil autoritário e patrimonialista das nossas elites dirigentes e dos nossos políticos, em geral. Com efeito, é ilustrativa a pesquisa do professor Harry Rodrigues Bellomo, ao ressaltar a presença da nobreza no Rio Grande do Sul. O que, de certa forma, confirma essa percepção do *ethos* de fidalguia, quando diz que “o Estado Brasileiro usou os títulos de nobreza como forma de premiar aqueles que prestassem serviços destacados à comunidade e ao Estado”. Conforme o autor, a lista de nomes que recebeu títulos no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, é significativa, chegando a cinquenta e sete, entre marqueses, condes, viscondes e barões. (BELLOMO, 1999, p.74).

A questão fundiária se manterá praticamente inalterada no Rio Grande do Sul durante a República Velha (concentrada e com seu polo de poder na região da Campanha), todavia, cabe registrar o que representaria de certa forma, uma mudança no setor, implementada pelo Partido Republicano Rio-grandense. Love (2005, p. 79) afirma o PRR instituiu medidas progressistas em matéria fiscal ao criar o imposto sobre propriedade rural introduzido em 1904, e que tinha como meta substituir o imposto de exportação, “que sufocava o incentivo, e do qual dependia substancialmente a receita do estado.” Afirma ainda, que o imposto de propriedade foi a principal fonte de renda de 1915 até 1918. O historiador Mário Maestri confirma a vanguarda na política fiscal e destaca ainda que além do referido imposto, o PRR promoveu medidas protecionistas e praticou o intervencionismo econômico. Acrescenta que “os latifundiários federalistas temiam os projetos republicanos de tributar a propriedade fundiária e de apoiar a diversidade econômica e a industrialização do estado.” Aponta ainda que “a guerra civil de 1893-95 deveu-se às importantes questões econômicas, políticas e sociais então em jogo” impondo limites ao modelo econômico centralizado no interesse pastoril-charqueador. Entenda-se entre esses, a taxação da propriedade, através do imposto sobre a transmissão da propriedade, imposto sobre imóveis rurais e imposto territorial. (MAESTRI, 2011, p.225-253).

7.2 A REFORMA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, UMA CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A Reforma Agrária é mencionada e logo esquecida pela Aliança Liberal, segundo o economista e historiador, Pedro Cezar Dutra Fonseca, como “conveniente”, em poucas regiões mais apropriadas para a agricultura, somente. O que denota o “peso” político dos grandes proprietários de terra dos diversos estados do Brasil participantes daquele bloco. Essa suposta reforma agrária se faria mediante o financiamento a preços módicos de lotes, além de máquinas agrícolas e sementes. Mas, dentro de uma lógica de “adequação para fornecer alimentos e matérias-primas para a indústria e para as populações urbanas, liberação de mão de obra para a industrialização”, com mudança ou não da estrutura fundiária. Fonseca destaca ainda que os canais de comunicação para o setor agrário se alterariam no governo provisório. Os partidos, as câmaras e assembleias foram substituídos por órgãos do próprio Poder Executivo. Em outras palavras, “a política agrária passou a ser subordinada a decisões mais amplas do governo.” Esvaziando-se o regionalismo. (FONSECA, 1999, p.124, 184 e 194).

Segundo o historiador René Gertz no Estado Novo, 1937 a 1945, a economia Rio-grandense destoa da nacional no quesito industrialização por substituição das importações, política oficial que teria dado um “impulso especial” à economia nacional do período. O estado sulino, segundo Camargo (1983) e Pesavento (1985) citados por Gertz, optou pela manutenção da política econômica voltada para a defesa dos produtos agropecuários. O autor lembra ainda que, segundo Ronaldo Herlein Júnior, a lavoura colonial apresentava sintomas de esgotamento causado possivelmente pela fragmentação da propriedade, assim como os índices de produtividade da pecuária extensiva, praticada pelo latifúndio estruturado no sul do estado, se mantiveram sem alteração. (GERTZ, 2005, p.42-43; HERLEIN JÚNIOR., 2002, p.43).

A letargia⁵² do sistema agrário do Rio Grande ao longo de décadas provocou, entre outros fatores, o êxodo populacional. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento afirma que nos anos de 1950, o estado dos rio-grandenses era o que mais fornecia emigrantes para os outros estados da federação. Ao mesmo tempo era o que menos recebia brasileiros. Em grande parte, segundo a autora, pela elevação dos preços dos arrendamentos de terras para o plantio

⁵² Expressão utilizada por Love (1975, p. 6), ao se referir sobre o alto grau de concentração da propriedade territorial do Rio Grande, na República Velha: “[...] comparadas com os centros urbanos da Serra e do Litoral, as cidades da Campanha apresentam-se letárgicas e relativamente estáticas em população.”

conjugado de arroz e trigo, culturas que se expandiram no período. (PESAVENTO, 1997, p.124).

Digno de nota, também, são as observações do historiador Carlos Cortés, ao afirmar que além do esgotamento da fronteira agrícola, na segunda metade da década de 1950, havia uma estrutura fundiária onde prevaleciam o latifúndio ineficiente e o minifúndio antieconômico. Com 80% do território ocupado por propriedades agrícolas, grande parte delas assolada pelo mau uso. O rebanho bovino caíra do terceiro para o quarto lugar no número de cabeças, ficando atrás de Minas Gerais, de São Paulo e também do Mato Grosso. Crescera apenas, 1,2% ao ano, bem abaixo da média nacional do período, 1953 – 1958, que foi de 4,8%. Situação que, segundo o autor, é atribuída em parte à baixa inversão no próprio negócio e a falta de empreendedorismo dos empresários e agricultores rio-grandenses. Com relação ao perfil destes, Cortés afirma que não eram muito melhores do que os dos políticos. E que, ao invés de reinvestir seus lucros na expansão e modernização de seus próprios negócios ou em especulações produtivas “gastavam suas poupanças com carros importados de São Paulo, ou em investimentos de natureza pouco dinâmica, como a compra de imóveis.” (CORTÉS, 2007, p. 263-266).

Para Geraldo Müller a estrutura e a dinâmica das relações de produção do estado nesse período ocorreram dentro de um quadro de contornos bem nítidos: o centro estratégico do modelo localizava-se no campo, na pecuária, na agricultura e na pequena criação. Porém, seu conteúdo básico achava-se na “expropriação do valor do trabalho do trabalhador rural em geral não-proprietário, do pequeno agricultor proprietário e pequeno criador e dos assalariados urbanos, [...]” (MÜLLER, 1972, p.128).

7.3 ALGO PRECISAVA SER FEITO

Cabe destacar ainda o aprofundamento da crise econômica no governo Juscelino Kubitschek que, segundo o historiador Jacob Gorender (1923-2013), fez com que, pela primeira vez, a questão da reforma agrária saísse dos debates parlamentares e ganhasse “formas agudas de manifestações entre os seus interessados diretos – os camponeses.” Explica o autor que além da pressão tradicional das relações primitivas do capitalismo os camponeses se depararam com as relações burguesas de produção determinadas pela relação de capital e de trabalho assalariado. Mudanças que teriam provocado o “aumento da instabilidade, desejos sumários e marginalização.” Deflagrando o movimento das Ligas Camponesas de 1955,

liderado por Francisco Julião, que se irradiou de Pernambuco para vários pontos do país. (GORENDER, 2014, p.20).

Como já foi destacado, é no contexto de instabilidade que se desenrolam as primeiras ações efetivas para a implementação de uma reforma agrária no Rio Grande do Sul. Essa nova conjuntura representou um momento de redefinição e de reavaliação das políticas econômicas, centralizadas em duas questões: “[...] problemas conjunturais de inflação e crise do balanço de pagamentos e, ‘reformas de base’”. Cabe destacar ainda que as reformas sociais, especialmente a agrária, pela primeira vez, passaram a integrar “o debate econômico, como parte de um quadro geral de avaliação sobre a experiência de industrialização recente e sobre as possibilidades de desenvolvimento em longo prazo da economia nacional.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.409).

O economista Ricardo Bielschowsky lembra que o período que vai da posse de Jânio Quadros ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 é entendido, de forma consensual pelos estudiosos da política brasileira, como de crise. Entre os elementos que o economista destaca estão o aparecimento da miséria e o desemprego urbano, em níveis que extrapolavam as expectativas dos que acreditavam na industrialização como solução para as questões sociais do país. A inflação do período, que reduzia o poder de compra dos assalariados, somada aos baixos níveis de absorção de mão de obra pelos setores modernos da economia, são apontadas como característica do tipo de industrialização brasileira e dá a dimensão da crise deste triênio: “a mobilização e a participação popular ganharam profundidade jamais alcançadas anteriormente.” Os ecos dos movimentos sociais das ruas foram ouvidos no Congresso pelos setores políticos comprometidos com “as chamadas ‘reformas de base’, especialmente a reforma agrária, vista como instrumento indispensável para uma melhor distribuição de renda”, em sintonia com as transformações institucionais e nacionalistas destes mesmos setores congressistas. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 410-412).

É importante salientar que, em uma visão mais ampla sobre o período em análise, o tema reforma agrária também é destaque no contexto internacional do pós-guerra. Eric Hobsbawm afirma que: “Provavelmente nunca houve tanta reforma agrária quanto na década após o fim da Segunda Guerra Mundial, pois era praticada ao longo de todo o espectro político.” E segue: “Entre 1945 e 1950, quase metade da raça humana se viu vivendo em países que passavam por algum tipo de reforma agrária [...]” O autor destaca ainda que a Bolívia introduziu a revolução popular na América Latina, em 1952, “embora o México, desde a Revolução de 1910, ou, mais precisamente, desde a sua revivescência na década de

1930, há muito defendesse o *agrарismo*.” Todavia, a Revolução Cubana, segundo Hobsbawm, foi o evento que “pôs a questão na pauta política.” (HOBSBAWM, 1995, p. 347).

Entendemos como relevante a influência política que algumas ideologias representaram nas ações políticas do governador Leonel Brizola. Como já mencionado, segundo o economista e cientista político, Miguel Bodea (1948-1988), Brizola fazia parte da chamada “mocidade trabalhista,” cuja característica “foi o fato de que seus membros sofreram a influência simultânea das três correntes formadoras do trabalhismo rio-grandense: *os sindicalistas, os doutrinários-pasqualinistas e os pragmáticos-getulistas*.” Em virtude disso, consideramos pertinente relacionarmos algumas ideias sobre a reforma agrária do governo Leonel Brizola com o pensamento de Pasqualini sobre o tema. Pois, segundo este, “ninguém é pobre ou rico por sua exclusiva culpa ou iniciativa. A situação econômica e social do indivíduo não é determinada apenas por fatores individuais; depende também de fatores sociais, incontroláveis.” Em sua defesa da valorização do trabalho e do trabalhador, Pasqualini cita a Lei maior: “De acordo com a Constituição, a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios de justiça social.” E recomenda: “O Estado não poderá assegurar a um agricultor os meios de uma existência digna, dando-lhe um cargo público. O que ele precisa são terras e meios de produção.” Defende também, uma posição intermediária entre o socialismo e o que chama de ‘regime individualista’, na questão da propriedade da terra: no socialismo, onde não existe propriedade privada dos meios de produção e, entre o que chama de ‘regime individualista,’ quando “o proprietário julga-se no direito de dispor *ad libitum* desses meios, tendo em vista o lucro.” Defende, assim, “o uso da propriedade condicionado ao bem-estar social.” (BODEA, 1992, p.44; PASQUALINI, 1948, p.5-8).

7.4 AS AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE

As manifestações do Governador Leonel Brizola dão conta de uma situação econômica que ratifica a crise referida acima. Sob o título “*Rio Grande desunido – um marginal no processo de desenvolvimento que se registra no Brasil*” a entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo*, expõe um quadro denominado pelo governador de “lesão econômica.” Pondera o chefe do executivo que “o caso do Rio grande não poderá ser resolvido com uma ou outra obra, ou por iniciativas isoladas.” Mas, somente por “um conjunto de ações adequado de medidas e providências.” (CORREIO DO POVO, 17/04/1960, p.13).

A cientista política Mercedes Maria L. Cánepa corrobora o contexto descrito acima, pois observa que a percepção da crise não era exclusiva do Governo Leonel Brizola, mas também de amplos setores da sociedade, compostos pela classe política, associações empresariais, intelectualidade e sindicatos de trabalhadores. Contexto em que, “ganha corpo uma nova visão dos problemas do Estado”, que deixa de ser o ‘celeiro’ do Brasil e que passa a ser percebido como imerso em uma profunda crise econômica, política e institucional. A autora afirma ainda que nem bem organizara o seu *staff* administrativo, o governador “enfrenta um volume de demandas (“vindas de todos os cantos”) absolutamente desproporcional à capacidade, financeira e operacional, da máquina administrativa do Estado.” (CÁNEPA, 2005, p.262).

Para enfrentar a crise, as ações do governo Leonel Brizola tiveram de lidar com aspectos estruturais, conjunturais e culturais da sociedade rio-grandense consubstanciados na opinião pública, na política partidária e na “visão de mundo” desses atores sociais. A estratégia utilizada pelo comando do Piratini na questão da terra, segundo o cientista político e historiador Moniz Bandeira, foi dar “assessoria às associações de agricultores e camponeses sem terras, enquanto outros órgãos do Governo faziam um levantamento das áreas disponíveis no Estado, públicas e particulares” para fins de reforma agrária, valendo-se de dispositivo legal que “determinava ao governo a entrega de terras aos agricultores, sempre que surgissem abaixo-assinados, com mais de 100 firmas, reclamando-as.” (BANDEIRA, 1979, p.70).

No Roteiro do Programa de Governo⁵³ de Leonel Brizola, elaborado por uma comissão de alto nível⁵⁴, concluído em junho de 1960, são apresentados os problemas de cada uma das pastas ou setores do serviço público, sob dois enfoques: 1º o futuro do governo e suas funções públicas; 2º o futuro do governo e suas funções administrativas. Constata-se que o documento é o resultado de um estudo técnico e que busca passar a ideia de que não há lugar para amadorismo na gestão do Estado. As ações administrativas e a gestão da máquina pública se revestem assim de argumentos fortes que, de certa forma, atendem a dois quesitos básicos: abastecer de dados relevantes a administração e desqualificar argumentos que não forem fundamentados em preceitos técnicos. Postura administrativa que denota o aspecto positivista da formação do governador. Notadamente nos aspectos "cientificidade" e técnica,

⁵³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Roteiro do Programa de Governo do Eng. Leonel Brizola*. Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1962.

⁵⁴ Cánepa (2005, p. 265) observa que o CDE - Conselho de Desenvolvimento do Estado, criado sob Decreto nº 10.499 de 8/6/1959, presidido pelo governador, era composto por todos os secretários de Estado, pelo reitor da UFRGS e por mais dez membros escolhidos livremente pelo governador entre os “de reconhecida capacidade técnica, notório saber e espírito público.”

resultantes da sua formação ter ocorrido nas primeiras gerações de engenheiros formados no Rio Grande do Sul. Pois, de acordo com a Luiz Otávio Ferreira, "a história da tradição positivista no meio científico brasileiro está intimamente relacionada ao ensino da engenharia civil e militar". (*apud* LOPES, 2013, p. 45).

Sob o aspecto desenvolvimento econômico, o documento aponta como primeiro desafio uma revisão ampla na política econômica do Estado. Para tanto, destaca a necessidade de romper “os males do nosso isolacionismo”, tendo como “Primeiro Esforço: vencer os pontos de estrangulamento (transportes, energia, crédito e comunicação) – fundamental para o nosso entrosamento com os planos e as atividades do Governo Central.” No item *produção* as orientações são no sentido de fixar os rumos: “Precisamos vencer pela técnica e inteligência as nossas desvantagens naturais – Importância do lema: *O que é produzido no Rio Grande é melhor* – [...]” E segue: “Fomento da produção e produtividade – Pessoal técnico e imigração especializada – preços de nossa produção agropecuária - A terra cultivada não deve pagar nenhum imposto – Agricultura e seus problemas [...].” Cabe destacar, ainda, alguns itens que estão diretamente relacionados com a questão agrária, como os problemas da pecuária, do cooperativismo e de obras e serviços de colonização e viação colonial, “conforme planos da Diretoria de Terras e Colonização”. (ROTEIRO DO PROGRAMA DE GOVERNO, 1962, p. 6-7 e 23).

O material pesquisado indica que havia projetos de reestruturação fundiária por parte do governo do Rio Grande do Sul, fundamentados na *Política Agrária e Produção Agropastoril*, em 1960. Item componente do decálogo *Educação e Desenvolvimento*. Esses se efetivaram com a criação da Comissão Estadual de Terras e Habitação – CETH⁵⁵, que, segundo Bernard José Pereira Alves, tinha por função adquirir terras para agricultores e áreas para a construção de casas populares. Mas, além disso, a referida comissão realizou um vasto levantamento da situação fundiária do estado, a partir dos registros dos cartórios. Concluíram com o mapeamento dos latifúndios gaúchos, composto por propriedades rurais que ultrapassavam os dois mil e quinhentos hectares. Segundo a mesma fonte, o trabalho prosseguiu com a fundação do “GT-14, grupo de trabalho idealizado para elaborar os traços do que viria a ser o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA)”. (ALVES, 2010, p.20).

⁵⁵ *Diário Oficial*, 11/03/1960, p. 2, Decreto 11.201.

7.5 A CRIAÇÃO DO MASTER

Córdula Eckert lembra que os trabalhadores do campo surgem como uma força social organizada em nível nacional a partir da década de 1950, a exemplo das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB) e que estas organizações teriam estimulado movimentos semelhantes em vários estados da federação, pelo estabelecimento de uma reforma agrária. A autora afirma ainda que no Rio Grande do Sul os trabalhadores rurais, em um primeiro momento, tentaram se organizar a partir de sindicatos, sob as orientações do Partido Comunista Brasileiro (PCB). E que os primeiros sindicatos da categoria foram criados em Pelotas, em Jaguarão e em São Gabriel, por volta de 1954. Período em que se realizaram também as Conferências Regionais de Trabalhadores Rurais, no Rio Grande do Sul, com vistas a um encontro nacional, organizado pela ULTAB e agendado em São Paulo, nos anos de 1953 e 1954. Eckert enfatiza que esses movimentos acumularam experiências, a partir de vários confrontos diretos entre posseiros e Brigada Militar, em São Francisco de Paula, Taquara, Erechim e Uruguaiana, que fizeram mortos, na primeira metade dos anos de 1950. Mas, que esses eventos teriam sido fundamentais para a criação do MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra, em 1960. (ECKERT, 2009, p. 71).

O Master, segundo Córdula Eckert teria surgido como reação à tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares, por um suposto proprietário, no município de Encruzilhada do Sul, onde viviam cerca de trezentas famílias há cinquenta anos. Essas famílias, organizadas com o apoio do então prefeito da cidade, Milton Serres Rodrigues, propuseram-se ao litígio pelo direito de permanecer nas referidas terras. É fundado então o primeiro núcleo do Master, por iniciativa do prefeito, em junho de 1960. Nessa primeira fase, que vai da sua fundação até janeiro de 1962, data do início dos acampamentos, o Master caracteriza-se pela organização de associações de sem-terra nos municípios, visando uma associação estadual, possivelmente, com vistas à realização de um Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961. O que daria maior visibilidade ao movimento. Lá, o Master se fez presente com 31 delegados que representavam 33 associações de agricultores sem terra. (ECKERT, 1990, p.73).

Segundo a mesma autora, o Master era uma organização incipiente, que se desenvolveu com o apoio que o governo Leonel Brizola lhe teria proporcionado, a partir do segundo semestre de 1961.⁵⁶ As ações do Piratini, primeiramente, foram as de buscar a

⁵⁶ Cabe destacar que, no documentário “*Brizola: Tempos de Luta*”. Direção de Tabajara Ruas. Brasil, 2004, 1 DVD. Brizola afirma que: “Nós organizamos o movimento sem-terra. Ele não surgiu espontaneamente, não.

legitimação das terras devolutas, para somente então, implementar o processo de reforma agrária, em agosto desse ano. Para tanto, constituiu um grupo de trabalho visando a sua execução. Simultaneamente, reconheceu as associações de agricultores sem-terra, pré-requisito para o preceito legal referido acima, e “declarou como utilidade pública, reconhecidas pelo governo, as mais de dez Associações de Agricultores Sem-Terra então existentes.” Em janeiro de 1962, instituiu o Projeto de Programas Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social, cuja meta era a “democratização da propriedade e organização de granjas cooperativas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores.” E, em abril do mesmo ano criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA, idealizado por Paulo Schilling, superintendente da fronteira do sudoeste. (ECKERT, 2009, p. 75-76).

A segunda fase do Master, a partir de janeiro de 1962, foi a dos acampamentos próximos às áreas de interesse dos sem-terra. Atendiam, assim, ao chamamento de Brizola: “*Camponeses precisam se unir*”.⁵⁷ Única possibilidade para que o governo fizesse a desapropriação, com base nos artigos 173 e 174 da Constituição estadual. O plano fazia parte das orientações do próprio governador⁵⁸, afirma Paulo Schilling (1967) citado por Eckert. A estratégia utilizada era a “formação de acampamentos no perímetro de grandes latifúndios, previamente eleitos entre aqueles de mais baixo índice de aproveitamento, em regiões onde o número de camponeses sem-terra fosse elevado.” (ECKERT, 2009, p.76).

7.6 O APARATO BUROCRÁTICO E SUA ESTRATÉGIA

A historiadora Marluza Marques Harres também afirma que “a organização e mobilização dos segmentos sociais e sua integração na dinâmica do período não foi resultado de um movimento espontâneo.” A autora destaca que houve um “intenso trabalho político

Nós, através do nosso partido, Partido Trabalhista, nós promovemos a organização dos agricultores sem-terra. [...]” Brizola lembra que percorrendo o interior era procurado por inúmeras famílias que diziam que não tinha terra. Que eram filhos de colonos, de agricultores. Então, o governador orientou-os: “Vocês acampem, levem para lá quantas famílias de agricultores sem-terra que puderem. Levem alguma coisa, organizem uma cozinha, com fogão, né. Um bom chimarrão, vocês gostam de tomar mate, e aí, comuniquem ao governo. Eu vou levar os jornalistas lá, para ver a situação. Para que divulguem, para que mostrem isso que ninguém vê. Que é a população sobrate (*sic*) do campo, que está se aglomerando nas cidades. Formando favelas. Construindo barracos, porque não têm para onde ir. E, nesse primeiro acampamento, acabaram se juntando quase sete mil pessoas. [...]”.

⁵⁷ *Ultima Hora*, 9/01/1962. p. 3.

⁵⁸ Segundo Mendonça (1990, p. 329) A política sindical trabalhista é considerada “pedra de toque” do modelo econômico definido, a partir de 1940. Nesse sentido, nos parece pertinente o incentivo do Governo às associações dos trabalhadores rurais, por dois motivos: o primeiro pode ser associado ao preceito positivista da organização das classes produtoras e, o segundo, como estratégia de ingerência política no movimento.

desenvolvido por diferentes instituições” (partidos políticos e Igreja Católica) no sentido de conscientizar os agricultores pobres da importância desse movimento para a conquista dos seus direitos. E acrescenta: “O apoio oficial do governador Leonel Brizola (1959-1962) ao Master foi fundamental para o avanço das atividades associativas.” E segue: “Uma articulação entre o movimento e o governo deu sustentação para algumas medidas de impacto no último ano de administração trabalhista.” Todavia, é bom lembrar que, já em 29 de fevereiro de 1960, data da fundação da Comissão Estadual de Terras e Habitação – CETH, além dos objetivos que já foram mencionados acima: [adquirir terras para agricultores e área para construção de casas populares] o referido órgão também fazia o levantamento de propriedades superiores a dois mil e quinhentos hectares. De onde se pode depreender que a missão da CETH tinha como meta uma estratégia que extrapolava a legalização e a legitimação das pequenas propriedades, pois já visava mudanças estruturais, em outras palavras, uma reforma agrária. (HARRES, 2009, p.200-205).

Em cartilha explicativa⁵⁹, publicada em dezembro de 1962, o Governo Leonel Brizola fez a apresentação, de forma didática, dos problemas históricos do setor agrário. Apresentou um relatório do que fora executado, o que está em execução e quais as projeções para o setor na sua gestão. A iniciativa de implantar uma Reforma Agrária no Rio Grande do Sul⁶⁰, foi oficializada pelo Decreto nº 12.812, de 14 de novembro de 1961, que criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária – IGRA, órgão de planejamento diretamente subordinado ao governador, através de um Conselho de Desenvolvimento. Segundo Romeu Barleze, deputado estadual pelo PTB e membro da equipe encarregada de implantação do programa de reforma agrária do Governo Leonel Brizola. Tratava-se de uma “iniciativa geradora do primeiro movimento social organizado de agricultores sem terra do estado gaúcho, do Brasil e talvez da América do Sul”.

Entre as metas desse programa de Reforma Agrária (com base no estatuto legal: a Constituição Rio-grandense, nos seus artigos 173 e 174)⁶¹ estava a “democratização da

⁵⁹ Ver nos Anexos. Cartilha IGRA: *Reforma Agrária*: documentação disponível no Museu Olívio Otto de Carazinho – RS. Carazinho, janeiro de 2013.

⁶⁰ Reforma Agrária. Governo Leonel M. Brizola, 1959/1962. Documentos cedidos pelo ex-deputado Romeu Barleze, chefe do Serviço de Associativismo e Levantamento Rural do Governo Brizola, ao Museu Olívio Otto, Carazinho – RS (ANEXOS).

⁶¹ Art. 173 – O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar; Art. 174 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seus usos da convivência social; destacamos os parágrafos 1º, que determina a desapropriação ou tributação especial sobre imóveis improdutivos; e o 3º: determina que o Estado promoverá planos especiais de colonização visando as finalidades do parágrafo anterior, desde que pleiteada por um número mínimo de cem agricultores sem terras, de uma determinada região;

propriedade marginalizada no meio rural”⁶². A partir de um levantamento realizado pelas Exatorias Estaduais, onde os camponeses preenchiam uma ficha socioeconômica, ficando assim cadastrados para o momento em que se criassem as condições legais para uma “democratização da propriedade.” Segundo a cartilha “Reforma Agrária”, em quatro meses de funcionamento 190 agricultores teriam recebido terras no município de Camaquã, ‘Banhado do Colégio’, além de trabalhos de levantamento técnico para o estabelecimento de comunidades de pequenos proprietários, nas fazendas Sarandi, Pangaré, Maragata, Itapoã, Taquari, São José do Ouro entre outras. Sendo que a fazenda Pangaré teria sido oferecida pelo governador Brizola ao IGRA, para que ali fossem assentadas comunidades de pequenos agricultores. Segundo o mesmo documento, o Estado já teria distribuído um total de seiscentos lotes em diversos municípios.⁶³

7.7 FAZENDA SARANDI: MARCO DAS MOBILIZAÇÕES

O primeiro acampamento de sem-terra do Governo Leonel Brizola foi organizado na Fazenda Sarandi, no município de mesmo nome, ao norte do estado, na região do Alto Uruguai, em oito de janeiro de 1962, sob aplausos e protestos. A área, de aproximadamente 25 mil hectares, propriedade da Agropecuária Maílhos, empresa uruguaia, tornou-se o marco da política de reforma agrária daquele governo, mediante processo de desapropriação.⁶⁴ Uma semana após, no dia 15, lá compareceu o governador, acompanhado por uma comitiva composta por políticos, jornalistas e várias autoridades.⁶⁵ Como o objetivo evidente de mostrar que se tratava de um movimento legal e cristão. Na oportunidade foi rezada missa com altar e cruz feita de madeira. Ocasão, também, em que foi comunicada a desapropriação da Fazenda Sarandi. Enquanto, 1500 agricultores aguardavam para tomar posse da terra, mais de 1300 futuros proprietários eram cadastrados pelos prefeitos Jair Calixto, de Nonoai, e Ivo Sprandel, de Sarandi. A terra foi dividida em “colônias de 25 hectares”, de forma que todos pudessem ocupar o seu lote. (ÚLTIMA HORA, 14/1/1962, p. 3).

A reação, por parte do sindicato dos Bancos, da Federação das Associações Rurais, da Federação das Associações Comerciais e da Federação das Indústrias, à desapropriação da

⁶² Cartilha da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, dezembro de 1962, p. 13. (ANEXOS).

⁶³ Cartilha da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, dezembro de 1962, p. 13. (ANEXOS).

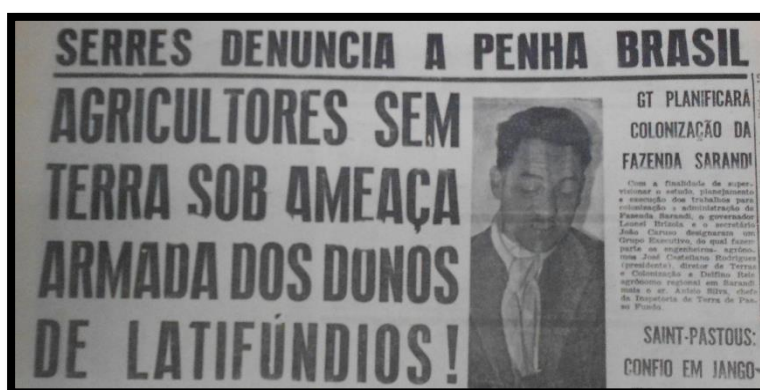
⁶⁴ *Ultima Hora*, 16/01/1962: Manchete principal: “Sarandi: Encontro de amor, de afeto e de patriotismo.”; *Idem*, 17/01/1962, p12: “A vitória de Nonoai”; “Nonoai dá exemplo: mais camponeses exigem terra.” *Idem*: Oposição pede instalação de CPI, para investigar desapropriação da fazenda Sarandi.

⁶⁵ “Eu fui lá. Levei comigo, como meu convidado, até o comandante do III Exército. Levei o presidente do Tribunal, levei o bispo. [...]” “*Brizola: Tempos de Luta*”. Direção de Tabajara Ruas. Brasil, 2004, 1 DVD.

Fazenda Sarandi é destaque na edição do dia 19 de janeiro pelo jornal *Última Hora*. A ação do governo é contestada por se tratar de “instrumento de manobras demagógicas ou de pretexto para a implantação de sistemas coletivistas.” A bancada oposicionista da Assembleia, também se posicionou contrária à desapropriação e propôs a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades no processo.

A política fundiária do Governo Leonel Brizola, com base nos estudos realizados pela CETH, pelo GT-14 e pelo IGRA, constatou a pressão por terras na região e buscava assentar esse contingente de agricultores. Fenômeno que fora percebido pelo geógrafo Jean Roche e que ratifica os estudos realizados pelo Piratini. Pois, afirma Roche que muitas cidades do norte do estado, entre elas, Nonoai, Passo Fundo, Sarandi e Iraí, tornaram-se centros de convergência de migrantes oriundos das colônias antigas, devido à fragmentação das propriedades, que se tornaram inviáveis economicamente. (ROCHE, 1969, p.338).

Cabe destacar ainda que os referidos estudos indicavam que a Fazenda Sarandi era improdutiva e que o processo de desapropriação transcorreu dentro do estatuto legal, com base nos artigos 173 e 174 da Constituição estadual de 1947. Sendo que, para o deferimento das emissões de posse pelo juiz da comarca, o governo efetuou um depósito como garantia, de “63 milhões e 478 mil de cruzeiros.” (ÚLTIMA HORA, 24/01/1962, p.3).



Fonte: *Última Hora*, 21/1/1962. p.12.



Fonte: *Diário de Notícias*: 8/1/1962. p.4.



Fonte: *Diário de Notícias*: 8/1/1962. p. 4.

7.8 O BANHADO DO COLÉGIO

A manchete do jornal *Última Hora* de 24 de janeiro de 1962 é: "*Camaquã imita Sarandi, mais 2 mil camponeses pedem terra*". O jornal destaca que os acampados querem terras, “não terras de fazendeiros, mas terras do Estado”. E segue: “O Estado drenou e os fazendeiros ocuparam, baseados num artifício de linguagem, que figura nas escrituras: limita com o banhado”. Segue o a observação do articulista: “[...] O banhado encolheu e as fazendas aumentaram. Quando o banhado sumiu já tinha dono.” (ÚLTIMA HORA, 24/1/1962, p.3).

O litígio entre os fazendeiros de um lado e o Estado do outro durou dez anos. Os primeiros alegando serem os donos do banhado e o Estado reivindicando, pelo Decreto nº 11.106 de 5 de janeiro de 1960, que reeditava o Decreto de 1953, a desapropriação da área, de 48.523 hectares, para fins de utilidade pública. Sob o argumento de que as terras que se tornaram cultiváveis foram resultado de vultosos investimentos públicos realizados pelo governo federal, DNOS, na drenagem do deságue do Arroio Duro⁶⁶ e de banhados naturais, portanto, terras devolutas. Argumentos reforçados pela presença e pressão de trabalhadores sem terra. (ÚLTIMA HORA, 24/1/1962, p.3).

Segundo Marluza Marques Harres o exame da documentação que remonta ao processo de colonização portuguesa, o Banhado do Colégio aparece referido como “limite, dividindo sesmarias e posses”, todavia os técnicos da Divisão de Terras Públicas não teriam conseguido “delimitar exatamente o espaço ocupado por esse banhado, através da análise da

⁶⁶ Ver as fotos nos Anexos.

documentação.” A autora afirma ainda que a barragem do Arroio Duro e a drenagem do Banhado do Colégio trouxeram modificações ao ambiente natural característico da área, ao mesmo tempo em que questiona “a quem de direito pertenciam as terras recuperadas?” Uma vez que logicamente todo o trabalho de engenharia humana teria sido feito em nome do desenvolvimento econômico e social. (HARRES, 2002, p.282).

Cabe destacar que a região de Camaquã está inserida na área ocupada pelos chamados estancieiros, dentro do bioma pampa. E, embora as excelentes condições naturais, historicamente apresentam baixos índices de produtividade na bovinocultura e altos índices de arrendamentos de terras para a rizicultura.⁶⁷ Fatores determinantes, segundo a mesma fonte, para o baixo desenvolvimento econômico e social da região.

É importante lembrar também, que o próprio governador tentou sensibilizar os fazendeiros, através da liderança da FARSUL, no sentido de oportunizar opções para o desenvolvimento econômico do estado. Aliás, Brizola, quando prefeito da capital, buscou alternativa semelhante, com expressivos resultados, naquela ocasião. Diante da falta de recursos financeiros para a aquisição de terrenos e sem ter de arcar com os custos e com as exigências e trâmites legais com desapropriações, que além de onerosa, exigiria uma espera que o problema não comportava. Foi adotada, então, a seguinte estratégia: “[...] apelar à população, aos proprietários de terrenos no município, para que cedessem suas áreas à Prefeitura, em regime de comodato, afim de que neles fossem construídas as unidades escolares planejadas. [...]” *Diário de Notícias* (8-06-1958, p.15) Portanto, não é de surpreender que o chefe do executivo estadual alimentasse alguma esperança de encontrar uma solução para a questão da terra, através do entendimento e do diálogo. No mesmo jornal, em 4 de fevereiro de 1962, página 4, a reportagem trata dessa busca. O governador declara que “a tendência é para um entendimento entre governo, ruralistas e os sem terra.” E segue: “A verdade é que todos estão de acordo quanto ao mérito da questão. Discute-se gora os meios de realizar-se a reforma. Vejo o panorama com muita calma.”

Também no Banhado do Colégio, a ideia era a conciliação. Segundo Marluza Harres havia a “pretensão de contar com os próprios fazendeiros para desencadear o processo de reforma das estruturas rurais no Rio Grande do Sul.” Para tanto, “os trabalhistas propuseram a criação de núcleos coloniais em terras desapropriadas ou negociadas pelo Estado com os

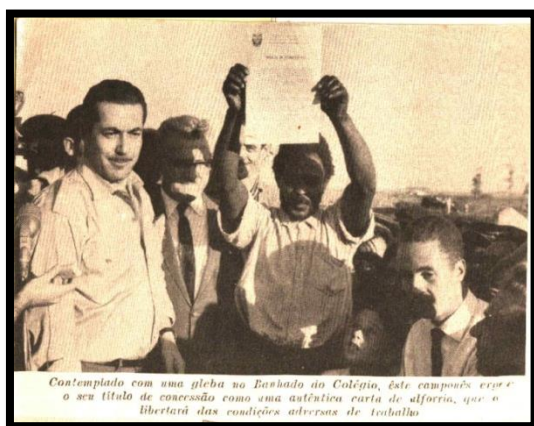
⁶⁷ SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Diálogo de Surdos: um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha gaúcha*. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

fazendeiros.” As terras seriam obtidas de três formas: através da desapropriação, da compra e da sensibilização dos latifundiários, afim de que se integrassem ao programa, cedendo terras. O referido programa de colonização incluía assistência ao acampamento até que os núcleos alcançassem a sua autonomia, através de cooperativas. Dentro, portanto, do estatuto constitucional rio-grandense. Observa a autora. (HARRES, 2002, p.282).

Em março de 1962, o Estado recebeu as terras desapropriadas. Cerca de 19 mil hectares, cuja posse foi efetivada em junho do mesmo ano. Mas, o diálogo recrudescceu. A radicalização de grande parte dos ruralistas e a crítica da oposição não deixou espaço para composições e entendimentos. O governo ainda tentou utilizar a estratégia da mobilização dos agricultores sem terra. Reiterou os argumentos utilizados de que se tratavam de terras devolutas que se tornaram utilizáveis em função dos investimentos estatais. E, em junho de 1962, as primeiras 134 famílias receberam seus títulos de concessão de posse, em lotes que variavam entre 19 e 25 hectares. É importante salientar que não se tratava de doação de terra, mas de aquisição mediante compra. Nesse sentido, o depoimento de um assentado, o agrônomo, Lindolfo Westphal, que acompanhou com sua família todo o processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, em Camaquã. Em seu livro: *A reforma agrária que deu certo: Banhado do Colégio*. [2ª ed. Camaquã, RS: L. Westphal, 1998] ele informa que houve um grande esforço por parte dos fazendeiros lindeiros do Banhado do Colégio para que a reforma agrária fracassasse: “Lutaram de todas as formas possíveis, para que fracassassem os projetos de Reforma Agrária. Felizmente os lotes entregues continuaram com produção até hoje e com boas perspectivas de futuro.” Destaca ainda que não houve desapropriação, mas a venda das terras para os agricultores mediante o financiamento pelo banco do Brasil. (WESTPHAL, 1998, p. 34).

O Termo do Acordo proposto pelo governo acabou por reduzir ainda mais a área desapropriada, de 19 mil hectares (que já representava menos da metade do total) para 10 mil hectares, em junho de 1962. Sendo que, ao fim e ao cabo, pouco mais de 4.000 hectares foram entregues às famílias de agricultores selecionadas: 244 lotes rurais e 132 urbanos, no final do processo judicial, em 1971. (HARRES, 2000, p.387-389).

Contemplado com uma gleba no **Banhado do Colégio** recebe documento do Governador Leonel Brizola



Fonte: Cartilha da Reforma Agrária – IGRA
Museu Olívio Otto - Carazinho - RS



Fonte: Cartilha da Reforma Agrária – IGRA
Museu Olívio Otto - Carazinho - RS

Quadro 23 - Áreas para reforma agrária

Local	Município	Área	Forma de obtenção
Fazenda Sarandi	Sarandi	24.239,00 ha	Desapropriação
Banhado do Colégio	Camaquã	19.106,70ha	Desapropriação
Pangaré	Osório	1.000,00 ha	Cedida para venda
Itapuã	Viamão	3.000,00 ha	Patrimônio do Estado
Maragata	São Borja	1.000,00 ha	Cedida para venda
Canapé	Cachoeira do Sul	13.080,20 ha	Desapropriada
Florida	S. Luiz Gonzaga	8.400,00 ha	Cedida para venda
Terras de José de Medeiros	Alegrete	1.020,00 ha	Cedida para venda
Fazenda Mata Fome	Itaqui	2.450,00 ha	Sem informação
Rincão dos Vieiras	Giruá	12.800,00 ha	Sem informação
Quitéria	São Jerônimo	1.200,00 ha	Comprada
Fazenda da Armada	Canguçu	1.650,00 ha	Sem informação
Total		88.945,90ha	

Fonte: *Mensagem à Assembleia*, (1962, v. 4).

Objetivamente, os resultados da política agrária do Governo Leonel Brizola, segundo *Mensagem à Assembleia*, foram além das atividades habituais, por ter inovado em pelo menos dois aspectos nos dois primeiros anos de mandato: atenção especial à regulamentação das terras devolutas ocupadas por agricultores, sendo que, até 31 de dezembro de 1960, foram expedidos 5.541 títulos e, em segundo lugar, pela realização do primeiro Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul. (*Mensagem à Assembleia*, 1962, v. 4).

Digno de nota, também, foram as demarcações de 1.081 lotes; as 2.357 sentenças prolatadas que abrangeram uma área de 40.237ha; as 7.250 vistorias e o acompanhamento

técnico ao setor, através da presença de agrônomo, veterinário, zootecnista ou técnico rural em cada município do estado, com vistas à melhoria da produção agropastoril. (*Mensagem à Assembleia*, 1962, v. 4).

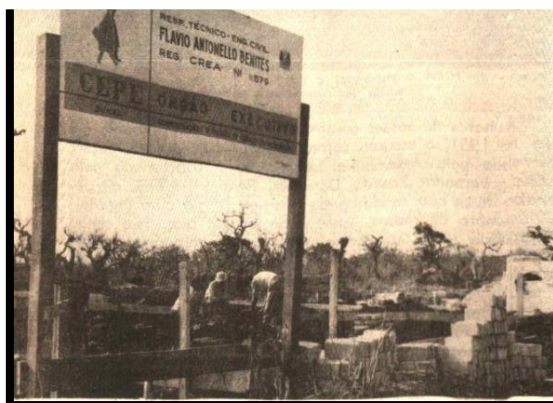
Todavia, a política do Piratini sofreu uma mudança de posição, a partir do segundo ano de governo. De um relativo consenso da primeira metade da sua gestão, passa a ser alvo de duras críticas da oposição e dos dissidentes, incluídos aí o PRP. Partido que compunha sua base de apoio e que ocupava a Secretaria da Agricultura, pelo presidente do partido, Alberto Hoffmann. Situação motivada, possivelmente, pela a forte defesa do *nacional-desenvolvimentismo-reformador* daquele governo. Notadamente, a adoção de uma política redistributiva, centrada na reforma agrária, que teria gerado acirradas discussões na Assembleia Legislativa, através da imprensa, de setores da Igreja e das classes produtoras, especialmente, do setor rural e de sua entidade de classe, a Farsul.

A luta pela vida começa cedo no campo



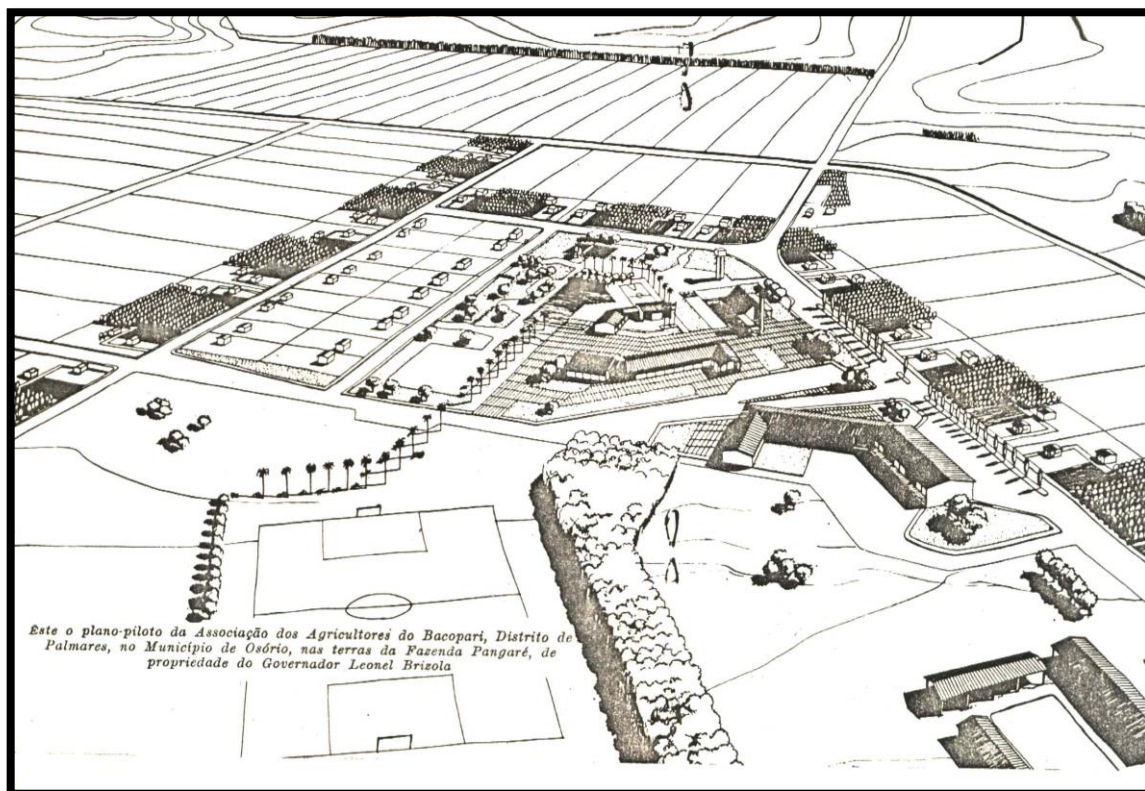
Fonte: *Cartilha da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*.

Construção de escola, a cargo da CEPE. Prática que acompanha a instalação de toda comunidade



Fonte: Museu Olívio Otto, Carazinho – RS.

Plano-piloto da Associação Agricultores do Bacopari, Distrito de Palmares, no município de Osório, em terras cedidas pelo Governador Leonel Brizola.



Fonte: *Cartilha da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*; Museu Olívio Otto, Carazinho – RS.

Agricultores sem terra constroem suas moradias nas terras que receberam do IGRA



Fonte: *Cartilha da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*; Museu Olívio Otto, Carazinho – RS.

7.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Entendemos que a experiência acumulada pelo processo de implementação da reforma agrária do Governo Leonel Brizola nos fornece três constatações importantes. A primeira delas é a de ter demonstrado empiricamente a sua viabilidade técnica, a partir de um projeto de Governo e do aprimoramento da gestão pública. Segundo, em perceber que a

modernização do setor primário era um pré-requisito para a transformação das relações de produção no campo. Assim como sua estrutura arcaica era um obstáculo ao projeto do Governo de Leonel Brizola do *nacional-desenvolvimentismo-reformador*. E, em terceiro lugar, de certa forma, se confirma a tese de Aspásia de Camargo, para quem, no caso brasileiro, a questão agrária não pode ser tratada ao nível institucional, sob pena de ser absorvida no confronto das forças políticas, por encontrar suas origens nas sólidas alianças que determinam a estrutura da concentração fundiária nacional. O que sugere a busca de alternativas e estratégias mais eficientes para o problema.

Procuramos demonstrar no presente capítulo o empenho do Governo Leonel Brizola em compor alternativas e soluções para o setor primário, no que se refere à produção e a inserção social, com base em estudos e planejamentos técnicos. Ingênuo esperar que esse empenho representasse um idealismo desinteressado. O que não desqualifica, no nosso entender, os avanços e potencialidades que foram demonstrados. Ao contrário, mostram que avanço social e econômico podem ser conjugados com política partidária.

Por outro lado, a participação popular organizada dos trabalhadores rurais, como elemento de pressão, causou reações das instituições sociais e de grupos conservadores, o que não causa estranheza. Apenas confirma, por um lado, o posicionamento histórico (tratado na primeira parte do presente capítulo) desses mesmos grupos e, por outro, reforça os argumentos dos seus opositores.

O governo, por seu turno, transigiu com as lideranças ruralistas e buscou, em várias oportunidades, a conciliação. O exemplo de Camaquã é representativo. Reduziu para menos de um quarto o total da área inicialmente reivindicada. Obteve algum sucesso, que ficou materializado com o assentamento do Banhado do Colégio, mas, aquém do esperado. O litígio com os fazendeiros lindeiros ratifica a complexidade do problema. Estes, inconformados, recorreram da desapropriação, mesmo com a expressiva redução da área, e sob os argumentos de que o que estava sendo requerido eram terras devolutas, que se tornaram utilizáveis, somente após investimento do estatal.⁶⁸

Com relação ao Master, não cabe aqui discutir sua autonomia. Se era um movimento “chapa branca”, ou não. O que fica, nos parece, foi o papel importante que o movimento desempenhou nesse processo. Agiu movido por seus ideais e sob o comando de suas lideranças. Com o incentivo, o apoio e a liberdade do Governo Leonel Brizola, por se tratar de

⁶⁸ Ver fotos das obras de drenagem no Banhado do colégio, nos Anexos, p.196, 197;

um movimento legítimo. Dentro do que se espera de uma sociedade em busca do aprimoramento das suas instituições sociais. Essa é, sem dúvida, uma novidade.

Para finalizar, é importante destacar o aparato burocrático desenvolvido nesse governo, a exemplo do CETH, GT-14, IGRA, PRADE, entre outros fatores mencionados, que evidenciam o empenho na tentativa de solucionar a questão agrária do estado. Mas, essencialmente, o que buscamos demonstrar no presente capítulo foi que a reforma agrária fazia parte de um projeto maior, *conditio sine qua non*, para mudanças estruturais da matriz produtiva Rio-grandense. Obstáculo histórico que remete a posicionamentos sectários de modelos econômicos e sociais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 1961-64 pode ser considerado o de maior potencial revolucionário da história recente do Brasil. Seu epicentro foi a Campanha da Legalidade. Estratégia organizada pelo governador rio-grandense que surpreendeu os golpistas e dividiu as Forças Armadas. O povo foi às ruas e, dessa vez, não assistiria a tudo "bestializado".

A opinião pública, nacional e internacional, acompanhou o desenrolar dos acontecimentos. E os relatos daqueles que vivenciaram os momentos de tensão são unânimes em afirmar que o sentimento geral era o de apoio às ações do Piratini.

Havia um argumento irrefutável ao lado das forças que se opuseram ao golpe: elas estavam exigindo o cumprimento da Lei. Estabeleciam-se, a partir daí, as condições históricas para uma Revolução Passiva, cujo desfecho era imprevisível, mas, talvez fosse um grande passo para o aprimoramento das nossas instituições democráticas.

A gestão Leonel Brizola no Rio Grande do Sul protagonizou outros eventos, também inéditos no estado, até então. Como foi o caso da reforma agrária. Que, por um lado, demonstrou empiricamente, através dos depoimentos, como o do agrônomo e ex-assentado, Lindolfo Westphal, em "*A reforma agrária que deu certo*", a sua viabilidade. E, por outro, fez com que as forças reacionárias ganhassem visibilidade e demonstrassem todo o seu poder e a sua rede de apoio. Presentes nos partidos políticos liberais conservadores; em setores da Igreja, da mídia, do Exército e da classe média rio-grandense.

Prevaleceram os interesses do latifúndio. Em que uma elite de senhores de terra e de mandões civis e militares montaram sobre a massa da população rio-grandense.

As encampações da *Bond & Share* e da *ITT*, duramente criticadas pela oposição, foram responsáveis por uma sensível recuperação dos setores de energia e de comunicações, tidos, unanimemente, como entraves, gargalos, para o desenvolvimento do estado. Mas, cujas soluções, até a gestão Leonel Brizola, se mantiveram restritas apenas aos discursos de campanha.

Foi uma iniciativa que desnudou os bastidores dos investimentos do capital associado e internacional e as suas redes de ingerência dentro do Estado brasileiro. Assim como a incapacidade das classes políticas e empresariais de articular um plano de industrialização em bases menos dependentes, que fosse inserido dentro de um projeto de Estado.

Venceram os particularismos, os interesses financeiros rentistas, em detrimento de uma produção nacional mais independente, financeira e tecnologicamente.

Por último, mas não menos importante, a administração Leonel Brizola marcou sua passagem pela educação formal. Foram destaques nesse setor a expansão quantitativa e a interiorização da escola pública. Que, para os padrões nacionais do período, significaram um avanço considerável. Reconhecidamente por aqueles que se beneficiaram dessa expansão.

Mas, também, não foram poucas as críticas da oposição nesse setor. Aliás, elas se mantêm até os nossos dias, nos comentários irônicos e descontextualizados, que procuram desconstruir uma realidade insofismável de uma gestão dinâmica e empreendedora. Que demonstrou em sua trajetória uma recorrente preocupação com a educação popular.

As reações às mudanças, por parte das elites civis e militares, e de grande parte das classes média, marcaram esse período. Ao que parece, esses mesmos grupos nunca aceitaram a ascensão das "massas" ao consumo; à escola de qualidade; à cidadania integral. Viam, com temeridade e preocupação, toda a ação política ou social por reformas como ameaça aos seus privilégios.

Na política, a jactância foi a tônica. Prevaleceram os interesses partidários, corporativos e fisiológicos, em prejuízo do Rio Grande. Como demonstrado pela confissão de Ildo Meneghetti da *Frente Democrática* - PSD-PL-UDN, em reportagem publicada no *Coojournal* de setembro de 1977, quando afirma: "O grande erro da história do Rio Grande do Sul foi eu ter vencido Alberto Pasqualini em 1954." E segue: "Ele tinha boas ideias e sabia como executá-las, eu não tinha nada. Se ele tivesse vencido, tudo era diferente e a revolução de 1964 não tinha acontecido." (MENGHETTI, *apud* CÁNEPA, 2005, p.2019).

Pelo exposto, consideramos que em sua primeira fase, de janeiro de 1959 a agosto de 1961, a gestão Brizola no Piratini se enquadraria em um modelo *nacional-desenvolvimentista-reformador*. Mas, a partir dos desdobramentos do episódio da Legalidade, suas ações e discurso se radicalizaram e passamos a perceber um *nacional-desenvolvimentismo-popular-revolucionário*. Estavam criadas as bases teóricas, autenticamente nacionais para a primeira etapa da *Última Revolução*.

REFERÊNCIAS

ACCURSO, Cláudio F. **Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE. Porto Alegre: 3(1): 41-77, 1982. (pp.41-77)

_____ **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985:**
volumes I e II - Porto Alegre: Editor da UFRGS, 2014.

AITA, Carmen e AXT, Gunter (Orgs.). **José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

ALVES, Bernard José Pereira. **A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, legislação e mobilização**. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - URRJ, 2010 [Dissertação de mestrado]

ANDREATTA, Tanice. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. [Tese de doutorado em desenvolvimento rural].

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AXT, Gunter; *et al.* **Julio de Castilhos: o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____ **Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto de V. Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____ **O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional**. In TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: do Golpe Visões críticas: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: UNICAMP, 1997. (p.83 a 96)

BARROS, Eliane C. e LANDO, Aldair M. **Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul**. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. **RS: imigração & colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. (pp.9-33)

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. **O império brasileiro: panorama político.** *In:* LINHARES, Maria Yedda. (Org.) História geral do Brasil. 9. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. (pp.188-245)

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra; (orgs.) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.** São Paulo: Editora UNESP, 2012

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **O presidente desiludido: preâmbulo de política econômica no Governo Dutra (1946-1951).** IE/UNICAMP.

*In:*file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Dutra+-+Um+presidente+Desiludido+-+Pedro+Paulo.pdf; Acesso em 11/10/2014.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

_____ **Cultura do povo e educação popular.** Revista da Faculdade de Educação. São Paulo; 5 (1/2): 77-92, 1979.

_____ **Educação e valores democráticos** (relações de gênero e etnia nos livros didáticos). *In:* MOISÉS, José Álvaro. [et.al.] **Cultura e democracia.** Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001. (pp.13-61)

_____ **Educação e sociedade no Brasil após 1930.** *In* PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. [et. al.] **O Brasil Republicano.** - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História geral da civilização brasileira; t.3; v.4) (pp.383-416)

BELLOMO, Harry, R. **Os Barões Assinalados: A presença da realeza e da nobreza no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

_____ **A Greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho.** Porto Alegre: L&PM, [s.d.]

BRAGA, Kenny. (coord.) **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos.** Porto alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964).** *In:* O Brasil republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964) / por Ângela de Castro Gomes...[et.al.]. -3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004. 3ª ed. 608p.:Il – (História da Civilização Brasileira: t.3; v.3) (p.121-224)

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representações políticas: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)** Porto alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **O trabalho na colônia.** *In:* LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História geral do Brasil.* 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.(pp.95-109)

_____ **A crise do colonialismo luso na América portuguesa.** *In:* LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História geral do Brasil.* 9ª Ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. (p.111 a 128)

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. **Brizola, momentos de decisão.** Encruzilhada do Sul: [...], 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001. p. 149.

_____ **A Formação das Almas, o imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____ **Os Bestializados: o rio de janeiro e a república que não foi.** 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____ **A escrita da história.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CORSETTI, Berenice. **Cultura positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)**. Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [31]: 55-69, julho/dezembro 2008. (pp.55-69)

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **E educação nas constituições brasileiras**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Camara. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III - Século XIX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (pp.17-28)

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997

DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil:1930/1945**.Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

_____ **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade: Brasil, 1985-95**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____ **O estado Novo: estrutura de poder relações de classe**. In: O Brasil republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964) / por Ângela de Castro Gomes...[et.al.]. -3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004. 3ª ed. 608p.:Il – (História da Civilização Brasileira: t.3; v.3) (p.78-120)

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Florianópolis: UFSC, 2009. [Tese de doutorado]

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. RJ: Petrópolis: Vozes, 1981.

ECKERT, Cordula. **Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul**. UFRRJ, 1984. Dissertação de mestrado.

_____ **O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul**. In: FERNANDES, Bernardo M., MEDEIROS, Leonilde S. e PAULINO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas, dilemas e conquistas, V.1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p.71 a 92)

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo história e política (1930-1937)**. Campinas, SP:UNICAMP, 2006. [Tese de doutorado]

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias da elite social agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. [Tese de doutorado].

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: 16ª ed. Companhia das Letras, 2010.

FELIZARDO, Joaquim José. **A Legalidade: o último levante gaúcho**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.

FERNANDES, Bernardo M., MEDEIROS, Leonilde S. e PAULINO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O significado da ditadura militar**. In TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964: Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. (p.141 a 148)

_____ **O que é revolução**. In: SAMPAIO, Plínio de Arruda Jr. (Org.) **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: 2000. (pp.55-148)

_____ **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Rogério. **As Cortes Constituintes da nação portuguesa e a educação pública**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Camara. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II - Século XIX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (pp.19-33)

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular: 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____ **João Goulart: uma biografia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Angelina C. *In:* TOLEDO, Caio Navarro (Org.). 1964: **Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. (pp.47-71)

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha.** Porto alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____ **Vargas: o capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____ **Do progresso ao desenvolvimentismo: Vargas na Primeira República.** *In:* BASTOS Pedro Paulo Z. / FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.* São Paulo: UNESP, 2012. (pp.51-68)

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** Porto Alegre: Globo, 1967.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos.** *In:* *In:* STEPHANOU Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil - Vol. III - 4. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (pp.165-181)**

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____ **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.** 2. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GIRON, Loraine Slomp. **A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes.** In: LANDO, Aldair Marli. (Org.); DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. **RS: imigração & colonização.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 2006. (pp.46-66).

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____ **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

_____ **Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935).** In: O Brasil republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964) / por Ângela de Castro Gomes...[et.al.]. -3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004. 3ª ed. 608p.:Il – (História da Civilização Brasileira: t.3; v.3) (pp.7 a 75)

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira.** 3ª ed.São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ **A burguesia brasileira.** 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Tudo é História; 29)

_____ **Era o golpe de 64 inevitável?** In TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: do Golpe Visões críticas: democracia e reformas no populismo.* São Paulo: UNICAMP, 1997. (p.109 a116)

_____ **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** Porto Alegre: \mercado Aberto, 1987. (Revisão 27)

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina: 1960-1990.** 2. ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HARRES, Marluza Marques. **Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, RS.** Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS, 2002. [Tese de doutorado]

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____ **A era do capital**, 1848 – 1875. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octavio. **As estratégias de desenvolvimento**. In TOLEDO , Caio Navarro de. (Org.) 1964: do Golpe Visões críticas: democracia e reformas no populismo. São Paulo: UNICAMP, 1997. (pp.137 a 140)

_____ **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**.

KUHN, Dione. **Brizola: da legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LINHARES, Maria Yedda. (Org.) **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **Capitalismo e colonização** – alemães no rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs.) **RS: imigração & colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1996. (pp.9-33).

LOPES, André Luís Borges. **Sanear, prever e embelezar: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitário e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929)** Porto Alegre: PUCRS, 2013. [tese de doutorado]

LOPES, João Máximo. (Org.) **O banhado do colégio: 40 anos de reforma agrária** (uma outra visão). In: **Subsídio à história de Camaquã: os 80 anos da Revolução de 1923**. Camaquã: Núcleo de Pesquisa Histórica de Camaquã, 2003.(p.109 a 121)

LOVE, Joseph L. “**O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista.**” In AXT, Gunter; (Org.) *et al.* **Júlio de Castilhos: o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. (pp.74-84).

_____ **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O Decreto de Leônicio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate** - A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Camara. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II - Século XIX. 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (pp.91-103)

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da Pré-História aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo fundo, 2010.

_____ **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho e resistência social. 3ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____ **A Guerra no Papel**: História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Passo fundo: PPGH/UPF, 2013.

MELO, Demian Bezzera de. **O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia**. *In*: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marco Antônio Both; (orgs) **Ditaduras e democracias**: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014) Porto Alegre: FCM Editora, 2014. (pp. 89-105)

MENDONÇA, Sônia Regina de. **As bases do desenvolvimento capitalista dependente**: da industrialização restringida a internacionalização. *In*: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.(p.327 a 350)

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola**: Rio Grande do Sul (1959-1963). Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Dissertação de mestrado)

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Da República Velha ao Estado Novo**. *In*: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. (pp. 302-315)

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MOREIRA, Cássio Silva. **O Projeto de Nação do Governo João Goulart**: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, 2011. [Tese de doutorado].

MÜLLER, Geraldo. **Periferia e dependência nacional**: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. São Paulo: USP, 1972. (Dissertação de Mestrado)

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do rio Grande do Sul**. 70 anos BANRISUL. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

NEVES, Lucília Almeida. **Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo**. In TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) **1964: visões críticas do golpe**: democracia e reforma no populismo.” SP: Editora da UNICAMP, 1997. (pp.55-71)

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais**: *Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. [Tese de doutorado]

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul: um novo Nordeste**, *o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e Sugestões para uma Política Social**. Porto Alegre: Globo, 1948.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____ **RS: a economia & o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elizabeth. **Movimentos sociais urbanos (1930-85)**. In: República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. Volume 4 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), pp.193-234.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Luiz Fernando Silva. **História Contemporânea da América Latina: 1930-1960**. 2ª ed. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo Rio Grande**: a educação pública no Rio grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963): nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **O Governo de Flores da Cunha**. In: *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)* / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor do volume René E. Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007. Volume 4 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), pp.17-37.

REIS, Daniela Görgen dos. **Imagens do Poder: as fotografias da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUCRS, 2012. [Dissertação de mestrado]

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Ildo Meneghetti. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa oficial, 1958.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Ildo Meneghetti. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa oficial, 1963.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa oficial, 1960.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Apresentada pelo Governador do Estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa oficial, 1962.

RIO GRANDE DO SUL. **Roteiro do Programa de Governo do Eng.º Leonel Brizola**. Elaborado pelo Gabinete de Administração e Planejamento. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa oficial, 1962.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUAS, Miriam Diehl. **A doutrina trabalhista no Brasil(1945-1964)**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. S. Paulo: Edusp. 2002.

SANTO-SÉ, José Trajano: **Brizolismo**: estatização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SCHLLING, Paulo R. **Crise econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

_____ **O que é reforma agrária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____ **Como se coloca a direita no poder - I Os protagonistas**. São Paulo: Global Editora, 1979.

_____ **Como se coloca a direita no poder - II Os acontecimentos**. São Paulo: Global Editora, 1981.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou contragolpe?** 4.ed. Porto Alegre: L&PM, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____ **Vozes da Legalidade**: política e imaginário na era do rádio. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____ **Jango: a vida e a morte no exílio**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **Diálogo de surdos**: um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha gaúcha. Porto alegre: PUCRS, 2011. (Dissertação de Mestrado)

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Nacionalismo e desenvolvimentismo na Guerra Fria**: conflitos ideológicos na política internacional do Brasil em Golbery do Couto e Silva. In: SILVEIRA, Helder G. da; ABREU, Luciano Arone de. (Orgs.) **De Vargas aos militares**: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (pp. 89-104)

SINGER, Paul. **Interpretação do Brasil**: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: **O Brasil republicano** v. 4: economia e cultura (1930-1964) / por Antônio Flávio de Oliveira

Pierucci... [et.al.] 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História geral da civilização brasileira; t.3; v.4) (p.211-245)

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Era o golpe de 64 inevitável?** In TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) **1964: do Golpe Visões críticas:** democracia e reformas no populismo. São Paulo: UNICAMP, 1997. (pp.103-116)

STEPAN, Alfred. **Os militares na política:** as mudanças de padrões na vida brasileira. RJ: Artenova, 1975.

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal Panfleto e a construção do brizolismo.** Porto Alegre: PUCRS, 2008. (Tese de doutorado)

TAMBARA, Elomar. **Educação e positivismo no Brasil.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Camara. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol. II - Século XIX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (pp.166-178)

TAVARES, Flávio. **1961: o golpe derrotado:** Luz e sombra do Movimento da Legalidade. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____1964: o golpe. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologias.** São Paulo: Ática, 1977.

_____ (Org.) **1964: Visões críticas do golpe:** democracia e reforma no populismo. Campinas SP: UNICAMP, 1997.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo:** teoria e práxis política nos anos 30. In: O Brasil republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964) / por Ângela de Castro Gomes...[et.al.]. -3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004. 3ª ed. 608p.:II – (História da Civilização Brasileira: t.3; v.3) (p.296-335)

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Depois de Leonel Brizola.** São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

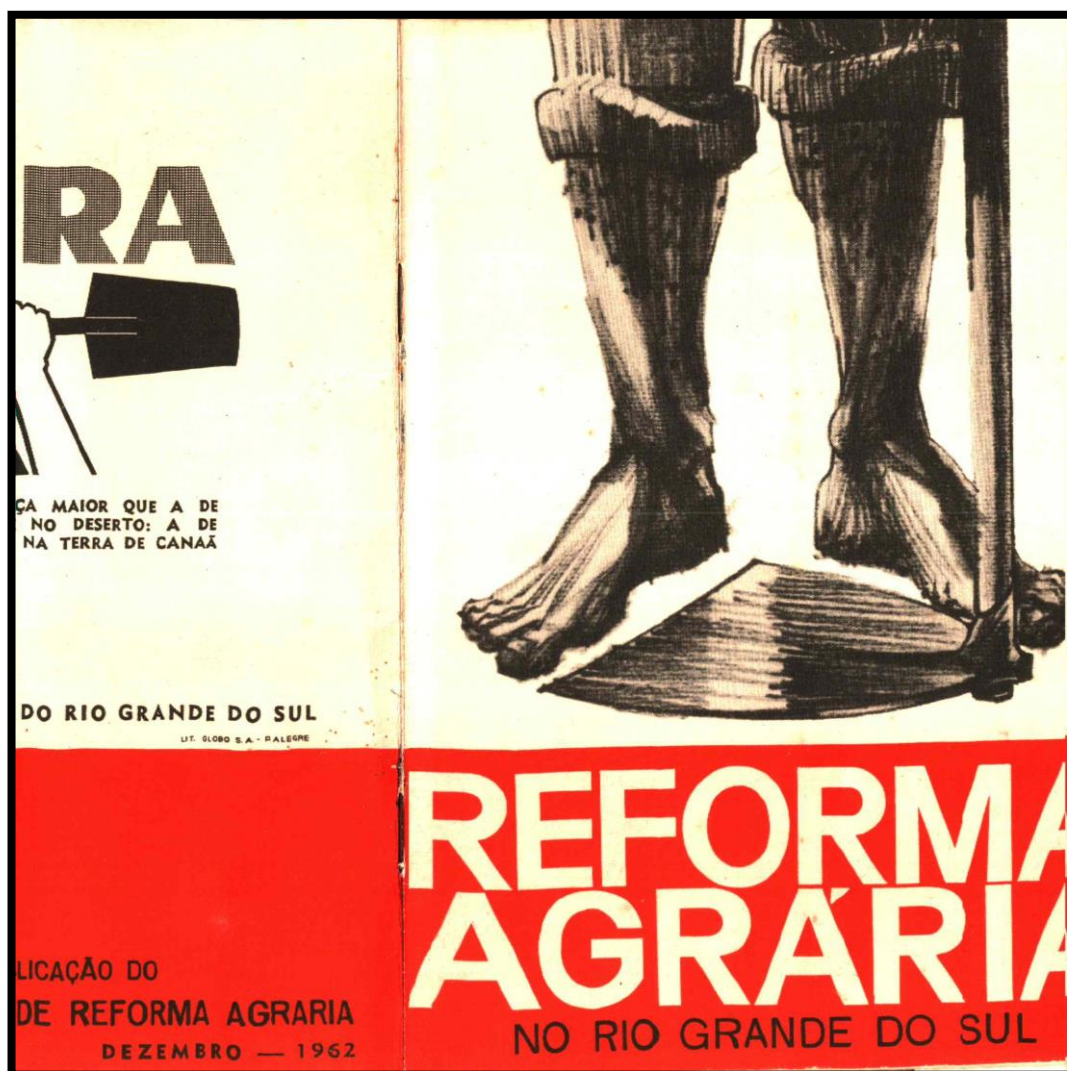
VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de Base e a política nacionalista de desenvolvimento - De Getúlio a Jango -** Coleção Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980;

WESTPHAL, Lindolfo. **A reforma agrária que deu certo: Banhado do Colégio**. 2. ed. Camaquã, RS: L. Westphal, 1998.

ANEXOS

Cartilha da Reforma Agrária do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul



Fonte: Museu Olívio Otto - Carazinho RS.

Pré-requisitos para cadastramento de candidatos ao programa de reforma agrária do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: 1959-1963

A assistência técnica mediante o assessoramento especializado, ensinando como plantar, o que plantar e novos métodos de aproveitamento, conservação e recuperação econômica do solo, através de culturas rotativas e de modernas práticas agrícolas.

Visando corrigir, dentro da legislação vigente, os inconvenientes oriundos do atual sistema de propriedade, tal como a pulverização das áreas e a conseqüente criação do minifúndio, a própria concessão da terra é feita através do sistema cooperativado. Ou seja, quem adquire a terra é a Cooperativa, cujo capital é formado por quotas subscritas pelos seus associados. Essas quotas correspondem — cada uma — ao valor da área destinada ao associado da Cooperativa e, ainda, ao fundo da entidade. Passam então a vigorar para essas quotas as leis e regulamentos que regem o sistema cooperativado.

O acesso dos agricultores sem terra à pequena e média propriedade nos núcleos agrícolas do IGRA, é filtrado através de um rigoroso critério de seleção, com contagem de pontos, com os seguintes itens:

A — Condições essenciais:

- Não ser proprietário ou possuir apenas área rural reconhecidamente insuficiente para sua subsistência.
- Ter mais de 21 anos ou emancipado (2)
- Ter encargo de família. (3)
- Apresentar atestado de boa conduta.
- Não ter atividade lucrativa, de caráter permanente, estranha à agricultura.

B — Classificação

Os candidatos que satisfaçam as condições essenciais serão classificados por pontos obtidos de acôrdo com a seguinte escala:

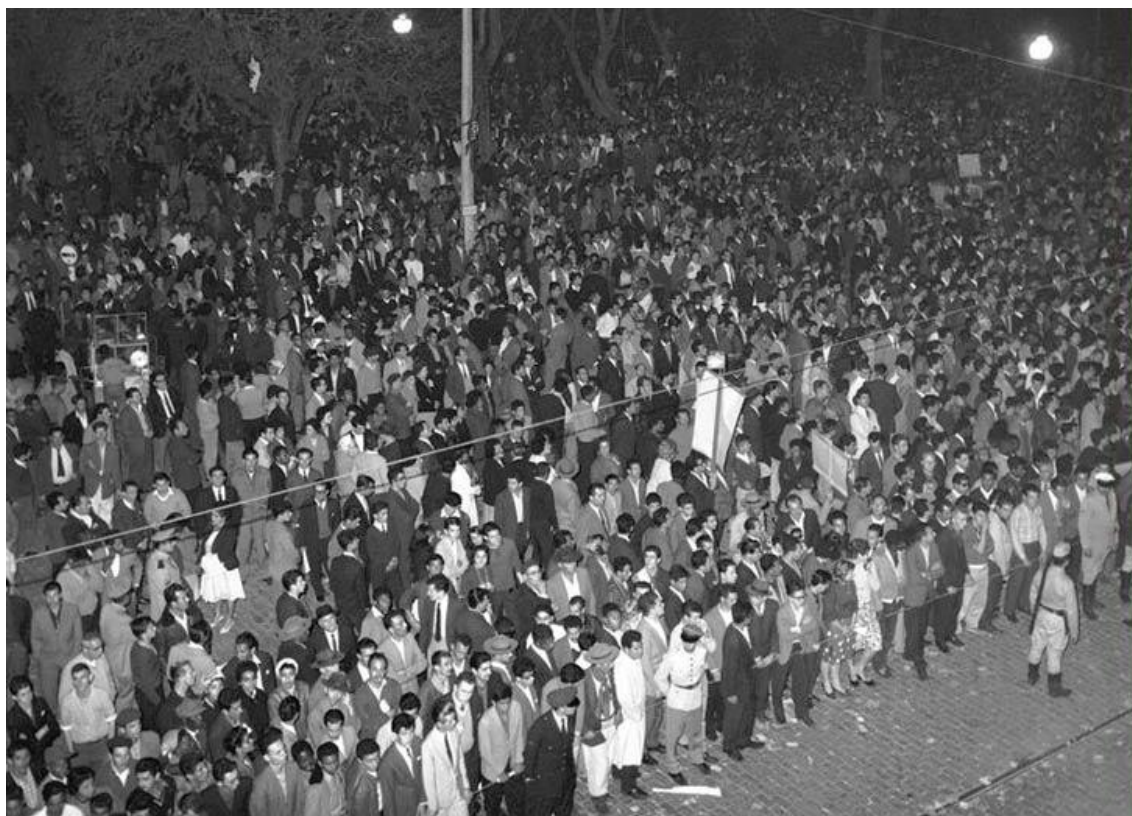
- Domicílio e procedência:** (7) (8)
 - Morador na gleba a ser colonizada como arrendatário, meeiro, parceiro ou posseiro 25 pontos
 - Como assalariado agrícola 15 pontos
 - Procedentes de outras áreas rurais do Estado 10 pontos
- Capacitação:** (4) (7) (8)
 - Tradição agrícola 15 pontos
 - Tradição nas atividades específicas do núcleo 20 pontos
- Bens de produção:** (5)

Aos agricultores que dispuserem de todos os bens de produção para a exploração da área que lhe for concedida será atribuído um máximo de 20 pontos
- Idade:** (6)
 - de 21 a 30 anos 10 pontos
 - de 31 a 40 anos 8 pontos
 - de 41 a 50 anos 6 pontos
 - de 51 a 60 anos 4 pontos
 - de mais de 60 anos 2 pontos
- Estado civil:**
 - casado 5 pontos

Fonte: Museu Olívio Otto - Carazinho RS.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+da+legalidade+brizola&biw=1600&bih=799&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0COC8QsARqFQoTCJzr6NTN2sYCFZaYiAodQz8EAw>>. Acesso em: 13 jul. 2015.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+da+legalidade+brizola&biw=1600&bih=799&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0COC8QsARqFQoTCJzr6NTN2sYCFZaYiAodQz8EAw>>. Acesso em: 13 jul. 2015.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+da+legalidade+brizola&biw=1600&bih=799&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CC8QsARqFQoTCJzr6NTN2sYCFZaYiAodQz8EAw>>. Acesso em: 13 jul. 2015.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+da+legalidade+brizola&biw=1600&bih=799&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CC8QsARqFQoTCJzr6NTN2sYCFZaYiAodQz8EAw>>. Acesso em: 13 jul. 2015.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+da+legalidade+brizola&biw=1600&bih=799&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CC8QsARqFQoTCJzr6NTN2sYCFZaYiAodQz8EAw>>. Acesso em: 13 jul. 2015.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+da+legalidade+brizola&biw=1600&bih=799&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0CC8QsARqFQoTCJzr6NTN2sYCFZaYiAodQz8EAw>>. Acesso em: 13 jul. 2015.



Prefeitura Municipal de Carazinho

SECRETARIA

N.º

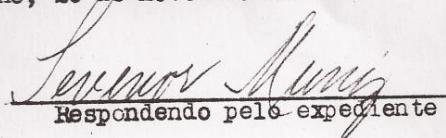
de

de 1936

PORTARIA Nº 59.

Pela presente Portaria fica o snr. Director Geral da Fazenda Municipal autorizado a despende a importancia de setenta mil reis (70\$000) para pagamento de uma passagem ao alumno pobre da Universidade Technica, de Porto Alegre, LEONTEL BRIZOLLA, para que o mesmo possa passar as ferias de fim anno, junto com sua familia.

Prefeitura Municipal de Carazinho, 20 de novembro de 1936


Respondendo pelo expediente



Prefeitura Municipal de Carazinho

SECRETARIA

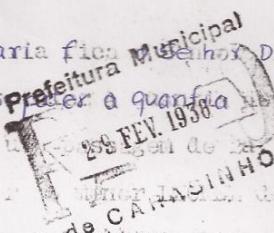
N.º _____

Carazinho 20 de fevereiro

de 1936

PORTARIA Nº 22.

Pela presente Portaria fica **Prefeitura Municipal** o Sr. **Director da fazenda Municipal**, autorizado a dispor a quantia de **600** (600) reais para a compra de **250** (250) metros de tela de algodão, para a fabricação de **250** (250) metros de tecido para o Instituto Pimenta Bueno, no município de Carazinho, Estado de Rio Grande do Sul, em conformidade com o Edital nº 1.000, de 15 de fevereiro de 1936.



Abilio Carneiro

Recebi a importância constante da Portaria supra.

Carazinho 20 de fevereiro de 1936

Comelino Fuzella

PORTARIA Nº 112.

Pela presente Portaria fica o snr. Diretor Geral da Fazenda Municipal autorizado a dispender a importancia de 288\$000(duzentos e oitenta e oito mil reis) para compra de livros didaticos ao aluno, pobre Leonel Brizolla, cursando o ultimo ano do Curso de Tecnicos Ruraes, da Universidade Tecnica do Rio Grande do Sul.

Agricultura Especial.....	24\$000
Fruticultura.....	15\$000
Lacticinios I.....	16\$000
Lacticinios II.....	12\$000
Enologia.....	24\$000
Viticultura.....	9\$000
Quimica Agricola Vegetal.....	20\$000
Economia Rural.....	12\$000
Topografia.....	20\$000
Zootecnica Especial.....	35\$000
Genetica.....	15\$000
Apicultura.....	12\$000
Veterinaria.....	12\$000
Contabilidade Agricola.....	32\$000
Construções Ruraes.....	24\$000
Julgamento dos animais.....	6\$000
Total.....	288\$000

Prefeitura Municipal de Carazinho, 9 de março de 1938.

(a) Albino Hillebrand.
Prefeito Municipal.

Confere com o original.

Opina C...
Auxiliar da Secretaria.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CARASINHO

N.º 1246



Pague-se a quantia de Rs. (703000)

Prefeitura Municipal de Carazinho, 22 de Dez de 1936

Sebio Humberto
Prefeito

Nome do Credor FORNECI Nº 59

Natureza da despesa relo fornecido de material de escritório

de 1936

de 1936

Prefeitura Municipal
31 DEZ. 1936

CLASSIFICAÇÃO

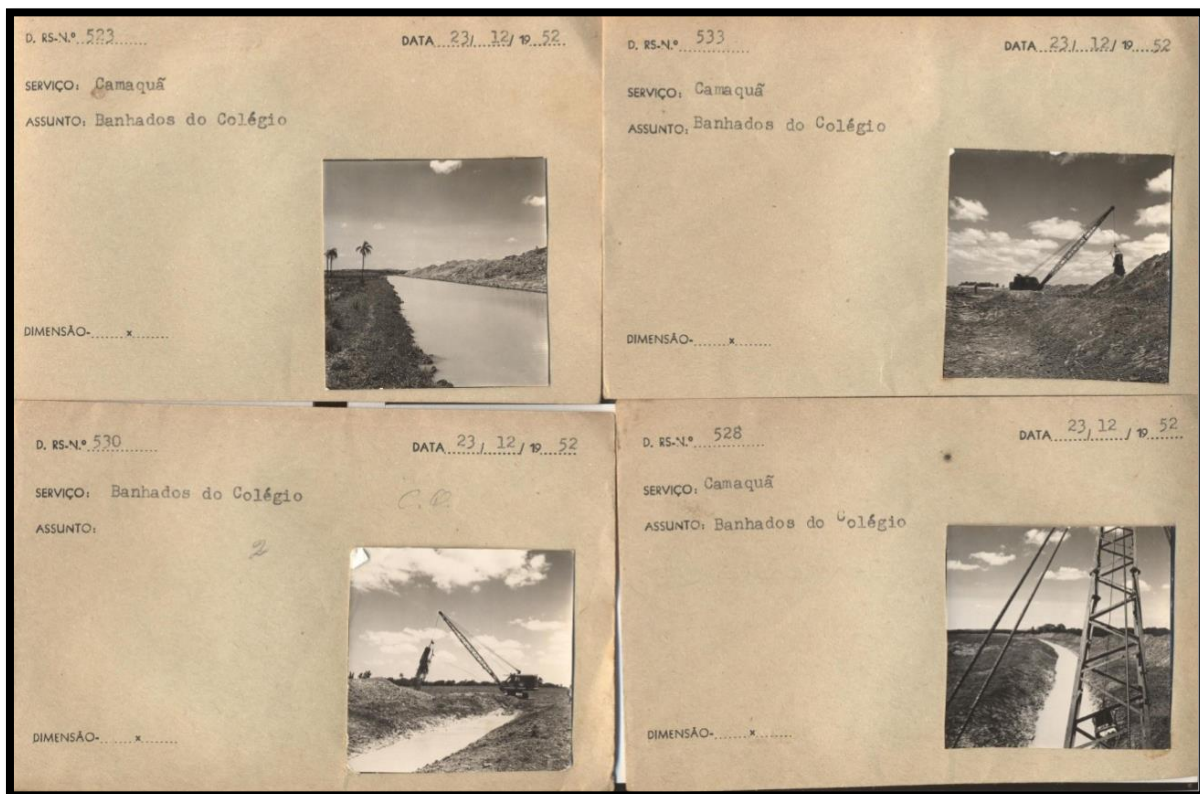
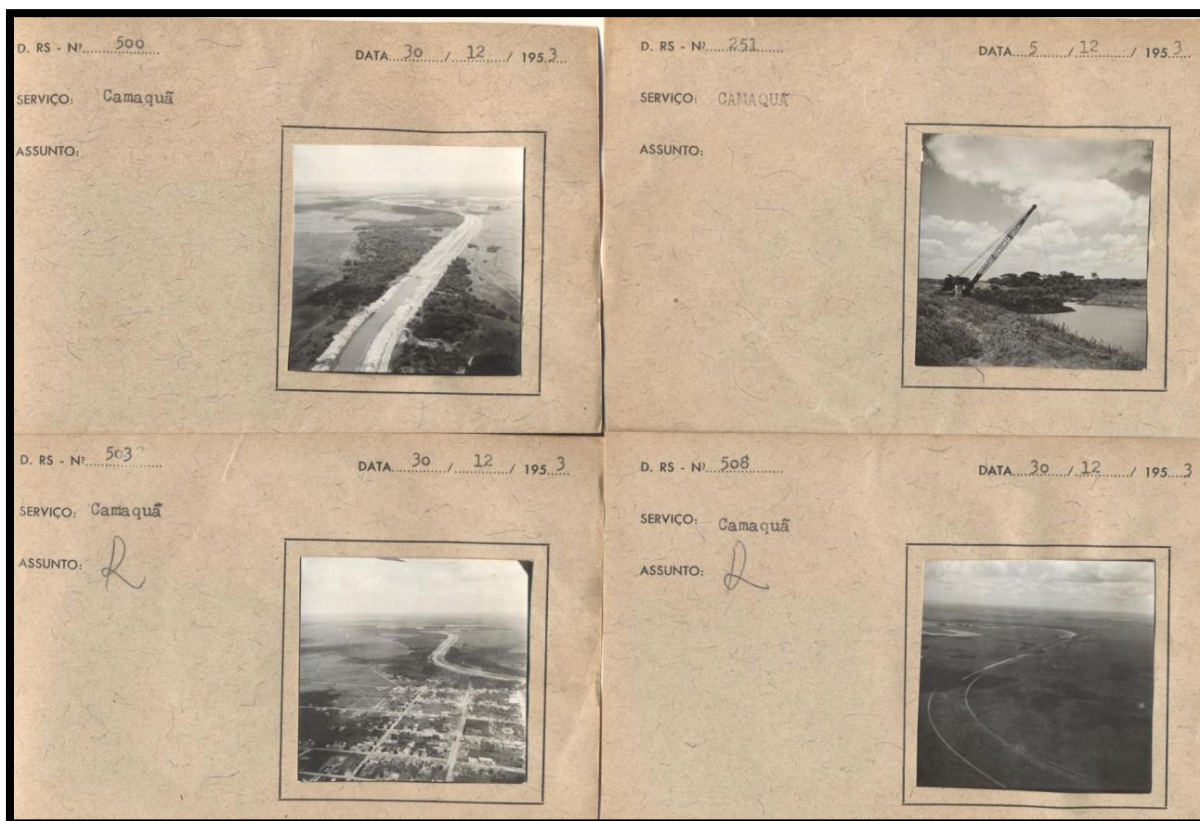
Tit	Tab	Descrição	Valor
	<u>24</u>	<u>Diversas Despesas</u>	<u>703.000</u>
..	\$
..	\$
..	\$
..	\$
Total.....			<u>703.000</u>

Recebi a quantia de RS.....
.....
.....
Prefeitura Municipal de Carazinho.
..... de 1936

Escripturado a fls. do livro Caixa.
Thezouraria da Prefeitura Municipal de Carazinho,
..... de de 1936

Traquar
O Thezoureiro

Obras de drenagem do Banhado do Colégio: Camaquã - RS, década de 1950

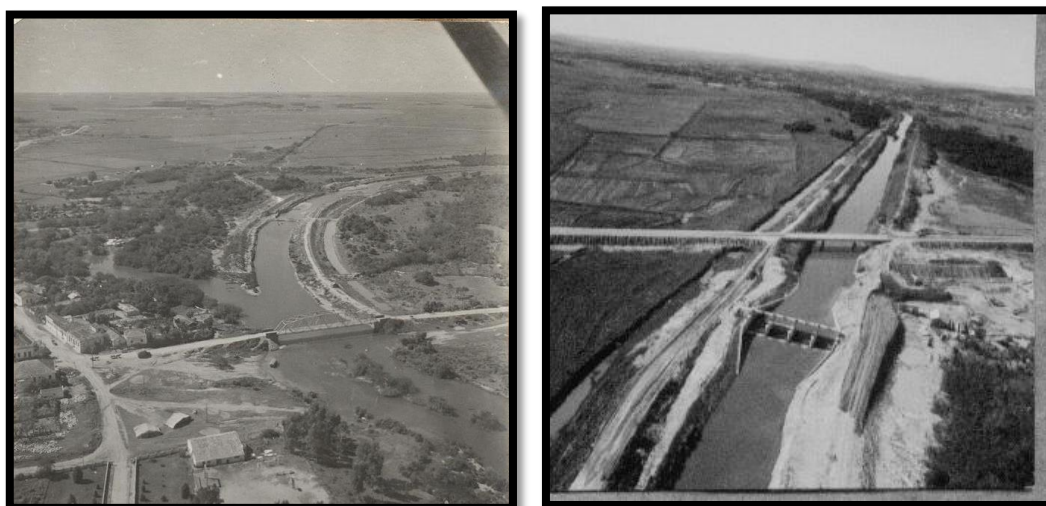


Obras de drenagem do Banhado do Colégio: Camaquã - RS, década de 1950



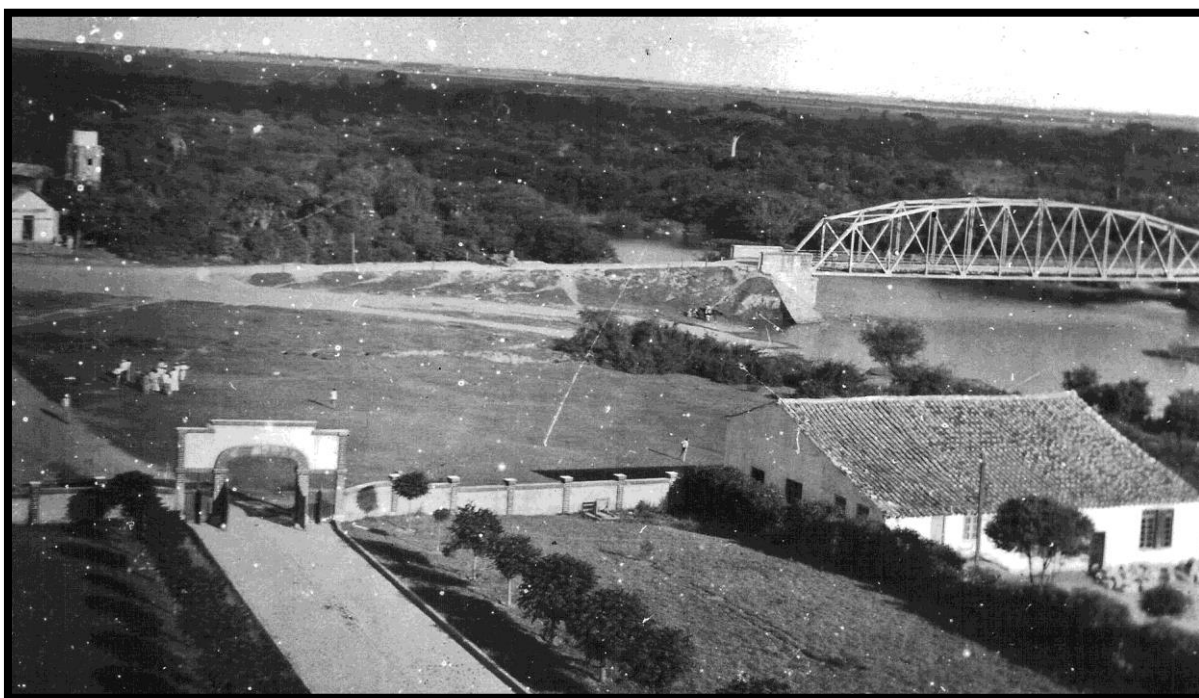
Fonte: Núcleo de Pesquisa Histórica de Camaquã – RS.

Vista aérea do Banhado do Colégio, Camaquã - RS, década de 1950



Fonte: Núcleo de Pesquisa Histórica de Camaquã – RS.

Vista aérea do Banhado do Colégio, Camaquã - RS, década de 1950



Fonte: Núcleo de Pesquisa Histórica de Camaquã – RS.

Vista aérea do Banhado do Colégio, Camaquã - RS, década de 1950



Fonte: Núcleo de Pesquisa Histórica de Camaquã – RS.

ROTEIRO DO PROGRAMA DE GOVÉRNO DO ENG. LEONEL BRIZOLA

1. O FUTURO GOVÉRNO E SUAS FUNÇÕES POLÍTICAS

- O Governador como Chefe de Estado
- O Estado e a Federação
- Cooperação com os Poderes Judiciário e Legislativo
- Fiel cumprimento das Constituições do Estado e da República
- Apóio e colaboração ao atual Govérno da República
- Municipalismo
- Ministério Público, Polícia Civil, Brigada Militar

2. O FUTURO GOVÉRNO E SUAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sentido do esforço administrativo: Progresso e nacionalismo. — O Governador como Chefe da Administração. — A Sétie do Govérno como Sétie da Administração. — Trabalho intenso, o grande compromisso do futuro govérno. — Planejamento centralizado. Execução descentralizada. Organização. Controle. — Finanças públicas. — Entrosamento com a Administração Federal. — Presença do Rio Grande nos Conselhos da Administração Central. — Programa de assistência e colaboração com as administrações municipais. Reorganização do D. P. M.



EDUCAÇÃO (o grande esforço do futuro govérno)

Programa para o primeiro ano de govérno matriculas para as 100 mil crianças sem escola. Planejamento amplo. Convencimento de esforços entre União, Estado, Municípios e instituições particulares. — Dignificação do Magistério. — Programa de colaboração com o ensino particular. — Programa de aperfeiçoamento, construção e conservação de prédios (a escola deve ser o melhor edifício público). — Programa de organização de escolas técnicas e técnico-industriais. — Programa amplo de assistência ao menor. — Alfabetização de adultos. — Bolsas de estudos. — Cursos secundários para todos os municípios. — A escola e o esporte. — Um programa de incentivo e apoio ao esporte amador. — Um grande teatro para a capital. — A cultura e as artes. — O tradelvocismo. — Programa de educação moral e cívica. — Apoio e incentivo ao ecultismo.



SAÚDE, TRABALHO E HABITAÇÃO

Dinamização dos Serviços de Saúde Pública e Serviços Assistenciais. Amparo às instituições hospitalares e assistenciais. Dignificação do Trabalho. Apoio e colaboração para as entidades sindicais. Apoio organizado ao Poupança e consumo em matéria de habitação.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Sentido do desenvolvimento econômico — Primeira tarefa: revisar amplamente a nossa política de desenvolvimento — Os males do nosso isolamento — Problemas interdependentes — Planos a curto e a longo prazo — Primeiro esforço: vencer os pontos de estrangulamento (transportes, energia, crédito e comunicações) — Fundamental o novo entrosamento com os planos e as atividades do Govérno Central.

Transportes e Armazenagem

Necessidade de um órgão coordenador — O sistema viário interno e o de exportação — Prioridade para os pontos de estrangulamento — Diretrizes gerais da futura Administração para os quatro ramos do transporte — No grande gargalo do sistema, aprofundamento dos canais de Guaíba e da Lagoa dos Patos.



Energia

O maior e mais forte ponto de estrangulamento de nossa economia. Precisamos recuperar o tempo perdido. — Todo o apoio para a CEEL. — Políticas revisadas: maiores obras federais — Planos de obras da CEEL demorado tempo. — A conjugação das duas fontes energéticas: eólica e potencial hidráulico. — Solução para nossa atualizada mas energia com base no carvão. — Estudo sobre produção de eletricidade com base na energia nuclear. — CEEL deve assegurar a distribuição e abastecimento de Porto Alegre e Canoas. — Energia para as cidades do interior. — Intensificar a eletrificação rural. — Uma política objetiva para o novo carvão. — Combustíveis mais baratos para a lavoura. — Programa de colaboração e apoio à Petrobras.



Comunicações

Considerações sobre o problema. — Precamos de um serviço telefônico ex. acrído com passo progressivo. — Melhor posição técnica, serviços para o interior, Rio e São Paulo, e 10 000 telefones para Porto Alegre. — Equipamento, se necessário.



ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Esforço permanente no sentido da racionalização. Regime de contratação e tratamento de pessoal. Contato com organizações e serviços do setor e do estrangeiro. Programa de viagem ao exterior de técnicos do serviço público. Modernização e aperfeiçoamento dos serviços.



Mecanização

Programa de mecanização para as atividades agrícolas. — Precisamos de muitos milhares de tratores em condições adequadas. — Devemos sair para o Rio Grande fábricas de tratores e máquinas agrícolas. — Mecanização da agricultura, transportes, serviços públicos e outros setores essenciais para o aumento da produtividade.

Produção

Necessidade de uma revisão para fixar rumos. — Precisamos vencer pela técnica e inteligência as nossas desvantagens naturais. — Importância de Lema: O QUE É PRODUZIDO NO RIO GRANDE É MELHOR. — Os problemas do crédito. — Investimentos de capital. — Organização. — Fomento da produção e produtividade. — Pessoal técnico e imigração especializada. — Preços justos e assistência ao pequeno agricultor. — Política da defesa dos preços de nossa produção agro-pecuária. — A terra cultivada não deve pagar nenhum imposto. — A agricultura e seus problemas. — O programa Metzer. — Os problemas de nossa pecuária. — Cooperativismo e colonização. — Solos e reflorestamento. — Irrigação. — Rumos para a industrialização de nosso Estado. — Um programa de pequenas e médias indústrias para a fronteira. — Assistência e incentivos para renovação e ampliação de um parque de máquinas. — Indústrias extrativas (pau-brasil, urva mar, madeira, mineração). — Permanente assistência às organizações dos produtores e ao comércio regional, visando o escoamento e colocação da nossa produção.



Turismo

Sua importância como fator de desenvolvimento. Um programa para o turismo. Apoio ao Conselho Estadual de Turismo.

Pesquisa e Experimentação

Experimentação para a agricultura e criação. Levantamento de novas receitas mineiras. Apoio às Universidades. O Instituto Tecnológico. Apoio dos inventores e iniciativas sobre estudos e pesquisas em geral.



PROGRAMA PARA OS SERVIDORES DO ESTADO

Remuneração justa. Programa para a casa própria. Amparo à família, apoio familiar e bolsas de estudos para os filhos dos servidores. O hospital Ernesto Dornelles. Apoio e colaboração para as entidades dos servidores.



elaborado no G. A. P.